

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ANDREA LEMOS GOMES

**O ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE
SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES FUNDAMENTAIS:** análise da experiência
brasileira de 2003 a 2016 com destaque para a política de saúde.

São Luís
2021

ANDREA LEMOS GOMES

**O ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE
SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES FUNDAMENTAIS:** análise da experiência
brasileira de 2003 a 2016 com destaque para a política de saúde.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias

São Luís
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Gomes, Andréa Lemos.

O Estado Social-Liberal brasileiro e as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais : análise da experiência brasileira de 2003 a 2016 com destaque para a política de saúde / Andréa Lemos Gomes. - 2021.

294 f.

Orientador(a): Flávio Bezerra de Farias.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Estado Social-Liberal Brasileiro. 2. Necessidade. 3. Políticas Sociais. I. Farias, Flávio Bezerra de. II. Título.

ANDREA LEMOS GOMES

**O ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE
SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES FUNDAMENTAIS:** análise da experiência
brasileira de 2003 a 2016 com destaque para a política de saúde.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias (Orientador)

Profª Dra. Salviana de Maria Pastor Santos
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profª Dra. Danielle de Queiroz Soares
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profª Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Profª Dra. Jeovana Nunes Ribeiro
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, à Nossa Senhora e ao glorioso São Benedito, que me sustentaram pela fé nessa caminhada dando-me ânimo, força, coragem e disposição para prosseguir mesmo nos dias de angústia, desânimo e fraqueza.

Aos meus pais, que são anjos que me guiam em vida, pelo eterno incentivo e apoio. Amo vocês.

Ao meu irmão, que esteve e estará comigo em todos os momentos.

Aos amigos, em especial à Luanna e Juliana, que mesmo distantes me mantinham em pé com suas palavras diárias de ânimo e coragem, fazendo-me acreditar que a fé na vitória deveria ser inabalável; à Bebel, à Mayara e à minha rainha Elizabeth, que sempre me emprestam seus sofás, seus sorrisos e seus ouvidos, além de seus carinhos e sábios conselhos e à Lizandra, minha chegada, minha sócia, minha coach, minha amiga e parceira de travessia de portal, por ter sido um enorme oásis no deserto que representava Grajaú, me devolvendo a alegria de me sentir em casa mesmo tão distante do meu lar.

Agradeço ainda a todos os professores, técnicos, terceirizados e colegas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, lugar que tem sido minha segunda casa desde 2013 e pelo qual tenho muita gratidão e apreço. Saio Mestre e Doutora em Políticas Públicas, mas meu maior aprendizado foi certamente sobre como “é preciso saber viver”.

Fecho os olhos e agradeço, enfim, a todos os cidadãos brasileiros que contribuíram para a minha formação em uma Universidade pública e sonho com o dia em que todas as nossas necessidades fundamentais serão plenamente satisfeitas e teremos de fato acesso à saúde, educação, alimentação, moradia, transporte e lazer de qualidade e para todos.

Sem cada um de vocês citados acima, nada disso teria sido possível.

Então, muito obrigada a todos.

Sigamos...

.

“A gente não quer só comida; a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida; a gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida; a gente quer comida, diversão e ballet. A gente não quer só a vida; a gente quer a vida como a vida quer. Bebida é água. Comida é pasto. Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?” (COMIDA, TITÃS)

RESUMO

Realiza-se neste trabalho a discussão da categoria necessidade e de como se dá a satisfação desta na sociedade capitalista, privilegiando-se a discussão das formas e funções do Estado e de como este interfere no processo de satisfação de necessidades. Parte-se da hipótese de que, mesmo desenvolvendo algumas políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais, a forma do Estado social-liberal brasileiro, por ter sua natureza comprometida com a minimização paliativa das desigualdades de renda, não intervindo, portanto, na essência do processo de totalização contraditório que tem como cerne a produção pela produção, não conseguiu satisfazer plenamente as necessidades fundamentais do proletariado no período de 2003 a 2016. O trabalho teve como objetivo, então, analisar criticamente como a forma do Estado social-liberal brasileiro desenvolveu Políticas de satisfação das necessidades fundamentais do proletariado no período de 2003 a 2016, com destaque para a Política de saúde, e em que medida estas lhe atenderam plenamente às necessidades no período analisado. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica sobre a forma de Estado pós-moderno em sua particularidade e suas distintas funções, assim como da forma do Estado social-liberal brasileiro e de suas funções em sua singularidade. Discutem-se, por fim, as principais Políticas de satisfação de necessidades desenvolvidas pelo Estado social-liberal brasileiro, com destaque para a Política de saúde, e conclui-se, que apesar dos avanços no que se refere ao desenvolvimento de Políticas econômicas e sociais que contribuíram para diminuir a enorme desigualdade social presente na sociedade brasileira, elas foram insuficientes para atender às necessidades do proletariado no período analisado, visto que o Estado brasileiro, inserido na lógica do modo estatal global, e ocupando um papel periférico dentro desse modelo, pouco pôde fazer na tentativa de atendimento das múltiplas necessidades do proletariado.

Palavras-chave: Necessidade. Estado Social-Liberal Brasileiro. Políticas Sociais.

ABSTRACT

This paper discusses the category of need and how it is satisfied in capitalist society, focusing on the discussion of the forms and functions of the State and how it interferes in the process of satisfying needs. We start from the hypothesis that even developing some social policies to satisfy fundamental needs, the form of the Brazilian social-liberal State, for having its nature committed to the palliative minimization of income inequalities, therefore not intervening in the essence of the process of contradictory totalization that has production through production as its core, it failed to fully satisfy the fundamental needs of the proletariat in the period 2003-2016. satisfaction of the fundamental needs of the proletariat in the period 2003-2016, with emphasis on the health policy, and to what extent these fully met its needs in the period analyzed. Then, a bibliographical research is carried out on the form of the postmodern State in its particularity and its distinct functions, as well as the form of the Brazilian social-liberal State and its functions in its singularity. Finally, it discusses the main needs satisfaction policies developed by the Brazilian social-liberal State, with emphasis on health policy, and it is concluded that despite the advances regarding the development of economic and social policies that contributed to reducing the enormous social inequality present in Brazilian society, these were insufficient to meet the needs of the proletariat in the period analyzed since the Brazilian State, inserted in the logic of the global state mode, and occupying a peripheral role within this model, could do little in an attempt to meet the multiple needs of the proletariat.

Keywords: Need. State Social- Liberal Brazilian. Social Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura da produção mercantil simples.....	82
Figura 2	Estrutura da produção mercantil desenvolvida.....	84
Figura 3	Processo de produção imediato.....	85
Figura 4	Reprodução do capital produtivo individual.....	87
Figura 5	Capital social total (reprodução simples).....	88
Figura 6	Unidade e diversidade do proletariado em si.....	92
Figura 7	Gráfico demonstrativo do investimento do PIB em 2013.....	175
Figura 8	Gráfico demonstrativo do investimento do PIB em 2014.....	278

LISTA DE SIGLAS

ANS	- Agência Nacional de Saúde
CAPS	- Centros de Atenção Psicossocial
CEO	- Centros de Especialidades Odontológicas
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CPMF	- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
EBSERH	- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ESB	- Equipes de Saúde Bucal
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FIES	- Fundo de Financiamento Estudantil
Fiocruz	- Fundação Oswaldo Cruz
FUNRURAL	- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
INAMPS	- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	- Ministério da Educação
NASFs	- Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONG's	- Organizações Não Governamentais
OPs	- Organizações Prestadoras de Serviços de Saúde
OSCIP	- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PPAs	- Plano Plurianual
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PSF	- Programa de Saúde da Família
SAMU	- Serviço de Atendimento Móvel de Urgências
SESP	- Secretaria de Estado de Segurança Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O FIM DOS TRINTA ANOS GLORIOSOS E O ADVENTO DA ERA PÓS-MODERNA	34
2.1	A pós-modernidade, o Estado pós-moderno, o neoliberalismo e a implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado.....	38
2.2	A forma de Estado pós-moderno e a implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades na era do imperialismo global.....	52
3	AS DETERMINAÇÕES FORMAIS E FUNCIONAIS DO ESTADO PÓS-MODERNO.....	69
3.1	A forma de Estado pós-moderno na dinâmica contemporânea do modo estatal global.....	70
3.2	As funções da forma da forma de Estado pós-moderno na dinâmica do modo estatal global.....	80
4	A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES DO PROLETARIADO NA ERA PÓS-MODERNA.....	95
4.1	Análise do conceito de necessidade social.....	96
4.2	A divisão não homogênea do proletariado e suas distintas necessidades.....	113
4.3	A involução do atendimento das necessidades do proletariado na regulação estatal pós-moderna.....	117
5	AS DETERMINAÇÕES FORMAIS E FUNCIONAIS DA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO DE 2003 A 2016.....	138
5.1	As formas da forma do Estado social-liberal brasileiro.....	139
5.2	As funções da forma do Estado social-liberal brasileiro.....	173
6	A CRISE DA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO - DIFICULDADES FORMAIS E FUNCIONAIS DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO.....	193
6.1	Panorama geral da situação econômica da forma do Estado social-liberal	

	brasileiro.....	
6.2	Crise formal do Estado social-liberal brasileiro.....	204
6.3	Crise funcional do Estado social-liberal brasileiro.....	211
6.4	O Golpe.....	218
7	DISCUSSÃO SOBRE O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE FUNDAMENTAL DE SAÚDE NA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO.....	220
7.1	Balanços e perspectivas das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado social-liberal brasileiro.....	231
7.2	Breve resgate da relação entre saúde e neoliberalismo no Brasil...	240
7.3	Saúde no Estado social-liberal brasileiro.....	247
8	CONCLUSÃO.....	276
	REFERÊNCIAS.....	282

1 INTRODUÇÃO

A tese de doutorado aqui apresentada foi desenvolvida no Programa de pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Tem-se como objeto do estudo a análise dos determinantes formais e funcionais da forma do Estado social-liberal brasileiro no período de 2003 a 2016, analisando-se em que medida este conseguiu satisfazer as necessidades fundamentais do proletariado através da implementação de Políticas sociais, com destaque para a Política de saúde.

Este trabalho partiu, assim, da análise, interpretação e compreensão das especificidades da forma do Estado social-liberal brasileiro e de como este exerceu suas distintas funções, principalmente as que se referiam à satisfação de necessidades fundamentais do proletariado no período de 2003 a 2016, com destaque para a Política de saúde. Para tanto, foram realizadas leituras e discussões acerca das principais categorias para este estudo, a saber: Estado, proletariado, necessidades humanas e Políticas sociais.

O trabalho teve como objetivo, então, analisar criticamente como a forma do Estado social-liberal brasileiro desenvolveu Políticas de satisfação das necessidades fundamentais do proletariado no período de 2003 a 2016, com destaque para a Política de saúde, e em que medida estas atenderam plenamente às necessidades dele no período analisado.

O presente trabalho é fruto da relação da autora com a categoria “necessidades humanas”, apresentada na graduação a partir das leituras do escrito de Heller (1986), e que resultou inicialmente na elaboração dos trabalhos de conclusão dos cursos de Psicologia e Serviço Social.

Terminadas as graduações, esta categoria continuou a ser pesquisada no mestrado e foi, então, relacionada ao processo de satisfação de necessidades fundamentais do proletariado na Pós-modernidade, utilizando-se como autor de referência inicial da categoria “pós-modernidade” o marxista norte-americano Fredric Jameson (1996; 1997; 2005) e da categoria “necessidades humanas” a partir das contribuições de Marx (1844), Marx (1867), Marx (1975), Marx (1982) o economista belga Ernest Mandel (1982), Ernest Mandel (1991).

Para tanto, deu-se destaque à investigação quanto ao papel do Estado, compreendido através dos estudos de Farias (2001a) e Farias (2013), no que se

referia à mediação dos interesses entre as classes fundamentais e a execução de políticas sociais. Assim, como dissertação de mestrado fez-se uma análise crítica do Programa Bolsa Família no que tangia à impossibilidade deste em satisfazer plenamente as necessidades fundamentais de seus beneficiários.

Entendeu-se que o modo de satisfação de necessidades do proletariado pelo Estado está intimamente relacionado à sua forma, uma vez que as funções desempenhadas pelo Estado dependem da forma de Estado assumida (FARIAS, 2001a), e do lugar que este ocupa no cenário global, já que, assim como o capital se tornou globalizado, ocorreu uma tendência à globalização de formas próprias a de um Estado (FARIAS, 2013).

Parte-se da premissa marxiana segundo a qual, na sociedade capitalista, existe uma relação orgânica entre as necessidades do proletariado, a produção de mercadorias e o consumo. Há, no entanto, uma primazia dos interesses das classes hegemônicas no processo de produção e o atendimento das necessidades sociais passa a ser condição necessária, mas não suficiente para o desencadeamento do processo produtivo. Vivemos “em uma sociedade na qual o fim da produção não é a satisfação das necessidades, e sim a valorização do capital” (HELLER¹, 1986, p. 25).

Nesse contexto, entendendo que a forma assumida pelo Estado capitalista pressupõe suas funções, as características assumidas pela forma de Estado pós-moderno impedem que seu papel de executor de políticas sociais universais de satisfação de necessidades seja plenamente realizado uma vez que nessa forma de Estado particular se privilegia o atendimento dos interesses dos capitalistas em suas várias formas de existência em detrimento do atendimento das necessidades do proletariado.

No que se refere à implementação de políticas sociais voltadas para a satisfação de necessidades do proletariado, observa-se cada vez mais um fenômeno de desresponsabilização do Estado e a consequente transferência da responsabilidade em garantir direitos para as instituições e os setores como a família, a comunidade e os serviços privados. Os cidadãos passam a ser considerados somente consumidores ou clientes e o que antes era entendido como direito social do proletariado garantido pelo Estado, passou cada vez mais a ser disponibilizado no mercado como mercadoria. Nesse contexto, “incluído não é mais o cidadão portador

¹ Todas as traduções feitas no trabalho foram realizadas pela autora da Tese.

de direitos civis, políticos e sociais; é o produtor/consumidor de mercadorias” (VIANNA, 2008, p. 149). Desse modo, há uma ofensiva maior contra a organização do proletariado e uma menor satisfação de suas múltiplas necessidades.

No que se refere à forma do Estado brasileiro em sua singularidade constata-se que este, a partir do final da década de 1980, passou a ser influenciado pelo Neoliberalismo como modo de vida, segundo Dardot e Laval (2016), embora tenha realizado avanços do ponto de vista legal no que diz respeito aos inúmeros direitos garantidos com a promulgação da Constituição de 1988. Ocorre, pois, um paradoxo, por exemplo, tem-se manifestado fortemente contra a operacionalização de tais direitos, realizando, inclusive, cortes de investimentos públicos nas áreas sociais e destinando um grande montante destes para o Capital especulativo financeiro. (FILGUEIRAS, 2006)

Assim, para o caso da realidade brasileira:

[...] esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o Modelo de Substituição de Importações e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). (FILGUEIRAS, 2006, p. 186)

Nessa lógica, verifica-se que o atendimento das necessidades fundamentais do proletariado tem sido negligenciado em favor do atendimento dos interesses do Capital. Um exemplo desse fenômeno político-econômico, é que as áreas que correspondem às necessidades fundamentais do proletariado somadas representaram apenas 6,99% do que foi destinado do PIB em 2020, sendo a área do lazer e da habitação as que menos receberam investimentos, somando apenas 0,0172% do PIB na primeira e 0,0001% na segunda (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2020).

Há de se destacar, por sua vez, que, durante o período de 2003 a 2016, a forma do Estado brasileiro passou a adotar uma política econômica e social com perfil social-liberal. Nesses termos, o discurso da busca pelo bem-estar social passou a ser usado como bandeira de luta.

Dessa maneira, acompanhando um movimento já iniciado na década de 1990, a forma do Estado brasileiro também adotou o combate à pobreza e à miséria

como proposta de governo, abrindo, assim, espaço para uma política de resultados imediatos, sendo os parâmetros do desemprego e da redução dos índices de pobreza, miséria e desigualdade os mais importantes no tocante à avaliação do sucesso ou do fracasso de determinado governo (BRANCO, 2009).

Tentando servir a dois senhores, a forma do Estado social-liberal brasileiro passou a desenvolver uma estratégia de manutenção do Capital em que o Estado se comportou como “um amante para as oligarquias, um pai para os pobres e uma mãe para os ricos” (FARIAS, 2016, p. 05). Assim, embora tenha implementado algumas Políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado dada a oferta de programas sociais como o Bolsa Família, e tenha investido numa política de aumento do salário-mínimo, por exemplo, manteve, por sua vez, os privilégios do capital financeiro.

Entende-se este tema como relevante para a sociedade na medida em que, ao analisar-se a forma do Estado social-liberal brasileiro e suas funções, principalmente no que se refere à mediação dos interesses entre as classes, podemos compreender os motivos que ensejaram à crise deste modelo, que foi, segundo Mascaro (2019), tanto um reflexo da crise mundial do Capital, quanto da crise política e institucional que teve no direito seu carro-chefe, e o fortalecimento desde então do projeto de ultraliberalismo que estava na mira dos golpistas desde o fim de 2015 (PAULANI, 2019).

Mediante o exposto, realizou-se, assim, uma análise concreta de uma situação concreta a partir da análise crítica da experiência do Estado social-liberal brasileiro na busca da satisfação de necessidades fundamentais do proletariado no período de 2003 a 2016, com destaque para a Política de saúde.

➤ **O plano de exposição e as técnicas de pesquisa**

Tem-se como ideia diretriz desta tese a ideia de que, mesmo desenvolvendo algumas políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais, a forma do Estado social-liberal brasileiro, por ter sua natureza comprometida com a minimização paliativa das desigualdades de renda, não intervindo, portanto, na essência do processo de totalização contraditório que tem como cerne a “produção pela produção” (MARX, 1894), não conseguiu satisfazer plenamente as necessidades fundamentais do proletariado, com destaque para a

política de saúde, no período de 2003 a 2016.

O trabalho foi, então, desenvolvido em três distintas partes. A primeira parte da ideia motriz de que o atendimento das necessidades fundamentais ou básicas do proletariado através da oferta de salários diretos ou indiretos nunca foi alcançado na forma de Estado pós-moderno visto que a prioridade dessa forma de Estado é a manutenção da lógica neoliberal com o aprofundamento do processo de financeirização das economias agora globalizadas. Esta parte é composta por três capítulos que abordam, respectivamente, a distinção entre a forma e as funções do Estado. No capítulo 1 analisou-se o fim dos trinta anos gloriosos e o advento da era pós-moderna; no capítulo 2 analisaram-se as determinações formais e funcionais da forma de Estado pós-moderno; e no capítulo 3, a maneira como é promovida a satisfação de necessidades do proletariado na era pós-moderna.

Já a segunda teve como ideia motriz a ideia de que, durante o período que se estende de 2003 a 2016, o Estado brasileiro passou a implementar de maneira decisiva a estratégia social-liberal que, por ser uma vertente do Neoliberalismo – a “terceira via” (GIDDENS, 2001), não rompe com o comprometimento econômico com o Capital financeiro e com as diretrizes dos grandes organismos internacionais. Assim, embora tenha implementado algumas Políticas sociais de satisfação de necessidades humanas, o Estado brasileiro, inserido na lógica do “modo estatal global” (FARIAS, 2013), no qual ocupa uma posição periférica de país subdesenvolvido, e tendo sua natureza comprometida com a minimização paliativa das desigualdades sociais e de renda, não conseguiu atender às necessidades fundamentais ou básicas do proletariado durante o período analisado.

Essa análise foi concebida em dois capítulos em que foram discutidas, respectivamente, as determinações formais e funcionais da forma do Estado social-liberal brasileiro no período de 2003 a 2016, e a crise da forma do Estado social-liberal brasileiro em seus aspectos formais e funcionais.

Para a discussão da terceira e última parte, analisou-se como as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais foram implementadas pela forma do Estado social-liberal brasileiro, com destaque para a Política de saúde, durante o período de 2003 a 2016.

Para esmiuçar essa discussão, esta última parte discute o balanço das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado social-liberal brasileiro, com destaque

para o atendimento da necessidade fundamental de saúde durante o período analisado.

A escolha pela análise da política de saúde, em particular, ocorreu devido à importância fundamental que o atendimento da necessidade de saúde possui na vida das pessoas. Isso porque compreende-se a saúde como um dever do Estado e um direito da população brasileira, garantido inclusive na Constituição Federal de 1988; a saúde deve, portanto, ser encarada como um fator básico de cidadania, sendo parte inerente e estratégica da dimensão social do desenvolvimento, o qual pressupõe sua interface econômica, social, territorial e ambiental (GADELHA; COSTA, 2012).

Além disso, a área da saúde se constitui um dos campos mais institucionalizados de participação democrática em sua gestão, alavanca mais de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e articula a geração e difusão de tecnologias de futuro, condicionando o desenvolvimento regional a partir da organização dos serviços de saúde no território (GADELHA; COSTA, 2012).

Por possuir determinantes sociais que a condicionam diretamente, o atendimento da necessidade de saúde está, portanto, diretamente vinculado ao atendimento das demais necessidades fundamentais como a alimentação, moradia, Educação, transporte e lazer. Motivo pelo qual esta foi a política social escolhida para análise neste trabalho considerado o marco temporal que vai de 2003 a 2016², ou seja: durante os anos em que o Social-liberalismo foi viabilizado pelo Estado brasileiro.

Em relação aos métodos e técnicas de pesquisa utilizados, destaque-se que o trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, que “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” (SEVERINO, 2007, p. 122) e documental em que se tem como fonte “documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Tratou-se, portanto, de uma pesquisa compreensiva e explicativa uma vez que se pretendia não só conhecer a realidade estudada, mas explicar-lhe as causas.

A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/ matemático, seja através da interpretação

² Fase de governo do PT.

possibilitada pelos métodos qualitativos (SEVERINO, 2007, p. 123).

A técnica de pesquisa utilizada foi a documentação; esta em seu sentido mais amplo é toda forma de registro e sistematização de dados, colocando-os em condição de análise (SEVERINO, 2007).

Foram analisados dados secundários e as informações analisadas foram provenientes de sites e documentos oficiais do governo sobre a implementação e avaliação das políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais do proletariado tais como o acesso à alimentação básica, à saúde, à Educação, ao transporte público, à habitação e ao lazer, a partir de 2003, além de estudos de diversos autores sobre o tema aqui abordado.

Foram utilizadas, ainda, informações de sites oficiais sobre as condições de vida e trabalho da população brasileira que se relacionavam diretamente com o conceito de satisfação de necessidades fundamentais humanas.

➤ **Referencial teórico-metodológico:** apresentação das categorias do estudo

Acredita-se ser impossível captar de imediato o real em sua essência. No entanto, devem-se fazer aproximações sucessivas à realidade na busca de desnudar passo a passo o que é previamente posto na aparência. Não se deve, para isso, segundo Pereira (1986), seguir modelos formais de investigação, mas tentar acompanhar a dinâmica da realidade, partindo, pois, do universal e relacionando-o com manifestações concretas e particulares.

Entende-se ainda que este trabalho não é um fim em si mesmo, mas caracteriza-se como um momento no processo da busca do conhecimento (PEREIRA, 1986) de um tema que, acredita-se, tem relevância social. O trabalho, pois, foi realizado a partir do levantamento bibliográfico e documental das categorias centrais do estudo - Estado, proletariado, necessidades humanas e políticas sociais de satisfação das mesmas – pensando-as em um caso concreto, ou seja: da realidade brasileira, em um dado período - de 2003 a 2016.

Partiu-se, assim, de uma hipótese que explicita, delimita e situa a totalidade, que é complexa, contraditória, concreta, bem como sujeita à mediação e leis. Tal hipótese, aqui tomada como ideia diretriz, foi de que, mesmo desenvolvendo algumas políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais, a forma do Estado social-liberal brasileiro, por ter sua natureza comprometida com a minimização

paliativa das desigualdades de renda, não intervindo, portanto, na essência do processo de totalização contraditório que tem como cerne a “produção pela produção” (MARX, 1894), não conseguiu satisfazer plenamente as necessidades fundamentais do proletariado, com destaque para a política de saúde, no período de 2003 a 2016.

O ponto inicial do estudo deu-se com o aprofundamento acerca do conceito de “necessidade humana” a partir da discussão teórica de autores como Marx (1975; 1982; 2005). Contata-se que o conceito de necessidade humana está presente no *Capital* desde a definição do que são as mercadorias – objetos úteis que, em última instância, servem para atender as necessidades. Marx (1975) pontua, por sua vez, que tais necessidades são situadas no tempo e no espaço e mesmo as necessidades básicas variam conforme a conjuntura social, econômica e cultural. Embora existam diferenciações, concorda com a ideia de um padrão mínimo que deve ser atendido para garantir a subsistência do trabalhador. Toma-se *O Capital* como obra de referência, como pressuposto teórico para entender o processo de produção mercantil que se volta exclusivamente para a obtenção do lucro.

Utiliza-se também Mandel (1982), Mandel (1991), Mandel (1992) como autor de referência. Esse autor, assim como Marx (1975), concorda com a ideia de que as necessidades humanas são situadas no tempo e no espaço, mas entendem que existe, dentro do conjunto de necessidades, três diferentes tipos. Seriam elas as necessidades fundamentais, as secundárias e as de luxo. Para ele o conceito de necessidade fundamental é bastante amplo, entendido como o acesso à saúde, Educação, alimentação, moradia e as conveniências a ela relacionada, transporte de ida e volta ao trabalho e um mínimo de lazer e cultura.

O estudo da categoria necessidades humanas serve como ponto de partida para a discussão sobre o modo de satisfação de necessidades do proletariado na sociedade capitalista e como o Estado intervém nesse processo. Parte-se, assim, da premissa de que o conceito de necessidade é fundamental para o entendimento da ação humana e do desenvolvimento da sociedade, sendo que as necessidades e os modos de as satisfazer são historicamente determinados. Assim:

[...] as próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação, etc., variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país; [...] dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares (MARX, 1975, p. 191).

Há, porém, uma indefinição acerca do conceito de necessidades humanas, sendo que muitos a consideram como um estado subjetivo e relativo de carência e apenas uma minoria a vê como um “fenômeno objetivo, passível de generalização”. (PEREIRA, 2011, p. 39)

Partindo dessa lógica, diversos autores buscaram compreender o que seriam as necessidades humanas e suas mais diversas formas de satisfação. Dentre os inúmeros teóricos que problematizam o tema, destaca-se a contribuição de Marx (1982) no *Contribuição para a crítica da economia política* para quem o ser humano desenvolveu a capacidade de satisfazer suas necessidades através do trabalho e da criação de instrumentos, o que potencializou sua capacidade de caçar, pescar, colher frutos e raízes gerando, inclusive, o excedente de produção. Através do trabalho, o homem diferencia-se dos outros animais e satisfaz suas necessidades; a própria divisão do trabalho determina a vida social. (MARX, 2005)

Dessa forma, “satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e a produção das novas necessidades é o primeiro ato histórico”. (MARX, 2005, p. 54)

O conceito de necessidade humana está, assim, implícito em toda a obra de Marx desde o conceito de mercadoria, entendida como “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” (MARX, 1975, p. 41)

A mercadoria é entendida como um ser social que encerra em si uma totalidade e apresenta-se na aparência como um objeto útil que tem, portanto, um valor-de-troca; e, na essência, como possuidora de um valor-de-uso, o que pressupõe seu valor. Toda mercadoria serve, então, para satisfazer uma necessidade humana, embora o maior objetivo de sua produção no sistema capitalista seja a geração do lucro.

O conceito de necessidades humanas em Marx (1975) é, portanto, invariavelmente atrelado ao conceito de mercadorias que são objetos úteis que se prestam a atender necessidades socialmente construídas.

Nesses termos, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho vendida pelo trabalhador ao capitalista tem seu preço. O preço da força de trabalho é, por sua vez, intimamente relacionado com o mínimo necessário para satisfação das necessidades fundamentais do trabalhador, ou seja: “é determinado pelo valor dos

meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio”. (MARX, 1975, p. 595)

O salário passa a ser o valor destinado ao obreiro pela venda de sua força de trabalho ao capitalista. É principalmente com o salário que o trabalhador deverá satisfazer suas necessidades através do consumo de mercadorias, sendo que, em virtude da desvalorização da força de trabalho e da cada vez maior exploração de sua mão-de-obra, o salário destinado ao trabalhador possibilita a este apenas o mínimo para a satisfação de suas necessidades básicas, fundamentais, vitais para a conservação da espécie, como a alimentação, saúde, moradia e transporte.

Dono e vendedor da força pessoal de trabalho, o trabalhador recebe com o nome de salário fração do produto na qual se corporifica a parte do trabalho, a qual chamamos trabalho necessário, isto é, o trabalho necessário para manter e reproduzir essa força de trabalho, sejam as condições dessa manutenção e reprodução pobres ou ricas, favoráveis ou desfavoráveis (MARX, 1975, p. 943).

Seguindo a discussão sobre a definição da categoria necessidade, utiliza-se como principal referência os estudos de Mandel (1991) para quem há uma hierarquia de necessidades que atinge senão a todos, mas a grande maioria da população, salvo algumas exceções. Concorde, assim, com a ideia de Marx (1975) de que as necessidades são historicamente determinadas.

Dessa forma, entende-se que, por serem situadas no tempo e no espaço, as necessidades também se transformam com o crescimento econômico da sociedade, aparecendo entre elas uma hierarquia definida. Assim, “existem necessidades fundamentais, existem necessidades secundárias, e existem também necessidades de luxo, chamadas marginais” (MANDEL, 1991, p. 39).

Após esse levantamento sobre a categoria necessidade conclui-se que estas, ou fundamentais, ou secundárias ou de luxo, são satisfeitas no modo de produção capitalista preferencialmente através do consumo de mercadorias e que, dentre as mediações desse sistema, está “[...] os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação de necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores-de-uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital” (MÉSZAROS, 2002, p. 180).

Porém, isso não significa que as relações de produção, circulação e consumo de mercadorias como modos de satisfação de necessidades se dão de maneira desordenada. Há nesse contexto a importante figura do Estado, que tem

como uma de suas funções mediar os interesses de classes, surgindo para assegurar a produtividade do sistema capitalista ao regular as relações de trabalho, ao assumir a função de consumidor, ao regular a relação entre produção e circulação e “ao prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada 'infraestrutura' ao fornecimento de serviços de seguridade social)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Realizou-se, assim, o estudo da categoria “Estado capitalista” utilizando como autor de referência Farias (2001a), Farias (2001b), Farias (2013), Farias (2016), Farias (2017). Este que, em seus escritos, destaca as diversas formas de existência deste ser social. Segundo esse autor, o Estado, a partir do método da crítica da economia política, é uma totalidade contraditória e complexa situada no tempo e no espaço que se relaciona organicamente ao capital.

Parte-se, assim, da análise das formas e funções do Estado pós-moderno de maneira particular e da forma do Estado social-liberal brasileiro em sua singularidade. Nesses termos, leva-se em conta o silogismo da forma estatal, entendendo-o de maneira universal (forma-Estado), particular (forma de Estado) e singular (forma do Estado).

Além disso, entende-se que, assim como o capital se tornou globalizado, as formas estatais também assumiram tal forma e, no contexto do novo imperialismo global, as formas estatais além dos níveis nacionais se organizam em formas regionais e planetárias, influenciando-se mutuamente (FARIAS, 2013).

Assim, para compreender o lugar do Estado na sociedade de classes deve-se partir da ideia de que a base econômica tem uma primazia ontológica sobre a superestrutura. Desse modo, as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas determinam o funcionamento dos aparelhos da superestrutura que, embora tenham existência própria, são sempre à base relacionados sem que se trate de uma visão economicista (MARX, 1982).

Farias (2001a) afirma que há uma primazia ontológica do Capital em relação ao Estado, isto é, pode-se conceber a existência do primeiro mesmo que o segundo seja abstraído, já o inverso não é possível. Sendo que, para além de uma relação de causa e efeito, “o que importa é a reciprocidade ou a relação orgânica entre Estado e capital” (FARIAS, 2001a, p. 26). Dessa forma, “o Estado representativo moderno é um ser social situado no tempo e no espaço; é rico em determinações; trata-se de uma totalidade concreta, complexa e contraditória” (FARIAS, 2001a, p. 27).

Dentre estas determinações, tem-se uma clara distinção entre a forma do Estado e suas funções. No que se refere à natureza (forma) e ao papel (função) do Estado no seio do Capitalismo, há que se destacar que, embora exista uma “recíproca interação, supõe-se, evidentemente, a primazia ontológica da natureza do Estado sobre o seu papel (isto é, de sua forma sobre sua função)” (FARIAS, 2001a, p. 27).

Formam, assim, uma totalidade dialética em que, dependendo do tipo de relação, a forma de Estado desempenha certas funções. Nessa lógica, a forma pressupõe a função.

Em relação à natureza do Estado, Farias (2001a) aponta que há de se considerar dentre outros aspectos o silogismo do Estado. Ao compreender que “todo raciocínio concreto implica um silogismo, é silogismo, ou seja, um universal que se une à singularidade através da particularidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 156). O Estado, pensado concretamente, é compreendido, então, a partir de um silogismo em que se relacionam dialeticamente fenômenos universais, singulares e particulares. O silogismo do Estado se compõe, então, de três termos: a forma-Estado (universal), a forma de Estado (particular) e a forma do Estado (singular) (FARIAS, 2001a).

Por não ser uma forma fixa e variar conforme o tempo e o espaço,

os termos do silogismo estatal têm por referência de base os três níveis seguintes de percepção do capitalismo: o modo de produção (no contexto de uma formação socioeconômica capitalista), o tipo de regime de acumulação (no centro ou na periferia, sob o taylorismo ou sob o fordismo) e o processo dado de acumulação (na França, no Brasil) (FARIAS, 2001a, p. 29).

Logo, como fenômeno cuja existência se dá de forma diferenciada no tempo e no espaço, a particularidade da forma de Estado adquire determinações diversas conforme as mudanças históricas, econômicas, sociais e políticas da sociedade. Assim, ao depender da forma de Estado, o atendimento das necessidades sociais, que também variam no tempo e no espaço, é privilegiado ou não em detrimento do atendimento dos interesses do capital, por exemplo.

Já no que se refere à estrutura do Estado, “a categoria Estado corresponde a um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente tanto no nível fenomênico quanto no essencial” (FARIAS, 2001a, p. 30), tanto no nível da objetividade e da subjetividade.

No nível da aparência objetiva, o Estado se apresenta como governo ou regime político e nesse nível os “aparelhos de Estado apresentam-se como um eixo

material, em torno do qual gira um aspecto social, a saber, a legitimação do Estado, ou a democracia burguesa formal”. Este último corresponde à dimensão aparente subjetiva dessa estrutura complexa que é o Estado capitalista (FARIAS, 2001a, p. 30).

Já no nível da essência subjetiva percebe-se que a forma-Estado resulta da luta entre as classes sociais, tendo por eixo, quer seja, ao nível da essência objetiva, a divisão capitalista do trabalho (FARIAS, 2001a, p. 30).

Sendo assim, o Estado é capaz de exercer suas funções sobre determinado território porque se manifesta na “objetividade (sob a forma de máquina burocrática e administrativa) e na subjetividade (sob forma de democracia formal e ideologia burguesa correspondentes)” (FARIAS, 2001a, p. 31).

No que se refere às funções desempenhadas pela forma-Estado, Farias (2001a, p. 39-40) afirma que:

[...] uma vez constituído o Estado para si (como forma) e em si (como função), no seio de uma sociedade capitalista, como um todo orgânico, complexo e contraditório, as razões de sua ação teleológica são muito intrincadas e variáveis no tempo e no espaço, bem como as formas de sua intervenção econômica.

Destarte, sem esquecer que a depender da forma assumida, o Estado desempenha suas funções, Farias (2001a, p. 40) aponta como uma das funções do Estado o seu papel mediador, “no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados (nos níveis do capital produtivo individual e do capital social)”.

O Estado funciona, assim, como mediador na relação entre os indivíduos que participam do processo de circulação simples, garantindo liberdade, igualdade e propriedade, que são as premissas do desenvolvimento da relação mercantil.

Além disso, participa da reprodução do capital social total no sentido de buscar um crescimento equilibrado na sociedade capitalista e atua também como mediador “no sentido de que participa também na resolução da contradição entre capitalistas em concorrência (no nível dos capitais numerosos)”. (FARIAS, 2001a, p. 40).

Na presente análise importa, então, perceber como o Estado faz a mediação das relações entre as classes e se propõe a tentar atender às múltiplas necessidades do proletariado. Parte-se, assim, da ideia de que existe uma

diferenciação no proletariado, sendo este não homogêneo.

Tal diferenciação comporta uma divisão entre a força de trabalho em condição ativa, que faz parte do mercado formal de trabalho, além das formas de existência “flutuante”, “latente” e “estagnante”, que não está inserida no mercado de trabalho formal e não recebe, portanto, nem o salário-mínimo necessário à satisfação de suas necessidades fundamentais, vivendo, algumas destas frações, no pauperismo (MARX, 1975). Há, assim, “uma população excedente, excedente em relação às necessidades momentâneas do capital de expandir o valor” (MARX, 1975, p. 305).

A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnante (MARX, 1975, p. 743).

A parte da superpopulação relativa pode ser caracterizada como “flutuante” quando ora estão empregados, ora não, ou seja: “os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior” (MARX, 1975 p. 743) e como “latente” quando os obreiros estão à espera de um trabalho, que não necessariamente chegará. Já a parcela estagnante se caracteriza como aquela em que os trabalhadores não estão inseridos no mercado de trabalho, o que

[...] proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. (MARX, 1975, p. 746).

Há, por sua vez, que se considerar que, como as necessidades são historicamente determinadas e as maneiras de satisfazê-las também variam no tempo e no espaço, as diferentes formas de Estado têm diferentes formas de atender às necessidades do proletariado. Sendo assim, é importante perceber as especificidades da experiência de gestão da força de trabalho nas diferentes formas de Estado para entender como esta se deu no contexto singular do Brasil.

Para entender o contexto atual em que as necessidades são satisfeitas recorre-se a Jameson (1996), Jameson (1997), Jameson (2005) que delimita em suas obras o que seria a “pós-modernidade” e como esta influencia a cultura, os costumes,

a economia, ou seja, a vida em sociedade.

Assim, na década de 1970, com a crise da forma de Estado de bem-estar social nos países centrais, o Neoliberalismo passou a ser dominante nos padrões de desenvolvimento da economia e das funções do Estado, defendendo a ideia de liberdade do mercado, entendendo a desigualdade entre as classes como algo positivo para o sistema e preconizando a ação seletiva e focalizada do Estado em esferas vitais para o bom desenvolvimento do capitalismo, “como a defesa da propriedade privada e dos direitos civis dos cidadãos” (BRANCO, 2009, p. 292).

Nesse contexto, a forma assumida pela forma de Estado pós-moderno impede que seu papel de fomentar e executar políticas sociais universais de satisfação de necessidades sociais seja plenamente realizado, assim como interfere diretamente no seu papel de gerir a política salarial uma vez que há uma primazia no atendimento dos interesses do capital financeiro em detrimento da satisfação das necessidades humanas.

É importante pontuar que o termo pós-moderno foi utilizado na presente análise para fazer referência ao tempo histórico e não se compactua, portanto, com o discurso ideológico da Pós-modernidade como fim da história e da luta de classes. Entende-se, assim, que a luta de classes está presente na essência do Estado, e que, logo, o constitui, independente da forma de Estado assumida, sendo a forma-Estado capitalista, portanto, inerente.

Assim, “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova, mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 1996, p. 16).

Assim sendo, o que se viu foi que o Neoliberalismo passou por ajustes, propondo o FMI e o BIRD “medidas corretivas de promoção de reformas estruturais de médio e longo prazo” (BRANCO, 2009, p. 294), aprofundando as medidas que levariam o Capital ao aumento de sua riqueza, “ao mesmo tempo em que se passava a reconhecer as falhas de mercado no tocante à distribuição desigual de renda e riqueza, além da destruição ambiental” (BRANCO, 2009, p. 294).

Como resultado desses ajustes no Neoliberalismo há uma nova configuração na forma e nas funções do Estado. A esta vertente do Neoliberalismo chamou-se Social-liberalismo; logo, teríamos também a forma de Estado social-liberal que:

[...] teria agora uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar a questão social, via o controle da força de trabalho e o atendimento das necessidades mínimas dos usuários dos serviços sociais (BRANCO, 2009, p. 295).

Há, assim, a implementação de uma nova variante ideológica do neoliberalismo, entendida aqui como social-liberalismo, iniciando a busca pelo que Giddens (2001, p. 36) classificou como “terceira via” que:

[...] se refere a uma estrutura de pensamento e de prática que visa adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo.

De maneira geral, os preceitos sociais-liberais propõem um meio termo entre os preceitos neoliberais e as antigas esquerdas, sejam elas socialdemocratas sejam revolucionárias.

Para o entendimento da categoria do Social-liberalismo usamos autores como Giddens (2001), Farias (2016), Branco (2009) e para o Neoliberalismo, a principal referência teórica foram Dardot e Laval (2016).

O Social-liberalismo é aqui entendido como uma terceira via entre a Socialdemocracia e o Neoliberalismo, segundo Giddens (2001). Assim, é visto como um caminho que contém o melhor das duas tradições: da direita e da esquerda. Estratégia utilizada por diferentes Estados, tem sua versão viabilizada no Brasil durante os anos de 2003 a 2016, anos dos governos de Lula e Dilma.

As discussões levantadas pelos autores permitiram um maior entendimento sobre a sociedade de classes, as formas e as funções do Estado nesta e como se dá nesse contexto, o processo de satisfação de necessidades fundamentais do proletariado.

Para o estudo do que se entende por políticas sociais, que em tese direcionam-se para a satisfação de necessidades do proletariado, foram utilizadas as contribuições teóricas de autores como Araújo (2009), Boschetti (2009), Pereira (2004; 2012), Silva (2010), Shons (2008), Sposati (2004), Sposati (2007) e Iamamoto (2009).

Ao analisar a categoria política social, parte-se da ideia de que, para que a sociedade capitalista possa sobreviver, é necessário que os conflitos, quer seja: a luta de classes, sejam mantidos dentro de um limite administrável. Nesse contexto, o

Estado atua como mediador da relação entre as classes antagonistas, e as políticas sociais passam a ser a via encontrada por este ser social para a administração dos conflitos “em torno da alocação de bens e recursos públicos” (RUA, [s.d], p 03) e para a satisfação de necessidades do proletariado, uma vez que grande parte da “atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhe são dirigidas pelos atores sociais ou pelos próprios agentes do sistema político” (RUA, [s.d], p.3).

Dentre os atores que influenciam diretamente a formulação e implementação de políticas estão os gestores públicos, que são os políticos eleitos para mandatos, além dos burocratas, e os atores privados, com destaque para os empresários e os trabalhadores. Além destes, merece destaque a figura dos agentes internacionais como o FMI, o Banco Mundial etc., que podem afetar não somente a economia dos países, mas, inclusive, o rumo das suas políticas internas e, por fim, a mídia que, sendo responsável não só por informar, mas por formar opiniões, caracteriza-se como mais um dos atores envolvidos (RUA, [s.d]).

É importante compreender, por sua vez, que a formulação e implementação de políticas sociais diferem conforme a forma de Estado, uma vez que a forma de Estado, como já reafirmado, pressupõe suas funções.

Sendo assim, as políticas desenvolvidas na forma de Estado pós-moderno diferem das formuladas na forma de Estado de Bem-Estar, quando puderam ser implementadas políticas sociais universais no espírito “da harmonia entre o progresso econômico e a distribuição equitativa dos frutos do crescimento” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284) e redes de proteção social foram estabelecidas sob a denominação de seguridade social.

Nada de bondade. “Apenas formas negociadas e civilizadas de lidar com as ameaças à ordem social” (VIANNA, 2008, p. 144).

“Considerando que a política social é uma das respostas à questão social produzida pela relação capital/trabalho, desencadeada pelas classes e pelo Estado, produto de uma correlação de forças determinadas” (BEHRING, 2008, p. 166), as políticas sociais postas em prática pelo Estado capitalista pós-moderno são cada vez menos universais e cada vez mais focalizadas, seletivas e amparadas no “indefectível discurso do ajuste fiscal, do corte dos gastos públicos” (VIANNA, 2008, p 145) e na ideia de que:

[...] políticas públicas de natureza coletiva, universal, são formas anacrônicas de lidar com a questão social (são caras, desperdiçam recursos, penalizam investimentos etc.); inovadoras são as estratégias que se dirigem a indivíduos, a pequenos grupos, a segmentos específicos da população pobre, que devem ser tratados de modo diverso, em respeito às diferenças que guardam entre si (VIANNA, 2008, p. 148).

As políticas sociais são, por sua vez, “o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (FALEIROS, 2009, p. 46), uma vez, que através destas, pode, por exemplo, a classe trabalhadora buscar satisfazer suas necessidades fundamentais como saúde e educação, e a classe capitalista aumentar seus rendimentos, já que a intervenção do Estado, sumariamente, se dá:

[...] no mercado pelo apoio que este dá às empresas ou aos indivíduos para produzir ou ascender aos bens e aos serviços existentes no mercado chegando mesmo a favorecer os 'mercados paralelos' para certos grupos sociais que não estão em condições de comprar bens ao preço corrente (FALEIROS, 2009, p. 47).

Deste modo, é importante discutir que a forma de Estado pós-moderno apresenta, assim, características formais e funcionais que acabam por determinar seu raio de atuação no que se refere à sociedade e ao capital.

Assim, conforme anúncio prévia nesta introdução, na mesma proporção em que o Capital se tornou globalizado, ocorreu também uma tendência de globalização das formas estatais, existindo “uma totalização da unidade e da luta entre as formas estatais capitalistas em nível nacional, regional e planetário” (FARIAS, 2013, p. 81).

O modo de produção capitalista encontra-se atualmente num momento de concorrência cada vez mais feroz entre os capitais numerosos na escala mundial; isso faz com que o modo estatal capitalista global atue, em sua vertente universal, como capitalista coletivo ideal para garantir tanto as condições prévias da reprodução ampliada quanto a mediações das configurações capitalistas planetárias. Mas, cada espaço capitalista nacional ou regional- seja pela maldição dos recursos naturais ou pelas estratégias oligopolistas do grande capital, dentre outros interesses econômicos, como a predominância das finanças, da exploração mineira ou da agroexportação – é obrigado a recorrer a todas as formas estatais realmente existentes na disputa no interior do mercado mundial (FARIAS, 2013, p. 81).

Nesse contexto, os Estados periféricos nacionais, mediante “as contradições do capital em geral e dos capitais numerosos na escala mundial” (FARIAS, 2013, p. 82), assumem o “salvamento da forma capital” (FARIAS, 2013, p.

82), inclusive colocando-se em causa sua “subsistência físico-financeira e, portanto, de sua capacidade para assegurar os serviços públicos, a seguridade social etc.” (FARIAS, 2013, p. 82).

Em vista do exposto, e no âmbito do modo estatal global, o Estado brasileiro na forma social-liberal, ocupou o lugar próprio ao de um país periférico e subdesenvolvido, que por assim ser, teoricamente, não teria como satisfazer plenamente as necessidades fundamentais do proletariado.

O que se viu com a eleição de Lula em 2002 e em seu segundo mandato em 2006, assim como nos governos de Dilma encerrados em 2016, foi a continuação do modelo neoliberal na economia.

Lula transformou o seu governo no paraíso dos capitalistas-banqueiros, especuladores em geral, latifundiários e os oligopólios nacionais e internacionais. [...] Além disso, o grande capital nacional e internacional, beneficiado com a política de juros altos, amealhou ainda grande parte do orçamento nacional, enquanto faltam verbas para a educação, a saúde, a infraestrutura e para os programas sociais. Para a população pobre sobram as esmolas do Bolsa Família, ou as bolsas universitárias do Prouni para socorrer os empresários do ensino privado (COSTA, 2013, p. 212).

Ainda no que tange ao atendimento das necessidades do proletariado:

[...] o legado de FHC para Lula, no campo da seguridade social, portanto, foi o incremento da focalização, em detrimento da universalidade, da parceria público-privada, em detrimento da primazia do Estado, da obstaculização, dilapidação, corrosão e desconstrução do conceito constitucional, tratando as políticas de seguridade separadamente, extinguindo o Conselho Nacional de Seguridade Social, e implementando uma política de financiamento parco, sob o argumento da escassez de recursos, apesar da imensa transferência de riqueza para os ricos e o capital financeiro internacional, numa profunda irresponsabilidade tanto fiscal quanto social (BEHRING, 2008, p. 160).

Ou seja: verifica-se que, durante os governos de Lula e Dilma, assim como nos de seus antecessores, o atendimento das necessidades do proletariado foi relegado a segundo plano em vista do atendimento dos interesses de uma fração do capital, embora como

[...] contraponto residual à governança para o capital, Lula tenha desenvolvido políticas de retomada do crescimento econômico, o que incorporou ao emprego formal expressivo contingente de trabalhadores, aumentando o salário-mínimo e realizando um conjunto de políticas compensatórias, focadas na pobreza extrema (COSTA, 2013, p. 267).

Interessa perceber que, por assumir o Estado brasileiro no período de 2003 a 2016 a forma do Estado social-liberal, que é de fato uma vertente da forma de Estado pós-moderno e neoliberal, as tentativas de satisfazer na aparência as necessidades do proletariado esbarraram na essência dessa forma do Estado que, por ocupar no “modo estatal global” uma posição periférica de país subdesenvolvido, tendo sua natureza comprometida com a minimização paliativa das desigualdades sociais e de renda, não priorizou o atendimento das múltiplas necessidades do proletariado.

Assim, como afirma Farias (2017, p. 27):

[...] oculta-se através dos fenômenos de financeirização e de desigualdade de rendimentos, a dimensão essencial da produção pela produção em que os capitalistas tentam superar a crise desvalorizando o capital e expandindo o exército de reserva, em vez de desconcentrar e descentralizar o capital e de reduzir a duração do trabalho para gerar empregos na população ativa.

Na tentativa de agradar a gregos e troianos, Farias (2016) avalia que a postura do governo social-liberal petista de amenizar a “luta contra a opressão de classes para chegar e permanecer no poder” (FARIAS, 2016, p. 07) permitiu que grupos “reacionários e corruptos aliados de direita – em detrimento dos interesses do proletariado” (FARIAS, 2016, p. 07) articulassem suas alianças com uma justiça seletiva, com a “mídia marrom, viabilizando a recomposição mais inclinada para a extrema direita, ou melhor, assumidamente ultraliberal e antiproletária, que implementou fácil e tranquilamente o golpe de Estado” (FARIAS, 2016, p.7).

Nesses termos, afirma-se que a forma do Estado social-liberal brasileiro não conseguiu de fato atender às demandas do proletariado. Ao contrário: abandonados à própria sorte, os movimentos sociais e de minorias minaram e:

[...] na falta de força política desse movimento revolucionário no Brasil, no desdobramento da crise política recente, simplesmente ocorreu uma renovação da dominação imperialista global e uma reconfiguração dos partidos de direita, sob uma direção política de progresso para uma ordem capitalista ultraliberal e antiproletária. (FARIAS, 2016, p.9).

Desse modo, apresentadas as principais categorias do estudo, realiza-se uma análise concreta da categoria “necessidade humana”, que, enquanto categoria situada no tempo e no espaço, se relaciona com as categorias de Estado e pós-modernidade de maneira particular e com o Estado social-liberal brasileiro e as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais desenvolvidas de 2003

a 2016, com destaque para a singularidade da política de saúde.

PARTE 1: O ESTADO PÓS-MODERNO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES DO PROLETARIADO

Introdução da Parte 1

Expõem-se nesta parte reflexões sobre a “forma de Estado” pós-moderno e suas distintas funções, analisando-se em especial as que possuem relação com o processo de satisfação de necessidades fundamentais do proletariado por meio da implementação de políticas sociais.

Dessa forma, parte-se da ideia de que o atendimento das necessidades fundamentais ou básicas do proletariado através da mediação de salários diretos e/ou indiretos não tem primazia dadas as funções do Estado que, num contexto de crise, vai buscar garantir a rentabilidade dos capitais, aumentando a taxa de exploração dos trabalhadores. A salvação do Capital tem, assim, a primazia em relação à salvação da força de trabalho.

Viu-se ainda que, devido à primazia atribuída ao Capital financeiro, há um estrangulamento do Capital produtivo. A dimensão produtiva do Capital é relegada, o que desfavorece o proletariado, havendo, assim, um rebatimento direto no atendimento das suas necessidades, uma vez que seus salários não podem ser aumentados.

As discussões foram embasadas em autores como Marx (1975), em que se constata o conceito de necessidade humana já na definição do que seriam as mercadorias em *O Capital*, perpassando este a obra como um todo; Heller (1986) que, após analisar as obras de Marx, infere que este conceito de necessidade permeia o entendimento do autor; Mandel (1982; 1991; 1992), autor utilizado como a principal referência contemporânea no estudo da categoria, para quem o conceito de “necessidades básicas”, por ele definidas como “fundamentais”, é bastante amplo e corresponde a um mínimo para uma vida digna; e Pereira (2011) que contrapõe o conceito de necessidades básicas ao de mínimo social previsto constitucionalmente, no caso brasileiro.

Para entender o contexto atual em que tais necessidades são satisfeitas

recorre-se a Jameson (1996), Jameson (1997) e Jameson (2005) que delimita em suas obras o que seria a pós-modernidade e como esta influencia a cultura, os costumes, a economia, isto é, a vida em sociedade; e Farias (2001a), Farias (2001b), Farias (2013), Farias (2017), economista marxista que realiza a discussão sobre o Estado a partir do método da crítica da economia política, compreendido como um grande silogismo que se expressa na dialética que vai da universalidade à singularidade, e a distinção entre suas formas e suas funções. Para tanto, será admitida da mesma forma, a premissa da distinção entre a natureza e o papel do Estado entendendo que este sempre desempenha um papel distinto conforme a sua natureza.

Além de autores como Mészáros (2002), Mészáros (2004), Netto (2004; 2012), Sposati (2004), Sposati (2007), Behring e Oschetti (2011), dentre outros, que discutem como se dá a satisfação de necessidades do proletariado na Contemporaneidade ao relacionarem a forma de Estado pós-moderno com as políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado e os interesses contraditórios do capital.

Na conjuntura de financeirização os salários são prejudicados, não podendo ser aumentados, nem empregos gerados. Se a primazia do sistema capitalista é o lucro, as necessidades sociais em seu conjunto não são atendidas. Nesse contexto, o Estado vai interferir para que o trabalhador tenha acesso não só aos salários diretos, mas também aos salários indiretos.

Mesmo assim, o que se conclui é que a forma de Estado pós-moderno, influenciado pelo Neoliberalismo, supervaloriza o interesse das atividades do mercado em detrimento do atendimento das necessidades humanas, o que reflete na implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado, sendo estas cada vez mais seletivas e focalizadas e cada vez menos universais.

Essa parte é dividida em três capítulos. No primeiro, trata-se do fim dos trinta anos gloriosos e o advento da era pós-moderna, discutindo-se a Pós-modernidade e o Estado pós-moderno; no segundo capítulo discute-se as determinações formais e funcionais do Estado pós-moderno na dinâmica contemporânea do modo estatal global e no terceiro e último capítulo dessa parte discutem-se a satisfação de necessidades do proletariado na era pós-moderna.

2 O FIM DOS TRINTA ANOS GLORIOSOS E O ADVENTO DA ERA PÓS-MODERNA

Introdução do Capítulo

O Estado, ao ser compreendido como um grande silogismo historicamente determinado, cujo entendimento parte da universalidade para a singularidade, varia suas funções conforme a sua forma. Sendo assim, para que se possa compreender como o Estado desempenha suas funções diversas no contexto particular da Pós-modernidade e quais as distintas características das suas diferentes formas, é necessário fazer uma breve explanação sobre o que se entende por Pós-modernidade. Assim, a partiu-se da leitura de autores como Jameson (1996; 1997; 2005), para quem a Pós-modernidade não exclui a luta de classes presente na essência do Estado; e Farias (2001a; 2001b; 2013; 2017) que entende o Estado a partir de suas determinações formais e funcionais, levando em conta seus aspectos objetivos e subjetivos, além daquilo que está posto na aparência e o que realmente consta na sua essência.

Além disso, discute-se como o Neoliberalismo sendo modelo social, econômico e político desenvolvido como “razão do mundo”, a partir dos anos 1980, segundo Dardot e Laval (2016), interfere na relação entre o Estado, o Capital, o proletariado e a oferta de políticas sociais de satisfação de necessidades deste.

Ao compreender que, assim como houve um fenômeno de mundialização do capital, como afirma Chesnais (2003), o Estado também passa a ser compreendido a partir de uma visão global, como nos aponta Farias (2013), faz-se necessária a discussão do conceito de “imperialismo global”, sendo este determinado pelo modo de produção e pelo “modo estatal global”.

Merece destaque dentre os aparelhos da superestrutura, o Estado, que, longe de ser neutro, é vinculado organicamente ao Capital (FARIAS, 2001a). Formam, assim, uma totalidade dialética em que, dependendo do tipo de relação, a forma-Estado desempenha certa função. Nessa lógica, a forma pressupõe a função.

Para compreender o Estado como ser dinâmico e complexo, deve-se analisá-lo para além da aparência e de sua objetividade, levando em conta sua essência e subjetividade.

A categoria Estado corresponde a um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente tanto no nível fenomênico quanto no essencial. Esta categoria se exprime sob a aparência de governo ou de regime político. Neste nível, os aparelhos do Estado apresentam-se como eixo material, em torno do qual gira um aspecto social, a saber, a legitimação do Estado, ou a democracia burguesa formal. [...] Esta essência da forma-Estado resulta da luta de classes sociais, tendo por eixo a divisão capitalista do trabalho, constituindo um todo contraditório (FARIAS, 2001a, p. 30).

Como um ser social cuja existência está situada no tempo e no espaço e sempre à base relacionada, a forma de Estado varia conforme o desenvolvimento da forma-Estado capitalista. Como a forma é anterior à função, o Estado adquire determinações diversas conforme as mudanças históricas, econômicas, sociais e políticas da sociedade; “portanto, todo exame das funções do Estado tem que ser precedido da análise da forma-Estado” (FARIAS, 2001b, p. 231).

O Estado é, pois, “um ser social com múltiplas determinações, reunindo unidade e luta” (FARIAS, 2001b, p. 230). Assim, ao depender da forma de Estado, o atendimento das necessidades sociais, que também variam no tempo e no espaço, é privilegiado ou não em detrimento do atendimento dos interesses dos capitalistas.

É nesse contexto que, no modo de produção capitalista [...] o Estado assume um papel mediador, no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados (FARIAS, 2001a, p. 40).

Tal mediação, entendida como uma das funções desempenhadas pelo Estado, se dá, dentre outras formas, através da oferta de políticas sociais que objetivam, sumariamente, a satisfação de necessidades do proletariado. Assim, [...] o Estado sempre exerceu uma dupla função: garantir o domínio da classe dominante sobre as classes exploradas, e assegurar os interesses gerais da classe dominante contra os interesses privados dos seus membros (MANDEL, 1992, p. 13).

Assim, observa-se que cabe ao Estado, independentemente de sua forma, a função de gerir a força de trabalho como mercadoria particular. Essa gestão, segundo Brunhoff (1985, p. 07), “responde a uma necessidade do capital que não pode ser diretamente satisfeita pelo próprio capital”.

Há, portanto, uma maneira particular de gerir a força de trabalho visto que é o Estado quem vai “assegurar a gestão do ‘estoque’ de força de trabalho de que o capitalista necessita, mas que não pode por si só assegurar diretamente.” (BRUNHOFF, 1985, p. 08).

Vista como condição necessária à manutenção do sistema capitalista, a existência do exército proletário de reserva só é possível devido a ação do Estado que assegura a reprodução do proletariado como um todo. Assim, “o salário direto permite a ‘reconstituição’ do trabalhador durante o período do emprego, mas não o ‘sustento’ do desempregado e do doente, nem a cobertura dos gastos familiares (ou ‘reprodução’).” (BRUNHOFF, 1985, p. 08).

A força de trabalho, enquanto mercadoria, tem particularidades que merecem atenção. Ainda segundo Brunhoff (1985, p.9), “todas as aparências suscitadas pela prática capitalista concorrem para que o salário apareça como o ‘preço do trabalho’”.

Nesses termos,

[...] do ponto de vista da prática imediata do capitalista, a força de trabalho aparece como uma mercadoria idêntica às outras: ela tem um valor de uso específico, serve para produzir valor; ela possui valor de troca e um preço; ela é então trocada por uma parte do capital, por uma parte de valor retirado pelo capitalista em vias do processo de valorização do capital. (DRUGMAN, 1981, p.89).

Com esse pensamento ignora-se que a força de trabalho, enquanto mercadoria, gera não só o valor necessário para sua reprodução, mas, sobretudo o “sobretabalho não pago criador de mais-valia” (BRUNHOFF, 1985, p.10).

Brunhoff (1981, p 136) discute ainda que alguns economistas consideram o salário como “um rendimento monetário que permite que os trabalhadores subsistam conforme o nível de vida que prevalece a uma época em um determinado país.”

Dessa forma, segundo ela, Marx define o valor da força de trabalho de acordo com o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador e de sua família, apresentando, assim, um elemento moral e histórico que designa que os tipos de consumo são variáveis conforme as épocas. (BRUNHOFF, 1981)

Destarte, “o valor da força de trabalho será determinado por um mínimo vital natural convertido nas necessidades psicológicas dos trabalhadores.” (BRUNHOFF, 1981, p. 137).

Assim sendo, colhe-se que há uma íntima relação entre o valor pago como salário e a satisfação das necessidades dos trabalhadores, sendo que este deveria ser suficiente para que o trabalhador pudesse se manter e manter sua família. Necessidades essas que, embora variem no tempo e no espaço, são de alguma forma

constantes em diferentes culturas. A necessidade de alimentação, moradia, saúde e Educação, por exemplo, são necessidades básicas que deveriam ser minimamente atendidas para que o trabalhador e sua família tivessem uma vida digna.

A autora aponta que Marx:

[...] enumera os valores de uso indispensáveis à conservação e reprodução da força de trabalho operário: desde a cesta básica de alimentação, o vestuário e a habitação até as despesas de saúde e de formação profissional, do mínimo fisiológico aos elementos socialmente determinados pela história (BRUNHOFF, 1985, p, 10).

Trata-se das necessidades que devem ser satisfeitas pelo proletariado para que este consiga reproduzir-se, necessidades estas que devem ser minimamente atendidas, até para garantir a manutenção do próprio sistema capitalista.

Ocorre, então, que, no Capitalismo, a satisfação dessas necessidades ocorre mediante a oferta de salários diretos e indiretos com os quais a parcela ativa do proletariado pode acessar os meios necessários para reproduzir-se e através da implementação de políticas sociais pelo Estado oferecidas, não só para a parcela ativa do proletariado, mas para seu conjunto como um todo.

Ao relacionar a forma de Estado com suas funções no desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea nota-se, por exemplo, que, na forma de Estado keynesiano, que correspondeu aos “trinta anos gloriosos” do Capitalismo se estendendo do pós-Segunda guerra mundial até o final da década de 1970, houve um apelo à satisfação de múltiplas necessidades dos trabalhadores e do Capital (visando sua expansão).

Esta forma de Estado foi capaz de realizar concessões em prol da classe trabalhadora, como as medidas legais que a legitimavam e produziam melhores condições de vida, “produzindo uma valorização do trabalho, com reformas e incrementos nos salários diretos e nos salários indiretos (seguros sociais)” (BRUNHOFF, 1986, p. 23).

Já na forma de Estado neoliberal, aqui entendida como sinônimo de forma de Estado pós-moderno, o sistema “é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Sendo assim,

[...] somente a partir da década de 1970, a contra-revolução burguesa da

nova era do capitalismo revelou, de maneira cada vez mais evidente, formas particulares de expressão tanto na base, marcada pela intensificação da subsunção real do trabalho ao capital, quanto na superestrutura, onde manifestam os fetichismos e as mistificações correspondentes (FARIAS, 2001a, p. 46).

Logo, o Estado intervencionista baseado nos princípios econômicos de Keynes entrou em desvantagem e, dada a crise do Capitalismo dos anos 1970, cedeu espaço para um modo de organização social, econômico e político que tem como características não somente a “menor” intervenção do Estado, mas contra este nos casos da implementação de políticas sociais de satisfação das necessidades do proletariado.

2.1 A pós-modernidade, o Estado pós-moderno, o neoliberalismo e a implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado

Cabe aqui discutir o que seria a Pós-modernidade e o Neoliberalismo e de que forma tais configurações influenciam no modo de organização da sociedade em seus âmbitos culturais, sociais, econômicos e políticos.

Assim, pensar a Pós-modernidade enquanto ideologia que norteia o modo de organização pós-fordista e sua relação com o modo de satisfazer necessidades humanas se faz fundamental, visto que:

[...] é evidente que uma das características centrais da cultura de consumo é a disponibilidade de uma vasta série de mercadorias, bens e experiências para serem consumidas, conservadas, planejadas e desejadas pela população em geral. Porém, esse consumo está longe de ser apenas o consumo de utilidades destinadas à satisfação de necessidades fixas (FEATHERSTONE, 1995, pp. 159-160).

Ao entender que a contradição, que é inerente ao modo de produção capitalista leva-o, ao longo de seu desenvolvimento, a passar por inúmeras crises, sejam de superprodução, como ocorreu em 1929, sejam de “superprodução de mercadorias e de capitais e pela subprodução de matérias-primas, especialmente alimentos e energéticos” (SALINAS, 2009, pp. 130-131), como ocorreu no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, percebe-se que a saída encontrada pelo próprio Capitalismo foi reinventar-se, mas sem mudar a essência: a de que há distintas classes com interesses contraditórios entre si, ou seja: a de que a riqueza socialmente

produzida continua sendo apropriada individualmente, independentemente dos rumos dados como solução da crise vigente.

“O capitalismo atravessa, assim, crises estruturais e as supera através de transformações profundas em seu funcionamento” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p.16). A crise é, portanto, algo que tem dimensão econômica, política, ambiental e cultural.

Dentre essas, merece destaque a crise que os principais países capitalistas conheceram no fim dos anos 1970, cujas formas de manifestação foram descritas como de baixo investimento e fraco crescimento, “desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p.15) e que tem, portanto, rebatimento direto no processo de satisfação de necessidades do proletariado.

A crise a que se está referindo diz respeito, grosso modo, à crise do modelo fordista-keynesiano, que desenvolvido durante 30 anos pelos países de capitalismo avançado, conseguiu conciliar os princípios do taylorismo com as regras de divisão do valor adicionado, favoráveis à alta regular dos salários reais. Além disto:

[...] essa articulação da produção e do consumo de massas apoiava-se no caráter relativamente autocentrado desse modelo de crescimento que garantiria a solidariedade macroeconômica entre salário e lucro. As características da demanda correspondiam à satisfação progressiva das necessidades das famílias em termos de bens de consumo e equipamentos. [...] Entendia-se que, no plano político e social, tais condições possibilitavam arranjos que até certo ponto articulavam a valorização do capital e um aumento dos salários reais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.195).

No entanto, no fim dos anos 1970, o modelo de crescimento baseado nos preceitos fordistas entrou em crise. Grosso modo, a crise se caracterizou pela queda da taxa de lucros, pela predominância financeira e por uma contradição entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas (produção pela produção) e o atendimento das necessidades do proletariado (FARIAS, 2015).

Assim, para o quadro conjuntural dos anos 1970, essa queda da lucratividade explica-se pela desaceleração “dos ganhos de produtividade, pela relação das forças sociais e da combatividade dos assalariados, pela alta inflação amplificada pelas duas crises do petróleo, em 1973 e 1979” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.196).

Além disso, a coexistência das altas taxas de inflação e de desemprego, “parecia desabonar as ferramentas da política econômica, em particular a ação benéfica do gasto público sobre o nível de demanda e o nível de atividade, logo, sobre

o nível do emprego” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.196).

Assim, como meio de tentar superar esta crise do ponto de vista puramente econômico, desenvolveu-se como políticas o monetarismo e o Neoliberalismo, que tem dentre suas características o privilégio do atendimento dos interesses do mercado em detrimento do atendimento das necessidades do proletariado.

Tivemos então que a partir de meados dos anos 1980, “a rentabilidade do capital aumentou e o controle sempre estrito dos salários e do custo do trabalho em geral, fez com que essa drenagem de renda para as camadas mais favorecidas assumisse proporções consideráveis” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 24). Outrossim, nesses termos, a nova política monetarista esforçou-se precisamente para responder aos dois problemas principais que eram a estagflação e o poder de pressão das organizações de assalariados (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim:

[...] o que se fez foi interromper a indexação dos salários pelos preços e, assim, transferir a sangria causada pelas duas crises do petróleo para o poder de compra dos assalariados em benefício das empresas. Os dois eixos principais da mudança de direção da política econômica foram a luta contra a inflação galopante e a recuperação dos lucros no fim dos anos 1970. O aumento brutal das taxas de juros à custa de uma grave recessão e de um aumento do desemprego permitiu lançar rapidamente uma série de ofensivas contra o poder sindical, baixar os gastos sociais e os impostos e facilitar a desregulamentação. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.196).

Deste modo, a partir da década de 1980, no que se passou a considerar teoricamente como a “pós-modernidade”, em que o Neoliberalismo passou a ser difundido como a alternativa única, Farias (2017) afirma que Estado e Capital se reestruturaram e se globalizaram.

No que se refere à reestruturação produtiva em particular, Farias (2017), aponta que esta leva à:

[...] intensificação da alienação do trabalho em razão das normalizações (desregulações) estatais e contratuais próprias aos capitais numerosos, sob a primazia do mercado livre e eterno (naturalizado), assim como do fenômeno de exuberância financeira e de desigualdade de renda, que implicam, sobretudo, fluxo tensionado (cadeia de montagem seja real, seja virtual, em que não se para nem para se coçar nos tempos pós-modernos, nem para fazer greve em tempos de fim da história), restrição de implicação (formiga do capital que veste a camisa da empresa) e servidão voluntária (produtivismo, simulação, carreirismo e competência, em vez de formação e qualificação). (FARIAS, 2017, p. 20).

Dessa forma, por existir uma relação orgânica entre Capital e Estado, sendo estes situados no tempo e no espaço, à medida que o Capital adquire novas

formas de dominação e exploração da classe trabalhadora, o Estado também medeia essas relações de maneira diversificada. Assim:

[...] o surgimento e a difusão na escala mundial de formas de dominação e exploração próprias ao capitalismo tardio na sua configuração pós-moderna e global, com diversos ataques ao estatuto e aos direitos da população ativa, como o produtivismo, a deslocalização, a flexibilização, a atratividade, a terceirização e a uberização, dependendo da correlação de forças classistas, implicam mudanças específicas mais ou menos violentas na legislação trabalhista, no quadro das premissas e das mediações estatais das relações contraditórias entre o capitalista e o trabalhador (FARIAS, 2017, p. 11).

No que se refere à estruturação e dinâmica do capital industrial pós-fordista, Farias (2017) afirma que, na conjuntura atual, em que há a globalização não só econômica, mas também da luta de classes, além de um desenvolvimento desigual, há uma:

[...] mediação global e pós-moderna que atravessa as conjunturas históricas tanto político-militar da grande estratégia geopolítica da *Pax Imperialis*, quanto político-social das integrações e socializações dominantes neoliberais, sob a configuração do modo estatal global. (FARIAS, 2017, p.22)

Sendo assim, observa-se que a luta de classes, presente na essência do Estado independe da forma de Estado assumida, sendo a forma-Estado capitalista, portanto, inerente.

Destarte, constata-se que o Pós-modernismo não é a dominante “cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 1996, p.16).

Trata-se, conseqüentemente, de um termo novo para designar um modo de organização antigo que foi empregado, então, porque “desvia devidamente a atenção da economia, ao mesmo tempo que permite que fatores econômicos e inovações tecnológicas mais recentes [...] sejam recatalogadas sob o mesmo título.” (JAMESON, 1996, p. 17-18).

Assim, como reinvenção do novo, surge o “capitalismo tardio”, ou “multinacional ou de consumo, [...] que constitui a mais pura forma de capital que jamais existiu, uma prodigiosa expansão do mercado que atinge áreas até então fora do mercado” (JAMESON, 1996, p. 61).

Nesses termos, o início da era do capitalismo tardio foi marcado, segundo

Mandel (1982), pelo poder coercitivo do Estado burguês que intervém na “economia de maneira cada vez mais direta, tanto para assegurar a coleta regular dos superlucros do monopólio exterior, como para garantir as condições da acumulação regular do capitalismo em sua pátria.” (MANDEL, 1982, p. 222)

O que se percebe, então, é o Pós-modernismo como a dominante cultural da lógica do capitalismo tardio que teria como características:

[...] além das empresas transnacionais [...], a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais e de bolsas de valores (incluindo as imensas dívidas do Segundo e do Terceiro Mundo), novas formas de inter-relacionamento das mídias [...], ao lado das consequências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional. (JAMESON, 1996, p. 22-23)

Consequências essas que têm influência direta no modo de satisfação de necessidades do proletariado pela via da oferta de políticas sociais de satisfação de necessidades pelo Estado, uma vez que a ideologia do mercado atinge também a maneira com que avaliamos o Estado.

Mas é isso, precisamente, que nos coloca na trilha da tendência mais poderosa da ideologia contemporânea, para a qual qualquer coisa rotulada como pública fica irremediavelmente maculada, qualquer coisa que cheire a instituição desperta aversão e repúdio de maneira subliminar, quase pavloviana, qualquer coisa que se considere representar o Estado ou as instituições-satélite que o rodeiam é imediatamente marcada como negativa e vigorosamente repelida [...] acompanhada de todas as fantasias de gratificação e consumo devidamente utópicas, as quais a sociedade de mercado é capaz de gerar. (JAMESON, 1997, p. 73-74)

Como principal característica dessa nova forma de Estado - forma de Estado capitalista pós-moderno - destaca-se a mescla entre um Estado forte e um Estado fraco. Assim:

[...] como Estado fraco, é personificado por um agente social débil entre os outros sujeitos, que atua como guardião neutro da ordem. [...] Entretanto, as políticas neoliberais recentes têm exigido um Estado forte que se move na direção oposta à neutralidade; revigorando-se, expandindo-se e autonomizando-se para controlar o sistema tanto no âmbito do orçamento e da moeda quanto das atividades judiciais e policiais. (FARIAS, 2001a, pp. 57-58)

A Pós-modernidade prega a volta do culto ao mercado como aquele que eficientemente satisfaz necessidades em detrimento do Estado; a forma de Estado pós-moderno se caracteriza, assim, por ser um ser social que prioriza o atendimento

dos interesses do capital em detrimento do atendimento de necessidades do proletariado.

Em suma, a passagem da modernidade para a época pós-moderna traduz-se numa profusão de fenômenos, sinais de crise: - o desenvolvimento do individualismo; a diminuição do papel do Estado; a progressiva preeminência da mercadoria acima de qualquer outra consideração; o reino do dinheiro; a transformação da cultura em modas sucessivas; a massificação dos modos de vida que andam de mão dada com a individualização e a exibição do querer parecer; [...] a publicização da esfera privada e a privatização do domínio público. (SILVA, 2010, p. 46-47)

O Estado pós-moderno não pode, porém, negligenciar todas as necessidades sociais. Dessa forma, o papel do Estado na oferta de políticas sociais é central e fundamental na vida do proletariado. Embora opressor e centralizador, o Estado é necessário ao “bom” andamento da vida capitalista em sociedade.

Nestes termos, as concessões feitas por este se inscrevem num contexto de produção capitalista, em que devem por um lado “assegurar a garantia da propriedade privada e a acumulação de capital e por outro lado, garantirem o clima social necessário a esta acumulação”. (FALEIROS, 2009, p. 53)

Diante disso, [...] a fim de reduzir os riscos, a burguesia precisa tanto de um aparato de repressão e um aparelho de doutrinação ideológica dos explorados e oprimidos, sobretudo do proletariado assalariado. (MANDEL, 1992, p. 153)

Como já fora apontado, o Estado desempenha suas funções segundo a sua forma. Assim, sabe-se que, na forma de Estado de bem-estar social, por exemplo, as funções de mediação e de oferta de políticas sociais de satisfação de necessidades dos trabalhadores eram mais articuladas do que hoje, na forma de Estado pós-moderno.

Isso se dá porque, enquanto para Keynes, o importante era não somente investir no financiamento público do trabalho, criando empregos, mas também no setor privado. (BRUNHOFF, 1986)

O contrário se afirma, para a forma de Estado pós-moderno, uma vez que:

[...] no âmago do projeto neoliberal repousa, por sua vez, a tentativa de se impor um novo padrão de acumulação, uma nova etapa de expansão capitalista que, dentre outras coisas, implicaria um novo ciclo de concentração de capital nas mãos do grande capital internacional. A condição política para o êxito deste projeto é a derrota ou, pelo menos, o enfraquecimento das classes trabalhadoras e das organizações reivindicatórias e partidárias. Nesse contexto torna-se primordial destruir as

instituições de bem-estar social, por constituírem uma das bases da ação coletiva e solidária [...] dos indivíduos. A essa necessidade política acrescenta-se o objetivo econômico de destruir as instituições públicas, para estender os investimentos privados a todas as atividades econômicas rentáveis. Nesse esquema, é importante o papel que desempenham os seguros e a produção privada dos serviços sociais, como demonstra o complexo médico-industrial norte-americano, por exemplo, uma das atividades econômicas privadas mais importantes dos EUA. (LAURELL, 2009, p. 164)

O Estado pós-moderno passa, então, a investir cada vez menos em políticas universais e apela cada vez mais para políticas focalizadas e seletivas ao propor a ideia de que a maior parte de nossas necessidades deve ser satisfeita pelo mercado a partir da busca individual de cada “sujeito neoliberal”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321), que, compreendido:

[...] como conceito, raramente tem alguma coisa a ver com escolhas e com liberdade, uma vez que todas são já determinadas, quer estejamos falando de novos modelos de carro, de brinquedos ou de programas de televisão: selecionamos entre alguns, sem dúvida, mas não podemos dizer que influímos na escolha real de nenhum deles. (LAURELL, 2009, p. 273)

É importante salientar que a discussão sobre o conceito dos diferentes tipos de necessidade do proletariado é imprescindível à formulação de políticas sociais, meios estes utilizados pelo Estado para buscar garantir a existência e a reprodução deste conjunto oprimido, visto que “não há serviços sociais sem a delimitação daquelas necessidades a serem satisfeitas”. (PEREIRA, 2011, p. 38)

Assim, a partir da delimitação do que seriam essas necessidades como, por exemplo, a saúde, a Educação, o lazer e a Cultura, o Estado passa a intervir com a oferta de políticas sociais para minimamente satisfazê-las, uma vez que “falar atualmente em direitos e políticas sociais públicas implica recorrer ao conceito de necessidades humanas básicas que lhes serve de fundamento”. (PEREIRA, 2011, p. 35)

Destaque-se, por sua vez, que na experiência brasileira recente prevalece na elaboração e implementação de Políticas sociais o neoliberalismo que restringe a função do Estado no que tange ao atendimento de necessidades sociais da população, e estende a “lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 07)

Com o Neoliberalismo criou-se, assim, um “novo conjunto de regras que definem não apenas outro ‘regime de acumulação’, mas também, mais amplamente,

outra sociedade”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24)

Assim:

[...] progressivamente uma nova orientação tomou corpo em dispositivos e mecanismos econômicos que mudaram profundamente as ‘regras do jogo’ entre os diferentes capitalismos nacionais, assim como entre as classes sociais em cada um dos espaços nacionais. As mais famosas das medidas adotadas foram a grande onda de privatizações de empresas públicas (na maioria das vezes vendidas a preço de banana) e o movimento geral de desregulamentação da economia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 197)

Dardot e Laval (2016) reforçam ainda a ideia de crescimento do capitalismo financeiro nas décadas de expansão do modelo neoliberal. Ideia esta que já é discutida por Chesnais (2003) quando este se refere ao processo de “mundialização do capital” no início dos anos 1990. Nesse contexto, “o mercado financeiro se autonomizou em relação à esfera da produção e das trocas comerciais, aumentando a instabilidade já crônica da economia mundial.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 200)

Nesses termos, merece destaque, dentre as consequências do fortalecimento do capitalismo financeiro, as inúmeras consequências sociais que afetam diretamente a vida do proletariado em vários países e seu processo de reprodução pela satisfação de suas necessidades fundamentais e socialmente construídas. Segundo Dardot e Laval (2016), há com a financeirização uma maior concentração de renda e de patrimônio, além de uma deflação salarial que traduziu um poder maior dos detentores dos capitais, “o que lhes permitiu atrair um acréscimo importante de valor, impondo seus critérios de rendimento financeiro a toda a esfera produtiva e fazendo as forças de trabalho competirem em escala mundial.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 201). Além disso, houve um empobrecimento absoluto e relativo dos assalariados, o que contribuiu para sua submissão ao poder das finanças e ao endividamento. (DARDOT; LAVAL, 2016)

O fortalecimento do Capitalismo financeiro se deu, assim, sobre a base da instauração da concorrência generalizada, inclusive na esfera da subjetividade; havendo, assim, uma “nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202)

Enfatize-se, então, que a implementação do Neoliberalismo como estratégia de possível superação da crise não beneficiou o proletariado visto que, dentre as inúmeras características do modelo neoliberal [...] o poder de compra do salário por hora de trabalho (compreendendo os benefícios sociais) continua a

aumentar muito lentamente. Inversamente, as rendas do capital [...] conheceram uma verdadeira explosão. (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 23)

É, assim, notório o quanto no sistema capitalista a produção não é voltada para a satisfação das necessidades do proletariado, mas para o atendimento dos interesses do mercado, o que Marx (1867) descreve como “a produção pela produção” e como a “resolução” das crises normalmente apresenta resultados negativos do ponto de vista das condições de existência e de reprodução do proletariado.

Isso se dá, sumariamente, porque:

[...] durante a vigência do capitalismo (e também do capital), o valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca, que passou a comandar a lógica do sistema de produção. As funções produtivas e reprodutivas básicas foram radicalmente separadas entre aqueles que produzem (os trabalhadores) e aqueles que controlam (os capitalistas e seus gestores). Tendo sido o primeiro modo de produção a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades sociais, o capital instaurou, segundo a rica indicação de Mészáros, um sistema voltado para sua autovalorização, que independe das reais necessidades autor reprodutivas da humanidade. (ANTUNES, 2011, p. 16)

Há, dessa forma, uma despreocupação objetiva com a satisfação das necessidades do proletariado, visto que a “solução” da crise aponta para a manutenção dos privilégios da parte especulativa financeira, o que repercute na qualidade de vida do proletariado ao diminuir cada vez mais os investimentos em políticas de satisfação de suas necessidades básicas, como saúde, educação, moradia e transporte, por exemplo.

Pelo exposto, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o Neoliberalismo passou a ser interpretado como uma simples ideologia e uma política econômica inspirada nessa ideologia. Segundo esse entendimento, o mercado seria entendido como uma realidade natural e qualquer intervenção estatal levaria a uma desorganização do sistema que naturalmente se organizaria. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Há de se concordar, por sua vez, que essa é uma visão simplista e que não contempla a real dimensão que o Neoliberalismo ocupa enquanto “nova razão do mundo” visto seu sucesso em disseminar padrões para o trato das questões de ordem política, social, econômica e individual. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao

mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.7)

Assim, a partir do final dos anos 1970, um novo conjunto de políticas foi imposto com destaque para as figuras de Paul Volcker, então presidente do *Federal Reserve*, Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Inglaterra) e houve, então, um freio no desenvolvimento de políticas sociais cujos fins imediatos eram a satisfação de necessidades dos trabalhadores e de políticas econômicas pelo restabelecimento das prerrogativas das finanças, sendo que “este foi um processo consciente, deliberado, cuidadosamente orquestrado, e não o resultado de um mecanismo de mercado qualquer.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 32)

Nesses termos, “o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26), visto que o programa político desenvolvido por Reagan e Thatcher, imitado por muitos governos e continuado por organismos internacionais com o FMI e o Banco Mundial, “apresenta-se primeiro como um conjunto de respostas a uma situação considerada ingerível em vistas do excesso de democracia que surgiu nos anos 1960”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 194)

Nesses termos ainda, os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo e expansão de políticas consideradas conservadoras e neoliberais, sendo que os nomes de Ronald Reagan e Margaret Thatcher representavam o rompimento com políticas do *bem-estar social* e ou ainda das experiências de estado de bem-estar social da social-democracia europeia e a “implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189)

Destarte, “os governantes conservadores da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos adotaram políticas de desinflação aos custos de um desemprego elevado. O objetivo do pleno emprego deixa de ser prioridade.” (BRUNHOFF, 1986, p. 27)

Sob a justificativa de que as sociedades eram “sobretaxadas, super-regulamentadas e submetidas às múltiplas pressões de sindicatos, corporações egoístas e funcionários públicos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189), o regime neoliberal se apresentou como a melhor solução para a crise econômica e social do modelo fordista-keynesiano de acumulação do capital desenvolvido durante as experiências próprias as formas de Estado de bem-estar social. “Na realidade, o alastramento relativamente fácil do neoliberalismo a partir dos anos 1970 não foi

apenas um fenômeno britânico, mas uma impressionante evolução internacional que se estendeu de uma forma ou de outra a todo o planeta”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 105)

Há, dessa forma, uma clara articulação entre diferentes forças e poderes políticos e econômicos que apoiados uns nos outros em nível nacional e internacional, fazem do Neoliberalismo um sistema normativo dotado de certa eficiência para além de uma ideologia de culto ao mercado, isto é, “capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência” disso. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15)

Percebe-se, assim, que a crise conduziu a um fortalecimento das políticas neoliberais “na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 13-14)

A expansão do Neoliberalismo como modo de organização econômico, social e político influenciou não somente as relações econômicas dos países, mas, principalmente, a cultura e os valores dos cidadãos.

Entende-se, assim, que o Neoliberalismo é uma “racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17)

Nesses termos, “nas últimas décadas ocorreu uma transferência de poder das pessoas, como cidadãos, para as mesmas pessoas, como consumidores e investidores”, um novo padrão para as relações sociais. (REICH, 2008, p. 03)

Assim, o Neoliberalismo estende a lógica do mercado para além das fronteiras do mercado produzindo:

[...] uma subjetividade contábil pela criação de uma concorrência sistemática entre indivíduos. [...] Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo, ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um ‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

É nesse contexto foi que o atendimento de necessidades do proletariado via oferta de políticas públicas operacionalizadas pelo Estado passou a ser cada vez mais substituído pelo consumo de mercadorias disponíveis no mercado, entendido então como o local privilegiado de satisfação de necessidades humanas, sejam fundamentais sejam socialmente construídas.

Temos então, do ponto de vista da sociabilidade humana, que o

neoliberalismo:

[...] impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Dessa forma, os efeitos do Neoliberalismo são percebidos a olho nu e a satisfação de necessidades fundamentais do proletariado fica em segundo plano em relação ao aumento dos lucros.

Sendo assim, a intervenção estatal no processo de satisfação de necessidades se faz de fundamental importância, entendido ser o Estado, por essência, o ser social mediador da contraditória relação entre capitalistas e força de trabalho, e visto que, sumariamente:

[...] a única maneira de nossa personalidade de cidadão prevalecer sobre nossa personalidade de consumidor e de investidor é por meio de leis e regulamentos que tornem nossas compras e investimentos não só uma escolha pessoal, mas também social. (REICH, 2008, p. 130)

Ocorre, por sua vez, que até mesmo as políticas públicas desenvolvidas pelos Estados-nações visando o atendimento das necessidades sociais não ocorrem de maneira desinteressada visto que “caso se proponha alguma política pública que aumente os custos de muitas empresas ou setores, as partes afetadas se reúnem para derrubá-la.” (REICH, 2008, p. 214)

Isso se dá porque o Estado capitalista sempre amparou o mercado moderno e:

[...] ao contrário de certa percepção imediata, e de certa ideia demasiado simples, de que os mercados conquistaram a partir de fora os Estados e ditam a política que estes devem seguir, foram antes os Estados, e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19)

Nesse sentido:

[...] há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. As circunstâncias desse sucesso normativo foram descritas inúmeras vezes. Ora sob seu aspecto político (a

conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas da solidariedade coletiva, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da nova razão do mundo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 200)

Com a adesão “voluntária” ao Neoliberalismo há, assim, uma nova lógica normativa que orienta as políticas públicas, por exemplo, e os comportamentos em uma nova direção, sendo esta lógica articulada diretamente com o Estado, o que necessariamente influi no modo como este ser social executa suas funções.

Assim há a presença de uma articulação entre um Estado forte e fraco, como aponta Farias (2001a), coexistindo então uma “Economia livre, Estado forte”, como destaca Dardot e Laval (2016).

Claro que, por ter o Capital uma relação orgânica com o Estado, a financeirização da economia, assim como a mundialização daquele, afeta diretamente a maneira como o Estado passa a desempenhar suas funções.

“Nada é mais indicativo disso do que o papel dos Estados e das organizações econômicas internacionais no estabelecimento do novo regime de acumulação predominantemente financeiro.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202)

Assim:

[...] desde que a globalização começou a ser puxada pelas finanças, a maioria dos países viu-se na impossibilidade de tomar medidas que iriam de encontro aos interesses dos detentores do capital. Por isso, eles não impediram nem a formação de bolhas especulativas nem o estouro delas. Mais ainda, por uma política monetária que se afastou do monetarismo clássico, contribuíram para sua formação – como os Estados Unidos a partir de 2000. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 200)

Deste modo, tem-se em vista que também “o novo capitalismo está profundamente ligado à construção política de uma finança global regida pelo princípio da concorrência generalizada”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202)

Então, passou o Estado a partir dos anos 1980 a constituir, na condição de mediador ou de “guardião do direito privado”, uma finança de mercado, “em vez de uma gestão mais administrada dos financiamentos bancários das empresas e das famílias.” (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 157; 202)

A forma de Estado neoliberal é, assim, “construtor, vetor e parceiro do capitalismo financeiro, [...] tornando-se efetivamente, graças à crise, a instituição financeira de última instância.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205). Logo, em vez de uma retirada do Estado, há, por sua vez, um maior reengajamento político do Estado

sobre “novas bases, novos métodos e novos objetivos”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190)

Nesses termos, há também no que se refere ao papel da forma de Estado neoliberal:

[...] um papel maior da defesa nacional contra os inimigos externos, da polícia contra os inimigos internos e, de modo geral, dos controles sobre a população, sem esquecer o desejo de restauração da autoridade estabelecida, das instituições e dos valores tradicionais, em particular os ‘familiares’. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190)

O Neoliberalismo revela ainda uma “subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190), sendo que, sob a dominância financeira, o regime de acumulação ora vem voga é uma expressão do processo de mundialização do capital, entendido da mesma forma como “uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro” (CHESNAIS, 2003, p. 46). Esse novo arranjo acarretou mudanças nas “relações entre os Estados e as frações do capital e nas relações políticas entre os capitalistas e a força de trabalho” (CHESNAIS, 2003, p. 46), o que rebate diretamente no modo de satisfação de necessidades fundamentais deste conjunto de seres explorados, visto “a introdução do grau máximo de flexibilidade, tanto sobre o mercado de trabalho quanto sobre a organização cotidiana da atividade, e a precarização do salariado pouco ou medianamente qualificado” (CHESNAIS, 2003, p. 51).

Na era da “mundialização do capital”, o regime de acumulação com a hegemonia do capital financeiro leva a uma “mundialização financeira que possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação [...] das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial”. (CHESNAIS, 2003, p. 53)

No quadro complexo da “reprodução ampliada do capital social” (MARX, 1867), faz-se necessário o entendimento de como as relações econômicas e estatais se tornaram globais ensejando como consequências o surgimento e difusão em escala mundial de novas formas de dominação e exploração, objeto de discussão da próxima seção.

2.2 A forma de Estado pós-moderno e a implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades na era do imperialismo global

Partindo-se do entendimento do “imperialismo global” como referente ao processo de globalização do Estado e do Capital, percebe-se que o Estado capitalista passou a atuar no sentido de liberalizar a atividade capitalista global de impedimentos históricos, ecológicos, morais, físicos e intelectuais, inclusive com ataques aos estatutos e direitos do proletariado, compreendido, portanto, o seu caráter destrutivo da natureza e da humanidade.

Entendendo, pois, que a oferta de políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado pelo Estado está intimamente relacionada à natureza deste e ao local que este ocupa no quadro da globalização neoliberal, Farias (2013) discute o processo de reorganização e articulação dos Estados nacionais tanto no nível de forma interna quanto de função enquanto elementos da nova conjuntura cada vez mais global.

Pontua ele, então, que é preciso apreender as determinações nacionais e regionais do “modo estatal capitalista global”, destacando o fenômeno da reestruturação capitalista, que acompanha o processo de mundialização neoliberal.

Assim, mesmo entendendo que as crises são cíclicas no modo de produção capitalista, sendo a ele inerentes, Farias (2017, p. 22) afirma que, com o “imperialismo global” há uma tendência em transformar toda crise em crise global, e toda guerra em uma guerra “permanente e sem limites, mesmo quando direcionada contra um só país e uma mesma região do globo”.

Nesses termos, fala-se agora da “crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 130).

Antunes (2011, p. 11) concorda, então, com Mézáros (2011), ao afirmar que o sistema de capital, por não ter limites no que se refere à sua expansão, é sem controle e extremamente destrutivo do homem e da natureza. Nesse contexto, tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital sem que se leve em conta as reais necessidades sociais do proletariado.

Marx (1867) já destacara que o Capital não é um simples objeto, mas uma

relação social de produção, e hoje, podemos também caracterizar o capital como um sistema “expansionista na busca crescente e desmedida de mais-valor, destrutivo na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade”, tornando-se, no limite, incontrolável (ANTUNES, 2011, p. 11).

Afirma, assim como Mészáros (2011), que, diferente dos períodos cíclicos de expansão e retração do Capital, dos anos 1970 em diante, há o aprofundamento de uma crise estrutural deste, crise esta que é vista pelos autores como sem solução uma vez que há cada vez mais evidente uma “disjunção radical entre a produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital [...] gerando consequências devastadoras para a humanidade.” (ANTUNES, 2011, p. 11).

Nesses termos, o sistema de capital passa a se desenvolver recorrendo:

[...] à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Isso porque o capital não considera valor de uso (que remete à esfera das necessidades) e valor de troca (esfera de valorização do valor) de forma separada, mas, ao contrário, subordinando radicalmente o primeiro ao segundo. (ANTUNES, 2011, p. 12).

Portanto, considera-se que a crise estrutural, a que se refere Mészáros (2011), é mais grave e diferente das crises já vivenciadas pelo Capital.

Segundo esse autor, embora continue a ser uma crise estrutural comparável a dos finais dos anos 1960, a crise vivenciada a partir de 2008 é diferente no sentido de que irrompeu de maneira global com grande veemência, dado o quadro conjuntural do “imperialismo global”.

Eu comparava a natureza de época da crise estrutural do sistema de capital em curso com o caráter cíclico e conjuntural das crises econômicas do passado. A ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do desenvolvimento capitalista conjuntural e continuará, enquanto o capitalismo sobreviver. Mas, na nossa época histórica, há um tipo muito mais fundamental de crise que se combina com crises capitalistas cíclicas e afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo. A crise estrutural se faz valer ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica. (MÉSZÁROS, 2011, p.136)

Mészáros (2011) aponta então que a crise do Capital, vivida a partir de 2008, é global, estrutural e sistêmica e que “a grande crise econômica mundial de 1929-1933 se parecia com ‘uma festa no salão de chá do vigário’ em comparação com a crise na qual realmente estamos entrando” desde 2008 (MESZÁROS, 2011, p. 17).

Esse autor sustenta ainda a ideia de que a crise atual não é mais uma crise

cíclica tradicional, “uma vez que tanto o âmbito como a duração da crise a que fomos submetidos nas últimas duas décadas superam hoje os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 41). Trata-se, portanto, de uma “crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 27).

Já MéSZáros (2002), alertava para o fato de que o Capitalismo enfrentava uma profunda crise, impossível de ser negada mesmo por seus beneficiários, e para a relação de promiscuidade existente entre Estado e capital ao afirmar que:

[...] o resultado necessário das intervenções estatais a serviço da expansão do capital – não importa o grau de sua generosidade – estava destinado a ser não apenas o crescimento cancerígeno de setores improdutivos da indústria no interior da estrutura global da produção do capital, mas igualmente importante a grave distorção da estrutura capitalista de custos sob o impacto de contratos realizados sob a justificativa ideológica de que eram vitais para o interesse nacional. (MÉSZÁROS, 2002, p.983).

Mediante tal realidade, o autor analisa de forma superficial, então, a natureza dessa crise global, com vistas a superá-la. Inicialmente pontua que o discurso dominante é de que é necessário “confiar” no mercado e de que a crise atual, apesar de perversa, vai ser superada. (MÉSZÁROS, 2011)

Ocorre que, mediante a crise, a confiança no sistema não se sustenta mais e passa a intervenção estatal a ser apresentada como possível “solução”, mas no quadro teórico do “modo estatal global”, os Estados-nações não desaparecem, mas se articulam de formas diversas regional e mundialmente. Um exemplo real dessa possível solução foi a injeção de trilhões de dólares no ano de 2008 pelos Estados Unidos para “salvar” a economia personificada pela burguesia financeira (MÉSZÁROS, 2011; FARIAS, 2013).

Ocorre que essa conta tem sido apresentada e paga pelo proletariado e:

[...] o perturbante, contudo, é que nossos políticos e banqueiros endinheirados parecem pensar apenas nos zeros, e não nas suas ligações substantivas, quando apresentam esses problemas para consumo público. E essa abordagem provavelmente não pode funcionar indefinidamente. Pois é preciso muito mais do que zeros para escapar do buraco sem fundo do endividamento global ao qual estamos condenados pelo sistema que eles agora querem salvar a todo custo. (MESZÁROS, 2011, p. 22).

Da mesma forma, segundo o autor, mesmo a aplicação de dinheiro público não é suficiente para solucionar a crise e seus problemas, visto que se trata de uma crise que atinge não somente o setor financeiro, mas também o setor produtivo.

MESZÁROS, 2011)

Por consequência, embora seja quase sempre entendida como único viés da crise, a crise no sistema financeiro é apenas um dos aspectos de um conjunto de “normas que envolveram progressivamente todos os aspectos da atividade econômica, da vida social e da política dos Estados desde o fim dos anos 1970.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28).

Dessa forma:

[...] a imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação do capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior. (MESZÁROS, 2011, p. 25).

Os efeitos da crise são, por sua vez, sentidos de maneira mais expressiva pelo proletariado, que sofre no cotidiano os efeitos do crescimento do desemprego e a miséria humana a ele associado. Dessa forma, “esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão.” (MESZÁROS, 2011, p. 25).

Nesses termos, a crise mostrou até que ponto o Estado capitalista em suas distintas formas de existência se fez o “coprodutor voluntário das normas de competitividade, à custa de todas as considerações de salvaguarda das condições mínimas de bem-estar, saúde e educação da população.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Dessa forma, percebe-se ainda que tal configuração afeta diretamente a maneira como o proletariado tem satisfeito suas necessidades, dada a sua atual posição no mundo do trabalho. Isso porque:

[...] com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante direcionada para a autorreprodução do capital, intensificam-se as consequências destrutivas [...] que colocam em risco o futuro da humanidade: a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza. (ANTUNES, 2011, p. 12).

Então, refere o autor que o mundo entrou numa contradição vital em que se o desemprego continua a aumentar, aumentam com ele as formas mais cruéis de

degradação e barbárie social. (ANTUNES, 2011)

Por outro lado, se o mundo produtivo retomar os níveis de crescimento anteriores, aumentando a produção “e seu modo de vida fundado na superficialidade e no desperdício, teremos a intensificação ainda maior da destruição da natureza, ampliando a lógica destrutiva hoje dominante.” (ANTUNES, 2011, p. 13).

Nesses termos, pontua o autor que, na relação entre Estado e capital, não se tem de imediato nenhum indicativo de favorecimento do proletariado em seu conjunto e afirma que:

[...] quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados; ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

Colhe-se, assim, que mesmo com todos os esforços do Estado capitalista as tentativas de conter a crise sistêmica e estrutural do capital são vãs.

Nesse sentido, as recentes tentativas de conter os sintomas da crise que se intensificam pela nacionalização – camuflada de forma cínica - de grandezas astronômicas da bancarrota capitalista, por meio dos recursos do Estado ainda a serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual movimento de desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2011, p. 29).

Percebe-se, então, que “é impossível visualizar uma solução para tal problema estrutural pela simples “criação de mais empregos”, pela “reestruturação da economia”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 85).

O que está em jogo não é realmente a eficiência do capital, que pode ser aperfeiçoada pela maior ou menor realocação drástica dos recursos econômicos, mas, ao contrário, a verdadeira natureza da sua produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável auto expansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo que esteja em seu caminho. (MÉSZÁROS, 2011, p. 85).

Mészáros (2011) pontua, pois, a relação vital entre o desenvolvimento do capitalismo e a destruição ecológica afirmando que em defesa do consumo de massa,

pouco se pensou na natureza. “Assim, os agressivos acontecimentos aventureiros em curso puseram nitidamente em relevo a perigosa direção do capital para a destruição da humanidade.” (MESZÁROS, 2011, p. 108)

Sendo este um tema de preocupação recente, hoje as questões ecológicas são usadas também como pano de fundo para desviar a atenção dos problemas sociais e políticos típicos do Capitalismo. Assim:

[...] as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente”: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie humana”, a sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários. (MÉSZÁROS, 2011, p.52)

Na conta do proletariado se coloca, então, mais uma enorme dívida: a dívida com a natureza. “Obviamente, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 53). Arruinados seguem, então, o proletariado e a natureza para manter em funcionamento o sistema.

Claro que o tema da importância da preservação da natureza, inclusive para manter a vida humana, é concreto e embora desvirtuado pelo sistema há de se concordar que “na verdade, o problema da ecologia é real já há algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões à necessidade do crescimento capitalista, aos poucos tenham dado alguma atenção a ele.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 52).

Vê-se, assim, que:

[...] a capacidade de destruição incorrigível do capital afeta, em nossos dias, todas as pequenas facetas de nossa vida, desde a irresponsável dilapidação de objetivos produtivos orientados para o lucro até a degradação suicida da natureza, assim como a exaustão irreversível de seus recursos reprodutivos vitais; e desde a desumanizante produção maciça de ‘gente supérflua’, sob a forma de desemprego crônico, até as mais extremas variedades do atual aventureirismo militar, acompanhado da ultrajante justificativa de nada menos do que o uso de armas nucleares pelo país imperialista, os Estados Unidos, feita não só retrospectivamente, em relação ao atentado inesquecível contra o povo de Hiroshima e de Nagasaki, mas de toda forma mais sinistra também em relação ao futuro. (MÉSZÁROS, 2011, p.111)

Destarte, diante da crise estrutural do Capitalismo global passou a ser difundida a ideia de reforma da nova ordem mundial e, portanto, do modo estatal

capitalista global, cujas “instituições nacionais e transnacionais que governam o mundo, sob a hegemonia das grandes potências e, sobretudo, em favorecimento exorbitante das finanças, exigem uma mudança radical.” (FARIAS, 2013, p. 58).

Nesses termos, Farias (2013) destaca que entre 2008 e 2009 o principal objetivo da aliança entre bancos centrais e governos era contra a ameaça da crise financeira sistêmica. Assim, evidenciou-se a reafirmação do poder das finanças como solução da crise, o que contribuiu para a recessão e aumento do desemprego.

Observa-se, portanto, que o quadro da crise estrutural e sistêmica afeta de maneira particular a esfera do trabalho. A saber:

[...] vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘trabalho atípico’, formas que oscilam entre a superexploração e a própria auto exploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores. (ANTUNES, 2011, p. 13).

Há, assim, uma intensificação da exploração do proletariado, sendo que “a implacável dominação pelo Capital se evidencia cada vez mais como um fenômeno global.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 70).

Longe de ser um problema concentrado, a crise do Capital assume proporções nunca imaginadas e “não pode haver dúvidas de que estamos em meio a uma crise nunca dantes experimentada e numa escala incomparável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 75)

A grave crise em curso de nossa época histórica é estrutural no sentido preciso de não poder ser superada nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas. Assim, a cada vez mais profunda crise estrutural do sistema combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em escala inimaginável torna o perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes. E ele só multiplica quando as formas e os instrumentos tradicionais de controle, à disposição do status quo, fracassam na sua missão. Não é surpreendente, então, que os Estados Unidos, atual imperialismo dominante, reivindicuem “direito moral” para o uso de armas nucleares a qualquer momento, mesmo contra nações não nucleares. (MÉSZÁROS, 2011, p. 137).

Como já dito, tal crise afeta diretamente a vida do proletariado, que passa globalmente a ser mais explorado, independente do país.

Nesse contexto de crise e, especialmente, no quadro geral do “modo estatal

global”:

[...] a comunidade global encontra-se implicitamente sob a reificação de um aparelho de governo na escala do mundo, capaz de ocultar toda legitimação estatal correspondente, por um lado; e, por outro, o governo pseudoconcreto e homogêneo não tem contradições. (FARIAS, 2013, p.60).

Por consequência, as formas estatais nacionais, embora continuando a existir, são subordinadas aos órgãos de governança global e “essa lógica hierárquica está sendo atualmente aplicada nos Estados periféricos europeus” e da América Latina (FARIAS, 2013, p. 61). Desse modo, Farias (2013) discute que, no contexto da crise da UE, por exemplo, o esquema que caracterizou a relação entre os países foi o esquema centro $\times$ periferia.

“Sob o aspecto da perda parcial de poder, sobretudo na Europa, existe muita transferência de soberania estatal para as formas estatais capitalistas transnacionais regionais e planetária, em proveito destas.” (FARIAS, 2013, p. 64).

Cumprе destacar que, embora a estrutura da UE fosse dominante, ainda se constatava a permanência do “Estado capitalista no singular” (FARIAS, 2013, p. 65). Assim, os Estados nacionais continuam a estruturar relações de força social.

Nesses termos, a maior parte das decisões ainda é tomada pelos Estados-nações através de tratados, sendo que através destes a construção europeia se tornou uma forma estatal regional cada vez mais marcada pelo Neoliberalismo, influenciando os aparelhos burocráticos e administrativos e pela exclusão do proletariado das escolhas quanto ao modelo social, econômico e político em vigor (FARIAS, 2013).

Nesse quadro autoritário neoliberal e de consolidação das relações contraditórias entre centro e periferia, Farias (2013) critica a visão de autores como Balibar (2010) que vê a aliança entre o Estado e frações do capitalismo financeiro como o problema a ser enfrentado, esquecendo que “no conceito do modo de produção capitalista, existe o capital em geral, que é o quadro da subsunção real do trabalho ao capital, enquanto desenvolvimento historicamente determinado.” (FARIAS, 2013, p.62)

Como na metáfora marxiana, o reformista financeiro que luta apenas contra a ‘primazia’ das finanças, a ‘armadilha’, a ‘ilegitimidade’ da dívida pública, etc., torna-se simultaneamente adepto do empreendedorismo economista (vulgar) ou socialista (superficial), pois açoita a tropa das bestas de carga batendo nas suas cangalhas, ignorando a dialética do universal (capital-inativo, capital-fetichе, capital-propriedade) e do específico (capital ativo,

capital real, capital-função), em que o mesmo capitalismo industrial (lato sensu) assume três formas de existência, a saber: a forma singular de capital industrial (stricto sensu); a forma particular de capital comercial; a forma universal de capital portador de juro e rendas. A utopia abstrata do reformismo financeiro ignora que tudo isso faz parte do mesmo comboio dos capitais industriais, no sentido amplo. Em oposição aos interesses dos assalariados, o que permanece na exploração capitalista industrial não são duas espécies diferentes de capitais, mas o mesmo capital que, no processo, funciona como capital, e propicia um lucro que se reparte entre duas categorias diferentes de capitalistas, como personificação seja do capital-fetichismo, inativo e 'externo' ao processo de geração do lucro, seja do capital real, ativo e inserido neste processo. A burguesia industrial no seu conjunto situa-se na cúpula da apropriação da riqueza social (verticalmente), para além da divisão do trabalho entre os que a compõem (horizontalmente), pois um traço comum lhes é inerente: todos vivem seja da posse, seja da propriedade do capital, em oposição aos que vivem de sua força de trabalho. (FARIAS, 2015, p. 70).

Não há como negar, porém, que o tipo de política desenvolvida, favorável ao grande capital financeiro e a seus oligopólios multinacionais, “imposta por intermédio do Banco Mundial e do FMI, provocou resultados catastróficos na América Latina”, por exemplo (FARIAS, 2013, p. 68).

“Os governos periféricos ficaram impotentes diante da recessão do período 2007-2009, que provocou o aumento do imenso setor informal das economias subdesenvolvidas” (FARIAS, 2013, p. 68), além do aumento do número de famílias cuja renda é insuficiente para satisfazer suas necessidades fundamentais.

Nesse contexto:

[...] o Estado-nação enfraqueceu-se relativamente, sobretudo na periferia, e corre o risco de se tornar quase mínimo, sob certos aspectos providenciais atinentes aos interesses proletários, no quadro de permanência da globalização neoliberal. (FARIAS, 2013, p. 70).

Contraditoriamente, porém, no que se refere a aspectos repressivos e autoritários, constatou-se um fortalecimento dos Estados nacionais, inclusive para “apresentar as faturas de todas as orgias financeiras pós-modernas aos povos indignados com a resolução neoliberal da crise.” (FARIAS, 2013, p. 71).

O Brasil, por exemplo, no ano de 2020, de seu orçamento de R\$3,535 trilhões, dedicou R\$1,038 trilhão ao pagamento de juros e amortização da dívida pública da União. Isso correspondeu a 38,27% do gasto público da União em 2020.

Com a Previdência Social gastou 25,25%; com saúde 4,21%; e com educação, 3,48%. (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2020).

Assim:

[...] para o capital e o Estado, agora a tarefa reside em tentar dar um passo a mais e impor o peso da crise em toda parte, por meio da dívida pública. Da mutação da crise financeira dos bancos privados em crise da dívida soberana dos Estados resulta a diminuição dos restos do Estado social e o aumento da recessão, do desemprego, dos impostos injustos etc. (FARIAS, 2013, p. 69).

Nesses termos, cabe discutir como as relações próprias ao “imperialismo global” tem influenciado os Estados-nações e o processo particular de implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades do conjunto heterogêneo do proletariado. Assim:

[...] o novo imperialismo global é determinado por dois modos de existência combinados e desiguais, em que o primeiro tem primazia ontológica sobre o segundo, a saber: o modo de produção cujos elementos são o capital em geral e os capitais numerosos na escala mundial; o modo estatal capitalista global cujos elementos são as formas estatais em níveis nacional, regional e planetário. O imperialismo global totaliza concretamente, na unidade e na luta, as lógicas e as trajetórias dos silogismos do capital e do Estado. (FARIAS, 2013, p. 79).

E dessa forma, entende-se o imperialismo global como um processo de longa duração, envolvendo a totalização formada pelo Estado e pelo capital, cujas configurações se diferenciam,

[...] em que a mundialização do capital implica a transformação de empresas nacionais em multinacionais, de um lado; e, do outro, as disputas imperialistas que levaram às duas guerras mundiais foram envolvendo não simplesmente formas estatais nacionais isoladas, mas configurações estatais supranacionais continentais e planetárias. (FARIAS, 2017, p. 22).

Farias (2017) destaca que o que se entende como imperialismo teve várias configurações no século passado, e difere do imperialismo global da Contemporaneidade.

Inicialmente a Pax Britannica foi marcada por disputas entre potências (1ª Guerra Mundial), passando pela forma de confronto entre superpotências (2ª Guerra Mundial), que levou à Guerra Fria (Pax Americana) e, finalmente, tornou-se imperialismo global, cuja totalização contraditória das globalizações do capital e do Estado toma a forma de hiperpotência, em guerra permanente e sem limites (Pax Imperialis) (FARIAS, 2017, p. 23).

Ele afirma, porém, que tais determinações do imperialismo global são reduzidas em primeiro lugar aos fenômenos de globalização financeira e em segundo

lugar aos fenômenos de concentração de renda que oculta, Outrossim, o fenômeno tratado por “imperialismo global” nada mais é do que o resultado da “dialética entre a globalização do capital, marcada pelas estratégias específicas das empresas transnacionais, e o modo estatal global, marcado pela grande estratégia dos Estados hegemônicos.” (FARIAS, 2017, p. 26).

No contexto da globalização financeira, a essência do desenvolvimento desigual inerente aos capitais (em geral ou numerosos), ocultada através da fórmula trinitária Terra – Trabalho – Capital, como fontes de rendimentos igualmente desiguais das classes sociais. (FARIAS, 2017, p.26)

Dessa forma, compreende-se que, no contexto de globalização do capital, ocorre também uma tendência à globalização do modo estatal, visto a ideia de que há uma interação de unidade e luta entre esses modos de ser, havendo, portanto, uma “totalização da unidade e da luta entre as formas estatais capitalistas em nível nacional, regional e planetário”. (FARIAS, 2013, p. 81).

Desse modo, interagindo com as práticas complexas de globalização econômica, “as formas imperialistas também se integraram numa totalidade concreta, complexa e contraditória, que tende a envolver no mesmo silogismo suas determinações universais, particulares e singulares.” (FARIAS, 2013, p. 91).

É importante sublinhar aqui que a forma potencialmente mortífera do imperialismo global hegemônico, que se afirma cruelmente em nosso tempo, é inseparável, no plano da reprodução material, da atual fase histórica de desenvolvimento monopólico hegemônico e de centralização do poder correspondentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 142).

A Humanidade segue, assim, integrada sob a barbárie imperialista. Do ponto de vista teórico-prático, o grande silogismo do imperialismo global, que nos permite compreender elementos de geopolítica no nível da coexistência de formas estatais distintas, se caracteriza por um todo que se constitui de três pequenos silogismos (FARIAS, 2015), como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 – O grande silogismo do “modo Estatal global”

UNIVERSAL	PARTICULAR	SINGULAR
Hiperpotência planetária	Superpotências regionais	Potências nacionais

Imperialismo coletivo ideal	Imperialismo hegemônico Subimperialismo central europeu Subimperialismo periférico sul-americano	Imperialismo estadunidense Subimperialismo francês Subimperialismo brasileiro
Pequeno silogismo1	Pequeno silogismo2	Pequeno silogismo3
Homogeneização – Diferenciação – Hierarquização		

Fonte: Farias (2015, p. 92).

Ainda de acordo com Farias (2017, p. 22), “a tríade do imperialismo global envolve numa mesma totalidade concreta, complexa e contraditória as potências nacionais, as superpotências continentais e a hiperpotência planetária”.

É importante frisar que os Estados Unidos, “cuja geopolítica imperialista de Pax Imperialis promove um desenvolvimento desigual e combinado completamente avesso a um mundo multipolar” (FARIAS, 2017, p. 23), ocupam papel de hegemonia em cada uma das configurações apresentadas acima.

Nesse grande silogismo do “imperialismo global”, os Estados Unidos ocupam, portanto, posição de destaque e:

[...] preservam sua supremacia por causa de sua potência sem igual em termos tanto tecnológicos, econômicos, militares e institucionais internacionais quanto sociais, por meio da integração política e ideológica das instituições nacionais, ditas representativas dos interesses do proletariado, no seu consenso neoliberal e no seu american way of life (FARIAS, 2013, p. 79).

Assim, no quadro do silogismo do modo estatal capitalista global, a hierarquia atual da dominação dos Estados Unidos é implementada como uma articulação necessária da forma de Estado nacional com as formas de Estado nos níveis regional e planetário. (FARIAS, 2013, p. 72).

A hiperpotência dos Estados Unidos, aliás, exprime-se no fato de que se encontra na cimeira do modo estatal global em constituição, por causa de sua primazia no contexto das diversas totalidades interestatais específicas (nacionais e regionais) e universal (planetária) realmente existentes no capitalismo mundial.

Nesses termos, Farias (2013) afirma ser necessário analisar todos os elementos que se referem à base e à superestrutura na tentativa de entender uma eventual mudança nesse modo de organização que tem os Estados Unidos como potência seja pelo surgimento de novas potências, seja pela reafirmação de antigas

potências, seja pelo fracasso da grande estratégia de guerra sem limites e permanente.

Além disso, diz ser fundamental analisar as consequências das tentativas de resolução da crise do Capitalismo mundial, como o “endividamento europeu e estadunidense, o desemprego, a guerra mundial das moedas, como também a conjuntura atual de rebeliões populares periféricas”. (FARIAS, 2013, p. 79).

Nesse contexto, Mészáros (2011) pontua ainda que a crise americana em particular, por ser os Estados Unidos um país que ocupa um lugar de hegemonia no “modo estatal global” (FARIAS, 2013), tende a ser sentida por todos em escala global. Isso porque: [...] o agravante da realidade hoje é que o resto do mundo tem cada vez mais dificuldades para preencher o ‘buraco negro’ produzido numa escala sempre crescente pelo insaciável apetite dos Estados Unidos por financiamento da dívida. (MÉSZÁROS, 2011, p. 27).

A dívida interna e externa norte-americana, que soma trilhões de dólares, é imensamente superior ao conjunto da dívida latino-americana. Assim como não se fala em corda em casa de enforcado, “o característico, contudo, é que esse tema é na maior parte do tempo mantido fora de cena, graças à conspiração do silêncio das partes interessadas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

Assim sendo, as relações no âmbito do “imperialismo global” obrigam os Estados nacionais a darem “soluções” que só alimentam mais e mais a própria crise e em nada alteram a vida do proletariado e a relação destrutiva com a natureza. Observa-se, assim, “a permanência da potencialmente suicida dominação imperialista global.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 30).

Assim:

[...] por certo, os países capitalistas ocidentais - em parte devido às contradições internas de suas próprias economias e em parte devido à sua forte dependência dos mercados financeiros e de bens norte-americanos – continuarão a participar com seus recursos financeiros na salvaguarda da relativa estabilidade da economia dos Estados Unidos e, portanto, do sistema global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

Há de se concordar, portanto, que normalmente as consequências das tentativas de resolução da crise do Capitalismo mundial são mais pesadas e sentidas pelo conjunto do proletariado ou no Brasil, ou na Grécia ou na França, visto que:

[...] a despesa pública elevou-se em todos os países, ao mesmo tempo em que o alívio da dívida privada se torna um peso extremo para a dívida pública. A generosidade com os empresários se faz em contraste com a timidez das

ajudas aos proletários, que permanecem as maiores vítimas da crise. (FARIAS, 2013, p. 82).

Assim, o que se tem é:

[...] uma relação orgânica cujo processo é irreversível, historicamente determinado, no contexto de uma nova configuração do Estado na escala global, que tem por fundamento a expansão da concentração e da centralização do capital, num quadro mundial de desenvolvimento desigual. (FARIAS, 2013, p. 80).

Nesse contexto, as formas do Estado capitalistas nacionais são “convocadas” a “financiar as operações de apoio maciço ao sistema financeiro em crise”. (FARIAS, 2013, p. 82). Assim, desenvolvem ajudas generosas para os que personificam o Capital sob suas diversas formas, sendo entendidos como “arranjos estatais ilegítimos e duvidosos concernentes à privatização dos lucros e à socialização das perdas”. (FARIAS, 2013, p. 82).

Nesse contexto, Farias (2013) refere que a “reprodução ampliada do capital social total” (MARX, 1867) não se processa de maneira coerente e equilibrada. A ela, segundo o autor a partir da crítica da economia política, se impõe concretamente um contexto de capitais numerosos em concorrência e em crise.

Como consequências há, pois, o aumento do desemprego e do exército de reserva em escala global, o que nem de longe se apresenta como um problema aos olhos do capital (FARIAS, 2017, p. 33).

Desde os anos 1980, o imperialismo global implementa, política e economicamente, a produção do espaço mundial no qual o proletariado é explorado por uma grande, altamente concentrada, produção pela produção do capital globalizado, ao mesmo tempo em que o modo estatal global assegura as premissas e as mediações das contradições intercapitalistas (horizontais), assim como entre capitalistas e proletários (verticais). Este conteúdo social de classe do fenômeno da produção pela produção do capital globalizado é ocultado pelos reformistas da sociedade salarial que caem nos fetichismos das inovações científicas e tecnológicas, da exuberância financeira e da extrema desigualdade de rendas entre Terra, Trabalho e Capital.”

Há nesse contexto, segundo Farias (2017), uma dominância do capital financeiro, assim como uma mudança na correlação de forças e na distribuição do valor entre capitalistas e trabalhadores, sendo a este último desfavorável.

Ocorre que esta é apenas a parte aparente do processo de produção pela produção, já que essencialmente os capitalistas tentam superar “a crise desvalorizando o capital e expandindo o exército de reserva, em vez de desconcentrar

e descentralizar o capital e reduzir a duração do trabalho para gerar empregos na população ativa”. (FARIAS, 2017, p. 27)

Destarte, “a forma atualmente predominante do imperialismo global hegemônico é uma necessidade objetiva do capital em nosso tempo de desenvolvimento histórico.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 141)

Nesse contexto, segundo Mandel (1992), só a socialização seria responsável por superar o Capitalismo e a construção desse modo estatal capitalista global. O que se vive atualmente, por sua vez, é a integração por meio da regionalização como uma construção típica neoliberal, e, embora existam no interior do imperialismo global rivalidades geopolíticas entre os países dominantes, o que se percebe é uma verdadeira dominação sobre grande parte do planeta “inclusive pela manutenção da financeirização e da governança neoliberal.” (FARIAS, 2013, p. 84)

Nesse domínio, a racionalidade econômica da exploração combina-se com uma lógica social de dominação e humilhação, os quais se sustentam mutuamente na sociedade capitalista mundial, que em vez de ser uma sociedade unificada é, ao contrário, uma sociedade ramificada, fragmentada, dividida contra si mesma, marcada por movimentos erráticos e por guerras regionais repetitivas.

Farias (2013) destaca que o imperialismo global conta com um mecanismo de controle e disseminação de seus ideais muito forte que são os mecanismos oriundos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) que, “longe de serem neutras, desdobram-se tanto em controle midiático quanto em contaminação e invasão cultural do *estilo de vida americano*, assim como em novas cruzadas do bem contra o mal.” (FARIAS, 2013, p. 85)

O que se percebe com esse processo não é só a ideia de domesticação da cultura, mas toda uma estratégia em favor do Capital e de perpetuar-lhe a ideologia. Nesse contexto, fortemente marcado pela exploração, dominação e humilhação do homem pelo homem, agindo agora os modos estatais de maneira global e contando com o apoio dos veículos de comunicação e informação para disseminar o modo de produção capitalista também em escala global, faz-se necessário, segundo Farias (2013, p. 86), “atualizar e fortalecer a posição anticapitalista e anti-imperialista, contrária ao desenvolvimento da livre iniciativa burguesa, inclusive no processo sem sujeito da sociedade salarial pós-moderna.”

Portanto, uma das estratégias de superação da crise global em que se encontra a sociedade capitalista é a superação da própria economia política tanto da

globalização do capital quanto do capitalismo global, “desenvolvendo em profundidade e extensão pesquisas sobre o imperialismo global no sentido crítico e revolucionário.” (FARIAS, 2013, p. 87).

Nesses termos, devem-se reconhecer os papéis que ocupam o modo de produção e as formas estatais em escala global, sem esquecer-se, portanto, que “a primazia da base (forma-capital) não deve ocultar que a mundialização concerne também à superestrutura (forma-Estado).” (FARIAS, 2013, p. 88).

Sua superação só ocorrerá, portanto, com uma postura ativa do proletariado enquanto sujeito coletivo revolucionário que não deve apenas confrontar a ideologia estatal-intervencionista, nem tampouco se limitar a denunciar a forma neoliberal dominante no capitalismo e no modo de atuação dos organismos internacionais. (FARIAS, 2013).

“Deve sempre objetivar um para além do capitalismo, bem como não se deixar absorver pelo campo institucional” (FARIAS, 2013, p. 88), mudando, inclusive sua política classista proletária herdada do século XX, superando tanto suas formas “corporativistas e burocráticas quanto suas imposições e orientações autoritárias, vindas de fora ou acima das massas – mas, sem cair em mero espontaneísmo ou anarquismo de poder.” (FARIAS, 2013, p. 88).

Por esse expediente, os partidos políticos, em articulação com os movimentos sociais, devem agir como espaços que contribuam para aumentar a capacidade de reflexão das massas. Seu objetivo de superação do Capitalismo deve ser, portanto, articulado ao objetivo de emancipação humana, “para que a luta de classes supere o economicismo e implique a conquista de direitos políticos e sociais, num processo de democratização capaz de enfrentar o ‘esquema do pior’ que se realiza a cada dia”. (FARIAS, 2013, p. 89).

Mészáros (2011) afirma, assim, que a relação entre Estado e Capital em muito tem relação com a crise por quem passa o segundo e que afeta diretamente o primeiro e o modo como este se relaciona com o proletariado e com o desenvolvimento ou não de políticas sociais de satisfação de necessidades. Nesses termos, afirma que “apenas uma mudança sistêmica radical pode proporcionar a esperança historicamente sustentável e a solução para o futuro.” (MÉSZAROS, 2011, p. 30).

É aqui que deve ser confrontado o obstáculo esmagador das indeterminações em causa própria do capital, não importa quão difícil deva ser as condições atuais. Pois a necessária adoção e o apropriado desenvolvimento futuro da

única economia viável são inconcebíveis sem a transformação radical das próprias ordens socioeconômicas e política estabelecidas (MÉSZÁROS, 2011, p. 28).

Assim, segundo este autor:

[...] num mundo constituído por uma multiplicidade de sistemas sociais conflitantes e em mútua interação em contraste com o mundo fantasioso das escaladas e desescaladas dos tabuleiros de xadrez, o precário status quo global caminha por certo para a ruptura. A questão não é “se haverá ruptura ou não”, mas “por quais meios” vão ocorrer. Ele se romperá por meios militares devastadores ou haverá válvulas sociais adequadas para o alívio das crescentes tensões sociais, que hoje estão em evidência mesmo nos cantos mais remotos de nosso espaço social global? A resposta dependerá de nosso sucesso ou fracasso na criação dos necessários movimentos estratégicos, e instrumentos capazes de assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista, na qual a “humanidade possa encontrar a unidade que necessita para a sua simples sobrevivência.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 48).

Nesses termos, a solução para a crise estrutural que vivemos, passa irremediavelmente pelo caminho do Socialismo visto que:

[...] quando a própria existência da humanidade está em jogo, como de fato está a essa altura de uma crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável – em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipuladoras que apenas agravam a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, “de cima pra baixo”, da totalidade das instruções sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de “toda maneira de ser” de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 72).

Mészáros (2011, p. 74) reconhece, por sua vez, que essa não será uma tarefa de fácil execução, e afirma que:

[...] seu estabelecimento levará tempo e irá requerer o mais ativo envolvimento de toda a comunidade de produtores [...] qualquer que seja sua ocupação, associado a uma intransigente consciência crítica e a um intenso compromisso com os valores de uma humanidade socialista.

Assim, o objetivo deve ser superar o capital:

[...] em toda a sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, em sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida (subdesenvolvida) (MÉSZÁROS, 2011, p. 78).

O maior desafio da esquerda comprometida com o Socialismo e com a

realização do Comunismo, como única estratégia viável para solucionar a crise estrutural e sistêmica do Capital é, então, “organizar suas fileiras de acordo com aquela estratégia, ampliando sua influência de modo radical entre as grandes massas populares, no sentido de alcançar suas metas estratégicas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 147).

Nesses termos, aponta o autor que a única via para alcançar um modelo alternativo de sociedade via a ação da classe trabalhadora é que essa estabeleça entre si um verdadeiro sentido de responsabilidade de classe, além de uma estratégia globalmente alternativa à ordem vigente (MÉSZÁROS, 2011).

Conclusão do capítulo

O capítulo apresentado buscou desenvolver uma análise crítica do conceito de Pós-modernidade, segundo Jameson (1996), Jameson (1997), Jameson (2005), entendendo-o não como o fim da luta de classes, mas apenas como um recorte temporal para delimitar o período que advém após o fim dos trinta anos gloriosos. Fez-se, assim, um panorama geral que serve de pano de fundo para o entendimento do que é Estado pós-moderno e como este, inserido na era do imperialismo global (FARIAS, 2013) e sob a influência do Neoliberalismo como modo de vida, como apontam Dardot e Laval (2016), se propõe a satisfazer as necessidades fundamentais do proletariado.

3 AS DETERMINAÇÕES FORMAIS E FUNCIONAIS DO ESTADO PÓS-MODERNO

Introdução do capítulo

A fim de discorrer sobre as necessidades e o modo de satisfazê-las na sociedade capitalista pós-moderna, cumpre compreender o Estado e suas distintas formas e funções. Partindo-se, por isso, da relação orgânica que existe entre Estado e Capital (FARIAS, 2001a), entende-se que estes formam, ambos, uma totalidade dialética em que dependendo do tipo de relação, a forma Estado desempenha certa função. Nessa lógica, a forma pressupõe a função (FARIAS, 2001a).

Apresentam-se, então, nesse capítulo as características formais e funcionais da forma de Estado pós-moderno na dinâmica contemporânea do modo

estatal global.

3.1 A forma de Estado pós-moderno na dinâmica contemporânea do modo estatal global

Embora Estado e Capital estabeleçam um tipo de relação orgânica sob a concepção de mundo marxista, Farias (2013, p. 15) afirma que “o processo de globalização do capital social total foi mais facilmente percebido do que a categoria estatal correspondente.”

Diferente das visões que concebem essa relação de maneira antinômica, Farias (2013, p. 16) realiza:

[...] uma abordagem crítica do silogismo do modo estatal global (envolvendo formas nacionais e transnacionais), no quadro da crise estrutural do capitalismo mundial, enquanto premissa de suas configurações espaço-temporais sob o modo imperialista global (totalização concreta capitalista atinente ao modo de produção e ao modo estatal na escala global), não como antecipação de uma genericidade abstrata, mas como categoria resultante de uma tendência realmente existente.

Pelo exposto, segundo o autor, há a tendência ao surgimento de formas estatais com configurações diversas que encerrariam, do ponto de vista teórico, um grande silogismo do modo estatal global, que encerra essas configurações universais, particulares e singulares que se relacionam entre si e com o Capital.

Portanto, no movimento capitalista de integração/socialização na escala mundial, existe a evolução do modo estatal global; colocando novos problemas tidos vulgarmente por imperiais, que pertencem à esfera do contexto dos antagonismos entre os estados burgueses (rivalidades geopolíticas planetárias), de um lado; e, do outro, existe a evolução do modo de produção, colocando novos problemas de mundialização do capital, que pertencem à esfera do contexto dos antagonismos entre os capitais (rivalidades econômicas planetárias) (FARIAS, 2013, p. 16).

Nesse contexto, há de se destacar as conexões (formais e funcionais) que existem entre Estado e Capital, as quais:

[...] atravessam as configurações historicamente determinadas de integração/socialização, cujas ideologias socioeconômicas são as do mercado autorregulado (taylorismo, liberalismo), do mercado regulado (fordismo, providencialismo), do mercado livre e eterno (pós-fordismo, neoliberalismo), etc. (FARIAS, 2013, p. 17).

Entende-se, por sua vez, que mesmo o modo estatal global tem um caráter de transição na medida em que a ação do proletariado enquanto sujeito coletivo pode levar a uma “grande transformação social e histórica” (FARIAS, 2013, p. 18) que o levaria a ser extinto, isso “porque essa configuração tem por essência as opressões (exploração, dominação e humilhação) do homem pelo homem” (FARIAS, 2013, p. 18).

No que se refere à configuração da forma estatal coletiva ideal planetária, Farias (2013) afirma que essa configuração está na faixa dos 30 anos, coincidindo, então, com o momento de expansão e consolidação do Neoliberalismo e com a mundialização do Capital e o fim da guerra fria. Portanto, “a construção estatal planetária foi-se particularizando no momento da pax americana, fundada no modelo fordista (1945-1975)”. (FARIAS, 2013, p. 19).

Destarte, no que se refere à organização dos Estados, “desde o fim da guerra fria, impõe-se na escala mundial a governança planetária orientada para a hegemonia estadunidense” (FARIAS, 2013, p. 20) e no que se refere ao Capital: [...] uma governança empresarial orientada para o valor em favor do acionista, para a especulação na bolsa, que se torna a racionalidade econômica central das estratégias dos capitais engajados em rentáveis negócios de armas (FARIAS, 2013, p. 20).

Farias (2013) afirma, assim, que a expansão mundial do complexo militar-industrial leva a um quadro de constantes ameaças nos campos da segurança, da estabilidade e da paz, e que o ano de 2008 foi emblemático no que se refere a esse contexto dada a situação de crise global do Capitalismo.

Embora a conformação de uma nova ordem mundial traga inovações cognitivas, financeiras e bélicas, nos últimos 20 anos as guerras foram incitadas pelos velhos fins imperialistas objetivos, isto é, estão relacionadas às disputas por recursos naturais necessários ao funcionamento da indústria capitalista (FARIAS, 2013).

A guerra é, nesse modo, vista como estratégia necessária ao Capital para expandir seu poder e defender seus interesses. Destarte, os Estados participam de tais conflitos como parte de uma “grande estratégia de defesa e da política estrangeira imperialista” (FARIAS, 2013, p. 17).

Farias (2013) refere ainda que, diferente do que defendiam os ideólogos da grande estratégia liderada pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, houve uma mundialização homogênea e favorável à comunidade internacional, cujos interesses

seriam considerados pela ONU, pelo FMI e na OMC e Otan:

[...] a mundialização neoliberal tem sua procissão de criminalidade mafiosa, de tráfico de todo tipo, das armas à droga, de pirataria eletrônica e de e-terrorismo, de concorrências implacáveis e de guerras imperiais. Porque ela não conseguiria se limitar à circulação dos bens e dos capitais. Ela significa, também, globalização das violências, das crises ecológicas, dos pânicos bursáteis (BENSAID, 2010, p.1 apud FARIAS, 2013, p. 22).

A configuração do “modo estatal global” resulta, assim, segundo Farias (2013), da resolução neoliberal para o enfrentamento da crise estrutural do capitalismo mundial. Então, desde os anos 1980, este modelo impõe planos de ajustamento, sobretudo, aos países periféricos. Nesse contexto, quem mais se prejudica é o proletariado, uma vez que o consenso compartilhado entre os estados nacionais, a UE, por exemplo, e o FMI, normalizam a erosão do sistema organizado de proteção social dos Estados-nações.

O Estado, por ter relação orgânica com o Capital, exerce, nesse contexto, um papel fundamental, uma vez que:

[...] o modo de produção capitalista encontra-se atualmente num momento de concorrência cada vez mais feroz entre os capitais numerosos na escala mundial; isso faz com que o modo estatal capitalista global atue, em sua vertente universal, como capitalista coletivo ideal para garantir tanto as condições prévias da reprodução ampliada quanto a mediação das contradições intercapitalistas planetárias. Mas, cada espaço capitalista nacional ou regional –seja pela mediação dos recursos naturais ou pelas estratégias oligopolistas do grande capital, dentre outros interesses econômicos, como a predominância das finanças, da exploração mineira ou da agroexportação – é obrigado a recorrer a todas as formas estatais realmente existentes na disputa no interior do mercado mundial (FARIAS, 2013, p. 23).

Farias (2013, p. 26) discorre, então, sobre a natureza dessa construção estatal planetária. Faz, assim, uma análise da forma apresentada pela forma estatal em uma dada situação, localizada no tempo e no espaço, e delimita a ideia de que a “forma tem primazia ontológica sobre sua função”. Por esse viés, a depender da forma, o Estado passa a desempenhar suas distintas funções.

Nesses termos, Farias (2013, p. 26) discute o fenômeno estatal a partir do recurso metodológico do silogismo, concebendo grosso modo uma construção ideal planetária, explicitando a dialética do universal e do específico para tratar as complexas relações que se estabelecem entre os Estados-nações no seio da totalidade contraditória que envolve o fenômeno da Globalização capitalista. Seria no

contexto da Pós-modernidade a “configuração estatal coletiva ideal planetária a forma de soberania mais universal”, sendo que os Estados Unidos ocupam papel hegemônico.

É uma totalidade concreta e contraditória, cuja unidade das determinações complexas se estabelece sob a hegemonia dos Estados Unidos, por meio das múltiplas instituições internacionais, que encerram todos os interesses conflitivos dos Estados-nações que se exprimem na cena internacional (FARIAS, 2013, p. 26).

Nesse contexto da Globalização capitalista, ou do imperialismo global, os países hierarquicamente abaixo são obrigados a se submeterem aos acordos impostos pelas economias dominantes (FARIAS, 2013).

Com o fim da Guerra Fria, emergiu a transformação do setor financeiro estadunidense em um polo atrativo de fundos do mundo inteiro, levando o país a ocupar um papel de hegemonia também quando comparado com as outras potências nacionais, a exemplo da Inglaterra, e regionais, se se pensa na União Europeia.

Assim, para Gowan (2004, p. 57 apud FARIAS, 2013, p. 27):

[...] os conflitos daí resultantes e os jogos de poder agressivos conduzidos pelos Estados Unidos concentram-se na era pós-moderna, dita do fim da história, principalmente na concorrência entre os centros capitalistas, e não diretamente nos conflitos entre os Estados Unidos e o trabalho internacional, bem como a esquerda anti-imperialista, como na época do Estado social.

É importante ressaltar que hoje, embora o setor financeiro tenha primazia, o impacto complexo militar-industrial continua presente no processo de globalização capitalista (FARIAS, 2013), sendo mais uma vez os Estados Unidos dominantes.

Nesse sentido, Mészáros (2011) aponta a discussão de que a hegemonia dos Estados Unidos e sua intervenção em negociações do Capital geram como consequências negativas não só a deterioração da competitividade, mas também a intromissão direta nas relações comerciais dos outros países, visando sempre o seu benefício particular, quer seja, das suas indústrias e corporações financeiras.

Além disso, agem os Estados Unidos visando sempre vantagem no que se refere a sua indústria militar como, por exemplo, quando impõem “severas restrições de exportação aos países europeus ocidentais, com nítida vantagem para as empresas norte-americanas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 35).

Afirma ainda que as pressões comerciais diretas exercidas pelo legislativo e pelo executivo dos Estados Unidos, ou seja: as pressões diretas do Estado em sua

aparência de governo, ensejam, por exemplo, uma perspectiva de “abandono completo do *Gatt* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) como regulador institucional de acordos tarifários entre Estados Unidos e a Europa.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 36).

Apesar de reconhecer a existência de uma crise global do Capital, a posição dos EUA como potência hegemônica continua, mas acompanhado pelo crescimento significativo da China. Assim, um conjunto de regras de “boa administração doméstica é reservado para um único membro do clube do capitalismo avançado, e um conjunto bastante diferente é imposto a todos os outros.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 41).

Percebe-se tal hegemonia, por exemplo, no terreno do fortalecimento da ideologia dos Estados Unidos, acentuando, como afirma Mézáros (2011, p. 41), “a sóbria verdade de que a supremacia econômica é capaz de produzir as formas mais inesperadas de mistificação ideológica.” Outrossim, nesses termos é que a “posição hegemônica dos EUA continuará a ser afirmada de todas as formas possíveis, forçando o mundo todo a pagar a sua dívida enquanto tiver condições de fazê-lo.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 45)

Continuando a análise da forma de Estado pós-moderno, no que se refere à estrutura dessa forma de Estado, Farias (2013, p. 30) discorre, então, sobre a dialética do governo e do Estado propriamente dito, postos no nível da aparência objetiva e subjetiva desta estrutura, e afirma que:

[...] na configuração neoliberal, a mundialização do capital é ao mesmo tempo uma globalização guerreira e imperialista, que não rompeu sua articulação com as formas estatais capitalistas nacionais e regionais; umas e outras se correspondem e se colocam no mesmo diapasão, ainda que, progressivamente, estejam-se constituindo aparelhos internacionais que, sem dúvida, reduzem a soberania dos Estados, muito mais nos países periféricos do que nos centrais. De fato, é preciso uma estrutura autoritária para apoiar a instalação de um mundo sem soberania e, portanto, sob o absolutismo da construção estatal coletiva ideal planetária.

Com base nesse argumento é que foram concebidos os grandes organismos internacionais como a ONU, o FMI, a OMC e a Otan, aparelhos do Estado que embora existam sob o pretexto de construir uma cooperação internacional entre os países, muitas vezes representam os interesses dos países centrais, com destaque para os Estados Unidos.

Dessa maneira:

[...] as instituições globais de nossa época – o FMI, o BM e a OMC – são ainda, amplamente, criações estadunidenses do fim da Segunda Guerra

Mundial [...]. Essas instituições refletiam os interesses estadunidenses, mas codificavam também certas normas de comportamento – processo de decisão baseado sobre regras, não discriminação, multilateralismo, transparência – que também terminaram por entravar o poder estadunidense. (RODRIK, 2010, p.1 apud FARIAS, 2013, p. 32).

Farias (2013) afirma, porém, que os Estados Unidos não consideram o que é estabelecido por esses aparelhos quando seus interesses específicos são tocados. A saber:

[...] o FMI, o BM, a OCDE ou o G7, então, experimentaram transformações radicais ao longo de sua existência. Sobre todas as questões cruciais, essas instituições representaram vetores eficazes de aplicação das políticas estadunidenses, mascarando ao mesmo tempo sua origem. Outros Estados capitalistas importantes puderam acrescer sua influência sobre questões secundárias, mas essas instituições permanecem sob a égide estadunidense, que é vigilante para que nenhuma autoridade supranacional possa exercer supremacia. (GOWAN, 2001, p. 107 apud FARIAS, 2013, p. 32).

Farias (2013) reflete sobre a necessidade de olhar para essa forma de Estado não só no seu nível aparente, considerando os aparelhos do Estado e sua legitimação, mas, principalmente, na “essência da configuração coletiva ideal planetária”, considerando a divisão do trabalho e a luta de classes a ela subjacente. Nesses termos, segundo Gowan (2004, p. 76 apud FARIAS, 2013, p. 33):

[...] os Estados Unidos dirigem-se para uma nova militarização da política mundial, como base para consolidar sua hegemonia global herdada da guerra fria, cujas condições acarretarão a tendência a gerar uma vasta e heterogênea coalizão de oposição através do mundo num certo tempo futuro. Igualmente, isso produzirá grandes sofrimentos em várias regiões do Sul. Ao mesmo tempo, o novo capitalismo, que tem por eixo as atividades rentistas, é um modelo favorável à regressão social na escala mundial.

Nesses termos é que países hierarquicamente inferiores submetem suas políticas econômicas e sociais ao que é imposto por esses aparelhos internacionais. Na maior parte das vezes, tais ajustamentos interferem na vida do proletariado, que passa a ter seus direitos reformados, quando não excluídos.

A velha prática de submissão dos países endividados da periferia às instituições internacionais, que condicionavam sua ‘ajuda’ financeira à aplicação de planos de ajustamento estruturais desastrosos, passa a ser implementada na UE, ainda que sob nova roupagem, começando pela Grécia e pela Irlanda (FARIAS, 2013, p. 33).

Conclui-se, “avaliando a correlação de forças entre as classes em luta, agora também estabelecida na própria essência social das formas estatais regionais e planetária, correspondente à situação objetiva da divisão capitalista global do trabalho” (FARIAS, 2013, p. 34), que o proletariado, por ter seus direitos ameaçados e excluídos, deve continuar a lutar por sua emancipação.

Nesses termos, embora se reconheça a supremacia do mercado financeiro na lógica de reprodução do Capital, a luta do proletariado não deve ser centrada somente na luta contra os bancos, mas contra todo o sistema que oprime esta classe, ao lhe impor péssimas condições de vida e de trabalho em todo o globo.

Enfim, não se trata de se aliar, nem de prender aos interesses particulares desta ou daquela categoria da burguesia – cujas atividades são tão produtivas, improdutivas, especulativas etc., quanto nacionais, regionais, planetárias etc.-, mas de colocar na ordem do dia a ruptura com as condições objetivas de divisão capitalista do trabalho que servem de eixo para a perpetuação social da luta de classes na escala mundial. É aí que reside a essência contraditória do modo estatal capitalista global, o qual se manifesta como governos, governanças, coordenações e organizações em todas as escalas territoriais, cujos comprometimentos com os capitais numerosos são os mais diversos e evidentes, especialmente com as finanças (FARIAS, 2013, p. 34).

Já no que se refere à gênese territorial e à particularização-autonomização, Farias (2013, p. 35) delimita o advento da Globalização neoliberal como uma “configuração autoritária e militarista de resolução da crise internacional dos anos 1970, que passou a ser esquematizada no governo de Jimmy Carter”, ao formular que toda ação de um país, no sentido de controlar parte do Golfo Pérsico seria encarada como um ataque aos interesses dos Estados Unidos, devendo ser rebatida de todas as formas, inclusive com o uso da força militar.

Portanto, o Neoliberalismo passou a ser consenso inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente, restabelecendo não só a hegemonia do capital estadunidense, mas a dominação do Norte sobre o Sul. Para isso, era preciso não só mudar as relações econômicas entre os Estados, mas

[...] era preciso empreender uma batalha de reorganização dos regimes de acumulação no próprio seio dos Estados. De onde a emergência de um novo sistema monetário internacional; a pressão iniciada quando da Rodada do Uruguai de 1981 para modificar os regimes de acumulação e a reorientação do FMI e BM para impor às economias do Sul os programas de ajustamento estrutural; a instalação de dispositivos de ajuda às classes afortunadas, a fim

de realizar essas mudanças sobre as costas das outras classes sociais: privatizações, isenções fiscais para os ricos, facilidades permitidas às aplicações rentistas, reconstituição de um exército industrial de reserva maciço (GOWAN, 2001, p. 103 apud FARIAS, 2013, p. 35).

Nesses termos, segundo Farias (2013, p. 35), “é do porte do planeta o território submetido à soberania da construção coletiva ideal, que foi instaurada após o fim da guerra fria” e no lugar de uma nova ordem mundial definida em 1991 por George H. W. Bush (o pai), como livre, eterna, próspera e pacífica, o que se viu desde então foram:

[...] guerras incessantes, desde as do Golfo e as da Ásia Central, passando pelos Balcãs ou pelas guerras civis africanas. O militarismo vai de par com o imperialismo. Os orçamentos militares das potências dominantes atingem novos recordes e o dos Estados Unidos representa sozinho mais de 40% das despesas militares do planeta e 11 vezes o da Grã-Bretanha, que vem em segundo lugar entre as potências da Otan. A mundialização liberal é, também, uma mundialização armada. (BENSAID, 2010, p. 01 apud FARIAS, 2013, p. 35).

Destarte, a partir do que foi imposto pela Cúpula de Washington em abril de 1999, a “segurança desta aliança militarista deveria ser considerada num contexto global” (FARIAS, 2013, p. 36), tornando-se a Otan, a partir das deliberações da Cúpula de Lisboa em novembro de 2010, “um aparelho militar de uma construção coletiva ideal planetária”, podendo operar em qualquer lugar do mundo a serviço dos interesses ocidentais, mas, principalmente, dos interesses dos Estados Unidos.

Farias (2013, p. 37) refere, por outro lado, que “a mundialização armada se combinou com a mundialização financeira para provocar a regressão da autonomia relativa estatal nacional diante dos mercados, adquirida no fordismo”, o que permite com que os grandes bancos e principais fundos especulativos determinem como os Estados devem desenvolver suas políticas sociais e econômicas, reduzindo a implementação autônoma de seus orçamentos.

Nesses termos, como afirma Chesnais (2010, p. 41), “as finanças são constrangidas a mostrar que são elas que orientam as políticas governamentais, quando não as ditam em detalhes, por intermédio do BCE e do FMI”, tendo o modo estatal capitalista global fraca autonomia relativamente às finanças.

Já no que se refere ao fetichismo dessa forma de Estado, Farias (2013, p. 38) aponta que “o fetichismo concernente à figura estatal capitalista planetária assume tanto a forma da personificação desta categoria quanto à reificação das relações

estatais vivenciadas pela humanidade na era da globalização”.

Para o “modo estatal global”, o fetichismo é apresentado pela personificação dos que se tomam líderes do mundo, havendo, assim, a confusão do Estado com os políticos e governos que o representam. A ideia da personificação é de que, se existe um pacto de governança global, devem existir líderes, e são esses que personificam o modo estatal. Por exemplo, as figuras de Bush, Obama e Trump, os últimos presidentes dos Estados Unidos.

Já a reificação seria a “coisificação” do Estado e, nesse contexto, tendência a tomar a Globalização como irreversível. Nesses termos, as tentativas de salvar esse projeto de globalização hoje em crise redundam numa reificação que é a de julgar impossível o advento de uma nova ordem, no Capitalismo, que não seja essa de cooperação econômica entre os vários países e regiões.

Em ambos os casos se esquece a essência do Estado, compreendida a partir da divisão do trabalho e da luta de classes. Nesses termos, Farias (2013, p. 39) afirma que:

[...] na realidade, a grande estratégia do estado de exceção ordinário e de guerra permanente e ilimitada não facilita a tarefa de instauração de uma nova ordem mundial objetiva, como expressão da divisão internacional do trabalho na era situada para além do fordismo e da globalização, capaz de universalizar no século XXI uma promessa ideológica de dissipar no planeta inteiro o mesmo bem-estar já atingido por certos países ou blocos regionais dominantes; pois essa reificação implica o reconhecimento cada vez mais explícito e firme da intromissão dos aparelhos estatais imperiais, de modo a estabelecer uma governança dita tecnicamente neutra na escala global.

No que se refere à subsistência fiscal e financeira em potência e em ato, elementos da natureza do Estado capitalista, Farias (2013) afirma que, no atinente à subsistência em potência (para si) do “modo estatal global”, no caso dos Estados Unidos as despesas militares-industriais não tendem a diminuir, visto que contam com a coesão do sistema militar-industrial que é justificado, inclusive, pelo clima de guerra permanente instalado desde 2001. Tal fato ocorre em grande medida porque, na visão neoliberal, é extremamente aceitável o aumento dos gastos públicos com as despesas militares, logo, com um certo grupo de capitalistas industriais, embora se exija cada vez uma maior redução “das despesas sociais do Estado, que se relacionam aos modos de seguros sociais públicos.” (BRUNHOFF, 1986, p. 28).

Já no tocante à subsistência em ato (em si), o que tem ocorrido é:

[...] a socialização das perdas bancárias privadas por meio de planos de

salvação europeus, implementados pela construção coletiva ideal planetária (Estados-nações, FMI e UE), que provocam diretamente a perpetuação das dívidas públicas e indiretamente o rigor orçamentário ou os planos de austeridade (FARIAS, 2013, p. 41).

Portanto,

[...] na escala mundial, a primazia dos interesses das finanças no nível dos capitais numerosos e do patronato no nível do capital em geral jamais se revelou com tanta força e evidência na essência oculta da construção coletiva ideal planetária.” (FARIAS, 2013, p. 41).

Nesse contexto, o que se constata a forma estatal nacional retomando seu aspecto autoritário quando socializa as perdas do setor financeiro privado transferindo-as para a esfera pública e quando submete o proletariado a planos de austeridade recessivos e a redução de despesas socialmente úteis (FARIAS, 2013, p. 43).

Na realidade, depois de ter socializado as perdas dos ricos, agora é preciso sacrificar os proletários para salvar os ricos, pois essa comissão bipartidária propôs, como esperado, a diminuição dos benefícios sociais e a redução dos impostos sobre a renda dos ricos.

Já no que se refere à dialética da perpetuação e da superação, Farias (2013, p. 43) afirma que “a construção estatal capitalista coletiva ideal planetária não possui ainda um conjunto de aparelhos burocráticos e administrativos democráticos e legítimos que, eventualmente, seria capaz de agir de maneira teleologicamente” determinada nem para alterar o sistema hoje existente em que os Estados Unidos, países da União Europeia e da zona Ásia/Pacífico são dominantes no Capitalismo mundial, aumentando a importância dos países emergentes, nem tampouco para tentar combater ou superar as práticas neoliberais.

Nesse contexto, Farias (2013) destaca que há, mesmo que de maneira minoritária, uma recusa ao programa político neoliberal e que esta não parte somente dos que se declaram socialistas, mas, também, dos reformistas que acreditam que o verdadeiro desafio do capitalismo reside em acabar com as diferenças entre Norte-Sul, entre centro e periferia.

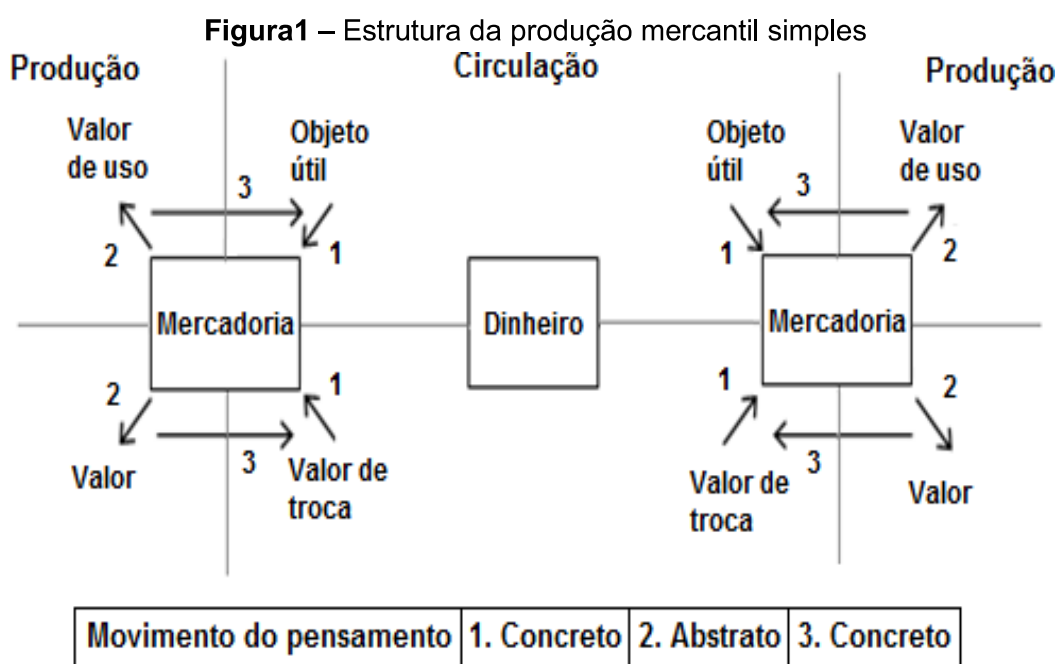
Farias (2013, p. 44-45) destaca, por sua vez, que esse nunca foi o objetivo dos arranjos próprios ao imperialismo.

Mais do que antes, o imperialismo global que corresponde e se coloca no mesmo diapasão da mundialização neoliberal acentua e gera novas formas de exploração, dominação e humilhação, assim como provoca a pilhagem do planeta e recoloca perigosamente em causa a paz internacional, com a eterna retomada expansiva do complexo militar-industrial.

Nesses termos, para além da superação das diferenças entre os países do Norte e os do Sul, deve-se pensar, segundo Farias (2013), na superação radical do modo de produção capitalista, que faz com que a opressão, a humilhação e a dominação do homem pelo homem continuem a existir.

3.2 As funções da forma de Estado pós-moderno na dinâmica do modo estatal global

A partir do método da crítica da economia política de Marx, Farias (2017, p. 04) inicia a discussão sobre o Capital a partir da análise da mercadoria e do processo de produção mercantil simples “em que a mercadoria singular, inserida no contexto particular das trocas, torna-se universal enquanto dinheiro”, como demonstra com a figura abaixo:



Fonte: Farias, 2015, p. 43.

Nesses termos, ele aponta que o Estado atua como “pressuposto formal e como mediação funcional da totalidade contraditória da produção mercantil simples”, sendo, pois, condição prévia “do caráter mercantil simples da economia” ao garantir a liberdade, a igualdade e a propriedade, assim como realiza a gestão da mediação monetária e do equivalente geral, sendo o Estado quem emite o dinheiro.

O Estado funciona como garantia das condições prévias de liberdade, igualdade e propriedade indispensáveis à expansão e vitalidade das relações mercantis simples. Do mesmo modo, o Estado assume as tarefas próprias à permanência da mediação monetária que resolve as contradições entre os sujeitos econômicos que personificam a forma mercadoria (FARIAS, 2017, p. 16).

Segundo ainda Farias (2017), no Capital em geral, ilustrado no quadro abaixo, existem seis momentos em que se observa claramente a intromissão do Estado visando perpetuar a exploração capitalista. Assim, são visíveis seis funções distintas do Estado no que se refere à sua relação orgânica com o capital.

Quadro 2 – Grande silogismo do capital em geral

Pequenos silogismos da produção mercantil		Grande silogismo do capital social total		
Simplex	Desenvolvida: Reprodução de P_i	Ciclo do capital-dinheiro	Ciclo do capital-mercadoria	Ciclo do capital produtivo
Pequeno Silogismo M-D-M: As mercadorias singulares, no quadro particular das trocas, levam ao dinheiro, a mercadoria universal	Num espaço socialmente homogêneo, universal, a subsistência do assalariado e a mais-valia do capitalista ocorrem em diferentes molinetes, singulares, articulados hierarquicamente numa produção mercantil particular	Pequeno Silogismo D-P-M: O universal (valor-capital dinheiro avançado) torna-se particular (mercadoria com mais-valia), através do singular (capital produtivo individual)	Pequeno Silogismo M-D-P: A mercadoria (com mais-valia) particular se transforma em singular (capital produtivo individual), através do universal (valor-capital dinheiro aumentado)	Pequeno Silogismo P-M-D: O singular (capital produtivo individual) produz uma mercadoria com mais-valia particular, que se transforma num universal (valor-capital dinheiro aumentado)
Contradições mediadas pelo	Contradições mediadas pelo	Capital financeiro	Capital comercial	Capital industrial

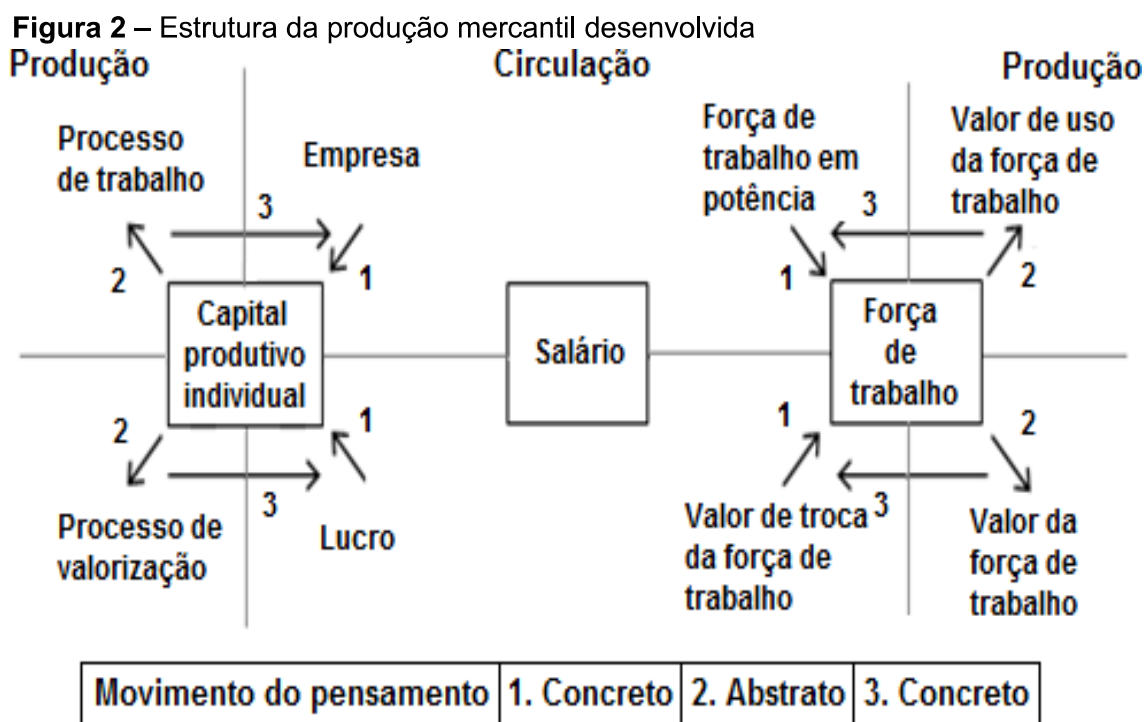
dinheiro	salário	Rotação do capital social total (base material de crise)
(possibilidade e geral de crise)	(vicissitude correlativa de crise)	Reprodução do capital social total (lugar de manifestação de crise)

Fonte: Farias (2017, p. 17).

Destaque-se que, na relação “M-D-M”, esquema do processo mercantil simples, não há a preocupação com o atendimento de necessidades sociais. Há, assim, muita exploração e humilhação ao qual estão submetidos os proletários, quedas de salários e restrição dos meios de subsistência. Colhe-se dessa forma que:

[...] não é o danado do dinheiro, com seu potencial, corruptor de sujeitos econômicos, sociais e políticos, que se encontra na raiz do problema do caráter mercantil da economia, que a impede de atender racional e adequadamente as necessidades sociais das massas populares oprimidas, mas a própria mercadoria produzida pelo trabalho alienado, sob a ideologia dominante, que tem por divisa de cada um e a cada um o mesmo, frontalmente oposta à ideologia comunista, cuja divisa é de ‘cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades’ (MARX, 1975, p. 16).

Farias (2017, p. 09) aponta que o “processo de produção imediato” totaliza o “processo de trabalho” e o “processo de valorização”, envolvendo, assim, membros de duas classes fundamentalmente antagônicas, como explicita a figura abaixo.



Fonte: Farias (2015, p. 43).

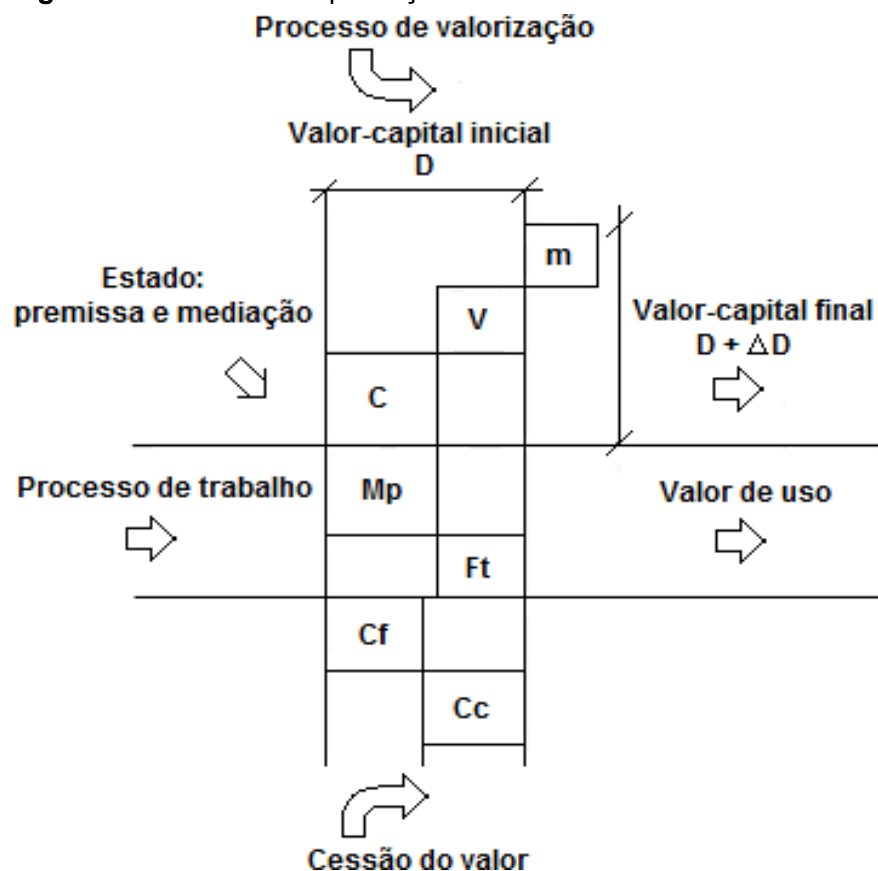
Nesse processo, os meios de produção e a força de trabalho, como toda mercadoria encontrada na circulação, são propriedade privada do capitalista e do assalariado, respectivamente, cujas contradições no processo de produção imediato são resolvidas pela mediação do salário. Além da intromissão estatal própria ao caráter mercantil desta transação monetária, respeitosa da lei do valor e das condições de liberdade, igualdade e propriedade, advém geneticamente a violência estatal em favor da acumulação primitiva, em que o capitalista industrial passa a monopolizar os meios de produção e o trabalhador assalariado perde, ao mesmo tempo, as condições de subsistência autônoma, sendo obrigado a vender sua força de trabalho no mercado (FARIAS, 2017, p.9).

Assim:

[...] na origem das relações mercantis desenvolvidas, o Estado age violentamente para favorecer a acumulação primitiva, enquanto premissa da exploração do homem pelo homem através da mais-valia, sob a forma especificamente capitalista industrial (FARIAS, 2017, p.16).

Nesse processo, segundo esse autor, fica claro o fenômeno da alienação do trabalhador que ao realizar um trabalho o executa apenas em troca de um salário, o que por sua vez permitirá o acesso aos seus meios de subsistência, isto é, há um processo de troca de sua força-de-trabalho por um salário pago pelo capitalista proprietário dos meios de produção, para tentar atender suas necessidades fundamentais ou básicas.

Há, então, na estrutura da “produção mercantil desenvolvida” a participação do Estado nas relações entre capitalistas x forças de trabalho, atuando este na gestão da força de trabalho por meio das legislações trabalhistas, na gestão salarial no que se refere a oferta de salários diretos e indiretos. O salário é, assim, “a mediação das contradições entre capitalista e o assalariado” e “uma vez separados dos meios de subsistência autônoma, os assalariados necessitam da contratação de sua força de trabalho pelo capitalista, inserindo-se no quadro do capital produtivo da mais-valia” (FARIAS, 2017, p. 10), como aponta a figura abaixo:

Figura 3 – Processo de produção imediato

Legend a	Capital produtivo individual				
	Processo de trabalho		Processo de valorização		
	Meios de produção (Mp)	Força de trabalho (Ft)	Capital constante (C)		Mais-valia (m) = Lucro (ΔD)
			Capital fixo (Cf)	Capital circulante (Cc)	

Fonte: Farias (2015, p. 44).

Sobre esse prisma, conclui Brunhoff (1981) que da mesma forma como a implementação de um salário direto mínimo varia conforme o custo de vida dos trabalhadores, a atuação do Estado, no que se refere à gestão da força de trabalho, também se diferencia no decorrer do tempo.

Assim, o Estado nacional burguês torna-se:

[...] gestor da mediação salarial e dos fios invisíveis que prendem o explorado ao explorador, por intermédio das legislações trabalhistas e sociais, que servem de premissa para a obtenção civilizada e industrial do excedente sob forma de mais-valia, sendo, então, a forma-Estado uma categoria inerente à dominação burguesa, servindo de premissa e mediação aos processos

mercantis simples e desenvolvidos como capital produtivo individual” (FARIAS, 2017, p. 11).

Dessa forma:

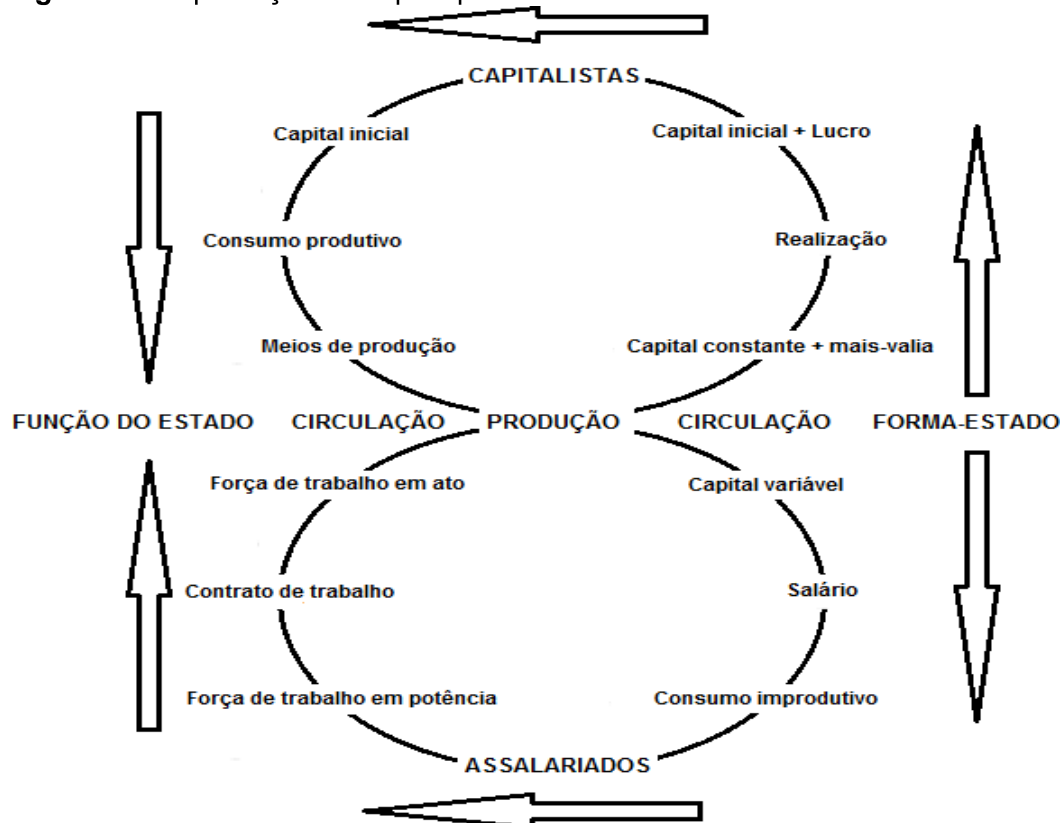
[...] o Estado funciona como garantia das infraestruturas, das normas e das leis necessárias à produção e reprodução dos elementos do capital produtivo individual. Do mesmo modo que o Estado assume as tarefas próprias à permanência da mediação salarial que resolve as contradições entre os sujeitos econômicos que personificam a forma-capital e a forma força de trabalho assalariada (FARIAS, 2017, p. 16).

Farias (2017, p. 13) afirma que, do ponto de vista figurativo, “há um duplo molinete que assegura a produção e a reprodução da relação de exploração e dominação entre capitalista e o assalariado”.

No processo de reprodução do capital produtivo individual, como demonstra a figura abaixo, tanto a classe trabalhadora quanto a capitalista negam a Humanidade e a Natureza visto que:

[...] experimentam o mundo única e teleologicamente determinados para o que é útil como meios de subsistência e produção (abstraida a questão ecológica), mas necessário socialmente para sua sobrevivência classista específica, através do salário e do lucro. (FARIAS, 2017, p. 14).

Figura 4 – Reprodução do capital produtivo individual



Fonte: Farias (2015, p. 45).

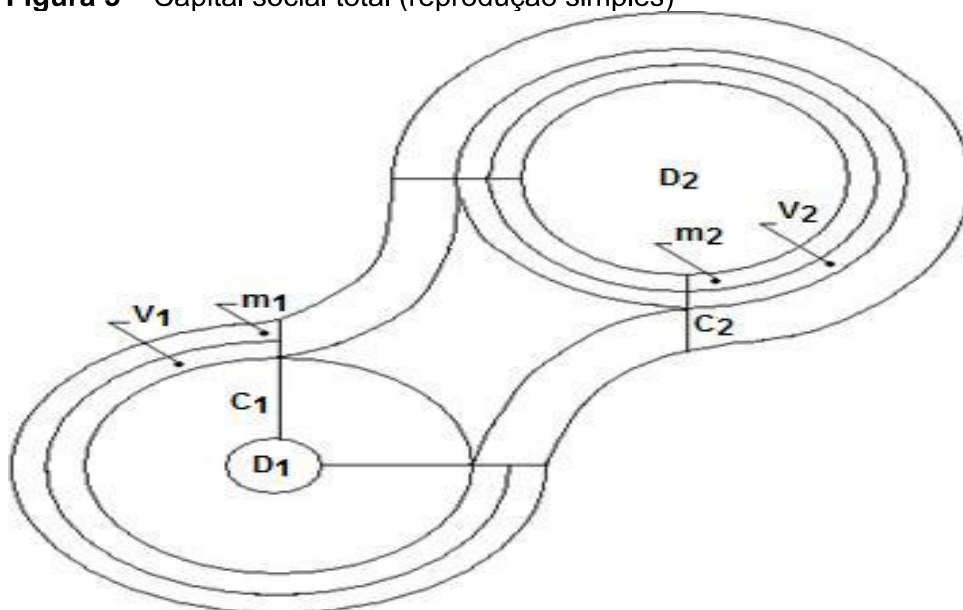
Assim, o objetivo do obreiro no processo de “reprodução do Capital produtivo individual” é receber seu salário e com ele realizar normalmente o consumo improdutivo de mercadorias para a satisfação de suas necessidades básicas, como com a compra de alimentos, com gastos com saúde, gastos com Educação, moradia e transporte. Já o capitalista realiza um consumo produtivo ao comprar meios de produção que, gerarão a mais-valia, que é a essência do lucro, seu maior objetivo ao iniciar o processo.

Assim, trabalhadores e capitalistas:

[...] vivenciam o processo de maneira bem distinta como oprimido e opressor. [...] Trata-se de atividades de trabalho em si que não favorecem a solidariedade, mas uma competição permanente de uns com os outros e, portanto, uma sociabilidade cotidiana precária, agressiva, conflituosa e desafiadora. A situação da consciência ecológica, sindical e política de classe tem sido insuficiente para barrar o caráter destrutivo e o mal-estar social inerente ao capitalismo tardio na sua fase pós-moderna e global (FARIAS, 2017, p. 15).

Já no que se refere à “reprodução simples do Capital social total”, conforme o demonstrado na figura abaixo, percebe-se que os capitalistas se articulam de maneira cíclica, produzindo ora meios de produção, ora meios de subsistência. Nesses termos, o Estado participa ativamente da reprodução do Capital social total no sentido da busca em garantir um crescimento equilibrado na sociedade. “O Estado-plano como capitalista coletivo ideal, que busca o crescimento equilibrado e serve de premissa à reprodução do Capital social total, personificado pelos capitalistas e proletários enquanto classes antagonistas principais”. (FARIAS, 2017, p. 16-17).

Figura 5 – Capital social total (reprodução simples)



Legend a	Reprodução simples do capital social total	
	Seção dos meios de produção (D_1)	Seção dos meios de subsistência (D_2)
	Valor da produção de $D_1 = C_1 + V_1 + m_1$	Valor da produção de $D_2 = C_2 + V_2 + m_2$
	Condição de equilíbrio: $C_2 = V_1 + m_1$	

Fonte: Farias (2015, p. 46).

Mészáros (2011, p. 25) evidencia a relação de simbiose que existe entre o Estado e capital e afirma que:

[...] dentro da estrutura simbiose prevalecente entre o campo econômico e as práticas políticas dominantes tais ações são legalmente bastante permissíveis, graças ao mais dúbio e, muitas vezes mesmo evidente, antidemocrático papel facilitador da selva legislativa impenetrável proporcionada pelo Estado também no domínio financeiro.

Afirma nesse sentido que “nessa altura o papel direto do Estado capitalista no mundo parasitário das finanças é não só fundamentalmente importante – mas também potencialmente catastrófico”. Observa-se, assim, “companhias tão gigantescas constituem uma simbiose total com o Estado capitalista.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 26).

Constata-se, pois, uma promiscuidade na relação entre público e privado com o Estado legitimando as ações do capital através dessa abertura. Assim:

ainda mais reveladora é a ascensão meteórica dos representantes autodesignados das grandes empresas e dos grupos financeiros aos mais elevados postos políticos do executivo. Dado o papel vital desempenhado pelo Estado na manutenção, com todos os meios ao seu alcance, do sistema de produção capitalista – numa época já enorme, embora ainda em expansão, concentração de capital –, são de tal modo grandes os interesses em jogo que as formas tradicionais de controle indireto (econômico) das decisões são obrigadas a ceder lugar a um controle direto dos “postos de comando” da política pelos porta-vozes do capital monopolista. (MÉSZÁROS, 2011, p. 65).

Há, então, segundo o autor, “uma tentativa de colocar os órgãos políticos de controle em sintonia com as necessidades da articulação atual da economia

capitalista.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 62). E nesta perspectiva podemos situar o fato de que há a defesa da intolerância institucionalizada apontada como “solução” para as lutas sindicais, por exemplo.

Mais preocupante ainda é que, mediante a crise, com a “tendência da queda das taxas de lucro” (MARX, 1894), a ação do Estado, no momento da globalização neoliberal, se materializa no sentido de executar servilmente os ditames postos “pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 64).

Assim, percebe-se novamente a intromissão estatal para perpetuar a exploração capitalista, sendo que no “processo de circulação do capital”:

[...] o Estado funciona como condição prévia por intermédio de certas medidas legais, normativas e infraestruturais em favor da totalização do capital sob a forma de um grande silogismo, numa divisão social do trabalho, cujos pequenos silogismos elementares são os ciclos do capital dinheiro (generalidade), do capital-mercadoria (particularidade) e do capital produtivo (singularidade), que são personificados respectivamente por banqueiros, comerciantes e industriais. (FARIAS, 2017, p. 16).

Além disso, neste quadro complexo de totalização das distintas frações de capitais:

o Estado age sobre as condições prévias da cessão do valor que determina a divisão entre capital fixo e capital circulante, do mesmo modo que toma medidas fiscais, faz investimentos públicos e implementa políticas científicas e tecnológicas que modificam a rotação do capital, cujos ritmos e modalidades se encontram na base material das crises periódicas. (FARIAS, 2017, p. 16).

Além disto, temos ainda que:

[...] no movimento da reprodução do capital social total, o Estado se intromete e estabelece prioridades enquanto capitalista coletivo ideal, para assegurar as condições prévias, equilibradas e unitárias da movimentação tanto da riqueza material, sob a forma de meios de subsistência e de meios de produção, quanto da riqueza social, sob a forma de valores. (FARIAS, 2017, p. 18).

Ocorre que, mesmo com a interferência estatal, há, segundo Farias (2017), uma relação desproporcional entre os departamentos (conforme a figura 5) que produzem meios de subsistência, e os que produzem meios de produção, sendo esta relação prejudicial ao conjunto do proletariado que tem cada vez menos suas necessidades atendidas durante esse processo.

Assim, sugere Farias (2017, p. 18):

[...] na superação do capital social total, o que deveria ser planejado não

seria a reprodução da riqueza social expressa em valores que circulam entre os departamentos e nos departamentos, mas a reprodução da riqueza material expressa em valores de uso destinados ao atendimento das necessidades sociais, em conformidade com a capacidade democrática e consciente de mobilizar os recursos naturais, técnicos e intelectuais de maneira diversificada, seja como meios de produção, seja como meios de subsistência.

Já no processo do conjunto de produção e circulação do Capital, no contexto dos “capitais numerosos” (MARX, 1894), o Estado assume mais três funções simultâneas, segundo as contribuições marxianas no livro 3 de “*O Capital*”. São elas:

“O Estado participa das condições prévias da formação da taxa de lucro no seio dos capitais numerosos em concorrência.” (FARIAS, 2017, p. 21). Há, assim, uma tendência à formação de uma taxa média de lucro entre os capitalistas, que não existe na prática graças à intromissão do Estado que cria através de impostos e subsídios diferenciações nas taxas de lucro para favorecer um ou outro capitalista. “Em geral este tipo de intromissão estatal favorece o grande capital no sentido de lhe assegurar uma taxa de lucro diferenciada e acima da média.” (FARIAS, 2017, p. 21).

O Estado pode ainda tomar medidas para aumentar as taxas de lucros dos capitalistas, como, por exemplo, barateando equipamentos do capital constante ou aumentando a exploração da classe trabalhadora (capital variável). O Estado age, assim, na contratendência à queda da taxa de lucro.

O Estado faz uma intromissão no nível das forças contra restantes à queda geral da taxa de lucro. Assim, tanto procura baratear os elementos do capital constante através de incentivos, taxas de câmbio etc., quanto toma medidas legais e normativas atinentes ao aumento da taxa de exploração. (FARIAS, 2017, p. 21).

E, por fim:

[...] o Estado assume um papel mediador na resolução das contradições entre os capitais numerosos, cujas formas principais são personificadas, mesclada ou separadamente, por industriais, comerciantes, banqueiros, agricultores, rentistas etc., como frações simples ou complexas da classe exploradora capitalista. (FARIAS, 2017, p. 21).

Observa-se, assim, que não é o atendimento racional e sustentável das necessidades do proletariado o motivo determinante da produção capitalista, que por fim redundará naquilo que Marx (1984) denuncia como sendo um mero processo de “produção pela produção”. Mas de acordo com as atualizações de Farias (2017, p. 21):

[...] a massa de excedente realizada (tanto no presente, quanto no futuro) sob a forma de lucro bruto (lucros, juros, rendas e patrimônios), como forma

fenomênica da soma de valores apropriados quer pela classe capitalista que personifica o capital social total, que por suas frações de classe que personificam os capitais numerosos, assim como a soma de valores apropriados pelo Estado através de empresas públicas, impostos e dívidas públicas.

Ao discorrer, então, sobre o que denomina de “grande silogismo dos capitais numerosos”, Farias (2017, p. 21) conclui, inspirado na “crítica da economia política” (MARX, 1885) e (MARX, 1894), que:

o Estado serve de premissa e mediação das relações sociais contraditórias da produção pela produção capitalista industrial; dependendo das condições historicamente determinadas, sua intromissão é mais ou menos favorável tanto aos interesses específicos das classes fundamentais (proletariado e burguesia), quanto aos interesses particulares da classe burguesa.

No contexto particular da globalização capitalista:

o Estado globalizado é premissa e mediação da produção pela produção que envolve numa mesma totalidade tanto o capital em geral, marcado pela luta entre proletários e capitalistas, quanto os capitais numerosos, marcados pela luta intercapitalista. As funções sistêmicas do modo estatal global na perpetuação da globalização do capital não são redutíveis à defesa dos interesses de segmentos do grande capital (industrial, comercial e financeiro) internacionalizados e mais concentrados. (FARIAS, 2017, p. 26).

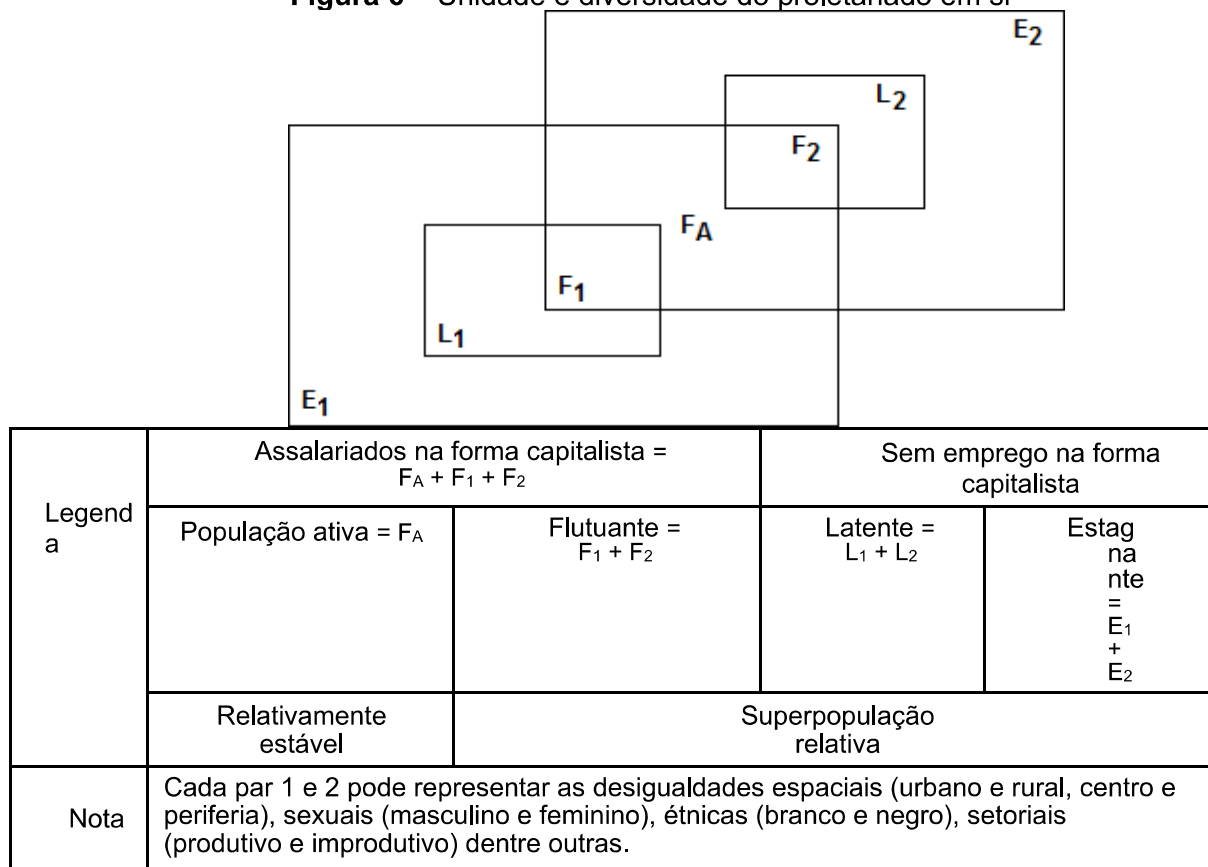
Há nesse contexto, ainda segundo Farias (2017, p. 27), uma dominância do capital financeiro, assim como uma mudança na correlação de forças e na distribuição do valor entre capitalistas e trabalhadores, sendo a este último desfavorável. Ocorre que esta desigualdade na distribuição da renda é apenas a parte aparente do processo de “produção pela produção”, já que essencialmente “os capitalistas tentam superar a crise desvalorizando o capital e expandindo o exército de reserva, em vez de desconcentrar e descentralizar o capital e reduzir a duração do trabalho para gerar empregos na população ativa.”

Sabe-se que a existência de um “exército industrial de reserva” (MARX, 1867) é, portanto, inerente ao Capitalismo. Nesse sentido, o papel do Estado é fundamental para garantir a organização do proletariado em termos de população ativa e superpopulação relativa visando não o atendimento das múltiplas necessidades dessa classe, mas os interesses da produção pela produção capitalista ora globalizada.

No que se refere à organização do proletariado, Farias (2017, p. 30), conforme apresentado na figura abaixo, apreende a unidade e a diversidade do

proletariado em si, a partir da dialética do universal e do específico, “para construir, na unidade e na diversidade de interesses do proletariado para si, as lutas emancipatórias da opressão (exploração econômica, dominação política e humilhação social)”.

Figura 6 – Unidade e diversidade do proletariado em si



Fonte: Farias (2015, p. 54).

Assim, do ponto de vista das relações capitalistas de produção, Farias (2017, p. 28) afirma que:

[...] a única maneira de perpetuar a produção pela produção é de encontrar indefinidamente no mercado mundial novas fontes objetivas e subjetivas de riquezas em que o proletariado em si e a própria natureza são, ao mesmo tempo, baratos, depreciados e degradados.

Farias (2013, p. 47) discorre também sobre as funções dessa construção estatal planetária sob a forma do “imperialismo global”. Para isso, inicialmente analisa a maneira como os analistas econômicos positivistas e funcionalistas veem a crise atual, bem como suas respostas reformistas em que atribuem um “novo papel às formas estatais capitalistas determinadas pela própria penetração territorial do capital

na escala do mercado mundial”.

Para esses analistas, o imperialismo se configura como um fenômeno que está para além das fronteiras nacionais ou transnacionais, que estabelece novos monopólios favoráveis aos países centrais. No entanto, segundo Farias (2013), essas análises não levam em consideração a natureza das formas estatais complexa e contraditória.

Assim, os reformistas cometem o erro de examinar o processo de mundialização fazendo abstração da construção coletiva ideal planetária (FMI, Banco Mundial, Otan, G7 etc.), que assumiu um papel decisivo na implementação de medidas de desregulação, privatização, liberalização etc., sobretudo, na crise de endividamento dos países do Sul, assim como na estratégia de eternizá-los como exportadores de produtos primários. (FARIAS, 2013, p. 47).

Assim sendo, observa-se que, para que a mundialização neoliberal triunfe é necessário não o retorno à ideia da prevalência do mercado livre, eterno e autorregulado, mas de todo um aparato político agora globalizado, com regras comerciais, territoriais e jurídicas internacionais.

Nesses termos:

[...] o desenvolvimento capitalista atual exige cada vez mais, tendencialmente, uma forma de existência estatal planetária para assegurar o conjunto das condições prévias e mediadoras mais aptas a preservar e eternizar tanto o capital em geral quanto os capitais numerosos no mercado mundial. (FARIAS, 2013, p. 48).

Como estabelecem entre si uma relação orgânica, em que um não funciona sem o outro, o “modo de produção capitalista mundial corresponde e se coloca no mesmo diapasão que o modo estatal global”. (FARIAS, 2013, p. 48).

Nesses termos:

a mundialização do capital tem primazia ontológica como configuração que reproduz sem cessar, numa escala ampliada, as forças produtivas e as relações de produção sobre a base das quais se erige o modo estatal global. Mas este, como causa ativa sobre o mercado mundial, preenche uma série de funções na própria dinâmica da mundialização do capital. (FARIAS, 2013, p. 48).

Dentre as funções realizadas pelo “modo estatal global”, Farias (2013, p. 49) destaca a indispensável mediação que é feita no interior das relações contraditórias entre os sujeitos mercantis e afirma que:

no que concerne ao advento das funções monetárias estatais planetárias, a

cimeira do G20 se desenrolou, em novembro de 2010, em Seul, sob a hipocrisia e a ambiguidade do consenso de desenvolvimento por um crescimento compartilhado para além da crise, mas, na realidade, determinado a ir pura e simplesmente na direção de um sistema monetário internacional cujas taxas de câmbio fossem ainda mais determinadas pelo mercado.

Ao reafirmar a ideia do mercado livre e eterno, o risco de novas crises globais é real e ao não implementar nenhuma medida séria, no que se refere à reforma do sistema monetário internacional e à superação das finanças globais,

as políticas dos membros do G20 tendem a se encaminhar tanto para uma corrida de uma guerra de moedas – por meio das desvalorizações competitivas, sobretudo em detrimento dos países ditos emergentes – quanto para aumentar a perda dos direitos e o rigor econômico, prejudiciais ao mundo do proletariado. (FARIAS, 2013, p. 49).

Já no que se refere à função de mediar às relações contraditórias mercantis desenvolvidas entre capitalistas e proletários, Farias (2013, p. 50) afirma que “no que concerne especialmente ao advento das funções estatais planetárias que afetam a força de trabalho, é a gestão livre desta em favor do capital que assola o mundo”.

Como resultado dessa gestão em favor do Capital, observa-se um aumento assustador do número de desempregados em escala global, sobretudo entre os jovens, sendo que, no Brasil, há, segundo dados do IBGE (2021), cerca de 14,8 milhões de desempregados, sendo que no momento que o “risco de desemprego aumenta para os trabalhadores, as finanças são liberadas de todo risco por intermédio dos planos de salvação estatais dos países desenvolvidos”. (FARIAS, 2013, p. 50).

Nesse contexto, o Estado atua também na coerção dos trabalhadores. Não se pode, portanto, esquecer:

[...] as determinações estatais essenciais que residem na luta de classes percebida no nível do capital em geral, cujas contradições não desaparecem com o advento do mercado mundial e sob o véu dos capitais numerosos em concorrência na escala planetária. (FARIAS, 2013, p. 51).

Farias (2013) afirma que diante dessa conjuntura deve-se utilizar a concepção marxista da unidade e diversidade do proletariado na tentativa de apreender e superar a situação mundial teoricamente reduzida a existência do “trabalho flexível, móbil e precário”.

Contudo, do ponto de vista prático, tal superação só será possível, segundo Farias (2013), através da resistência engajada do proletariado ao sistema que o explora, domina e humilha, sendo que o autor utiliza a categoria proletariado contida

nos escritos de Marx, sobretudo, o disposto no livro de “*O Capital*” para comprovar que esta não é uma categoria homogênea nem do ponto de vista da sua composição, nem no atinente às formas de opressão sofrida.

Ao contrário, “a dialética marxiana parte desta ideia para mostrar que os proletários não se unificam a priori, enquanto força de trabalho da população ativa, mas também se diversificam como membros de uma imensa superpopulação relativa” (FARIAS, 2013, p. 53). Como se demonstrou com a figura 6, o proletariado não é uma categoria homogênea, não tendo, portanto, as mesmas necessidades.

Conclusão do capítulo

Entendendo a forma-Estado como um ser social concreto, complexo e contraditório, situado no tempo e no espaço que deve ser entendido para além de sua aparência, a forma de Estado pós-moderno assume funções específicas que se relacionam entre si. Há uma primazia ontológica das formas sobre suas funções sendo que a forma de Estado pós-moderno, que assim se apresenta desde a crise da forma de Estado de bem-estar social, se conforma na lógica do “modo estatal global” e apresenta características formais e funcionais distintas das de outras formas históricas, que acabam por determinar seu raio de atuação no que se refere à sociedade e ao Capital.

Nesse contexto, sob o ordenamento neoliberal, na perspectiva do “modo estatal global” e de crise do “imperialismo global”, esta forma de Estado pós-moderno em pouco se preocupa com o atendimento das múltiplas necessidades do proletariado, o que se evidencia cada vez mais nas péssimas condições de vida e trabalho a que é submetida boa parte da população mundial.

Nesse contexto de expressão de desigualdade de diversas ordens, pode até acontecer dos proletários se voltarem contra eles próprios e contra aqueles que julgam mais fracos. Nesses termos, a exploração do homem pelo homem típica do modo capitalista de produção, muitas vezes é confundida com a “barbárie das relações interpessoais, mas, sobretudo, como barbárie das relações entre homens e mulheres” (VINCENT, 2004, p. 57 apud FARIAS, 2013, p. 55), jovens e idosos, negros e brancos etc.

O proletariado em seu todo consegue ter certa percepção da exploração, da dominação e da humilhação que sofre no trabalho, mas, permanecendo

amarrado por fios invisíveis ao mercado de trabalho e ao salve-se quem puder do cotidiano, não pode decifrar a relação entre sua situação concreta e a dinâmica da acumulação do capital, bem como apreender as relações específicas entre produção e circulação no quadro dessa dinâmica.

Assim, ao realizar seu papel de gestor da força de trabalho, introduz o “modo estatal global”, inovações nacionais, regionais e planetárias nos “domínios dos mitos e dos artifícios que buscam seja segmentar o proletariado e impedi-lo de apreender sua própria vida de conjunto e de subconjunto, seja ocultar suas realidades e práticas específicas.” (FARIAS, 2013, p. 55).

Visando a superação deste modo de organização social, econômico e político, deve o proletariado partir da tomada de consciência de sua situação visando à consciência revolucionária por meio das lutas. Destaque-se, assim, que, embora as críticas ao Capitalismo e à sua barbárie tenham aumentado com a crise do Capitalismo global, ainda há um longo caminho para a sua superação.

4 A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES DO PROLETARIADO NA ERA PÓS-MODERNA

Introdução do capítulo

A discussão do conceito de necessidade se torna fundamental para o entendimento da vida em sociedade, visto que a busca pela sua satisfação determina em grande parte a ação humana. O conceito é bastante discutido no meio acadêmico por diferentes autores como Rousseau (1755; 2010) e Marx (1859; 1982), sendo que merece destaque neste trabalho a definição de necessidades de Mandel (1982; 1991; 1992), para quem as necessidades fundamentais são aquelas que necessariamente devem ser satisfeitas em busca de um padrão mínimo de dignidade que envolve o atendimento das necessidades fundamentais de saúde, Educação, alimentação, moradia, transporte público, lazer e cultura.

Ao compreender que as necessidades são historicamente determinadas, ou seja: variam conforme o tempo e o espaço se faz importante a análise do que seriam as necessidades e suas distintas formas de satisfação pelo Estado, sendo que a maneira com que essas necessidades são satisfeitas pelo Estado varia conforme a forma deste. Além disso, compreende-se que o proletariado enquanto classe não é uma massa homogênea. Deve-se, assim, considerar as distintas frações do

proletariado e suas distintas necessidades, embora se admita, que no Capitalismo, as necessidades fundamentais devem ser satisfeitas de maneira geral para todos em vista de garantir um padrão mínimo de dignidade.

O Estado, ao ser compreendido teoricamente como um grande silogismo que envolve a relação da universalidade com a singularidade, varia suas funções conforme a sua forma. Sendo assim, após o entendimento do que seriam as necessidades fundamentais, discute-se neste capítulo as características assumidas pela forma de Estado pós-moderno e de que maneira estas influenciam as funções por esta forma desempenhadas, principalmente as que se referem ao processo de satisfação de necessidades do proletariado na atualidade.

Realiza-se, ainda, a discussão sobre a involução do atendimento das necessidades sociais nas formas de Estado contemporâneos. Sendo assim, discute-se como se deu a oferta de políticas sociais na forma de Estado de Bem-Estar Social que, embasado pelos princípios fordistas-keynesianos, possibilitou ao proletariado melhores condições de vida se comparado com a forma de Estado pós-moderno, que é marcado pela forte presença da ‘financeirização’ e supervaloriza, portanto, os interesses do mercado em detrimento do atendimento das necessidades humanas.

4.1 Análise do conceito de necessidade social

Como já explicitado, ao longo do tempo, diversos autores têm buscado compreender o que seriam as necessidades e suas mais diversas formas de satisfação. Dentre estes, destaca-se a contribuição de Rousseau (1755; 2010) que fez uma análise histórica do conceito de necessidade desde o Estado de natureza, em que o homem a satisfazia utilizando apenas recursos naturais.

O autor também pontua que a sociedade civil se originou mediante as necessidades. Assim, os homens foram aperfeiçoando suas técnicas e desde então surgiram os abrigos, os instrumentos de trabalho, as roupas (peles de animais) e a ideia de propriedade.

Da mesma forma, no seu entendimento, o surgimento do Estado corresponde a uma necessidade a partir da qual se decide que “em vez de voltarmos nossas forças contra nós mesmos, unamo-las num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que proteja e defenda todos os membros da associação”. (ROUSSEAU, 2010, p. 131).

Nesse sentido, a “saída rousseauniana para o impasse da desigualdade social e política na sociedade civil é a configuração de um Estado cujo poder reside no povo, na cidadania, por meio da vontade geral” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 58).

Outro autor que merece destaque no estudo da categoria necessidade é Marx (1982) para quem o ser humano desenvolveu a capacidade de satisfazer suas necessidades através do trabalho e da criação de instrumentos, o que potencializou sua capacidade de caçar, pescar, colher frutos e raízes gerando, inclusive, o excedente de produção.

As necessidades são o motor da sociedade desde os selvagens até os dias atuais, sendo que:

o selvagem teve de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma da sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las (MARX, 1975, p. 942).

A categoria “necessidade humana” é fundamental para o entendimento da formação da sociedade, já que o primeiro fato histórico seria proporcionado pela busca da satisfação das necessidades básicas como comer, beber, ter moradia e vestimenta, que levariam o homem ao trabalho, ou seja: a se relacionar com a natureza, transformando-a e transformando a si mesmo nesse processo. Através do trabalho o homem diferencia-se dos outros animais e satisfaz suas necessidades; a própria divisão do trabalho determina a vida social (MARX, 2005).

Dessa forma, “satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e a produção das novas necessidades é o primeiro ato histórico” (MARX, 1975, p. 54).

Nos primórdios, por sua vez, a satisfação de necessidades dos homens estava atrelada em grande parte a fatores externos como as condições naturais, relacionadas “à própria natureza do homem ou à natureza que o cerca” (MARX, 1975, p. 588).

Assim, ainda conforme Marx (1975), num tempo em que o trabalho se destinava apenas à satisfação das necessidades pessoais do trabalhador, quanto menor fosse o número de necessidades básicas a satisfazer e quanto maior a fertilidade natural do solo e a excelência do clima, menor seria o tempo de trabalho

necessário para manter e reproduzir o trabalhador.

Há, por sua vez, uma diferença gritante entre o processo de trabalho capitalista e o modo de satisfazer necessidades nos primórdios da história visto que “nos primórdios da civilização são pequenas as forças produtivas de trabalho adquiridas, mas também são reduzidas as necessidades que se desenvolvem com os meios de satisfazê-las e através deles” (MARX, 1975, p. 587).

Já na sociedade capitalista, as necessidades passam a ser satisfeitas através do consumo de mercadorias, já que “sem necessidade não há produção” de novas coisas (MARX, 1975, p. 210) e o consumo por sua vez reproduz a necessidade. Na relação entre produção e consumo constata-se que “a produção também gera o consumo ao lhe dar sua matéria, ao determinar o modo de consumo e ao criar no consumidor a necessidade de produtos que começaram simples objetos” (MARX, 1975, p. 210).

Há dessa forma uma íntima relação entre a produção, a distribuição, a troca e o consumo de mercadorias que funcionam como meio de satisfação de necessidades na sociedade capitalista.

A produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já havia sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto torna-se objeto e servidor da necessidade individual (MARX, 1982, p. 207).

Deste modo, a exemplo de Marx (1975), que inicia seu estudo sobre *O Capital* a partir da análise da mercadoria, por compreendê-la como “a forma elementar” do sistema de produção de riquezas na sociedade capitalista, parte-se também da mercadoria para analisar o processo de satisfação de necessidades do homem na sociedade capitalista.

O conceito de necessidade social está implícito em toda a obra de Marx desde o conceito de mercadoria, entendida como “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1975, p. 41).

Quanto a sua definição da categoria mercadoria, o autor deixa claro que esses objetos podem satisfazer necessidades de classes distintas já que “não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.”

(MARX, 1975, p. 41-42)

No modo de produção capitalista, caberia, assim, ao proletariado, que possui apenas sua força-de-trabalho como mercadoria a ser vendida ao capitalista, a satisfação de necessidades de maneira direta através do consumo de mercadorias como meio de subsistência; já ao capitalista, que no processo produtivo possui os meios de produção, as mercadorias seriam também utilizadas indiretamente.

A mercadoria se apresenta, então, em sua aparência, como uma coisa que serve para satisfazer necessidades, logo, como um objeto útil que, por sua vez, possui um valor-de-troca. Ao analisar o que seria a mercadoria em sua essência, Marx (1975, p. 42) afirma que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso.” O valor-de-uso de uma mercadoria se relaciona diretamente com o conceito de necessidade já que “o valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana” (MARX, 1975, p. 42).

Baseado na categoria necessidade há, então, uma diferença entre o processo de trabalho dos primórdios e o sistema capitalista. Tal diferença reside no fato de que embora produzissem coisas que fossem valores-de-uso, tais coisas não eram mercadorias já que:

[...] uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros (MARX, 1975, p. 47- 48).

O valor-de-uso de uma mercadoria só se realiza com o consumo desta e sendo assim, “os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca” (MARX, 1975, p. 43). Graças a esse valor-de-troca, as mercadorias podem então trocar-se umas pelas outras, nas diferentes proporções.

O que permite, por sua vez, a troca entre mercadorias de utilidades diferentes é a existência de uma característica comum a todas elas; já que “se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho.” (MARX, 1975, p. 44). As mercadorias possuem, então, em sua essência, um valor, sendo que “um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato” (MARX, 1975, p. 45).

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no

sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade do trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 1975, p. 54).

As mercadorias só se tornam, portanto, objetos úteis quando feitas com um fim a partir do trabalho humano. O trabalho é, portanto, a base do sistema capitalista, uma vez que sem trabalho não há produção de mercadorias e nem satisfação de necessidades. Observa-se em Marx (1975) uma relação direta entre o trabalho do homem e a satisfação de suas necessidades. Foram estas que impulsionaram o homem a manipular a natureza criando objetos que lhes satisfizessem.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1975, p. 50).

Portanto, o trabalho também está intimamente associado ao conceito de necessidade já que é através deste que o homem transforma a natureza e a si mesmo na busca de satisfação de suas necessidades.

Por sua vez, é importante ressaltar que, embora a mercadoria tenha uma materialidade concreta, ou seja: situe-se no tempo e no espaço, o sistema capitalista se dá não a partir da relação entre coisas, mas da relação entre pessoas, das relações sociais, isto é, “a produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado o capitalista e do outro o assalariado” (MARX, 1975, p. 673).

O modo de produção capitalista, como já afirmado acima, situado no tempo e no espaço, ocorre não só como modo de produção econômica, mas, inclusive, social. Sendo assim:

o processo capitalista de produção é forma historicamente determinada do processo social de produção. Este abrange a produção das condições materiais da vida humana e ao mesmo tempo é processo que se desenvolve dentro de relações de produção específicas, histórico- econômicas, produzindo e reproduzindo essas relações de produção e, por conseguinte, os agentes desse processo, no contexto deles: as condições materiais de existência e as relações recíprocas, isto é, a forma econômica particular de sociedade que lhes corresponde. Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas

pelos indivíduos no processo de reprodução da vida (MARX, 1975, p. 940).

Pelo exposto, como o modo de produção capitalista deve ser compreendido historicamente ao ser situado no tempo e no espaço, as necessidades da mesma maneira podem ser classificadas em diferentes tipos: desde as necessidades físicas, biológicas, básicas, necessárias para a conservação da espécie, até as necessidades de luxo. Entende-se, por sua vez, que, no modo de produção capitalista as necessidades, sejam elas quais forem, são satisfeitas através do consumo de mercadorias; logo, há de se distinguir a produção destas em dois grandes tipos: meios de consumo da classe trabalhadora e meios de consumo destinados à classe capitalista.

Dessa forma, há uma distinção entre:

os meios de consumo que entram no consumo da classe trabalhadora e, sendo meios necessários de subsistência, constituem parte do consumo da classe capitalista, embora muitas vezes diferentes em qualidade e valor dos consumidos pelos trabalhadores. [...] e os meios de consumo de luxo, que só entram no consumo da classe capitalista e assim podendo apenas ser trocados por mais-valia, que nunca chega ao bolso do trabalhador” (MARX, 1975, p. 431).

Percebe-se, portanto, que é inerente ao sistema capitalista a superexploração de uma classe em detrimento de outra. E é por meio desta que os padrões de consumo se tornam tão diversos nas distintas classes, já que ao trabalhador explorado resta apenas o mínimo para satisfação de necessidades fundamentais, ligadas a autoconservação da espécie, e ao capitalista é possibilitada inclusive a satisfação de necessidades de luxo.

Constata-se, então, que no sistema capitalista, em que as necessidades são criadas e mercadorias são produzidas indiscriminadamente para satisfazê-las, há uma mudança no modo de produção de objetos que já não mais representam valores-de-uso para quem os produzem, mas para os outros, ou seja, objetos que são mercadorias que satisfazem necessidades de quem os adquire.

Embora exista uma primazia ontológica da produção, já que a mercadoria só pode ser distribuída e consumida se antes for produzida, essa só se realiza enquanto tal no processo de circulação. “Só através da troca se pode provar que o trabalho é útil aos outros, que seu produto satisfaz necessidades alheias. Cada proprietário de uma mercadoria só a cede por outra cujo valor-de-uso satisfaz

necessidade sua” (MARX, 1975, p. 96).

Há, assim, uma íntima relação entre a circulação de mercadorias e a satisfação de necessidades visto que “para ser mercadoria, o produto não deve ser produzido para satisfazer imediatamente as necessidades do produtor” (MARX, 1975, p. 190).

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (MARX, 1975, p. 55).

No processo de circulação de mercadorias o obreiro deve negar o valor-de-uso de sua mercadoria para si já que “um objeto útil só pode se tornar valor-de-troca, depois de existir como não-valor-de-uso e isto ocorre quando a quantidade do objeto útil ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor” (MARX, 1975, p. 98).

Tal fenômeno representa em si uma contradição que passa a ser mediada pelo dinheiro, que nada mais é do que a forma equivalente geral, universal, pela qual todas as mercadorias podem se trocar.

Então, mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal torna-se a função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias (MARX, 1975, p. 78).

O dinheiro é, portanto, uma necessidade do sistema capitalista já que:

[...] uma vez que nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente, não podendo transformar seu próprio corpo em expressão de seu próprio valor, tem ela de relacionar-se com outra mercadoria, considerada equivalente, ou seja, fazer da figura física de outra mercadoria sua própria forma de valor (MARX, 1975, p. 65).

Explica-se, assim, como se dá o surgimento do dinheiro no sistema capitalista ao se identificar que:

a ação social de todas as outras mercadorias elegem, portanto, uma determinada para nela representarem seus valores. A forma corpórea dessa mercadoria torna-se, desse modo, a forma equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro (MARX, 1975, p. 97).

Entendendo que o maior dos interesses do Capital é se expandir cada vez

mais, passa a ser produzida no sistema capitalista uma infinidade de mercadorias que se destinam a satisfazer necessidades recém-criadas. Assim, “a mercadoria pode ser produto de nova espécie de trabalho, que se destina a satisfazer necessidades emergentes ou criar necessidades até então desconhecidas” (MARX, 1975, p. 119).

Logo:

a repetição ou renovação da venda para comprar, como o próprio processo, encontra sua medida e seu objetivo numa finalidade situada fora da operação, a saber, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para venda, ao contrário, o começo e o fim são os mesmos, dinheiro, valor-de-troca e, por isso mesmo, o movimento não tem fim (MARX, 1975, p. 170).

Os diferentes processos de circulação servem para atender necessidades e interesses distintos uma vez que:

a circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites” (MARX, 1975, p. 171).

Observa-se, com isso, que o sistema capitalista não tem como prioridade satisfazer necessidades humanas, compreendido que o seu interesse de se autorreproduzir é contrário aos dos trabalhadores de terem suas necessidades satisfeitas. Sendo assim, “nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros” (MARX, 1975, p. 172).

Há no capitalista um “impulso de enriquecimento absoluto, caça apaixonada ao valor” (MARX, 1975, p. 173). “Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir” (MARX, 1975, p. 688). Então, inúmeras mercadorias são criadas para satisfazer necessidades variadas já que “o capitalista sabe que todas as mercadorias, tenham elas aparência vil ou mau odor, são em fé e em verdade dinheiro, e, além disso, milagroso meio de fazer mais dinheiro com dinheiro” (MARX, 1975, p. 174).

Por essa razão procura estimular necessidades de consumo sempre novas na população, inclusive na classe operária já que a produção de mais-valia, a realização do lucro e a acumulação de capital continuam sendo os objetivos supremos de todos esses esforços (MANDEL, 1982, p. 275).

Não importa, no entanto, se a imensa produção de mercadorias possa vir a destruir a vida humana em sociedade e o planeta, como aponta Mészáros (2004, p.

268-269). Se a venda destas mercadorias levar ao enriquecimento dos capitalistas, é válido.

A produção do valor-de-uso tornou-se impiedosamente subordinada aos imperativos do valor de troca sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder autossustentável. Como tal, ele se tornou não apenas indiferente às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente oposta a elas, apropriando-se, sem levar em conta as consequências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de antivalor de uso necessariamente auto orientado e auto perpetuador.

O que permite, por sua vez, que o dinheiro se transforme em capital no processo D-M-D, em que D se transforma em D', é a mais-valia que é “esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo” (MARX, 1975, p. 170). Seja lembrado sempre que “antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível de força de trabalho” (MARX, 1975, p. 380).

A mais-valia só pode ser adquirida, portanto, dentro do processo de circulação através de uma mercadoria específica: a força de trabalho.

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar, de ser fonte de valor; de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 1975, p. 187).

Nesses termos, há dois tipos de mais-valia: a absoluta que é “produzida pelo prolongamento do dia de trabalho” e a relativa que é “decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, 1975, p. 363).

Na mais-valia relativa há, então, uma diminuição do tempo necessário ao trabalhador para prover suas necessidades e há um aumento do tempo do trabalhador destinado ao capitalista para atender seus interesses. Esse fenômeno, portanto, o reduzido número de horas livres do trabalhador destinadas, por exemplo, ao lazer, que também é uma das suas necessidades fundamentais.

O desenvolvimento de métodos que permitam uma maior produtividade do trabalhador para além do que lhe é necessário para sobreviver, a exemplo da metodologia fordista-taylorista, foi fundamental para promover o enriquecimento do

capitalista na medida em que:

se o trabalhador precisa de todo o seu tempo, a fim de produzir os meios de subsistência necessários para sua manutenção e de seus dependentes, não lhes restará tempo nenhum a fim de trabalhar gratuitamente para outra pessoa. Se não atinge certo grau de produtividade do trabalho, não sobra tempo ao trabalhador para produzir além da subsistência; sem esse tempo de sobra, não haveria capitalista (MARX, 1975, p. 587).

Percebe-se com isso que, no sistema capitalista, as duas classes antagônicas - capitalistas e trabalhadores - necessitam uma da outra para sobreviver. Enquanto o obreiro, que só tem sua força de trabalho para vender, necessita de que o capitalista a compre para que, com seu salário, possa adquirir os meios de subsistência necessários a si e a sua família: o capitalista, por sua vez, possuidor dos meios de produção, precisa do trabalhador para enriquecer a partir da exploração de sua força de trabalho geradora do valor conferido as coisas.

A formação dessas distintas classes antagônicas entre si não é algo natural. Uma coisa, entretanto, está clara. A natureza não produz, de um lado, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social (MARX, 1975, p. 189).

Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho vendida pelo trabalhador ao capitalista tem seu preço. O preço da força de trabalho é, por sua vez, intimamente relacionado com o mínimo necessário para satisfação de suas necessidades fundamentais, ou seja: “é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio” (MARX, 1975, p. 595).

O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, a sua reprodução. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou seja, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (MARX, 1975, p. 191).

O valor do salário recebido como pagamento de sua força de trabalho é calculado, ainda segundo Marx (1975, p. 191), a partir da “soma dos meios de

subsistência que deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador.” É importante ressaltar que “para um determinado país, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários” (MARX, 1975, p. 191) para o desenvolvimento do trabalhador e de sua família, já que é de interesse do capitalista a existência de uma classe trabalhadora.

A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias (MARX, 1975, p. 192).

Ao discorrer sobre o valor pago ao trabalhador pela compra de sua força de trabalho, chega-se necessariamente ao conceito de “necessidade”, uma vez que:

o valor da força de trabalho, isto é, o preço da venda adequado dessa mercadoria, é determinado pela quantidade de trabalho necessária à reprodução dela, e essa quantidade por sua vez é determinada pela quantidade de trabalho exigida para produção dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, ou seja, para a conservação da sua vida. Por isso, o salário se torna a renda da qual tem de viver o trabalhador” (MARX, 1975, p. 406).

O salário passa a ser então o valor destinado ao trabalhador pela venda de sua força de trabalho ao capitalista. É com o salário que o trabalhador deverá satisfazer suas necessidades através do consumo de mercadorias, sendo que, em virtude da desvalorização da força de trabalho, o salário destinado ao trabalhador o possibilita acessar apenas o mínimo para a satisfação de suas necessidades básicas, fundamentais, vitais para a conservação da espécie, como a alimentação, saúde, moradia e transporte.

Dono e vendedor da força pessoal de trabalho, o trabalhador recebe com o nome de salário, fração do produto na qual se corporifica a parte do trabalho, a qual chamamos trabalho necessário, isto é, o trabalho necessário para manter e reproduzir essa força de trabalho, sejam as condições dessa manutenção e reprodução pobres ou ricas, favoráveis ou desfavoráveis (MARX, 1975, p. 943).

Sem necessariamente discutir a essência do que Marx sinaliza neste enunciado como característico do fenômeno da exploração, sobre as necessidades humanas, por serem determinadas no tempo e no espaço, a saber, por serem historicamente determinadas, mesmo as necessidades fundamentais dos homens e mulheres proletários variam conforme as conjunturas.

As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc., variam de acordo com as condições climáticas e de outra

natureza de cada país. Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências particulares (MARX, 1975, p. 191).

Há, por outra parte, um limite a ser gasto com o trabalhador e sua família, um limite no valor a ser pago ao trabalhador pela compra da sua força de trabalho, como já remarcara Marx (1975). Este está também relacionado ao conceito de necessidades, já que:

[...] o limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade de mercadorias indispensável para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, portanto, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis (MARX, 1975, p. 193).

Acontece que, na atual conjuntura social, econômica e política, caracterizada aqui neste trabalho como Pós-modernidade, nem esse limite mínimo é atendido visto que há uma enorme distância entre o que é recebido pelo trabalhador em forma de salário e o que ele deveria receber por ter gerado valor e para ter o mínimo de satisfação de suas necessidades fundamentais.

No caso brasileiro, por exemplo, em que o salário mínimo garantido na Constituição de 1988 (art. 7º – IV) deveria ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família como moradia, alimentação, Educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social, há uma diferença de cerca de três mil reais entre o que o trabalhador recebe (salário mínimo nominal) e o que deveria receber para ter suas necessidades fundamentais atendidas (salário mínimo necessário, calculado com base no preço dos produtos da cesta básica necessária para a subsistência do trabalhador e de sua família, anualmente), como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Diferença entre salário-mínimo nominal e salário-mínimo necessário

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2020		
Janeiro	R\$ 1.039,00	R\$ 4.347,61
2019		
Dezembro	R\$ 998,00	R\$ 4.342,57
Novembro	R\$ 998,00	R\$ 4.021,39
Outubro	R\$ 998,00	R\$ 3.978,63

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Setembro	R\$ 998,00	R\$ 3.980,82
Agosto	R\$ 998,00	R\$ 4.044,58
Julho	R\$ 998,00	R\$ 4.143,55
Junho	R\$ 998,00	R\$ 4.214,62
Maio	R\$ 998,00	R\$ 4.259,90
Abril	R\$ 998,00	R\$ 4.385,75
Março	R\$ 998,00	R\$ 4.277,04
Fevereiro	R\$ 998,00	R\$ 4.052,65
Janeiro	R\$ 998,00	R\$ 3.928,73

Fonte: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

O valor pago ao trabalhador no ato de sua contratação, ou ainda pela compra da sua força de trabalho é, portanto, intimamente relacionado com a satisfação de suas necessidades fundamentais, existenciais mínimas, necessárias para a sua conservação. Como bem sinalizou Marx (1975, p. 360), o “valor do salário médio diário é determinado pelo que o trabalhador precisa para viver, trabalhar e reproduzir-se. O preço do trabalho é sempre determinado pelas coisas necessárias à vida”.

O salário que, grosso modo, se refere ao preço pago ao trabalhador pela compra de sua força de trabalho pelo capitalista, essencialmente

a forma salário apaga, portanto, todo vestígio de divisão da jornada de trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. No trabalho assalariado, mesmo trabalho excedente ou não remunerado parece pago (MARX, 1975, p. 622).

A fim de problematizar mais ainda a relação entre a satisfação de necessidades do proletariado e o modo de organização da sociedade capitalista, merece destaque também a contribuição de Heller (1986) que, embora tendo esclarecimento de que Marx nunca chegou a definir o que seriam necessidades, nem sequer definiu o que deveria entender-se pelo conceito, nos oferece um quadro analítico para uma “teoria das necessidades em Marx”.

Portando, em seu livro “Teoria das Necessidades em Marx” Heller (1986), a autora esclarece que desenvolveu sua análise sobre a categoria “necessidade” tomando como eixo três ideias centrais do pensamento de Marx já explicitadas acima, a saber: 1) a de que o trabalhador vende ao capitalista a sua força de trabalho; 2) da

elaboração da categoria geral da mais-valia e a sua demonstração; e 3) do descobrimento do significado do valor de uso. Entende-se que, embora Marx não tenha definido o conceito de necessidade, este perpassa implicitamente suas obras.

A partir dessas três teses, Heller (1986) faz a inferência de que o conceito de necessidade permeia toda a obra marxista. Para a autora, as necessidades se configuram segundo os objetos a que estão dirigidos. Segundo a classificação histórico-filosófico-antropológica, as necessidades classificam-se em naturais e socialmente determinadas, sendo as necessidades físicas/biológicas correspondentes às primeiras, as que são necessárias para que as condições vitais sejam conservadas, e as necessidades sociais correspondentes às segundas.

Além destas, há ainda um terceiro tipo de necessidade: as necessidades radicais, que seriam aquelas necessidades do homem de ter um tempo livre, de lazer e cultura (HELLER, 1986).

Seguindo a discussão sobre a definição desta categoria, utiliza-se Mandel (1991) como autor de referência para o estudo das necessidades na Contemporaneidade. O autor defende a tese de que há uma hierarquia de necessidades que atinge senão a todos, mas a grande maioria da população, salvo algumas exceções, uma vez que “a hierarquia das necessidades humanas possui tanto uma base fisiológica como uma base histórico-social, e não é nem arbitrária nem subjetiva” (MANDEL, 1991, p. 41). Concorde, então, com a ideia de Marx (1975) de que “as necessidades são historicamente determinadas”.

Segundo Mandel (1991), por serem situadas no tempo e no espaço, as necessidades também se transformam com o crescimento econômico da sociedade, aparecendo entre elas uma hierarquia definida. Assim, existem, segundo ele, necessidades fundamentais, necessidades secundárias e, também, necessidades de luxo, chamadas marginais.

As primeiras seriam relacionadas à:

[...] alimentação básica, vestuário, moradia e as conveniências fundamentais a ela ligadas (energia, água corrente, saneamento básico, mobiliário), educação, saúde, transporte garantido de ida e volta ao trabalho, e um mínimo de recreação e lazer (MANDEL, 1991, p. 39).

Para esse autor, baseado em Marx, estas são as necessidades que devem ser satisfeitas de maneira obrigatória, ou seja, são as necessidades básicas do homem.

Elas podem ser subdivididas em um mínimo de caráter fisiológico e um suplemento de natureza histórico-moral, e variam no tempo e no espaço. Mas em qualquer dado momento, em um país qualquer, elas são dados objetivos, que estão também claramente presentes na consciência da grande maioria da população (MANDEL, 1991, p. 40).

As segundas - as secundárias - seriam “a maioria dos alimentos, bebidas, roupas e utensílios domésticos mais sofisticados; os bens e serviços culturais e de lazer mais elaborados; e os veículos automotivos particulares” (MANDEL, 1991, p. 40) e as de terceiro tipo – de luxo – seriam, assim, todas as demais e que são constantemente estimuladas em tempos de significativos avanços tecnológicos (da indústria aos meios de comunicação).

O autor questiona o atual modo de produção socioeconômico e político capitalista pós-moderno como aquele que ainda oprime a classe trabalhadora, inclusive, forçando-a a condições de trabalho e vida degradantes, a fim de satisfazer pelo menos as suas necessidades fundamentais e de suas famílias.

Sendo assim, indaga:

se não seria preferível renunciar ao videocassete, ao segundo carro (talvez até ao primeiro, se houvesse transporte público adequado), à faca elétrica, e trabalhar dez horas a menos por semana, com muito menos stress, se a satisfação de todas as necessidades primárias não estivesse ameaçada? (MANDEL, 1991, p. 58).

Nesses termos é que:

[...] a categoria qualitativamente definida como necessidade humana real é confundida de forma tendenciosa com as capitalistamente convenientes como apetites artificiais que podem ser impostas de forma manipuladora sobre os indivíduos a serviço da produção de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2011, p. 125).

A busca pela satisfação de necessidades enseja, portanto, os homens a outro problema: a redução da sua qualidade de vida em prol do atendimento de suas necessidades fundamentais através do “trabalho alienado” (MARX, 1844). Sendo assim, para uma parcela do proletariado:

[...] a quantidade de trabalho remunerado está aumentando significativamente. E não são apenas as horas normais de trabalho, como foi constatado em pesquisas oficiais. A própria natureza do trabalho remunerado está se tornando muito invasiva em outros aspectos de nossas vidas. E grande parte dele está envolvendo um custo cada vez maior em termos emocionais ou intelectuais. Ele está reduzindo nossas horas de lazer e, às vezes, penetra profundamente em nosso sono. Também costuma chegar de forma inesperada e faz exigências cada vez mais imprevisíveis (REICH, 2002, p. 127).

Contemporaneamente, para o caso brasileiro, destaca-se a contribuição de Pereira (2011) que faz uma análise do conceito de necessidades básicas para contrapô-lo ao conceito constitucional de provisão de mínimos sociais. Defende a tese de que a provisão dos mínimos sociais, instituída no Brasil a partir da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS em 1993, é, por sua vez, uma medida antiga visto que independente da configuração da sociedade esta tem sido vista como uma resposta “isolada e emergencial aos efeitos da pobreza extrema” (PEREIRA, 2011, p. 14).

Destarte, somente a partir do século XX, do ponto de vista das relações próprias a democracia burguesa formal e dos sistemas de direitos constituídos nacionalmente,

[...] os mínimos sociais foram perdendo o seu estrito caráter individual, a sua conotação meramente biológica ou natural e a sua vinculação exclusiva com a pobreza absoluta para privilegiar necessidades sociais como matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas (PEREIRA, 2011, p. 17).

Ainda para o caso brasileiro, ao analisar o que preceitua o 1º artigo da LOAS, que afirma ser a Assistência Social, a par de ser um direito do cidadão e um dever do Estado, política não contributiva de Seguridade Social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando ao atendimento das necessidades básicas, essa autora contesta a ideia de que o mínimo social equivale a satisfação de necessidades básicas.

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta (PEREIRA, 2011, p. 26).

Dessa forma, defende a ideia de que no lugar do mínimo social a satisfação de necessidades básicas dos cidadãos deveria ser otimizada, sendo este ótimo “identificado com patamares mais elevados de aquisições de bens, serviços e direitos a partir do estabelecimento de provisões básicas” (PEREIRA, 2011, p. 31).

Pereira (2011) baseia sua análise principalmente na visão de Doyal e Gough (1991), que discutem a existência de duas necessidades básicas, quais sejam: a autonomia e a saúde física.

Len Doyal e Ian Gough (1991), assim como Mandel (1991), defendem a

tese de que existem necessidades básicas comuns a todos que são objetivas e universais e, quando não satisfeitas, geram sérios prejuízos à vida dos homens. Estas seriam as necessidades atreladas à manutenção da saúde física, que, quando não atendida, impede a sobrevivência humana, e a autonomia, entendida como a “capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões” (PEREIRA, 2011, p. 70).

Após esse levantamento sobre a categoria necessidade, colhe-se que seu conceito sofre variações sendo considerada como falta ou privação; preferência por determinado bem ou serviço; desejo; compulsão por determinado tipo de consumo; “demanda, como procura por satisfação econômica, social ou psicológica” (PEREIRA, 2011, p. 40).

Conclui-se ainda que as necessidades são satisfeitas, no modo de produção capitalista, através do consumo de mercadorias e que dentre as mediações desse sistema estão:

[...] os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação de necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores-de-uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital (MÉSZAROS, 2002, p. 180).

Assim, passam a ser necessidades do homem não apenas as necessidades fundamentais como alimentação, saúde, Educação, moradia e transporte público, mas, também e, inclusive, aquelas necessidades secundárias e de luxo, determinadas e produzidas socialmente em determinada cultura.

Ocorre que, mesmo com a vasta produção e circulação de inúmeros tipos de mercadoria destinados ao atendimento de múltiplas necessidades, cabe ao proletariado apenas o mínimo para a satisfação de suas necessidades fundamentais, o que gera, inclusive, um descontentamento em massa nessa sociedade que supervaloriza o ter em detrimento do ser, individualista e focada na aparência. Desse modo:

[...] o fetichismo da mercadoria prevalece na ordem socio metabólica do capital de tal modo que as mercadorias de sobrepõem à necessidade, mensurando e legitimando (ou insensivelmente negando a legitimidade da) necessidade humana. E é a isso que estamos habituados como horizonte normativo da nossa vida cotidiana. (MÉSZÁROS, 2011, p. 118).

São de interesse do Capital a produção e a reprodução indiscriminadas de

mercadorias que não se destinam ao atendimento de necessidades fundamentais e, assim sendo, o processo ideológico próprio ao modo de vida neoliberal intensifica o desejo de consumo por todos, de todos os tipos de mercadoria disponíveis no mercado. Assim, no Pós-modernismo:

se é possível afirmar o funcionamento e uma 'lógica do capital' derivada da produção, talvez seja possível afirmar também uma 'lógica do consumo', que aponta para os modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais (FEATHERSTONE, 1995, p. 35).

O consumo de mercadorias na era pós-moderna objetiva algo além da satisfação de necessidades e confirma a distinção já percebida em Marx (1975) entre o consumo de mercadorias diversas conforme a classe social. Sendo assim:

as classes de consumo são definidas em relação ao consumo de três conjuntos de bens: um conjunto de artigos de consumo geral, correspondente ao setor primário da produção (comida, por exemplo); um conjunto tecnológico, correspondente ao setor secundário de produção; e um conjunto de informação, correspondente à produção terciária (bens de informação, educação, artes, atividades culturais e de lazer). No plano mais baixo da estrutura social, os pobres estão limitados ao conjunto de artigos de consumo geral. (FEATHERSTONE, 1995, p. 37)

Infelizmente, o que se constata, porém, é que na atual realidade até o consumo de artigos de consumo geral como alimentação tem se dado segundo os critérios de classe, expressão, assim, da luta de classes em tempos de capitalismo neoliberal globalizado com a perpetuação do padrão opressor do conjunto do proletariado.

4.2 A divisão não homogênea do proletariado e suas distintas necessidades

Na obra "O Capital", Marx (1975) expõe a essência do sistema capitalista como um sistema de exploração, dominação e humilhação do homem pelo homem. Há em sua obra a primazia da explicação da exploração econômica, em que há a apropriação individual do fruto do trabalho coletivo, sendo abstraída em primeira ordem a explicação da dominação política e da humilhação social.

Ocorre, por sua vez, que abstrair não é negar, e Marx (1975, p. 12), ao desvendar a essência deste sistema, atribui ao proletariado enquanto o conjunto dos seres oprimidos, um papel importante que é o de "derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes."

Marx (1975) apresenta ainda no “Capital” a heterogeneidade não só da classe capitalista, mas da classe proletária. Em relação a esta classe é importante destacar, então, a sua heterogeneidade para se pensar a complexidade das necessidades que se constituem.

Dessa forma, ao analisar a oferta de políticas sociais pelo Estado pós-moderno visando a satisfação de necessidade do proletariado, há de se considerar, em primeiro lugar, a ideia de que existe uma diferenciação no proletariado, sendo este heterogêneo. Assim como também não são homogêneas as necessidades dos diferentes tipos de trabalhador e nem podem ser homogêneas as políticas sociais para o atendimento de suas múltiplas necessidades. Entende-se, dessa forma, que “a divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades” (MARX, 1975, p. 119).

Tal diferenciação comporta uma divisão entre a força de trabalho em ativa, a que faz parte do mercado formal de trabalho, e a superpopulação relativa nas condições de flutuante, latente e estagnante, a qual está inserida no mercado de trabalho formal de forma temporária ou ainda fora dele e não recebe, portanto, nem o salário-mínimo necessário à satisfação de suas necessidades, vivendo no pauperismo (MARX, 1975). Há, assim, “uma população excedente, excedente em relação às necessidades momentâneas do capital de expandir o valor” (MARX, 1975, p. 305).

A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnante (MARX, 1975, p. 743).

A parte da superpopulação relativa pode ser caracterizada como flutuante quando os proletários ora estão empregados, ora não, ou seja, “os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior” (MARX, 1975, p. 743); e como latente, quando os trabalhadores estão à espera de um trabalho, que não necessariamente chegará. Já a estagnada se caracteriza como aquela em que os trabalhadores estão inseridos em situações irregulares do mercado de trabalho, o que

[...] proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho

disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. (MARX, 1975, p. 746).

Marx (1975) faz abstrações para explicar que, mesmo os “felizardos” explorados, estes podem a qualquer momento compor o exército industrial de reserva. Destarte, a superpopulação excedente representa em si uma necessidade do capital entendido que:

[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 1975, p. 731).

Tal parcela excedente é vital para o Capital uma vez que força os demais trabalhadores a preferirem condições desfavoráveis de trabalho ao desemprego. Sendo assim:

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 1975, p. 733-734).

É nesse sentido que se percebe que, assim como a divisão do trabalho, em temos a força de trabalho em situações distintas no universo do trabalho, também as necessidades do proletariado são historicamente determinadas e mesmo as fundamentais, essenciais para a manutenção da espécie humana, diferenciam-se conforme o tempo, o espaço e as circunstâncias.

Quando se comparam os salários das diferentes nações devem, portanto, ser levados em conta todos os fatores que determinam a variação da magnitude do valor da força de trabalho como o preço e a extensão das necessidades elementares da existência humana, naturais e historicamente desenvolvidas (MARX, 1975, p. 648).

Sendo assim, o proletariado também exprime uma vasta gama de necessidades que devem ser satisfeitas e que nem sempre, ou quase nunca, coincidem com os interesses da classe capitalista.

Em vista do exposto, é importante refletir que “o trabalhador não recebe o

salário adequado quando o salário não é suficiente para alimentar uma família tão grande como a que muitos deles costumam possuir” (MARX, 1975, p. 360). Ou seja: quando seu salário não é suficiente nem para o trabalhador satisfazer suas necessidades básicas, fundamentais e de sua família. Nesses casos, o Estado desenvolve uma política que visa a implementação de salários indiretos, benefícios, que complementam a renda do trabalhador ativo; e, no caso dos demais, há a oferta de políticas sociais universais e de programas focalizados e seletivos que por assim serem não transformam a condição de vida desta população.

O proletariado trabalha visando ter as condições para poder satisfazer suas necessidades, mas o faz de maneira restrita em relação aos interesses do capitalista. Sendo assim, “o capital transforma-se, além disso, numa relação coercitiva, que força a classe trabalhadora a trabalhar mais do que exige o círculo limitado das próprias necessidades” (MARX, 1975, p. 354).

Passa a trabalhar, então, não somente pelo tempo suficiente para garantir o salário capaz de satisfazer suas necessidades, mas, sobretudo, para garantir o valor por meio do tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capitalista em forma de mais-valia. O trabalhador não tem satisfeitas necessidades além das básicas, o que se constitui uma estratégia do Capital em conter de forma oprimida a classe trabalhadora, já que “o saber aumenta e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseje mais fácil é satisfazer suas necessidades” (MARX, 1975, p. 715).

Considerando-se assim, é de interesse da classe capitalista que o trabalhador consuma o suficiente para se manter enquanto mão de obra, satisfazendo, dessa forma, somente sua necessidade fundamental da alimentação. Sendo assim:

o capital que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador (MARX, 1975, p. 666).

Não é de interesse, portanto, da classe dos capitalistas que o trabalhador satisfaça suas múltiplas necessidades. “Sua verdadeira preocupação é restringir ao estritamente necessário o consumo individual dos trabalhadores” (MARX, 1975, p. 666-667).

Há, dessa forma, limites de concessões realizados pela burguesia

demonstrando como “o sistema de produção capitalista, de acordo com sua natureza, exclui qualquer melhoria racional que ultrapasse determinado ponto” (MARX, 1975, p. 552).

Quanto ao entendimento, o sentido da categoria “proletariado” torna-se, assim, superimportante para entender-se o sentido da existência de um exército industrial de reserva que é inerente ao Capitalismo. Nesse sentido, o papel do Estado é fundamental para garantir a organização do proletariado em termos de população ativa e a superpopulação relativa visando não o atendimento das múltiplas necessidades dessa classe, mas os interesses da “produção pela produção” capitalista globalizada. Vê-se, assim, que o sistema capitalista não se compromete em satisfazer as múltiplas necessidades do proletariado.

No que se refere à organização do proletariado, Farias (2017, p. 30), conforme discorrido na figura 06, apreende a unidade e a diversidade do proletariado em si, a partir da dialética do universal e do específico, “para construir, na unidade e na diversidade de interesses do proletariado para si, as lutas emancipatórias da opressão (exploração econômica, dominação política e humilhação social)”.

Ocorre que, mesmo a relação entre capitalistas x trabalhadores, varia ela no tempo e no espaço. Assim, enquanto na forma de Estado de bem-estar social predominava a ideia de pleno emprego, assim como da garantia de políticas sociais universais de satisfação de necessidades, na forma de Estado pós-moderno “o modelo neoliberal garante apenas a empregabilidade que, no caso extremo ultraliberal, busca transformar todo proletário em superpopulação relativa”. (FARIAS, 2017, p. 30).

Sobre esse prisma, Farias (2017, p. 28) refere que “a única maneira de perpetuar a produção pela produção é de encontrar indefinidamente no mercado mundial novas fontes objetivas e subjetivas de riquezas em que o proletariado em si e a própria natureza são, ao mesmo tempo, baratos, depreciados e degradados.”

Por consequência, deve o proletariado perceber, no sentido da “consciência de classe” (LUKÁCS, 1923) a conjuntura atual, marcada pela sua fragilidade no nível essencial da “correlação de forças entre as classes em luta após 30 anos de neoliberalismo, contrarreforma, colaboração de classes, terceira via etc.” (FARIAS, 2013, p. 67) e tentar superá-la através de sua organização engajada.

4.3 A involução do atendimento das necessidades do proletariado na

regulação estatal pós-moderna

No que se refere ao Estado e seu papel de mediador entre os interesses do Capital e a satisfação de necessidades do proletariado, percebe-se que este, enquanto ente da superestrutura relaciona-se de maneira orgânica com o capital. Não no sentido de causa x efeito, mas num movimento pendular em que ambos se influenciam reciprocamente.

Observa-se, pois, que, após as primeiras iniciativas próprias ao sistema capitalista, constitui-se, e passa a haver uma intervenção do Estado nas formas de relações econômicas e sociais (deve-se lembrar sempre que o Capital é, antes, uma relação entre pessoas, uma relação social) que se apresentavam. Então:

[...] mediante o empenho em prolongar a jornada de trabalho, a voracidade por trabalho excedente, os abusos desmedidos daí decorrentes, que não foram ultrapassados pelas crueldades dos espanhóis contra os índios na América, levaram finalmente à imposição de restrições legais ao capital (MARX, 1975, p. 275).

Relembrar o início do sistema, hoje em expansão máxima, faz-se necessário já que “a natureza do capital é a mesma, não importa o grau de desenvolvimento de suas formas” (MARX, 1975, p. 327) e que “a produção de mais valia ou a extração de trabalho excedente constitui o conteúdo e o objetivo específicos da produção capitalista, quaisquer que sejam as modificações do próprio modo de produção” (MARX, 1975, p. 339-340).

Sendo assim, percebe-se que nunca serão compatíveis no sistema capitalista a busca pela satisfação de necessidades dos obreiros e os interesses do Capital, uma vez que “o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente” (MARX, 1975, p. 355).

Contata-se com tal afirmação que “o capital não tem a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las” (MARX, 1975, p. 306). Sendo assim, a interposição do Estado é necessária para regular as relações entre classes, já que as relações sociais quando movidas única e exclusivamente pelos interesses do capitalista levam a um estado em que “não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais para o descanso dominical” (MARX, 1975, p.

300).

A saber: para a satisfação de necessidades fundamentais dos trabalhadores.

Dessa forma, visando satisfazer as necessidades dos cidadãos e mediar as relações entre classes, o Estado passa a desenvolver políticas sociais que se caracterizam como ações na produção ou distribuição de bens e serviços sociais, ou seja, são ações concretas do Estado voltadas para a reprodução dos trabalhadores através da satisfação de suas necessidades.

Ao se fazer, por sua vez, uma análise de como se deu o surgimento do que se conhece hoje como políticas sociais, percebe-se que estas “se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, da luta de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Até então, nas sociedades pré-capitalistas, as ações sociais eram realizadas a partir de iniciativas privadas e filantrópicas e a preocupação dos que ocupavam o poder não era o bem da coletividade, mas coibir a vagabundagem e manter a ordem social, já que, com o advento da Idade Moderna, o pobre, que antes era visto como próximo, passou a ser um estranho, um vagabundo, um mendigo (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012).

Como principal exemplo desse novo olhar para a pobreza, tem-se a criação das leis inglesas desenvolvidas antes da Revolução Industrial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) com destaque para a Lei dos Pobres Elisabetana que estabelecia uma coerção ao trabalho, sendo que a ideia de garantir uma proteção social mínima à população pobre identificada com um mínimo de renda surge, então, em 1795, “sob a forma de abono salarial ou rendimento mínimo garantido, no bojo de uma sociedade ainda não completamente mercantil, dada à falta, àquela época de um mercado livre de trabalho” (PEREIRA, 2011, p. 103).

As legislações promulgadas até 1795 (Poor Law de 1601, a Lei de Domicílio de 1662 e a Speenhamland Act de 1795) tinham como função principal manter a ordem das castas e impedir a livre circulação da força de trabalho, o que teria contribuído para retardar a constituição do livre mercado de trabalho. A Nova Lei dos Pobres de 1834, já no contexto da irrupção da Revolução Industrial, ao contrário das demais, tinha o sentido de liberar a mão-de-obra necessária à instituição da sociedade de mercado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48).

Com o advento da Revolução Industrial houve, portanto, uma mudança nas estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade e

[...] com a Lei Revisora das Leis dos Pobres em 1834, o auxílio aos necessitados tornou-se mais seletivo e residual [...]. Esta lei revisora permitiu, portanto, a formação de um mercado de trabalho competitivo, associado à emergência de um proletariado móvel, desprotegido socialmente e obrigado a vender a baixo preço e em qualquer parte a sua força de trabalho. [...] Nessas circunstâncias, cai por terra o direito ao mínimo de rendimento, ou o direito natural de viver [...]. Sem proteção institucional, esperava-se, agora, que o pobre garantisse sozinho a sua sobrevivência, contra todas as desvantagens que a economia de mercado lhe impunha (PEREIRA, 2011, p. 106).

Nesse contexto, os pobres continuavam a serem vistos como ameaça, contudo foi ficando clara a ideia de “que a pobreza era uma condição que afetava até os trabalhadores industriais” (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012, p. 59) que, nessa época, viviam em péssimas condições de moradia, com salários baixíssimos e extensas jornadas de trabalho. Consta-se, desse modo, que:

[...] se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o abandono dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à servidão da liberdade sem proteção, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Assim, graças à organização e pressão da classe trabalhadora nascente mediante as péssimas condições de vida em que se encontravam, passou o Estado a ofertar políticas sociais que pudessem satisfazer minimamente as suas necessidades fundamentais e que se propunham a enfrentar as mazelas da questão social, dentre elas a pobreza. Evidencia-se com isso que há uma íntima relação entre o enfrentamento da questão social e a oferecer de políticas sociais pelo Estado já que:

as análises sobre as formas históricas de enfrentar a questão social quase sempre se referem a ações desenvolvidas pelo Estado através de seus governos sobre as manifestações desta, embora durante séculos tenha sido a Igreja quem cuidou da questão social com suas ações filantrópicas. Trata-se do fato de que o Estado moderno, ou seja, o Estado capitalista, tem assumido a tarefa de cuidar dos pobres desde que a sociedade burguesa não o permite garantir o direito ao trabalho (LOPES, 2000, p. 29).

Seja lembrado, pois, que o próprio desenvolvimento do Capitalismo, enquanto modo de produção e organização social, é acompanhado de questões sociais complexas e pelas diversas formas desenvolvidas pelo Estado para enfrentá-

las, sendo que a origem do que se entende por questão social diverge entre os mais renomados autores.

Há, assim, aqueles que defendem que a questão social existe desde a formação da sociedade, sendo “produzida pelas relações sociais entre os homens ao longo da história da humanidade” (LOPES, 2000, p. 24), tendo “existido em todas as formas de sociedade, sintetizando-se na luta social das classes na busca da satisfação de suas necessidades” (LOPES, 2000, p. 26); e outros que sustentam a tese de que ela é advinda dos problemas sociais, econômicos e políticos típicos do capitalismo, sendo assim “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2004, p. 11).

Independentemente da sua origem, é consenso entre os autores a ideia de que, dentre as múltiplas expressões da questão social, merecem destaque:

[...] a proletarianização, que faz do salário o elemento central de sobrevivência; a concentração da população em centros urbanos, que rompe o vínculo imediato com a natureza como meio de subsistência e o desaparecimento das formas tradicionais de proteção social, que faz aparecer a insegurança social e a pobreza (LAURELL, 2009, p. 153).

Tais expressões da questão social relacionam-se diretamente com o modo como a classe trabalhadora passa a satisfazer suas necessidades e, desta forma, passam a ser pano de fundo da luta dessa classe por melhores condições de vida, sendo que:

foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

Entende-se neste trabalho que, embora as desigualdades, as privações e a pobreza não sejam exclusivas da sociedade burguesa, esta última se distingue das sociedades anteriores na medida em que possui elementos para suprimi-las, mas não o faz (NETTO, 2012). Ou seja: mesmo tendo condições materiais de eliminá-las, as perpetuam na medida em que há a “apropriação privada do excedente e a decisão privada de sua destinação” (NETTO, 2004, p. 46).

A questão social, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o deslocamento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com

traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Pelo exposto, no que se refere à questão social, é importante relembrar que essa expressão remonta os anos de 1830 a 1850 e foi usada para designar o novo pauperismo advindo das mudanças sociais, econômicas e políticas a partir da Revolução Industrial. A pobreza seria, então, a maior expressão da questão social e o não acesso a bens e serviços que garantam o mínimo para satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores a caracteriza. Além dessa visão, a pobreza, em seu sentido ampliado, alia

[...] aspectos não-materiais à dimensão da carência material em que convergem fatores diversos de natureza socioeconômica, culturais, familiares, individuais e institucionais, conformando trajetórias distintas e demandando ações públicas de conteúdo, abrangência e objetivos diversos (BONZO; VEIGA, 2007, p. 10).

A partir da segunda metade do século XIX, surgiu uma clara divisão em dois grupos distintos na maneira de pensar a questão social. O primeiro diz respeito ao pensamento conservador que associa o pauperismo à questão social e, assim, pretende enfrentá-la. Merece destaque o pensamento do sociólogo Émile Durkheim que, na perspectiva de sociologia funcionalista, propunha uma reforma social visando “intensificar os vínculos de solidariedade e integração social” (NETTO, 2012, p. 87), e a visão laica e confessional em que a questão social é vista como “algo natural, que tem uma natureza moral” (NETTO, 2012, p. 88). Nessa visão, a questão social poderia ser amenizada ou reduzida a partir de reformas sociais. (NETTO, 2004).

Já o segundo grupo diz respeito ao pensamento dos socialistas revolucionários que acreditavam ser impossível a resolução da questão social e de sua expressão imediata, que é a pobreza, no modo de produção capitalista, visto que nesta sociedade há necessariamente a “polarização entre a riqueza e a pobreza” (NETTO, 2012, p. 91). Nessa visão, “a questão social está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (NETTO, 2004, p. 45).

Logo, “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2004, p. 17). Portanto, frente às múltiplas expressões da questão social, dentre elas a pobreza em que se

encontravam os trabalhadores recém-empregados nas fábricas, e a partir da luta da classe obreira por melhores condições de vida, passou o Estado a oferecer as primeiras formas de políticas sociais entendidas como o “conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais” (LAURELL, 2009, p. 153) e que formam a base do Estado de bem-estar social. “Nesse sentido, a legislação fabril pode ser compreendida como precursora do papel que caberá ao Estado na relação com as classes e os direitos sociais no século XX” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56).

Constata-se, assim, que:

[...] ainda que a contragosto, os capitalistas tiveram de aceitar uma versão ou outra de Estado providência, primeiramente como um dispositivo político destinado a conter a insatisfação e o radicalismo político que emanava dos trabalhadores (WALLERSTEIN, 2003, p. 90).

Destarte, “a 'questão social' transforma-se em fato político e as sugestões para solucioná-la constituem-se em elementos definidores de projetos e partidos políticos” (LAURELL, 2009, p. 153). Por conseguinte, o modo do atendimento de necessidades do proletariado pelo Estado e as diferentes formas de enfrentamento da questão social por este variam conforme as conjunturas sociais, econômicas e políticas.

Sendo assim, colhe-se que, com o predomínio do Liberalismo como modo de organização econômica e social no período que vai de meados do século XIX até a terceira década do século XX, há uma reduzida intervenção do Estado no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas sociais de satisfação de necessidades da classe trabalhadora.

Tal fenômeno sócio-político ocorreu na medida em que o Liberalismo, ao ser sustentado por ideais como o predomínio do individualismo em que o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo, não cabendo ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos, assim como pela ideia de que a miséria seria algo natural e na crença de que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, defende um modelo de Estado mínimo em que as políticas sociais funcionariam como paliativo para aqueles incapacitados para o trabalho como crianças, idosos e deficientes (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Sendo assim:

[...] o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

Observa-se, porém, que, mesmo sob a influência do Liberalismo, a maior parte dos países europeus passou a implantar um sistema de compensação de renda na forma de seguros, a introduzir o seguro-saúde, a legislar sobre a pensão aos idosos e a ter alguma forma de proteção aos desempregados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Tudo isso convergiu para a posterior concepção de Seguridade Social, inaugurada na Grã-Bretanha por William Beveridge [...]. Tal concepção, contida no Plano Beveridge sobre Seguro Social e Serviços Afins, de 1942, extrapolou as fronteiras britânicas e foi inspirar reformas realizadas nos principais países capitalistas após a Segunda Guerra Mundial, antecipando os princípios do Welfare State. [...] Beveridge propôs uma política social que comprometia o Estado com as seguintes medidas: Lei de Subvenção à Família, criada em 1945, para garantir pagamentos semanais para cada criança; Lei de Seguro Nacional e de acidentes industriais, criada, em 1946, para garantir a provisão compulsória de seguro contra a perda de ganhos e, entre outras proteções, auxílios-desemprego, doença e invalidez e pensão aos idosos; Serviço Nacional de Saúde, que introduziu em 1946 um serviço de saúde gratuito para todos; Assistência Nacional, que em 1948 aboliu a Lei dos Pobres e as Workhouses, criando um Conselho de Assistência Nacional para prover pagamentos para pessoas com idade acima de 16 anos que possuíssem recursos abaixo do nível considerado necessário para suprir as suas necessidades. Paralelamente a esses provimentos, os governos passaram a desenvolver políticas de pleno emprego, com base na doutrina keynesiana, que revolucionou o pensamento econômico entre os anos 20 e 30 do século XX (PEREIRA, 2011, p. 111-112).

Constata-se com isso que “as dominações e os compromissos de classe desenham três períodos: a primeira hegemonia da finança, o compromisso keynesiano e a segunda hegemonia da finança” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 39). Com a crise de 1929, a primeira hegemonia foi quebrada e houve um questionamento sobre o modelo liberal seguido até então a partir da chamada revolução keynesiana, sendo que o pensamento keynesiano foi determinante para o desenvolvimento e expansão das políticas sociais e de seguridade social, “porque preconiza que o Estado tem uma função-chave no desenvolvimento econômico por meio da ampliação de políticas sociais” (BOSCHETTI, 2009, p. 174).

A ideia de Keynes e sua crítica à perspectiva de não intervenção estatal acabam por legitimar “a intervenção econômica direta do Estado sobre o volume de investimentos” depois deste identificar a característica global da crise e sua origem: “a insuficiência de demanda efetiva em bens de consumo e equipamentos”.

(BRUNHOFF, 1986, p. 22).

Tal pensamento estava em sintonia com as propostas do *New Deal* empreendidas por Roosevelt nos EUA com vistas a retomar o crescimento econômico do país, uma vez que nessa lógica o gasto público não é entendido como negativo, mas faz parte de uma política de desenvolvimento centrada na ideia de que o gasto social proporciona o aumento da demanda por bens e serviços de consumo (BOSCHETTI, 2009).

A partir daí, os mínimos sociais passaram a ter uma conotação mais alargada, incluindo, além de políticas de manutenção de renda – geralmente só a forma de uma rede de segurança impeditiva do resvala de cidadãos social e economicamente vulneráveis para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade –, outros mecanismos adicionais de proteção social, como: serviços sociais universais (saúde e educação, por exemplo), proteção ao trabalho (em apoio ao pleno emprego) e garantia do direito ao acesso a esses bens e serviços e ao seu usufruto. Esta foi a fase de ouro das políticas de proteção social, na qual a otimização da satisfação das necessidades humanas básicas tornou-se uma tendência promissora, a partir da Europa (PEREIRA, 2011, p. 112).

Tais políticas pregavam além do controle macroeconômico, estatal e centralizado, calcado no crescimento e no emprego, limitações ao sistema financeiro a partir:

[...] das regulamentações de sua atividade nacional e internacional (notadamente através dos acordos assinados em Bretton Woods em 1944), do reconhecimento parcial do direito ao trabalho, inscrito em 1948 na legislação estadunidense, e do desenvolvimento do Estado-providência. Mas esse compromisso durou apenas o espaço de algumas décadas (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 32).

Tais medidas foram apropriadas pelos países europeus como caminho para saída da crise pós-Segunda Guerra Mundial e se caracterizam por ser um período em que:

as políticas sociais se generalizaram, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 71).

Dentre as características dos tipos de Estado social que vigoraram, destaca-se seu papel de ser “em parte, investidor econômico, em parte, regulador da economia e dos conflitos, mas também Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (TOLEDO, 2009, p. 75).

Nesse contexto, o Estado passa a ofertar políticas sociais que visam a

satisfação de necessidades dos trabalhadores inseridos:

[...] num sistema extremamente coerente, em que se fundem economia e política. As maiores empresas americanas planejavam e executavam a produção de grandes volumes de mercadorias, gerando economias de escala significativas e, assim, reduzindo os custos de produção unitários. Ao integrar-se, de maneira implícita ou explícita, com um pequeno grupo de outras empresas gigantes do mesmo setor, fixavam preços suficientemente altos para garantir lucros substanciais. Parte desses lucros era reinvestida em novas fábricas e equipamentos. Outra parte se destinava aos executivos e aos gerentes de nível médio, de acordo com a respectiva posição na hierarquia. Outra fatia era entregue aos trabalhadores horistas, que se organizavam em sindicatos setoriais. Os salários e os benefícios desses empregados eram definidos em acordos coletivos que abrangiam todos os trabalhadores do setor; os benefícios envolviam seguro-saúde e planos de pensão que desfrutavam de incentivos fiscais. Em troca, o trabalho organizado, em grande parte, não promovia greves nem paralisações, as quais, do contrário, afetariam o fluxo estável da produção em alto volume. Quase sempre, ambos os lados evitavam praticar preços e salários demasiado elevados a ponto de provocar inflação. Ademais, esses acordos coletivos também determinavam os salários e os benefícios dos trabalhadores (REICH, 2008, p. 45).

Para manter tal estabilidade econômica e social, países como os Estados Unidos, por exemplo, promoveram

[...] um esquema de taxas de câmbio fixas, para minimizar a flutuação das moedas; o Fundo Monetário Internacional, para garantir a liquidez; o Banco Mundial, para direcionar o funcionamento do desenvolvimento. O país também canalizou bilhões de dólares para a Europa Ocidental e para o Japão, com o propósito de reconstruir fábricas, ferrovias, rodovias e escolas (REICH, 2008, p. 45).

Ocorre que esse limitado período histórico, conhecido como “Idade de Ouro” do Capitalismo, baseado no estilo de vida americano – “*American way of life*” – de intenso estímulo ao consumo, não se sustentou e a crise desse padrão que foi o Estado social, logo, do modelo fordista-keynesiano levou ao reordenamento das funções do Estado com o Neoliberalismo sendo agora vivido como a nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016) e influenciando com força total o ideário político, econômico e social dos países.

Com o advento do Neoliberalismo a partir dos finais da década de 70 passou-se a instituir um novo modo de organização não só da economia, mas dos valores sociais e políticos presentes até então. Além disso:

[...] com o retorno do ideário liberal, sob a denominação de neoliberalismo, voltou-se a defender a identificação dos mínimos sociais com um mínimo de renda, após uma caminhada progressiva, que durou trinta anos, em direção ao seu reconhecimento como um dos componentes, dentre outros, de um sistema de proteção social básica garantida (PEREIRA, 2011, p. 113).

Diferente no modelo fordista-keynesiano próprio à forma de Estado de bem-estar social, a forma de Estado pós-moderno, neoliberal, assume como padrão de produção o Toyotismo, cujo modelo requer “o enfraquecimento sistemático das organizações sindicais nas fábricas e a introdução de estruturas trabalhistas e mercantis que atuam contra a coesão do movimento operário” (NAVARRO, 2009, p. 99).

Constata-se, assim, a mudança do modo de acumulação rígido para o da “acumulação flexível” com o uso, inclusive, da expressão pós-fordismo para caracterizá-lo. O fordismo, vale lembrar, caracterizava-se pela produção em massa e pela regulação do trabalho baseado em princípios tayloristas como o da produção em série, com estrito controle do tempo e movimento dos trabalhadores, fragmentando suas funções.

Já o toyotismo – por referência à fábrica japonesa Toyota – busca a horizontalização, a flexibilização e a terceirização (subcontratação) do trabalho. São características do toyotismo os círculos de controle da qualidade, a preocupação com a eliminação do desperdício, a gerência participativa, a valorização do trabalho em equipe e o incentivo ao operário polivalente pela chamada meritocracia. No âmbito das relações de trabalho trata-se, no caso da acumulação flexível, de estabelecer 'novo pacto' em torno de mecanismos de negociação e arbitragem mais ágeis – entende-se, por empresas, de flexibilizar o contrato de trabalho, de implementar a remuneração variável, de romper com a concepção de 'emprego do berço ao caixão' e desmontar o sistema assistencialista das empresas, sob a meta de agregar valor ao negócio, enfatizando os resultados (SILVA, 2010, p. 37).

Como consequências desse modo de organização há, assim, um rebatimento direto nas condições de vida das populações dos países periféricos com o aumento do desemprego, com queda de salários e aumento da pobreza, além do fato de que:

os imperativos de competitividade das empresas provocam igualmente o desenvolvimento de diversas formas de empregos precários (trabalho alternativo, temporário, contratos de trabalho de curta duração) e trabalho em tempo parcial imposto aos trabalhadores assalariados pela dificuldade do emprego melhor (EUZÉBY, 2004, p. 23).

Dessa forma:

[...] o reordenamento da economia implicou um processo agudo, com modalidades e ritmos diversos, segundo as condições e circunstâncias do país de que se trate. Mas a apresentação geral é que supôs a desmontagem do chamado Estado 'benfeitor' ou de 'compromisso', para o qual a presença do Estado e praticamente todas as suas funções prévias aparecem sob a consideração de obstáculos para a entrada na atual modernização capitalista (SALINAS, 2009, p. 139).

Ocorre também, o aumento da ofensiva contra a organização dos obreiros e uma menor satisfação de suas múltiplas necessidades, visto que há um aumento dos trabalhos mal pagos em comparação com os bem pagos, assim como uma tendência à redução do tempo livre do trabalhador, uma diminuição na “disponibilidade e qualidade do transporte à disposição de amplos setores da população” (NAVARRO, 2009, p. 103) e um aumento da “população sem seguro saúde, com a elevação do pagamento direto por parte do paciente e reduzindo-se a possibilidade de escolha” (NAVARRO, 2009, p. 103).

A que se considerar, porém, que a passagem do modelo fordista de produção em massa para o toyotismo e do sistema keynesiano de satisfação de necessidades para o neoliberal não se dá, por sua vez, de maneira unilateral. Há no sistema capitalista, como já fora explicitado, contradições que lhe são inerentes e que em certo momento se expressam e resultam em crises.

As crises são, assim, inerentes ao Capitalismo, já que “estão não apenas inscritas no seio da contradição fundamental capital/trabalho, mas preenchem igualmente um papel orgânico na reprodução mesma do capital” (POULANTZAS, 1977, p.5).

A crise que resultou na mudança da forma de Estado de bem-estar social para o Estado pós-moderno neoliberal e nas suas funções no que se refere ao processo de satisfação de necessidades do proletariado coincide com o momento de hegemonia das finanças, que se caracteriza por uma ampla concentração e centralização em torno do mercado financeiro.

A discussão sobre que tipo de capitalista deve ou não ser beneficiado é, pois, sem sentido, quando se compreende que a pluralidade de capitais se combina, mas disputam o lucro, “pois um traço comum lhes é inerente: todos vivem da posse, seja da propriedade do capital, em oposição aos que vivem de sua força de trabalho” (FARIAS, 2015, p. 70).

Há, no entanto, na Pós-modernidade, a hegemonia do Capital financeiro na sua modalidade especulativa, sendo que “mais de 95% dos movimentos de capital que se dão diariamente no mundo se processam na esfera especulativa, como venda e compra de papéis” (SADER, 2004, p.6).

Merece destaque ainda a crise do Capitalismo tida inicialmente como uma crise financeira, a partir de 2008, que novamente abalou o mundo e teve como

epicentro os Estados Unidos. Tal crise, que teve origem nos empréstimos hipotecários norte-americanos, espalhou-se rápido pela economia dos Estados Unidos com seus desdobramentos sendo estes sentidos por toda a economia global, que entrou em recessão (SALVADOR, 2010, p. 614).

A crise financeira se instala primeiro nos bancos; a partir disso, há uma grande perda e o colapso tem seu início. Com a globalização financeira, a situação não se limita às fronteiras norte-americanas, uma vez que a securitização dos títulos gerou créditos espalhados em vários mercados financeiros do mundo. Quando a crise se instala, todo o discurso e a defesa da eficiência do mercado, da privatização, da desregulamentação se “desmancham no ar”, chamem o Estado, ou melhor, o fundo público para socializar os prejuízos.

Nesse contexto, um novo modelo de políticas sociais foi imposto e houve, então, um freio no desenvolvimento de políticas que visassem a satisfação de necessidades dos trabalhadores em prol do restabelecimento das prerrogativas das finanças, sendo que “este foi um processo consciente, deliberado, cuidadosamente orquestrado, e não o resultado de um mecanismo de mercado qualquer” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 32).

“Desemprego estrutural em massa, miséria, precarização do trabalho, guerra, destruição ambiental são algumas das consequências dessa forma de acumulação assumida pelo capital” (TRISTÃO; LUPATINI; LARA, 2009, p. 247).

Dessa forma, vê-se que:

no debate clássico sobre o capitalismo já está claro que o processo de valorização desse sistema revoluciona continuamente tanto seus meios de produção quanto as condições gerais de produção social, de maneira a manter a sua expansão e seu crescimento em patamares desejáveis. Em aliança com os mercados financeiros existentes, a produção capitalista gerou formas próprias de organização dos espaços nacionais, de acordo com as diferentes realidades. No entanto, a internacionalização sempre buscou a rentabilidade do capital, mas as formas dessa busca metamorfosearam-se de acordo com circunstâncias históricas particulares, e foram mediatizadas pelas relações de dominação dos países centrais sobre suas colônias ou periferias (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 87-88).

Assistiu-se, assim, desde a década de 80, a uma ampliação da Globalização da economia sob o impulso do Neoliberalismo como última razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). Esses preceitos se tornaram hegemônicos e aclamados e socializados

[...] pelas organizações internacionais mais influentes, apoiam-se sobre as exigências de competitividade que a concorrência internacional impõe aos

diversos países do mundo, para denunciar as intervenções públicas que sempre foram consideradas excessivas e por preconizar as múltiplas formas de diminuição do papel do Estado e de outras administrações públicas, particularmente as reduções substanciais das contribuições obrigatórias e um recuo da proteção social em países onde ela se desenvolveu mais, como na União Europeia. Isto tende a traduzir-se num enfraquecimento da legitimidade da proteção social enquanto a globalização da economia provoca, aliás, um aumento da necessidade da proteção (EUZÉBY, 2004, p. 23).

Evidencia-se, então, a mudança do alvo principal da busca de lucros dos capitalistas, “passando da esfera produtiva para a esfera financeira” (WALLERSTEIN, 2003, p. 78), o que consequentemente enseja o aumento do desemprego no mundo e a mudança de lugar da produção “de regiões em que se pagavam altos salários para regiões onde os salários eram menores” (WALLERSTEIN, 2003, p. 79), o que supõe um aumento da taxa de exploração de parte do proletariado o que possibilita aumentar a apropriação da mais-valia.

Além da inovação na produção, aliada ao desenvolvimento das novas tecnologias e da revolução nos meios de transportes e de comunicação

[...] vem aperfeiçoar a exploração do trabalho vivo, tornando-a mais refinada e dissimulada, a partir da utilização intensiva do trabalho morto, o que em verdade abre espaço para formas as mais vis de extração da mais-valia absoluta, ao provocar o aumento da composição orgânica do capital em empresas-redes; a desestruturação da organização produtiva e política dos Estados-nações; a rearticulação e subordinação de suas economias aos interesses dos oligopólios dos países centrais e o crescimento do desemprego estrutural, de formas de subemprego e do trabalho precarizado, que fragiliza as organizações sindicais (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 98-99).

Esse processo gera a ampliação das desigualdades

[...] distribuídas territorialmente, a distância entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não-qualificados. A abertura abrupta da economia nos países de periferia dos centros mundiais, conforme orientação dos organismos multilaterais, vem redundando em uma ampliação do déficit da balança comercial, no fechamento de empresas nacionais, na elevação da taxa de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos. A economia passa a mover-se entre a reestruturação de sua indústria e a destruição de parte do aparato industrial que não resiste à competitividade dos grandes oligopólios e à grande expansão das exportações e importações. Cresce a necessidade de financiamento externo e, com ele, a dívida externa, os serviços da dívida – os pagamentos dos juros –, ampliando o déficit comercial. As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliada às elevadas taxas de juros, geram escassez de recursos para investimento e custeio. Favorece os investimentos especulativos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas (IAMAMOTO, 2004, p. 19).

Dessa maneira, a partir das políticas de Reagan nos EUA e Thatcher na

Inglaterra, que foram a expressão das respostas mais extremas da classe capitalista ante as ameaças da classe proletária, a rentabilidade do Capital aumentou e o controle sempre estrito dos salários e do custo do trabalho em geral fez com que “essa drenagem de renda para as camadas mais favorecidas assumisse proporções consideráveis” (NAVARRO, 2009, p. 111).

Nos dois países uma fração da classe capitalista apoiou majoritariamente estes projetos, uma vez que esta passou a ser diretamente beneficiada pelas políticas desenvolvidas. Sendo assim, verifica-se que:

[...] as brutais medidas políticas de austeridade empreendidas pelos governos de Reagan e Thatcher, entre outros, beneficiaram somente 20 ou 30% das camadas mais altas da população. O superconsumo neste grupo cresceu de forma assustadora, mas o consumo da maioria não aumentou (NAVARRO, 2009, p. 118).

Nesse contexto, ao comparar como acontece a oferta de políticas sociais na forma de Estado de bem-estar social com a forma de Estado pós-moderno, colhe-se que há uma mudança no que tange ao atendimento de necessidades da classe trabalhadora. Enquanto na forma de Estado de bem-estar social havia um acordo entre classes e o Estado, sob a ofensiva das ideias socialistas entre as nações europeias, passou a ofertar políticas sociais universais de satisfação de necessidades dos trabalhadores, tendo sua atuação um “caráter legítimo não somente nos tempos de guerra, mas também em tempos de paz, para sustentar o crescimento econômico” (BRUNHOFF, 1986, p. 19), na forma de Estado pós-moderno, tais políticas passam a ser cada vez mais focalizadas e seletivas, privilegiando determinadas situações vividas por uma parcela do proletariado e conseqüentemente, o atendimento de um número limitado de necessidades.

Os postulados neoliberais na área social são: a) o bem-estar social pertence à esfera privada da família, da comunidade e dos serviços privados; b) o Estado só deve intervir para aliviar a pobreza extrema e produzir serviços que o setor privado não quer ou não pode fazer; c) os direitos sociais e a obrigação de garanti-los por meio do Estado, bem como a universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais são abolidos. E as estratégias para reduzir a ação estatal na área social são: corte dos gastos e redução de benefícios; focalização dos gastos e sua canalização para grupos comprovadamente pobres; privatização da produção de serviços (SILVA, 2010, p. 115).

Nessa “nova” lógica, o atendimento das necessidades dos trabalhadores e a interferência nas múltiplas expressões da questão social pelo Estado passam a ser relegados a segundo plano e

a própria sobrevivência de camadas de trabalhadores menos qualificados e seus familiares se torna extremamente problemática em face da redução real de empregos, da precarização das relações de trabalho, com a crise da relação salarial; agrava ainda mais essa situação a diminuição da intervenção do Estado, minimizado em suas funções de regulação da relação entre capital e trabalho. Isso fica mais evidente com a desregulamentação do mercado e a privatização dos serviços públicos que, numa conexão de amplo espectro, visa a revitalizar a economia capitalista, vinculada ao desenvolvimento eletrônico-informacional, e operada sob comando de grandes grupos, sediados nos países centrais. Os novos mecanismos de controle dos espaços produtivos são agora universalizados através de um arsenal tecnológico que viabiliza a desconcentração da produção e dos mercados. Essa última formatação capitalista tem gerado um comércio mundial que cresce velozmente, determinado por decisões que desestabilizam as economias nacionais, principalmente a dos países periféricos (RAMOS; BARBOSA, 2002, p. 109).

Assiste-se, então, a uma refração no cumprimento dos direitos do proletariado ativo, assim como com cortes no repasse de recursos para políticas sociais que passam a ser cada vez menos universais. Nesse contexto:

[...] recursos financeiros oriundos da produção, arrecadados e centralizados pelos mecanismos fiscais, por meio da dívida pública, tornam-se cativos das finanças, que se apropriam do Estado, paralisando-o. Este passa a ser reduzido na satisfação das necessidades das grandes maiorias, visto que o fundo público é canalizado para alimentar o mercado financeiro (IAMAMOTO, 2009, p. 25).

Já no que tange ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social pelo Estado pós-moderno, observa-se que:

atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento processo de criminalização que atinge as classes subalternas. Recicla-se a noção de 'classes perigosas'- não mais laboriosas-, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de 'combate à pobreza' ou em expressões de violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

Nesse contexto, visando legitimar suas ações e como uma de suas estratégias de controle, o Capital parte para a ofensiva ideológica que passa a classificar o Estado e todas as estruturas a ele ligadas como ineficientes, justificando, assim, a nova onda de privatizações do setor público e terceirização dos serviços, provocando um desmantelamento das estruturas capazes de atender parte das necessidades do proletariado.

A exigência é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade. Nesta lógica o rebaixamento dos custos do chamado 'fator trabalho' tem peso importante, envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de

salário e direitos conquistados. A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada quanto governamental (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Destarte, com o advento do Neoliberalismo “os capitalistas tentaram reduzir os salários dos trabalhadores, as exigências referentes à internalização de custos e os gastos do Estado providência” (WALLERSTEIN, 2003, p. 90), o que influencia o modo como o Estado passa a satisfazer as necessidades dos trabalhadores nesse modo de acumulação, uma vez que o atendimento de necessidades dos trabalhadores via oferta de políticas sociais operacionalizadas pelo Estado passou a ser cada vez mais substituído pelo consumo de mercadorias e serviços ofertados no mercado, entendido agora como o *lugar* privilegiado de satisfação de necessidades dos trabalhadores.

A ideologia dominante passou agora a pregar o culto ao mercado como meio de satisfazer necessidades, legitimando-o, uma vez que:

o capitalismo contemporâneo, marcado pela mundialização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, é mais um momento de 'sono da razão' da história, agora em nome da fantasia do consumo, como se o mercado estivesse acessível para todos e fosse a única possibilidade de plena realização da felicidade (BEHRING, 2009, p. 44).

Percebe-se, então, que à medida que o Neoliberalismo avança, as necessidades dos obreiros também se multiplicam. Sendo assim, a intervenção estatal no processo de satisfação de necessidades se faz de fundamental importância.

Conclui-se, portanto, que a “regulamentação do Estado da duração do trabalho, o salário-mínimo, o seguro-desemprego e a seguridade social e as reformas que são desenvolvidas com a sindicalização dos trabalhadores” são meios não de abolir o mercado de trabalho excludente e explorador típico do Capitalismo, mas de tentar limitar a sua brutalidade. (BRUNHOFF, 1986, p. 18).

Observa-se, por sua vez, na forma de Estado pós-moderno, um rebatimento direto na forma de satisfazer necessidades das classes trabalhadoras que, de fato, carrega nos ombros a crise uma vez que “a liberalização dos mercados ocorre com uma rígida política salarial que provoca uma queda nos salários reais” (VINCENT, 1977, p. 84).

Assim, como principais características da Pós-modernidade, destacam-se o culto ao livre mercado, ao individualismo, a privatização da coisa pública e menor

incidência da previdência social justificados pela ideia de um “Estado causador de crise; Estado que alimenta uma grande burocracia ineficiente; Estado que, para proporcionar previdência social, cobra altos impostos” (VINCENT, 1977, p. 81).

Assim, o Estado pós-moderno passou a adotar políticas de austeridade que geraram:

[...] a redução dos gastos sociais, o crescimento do desemprego, o enfraquecimento da legislação estatal protetora dos trabalhadores, dos consumidores e do meio ambiente, e a flexibilização forçada do mercado de trabalho através da desregulamentação (NAVARRO, 2009, p. 110).

Em contrapartida, percebe-se nos países periféricos um massivo investimento desde a década de 80 em políticas sociais focalizadas e seletivas voltadas apenas para uma parte do proletariado, enquanto nos países centrais “essa nova concepção não logrou substituir a ação do Estado nem descartou os mecanismos públicos e coletivos de asseverar direitos sociais. Tem, antes, complementado a seguridade social (VIANNA, 2008, p.150).

Já nos países periféricos, assiste-se a uma desregulamentação de políticas universais, como a saúde, cada vez mais tomadas pelos interesses do mercado, quer seja, da iniciativa privada e uma atenção que se volta ao desenvolvimento de programas sociais, como os de transferência de renda, focados na redução relativa da pobreza e voltados apenas para uma parte do proletariado.

Sendo assim, é importante salientar que por mais sucesso que possam ter essas estratégias a curto prazo, não há garantia de que a médio e longo prazo o proletariado poderá usufruir dos benefícios do emprego digno e das compensações associadas à inserção no mundo do trabalho (VIANNA, 2008).

Conclusão do capítulo

Dentre as formas de “Estado capitalista contemporâneo” (FARIAS, 2001a), a forma de Estado de bem-estar social foi a que melhor atendeu às necessidades do proletariado. Isso ocorreu, por sua vez, como uma estratégia de controle dos trabalhadores e de recuperação econômica dos países centrais, em um contexto social, político e econômico de expansão da produção e dos ideais socialistas do pós-guerra.

Já a forma de Estado pós-moderno, resta ele marcado pela dominação do

Capital financeiro e pela acumulação flexível, que proporciona o desmantelamento das organizações da classe trabalhadora e a regressão nos seus direitos, supervaloriza o atendimento dos interesses do mercado em detrimento do atendimento das necessidades do proletariado, o que gera uma queda na qualidade de vida dessa classe que vive cada vez mais à mercê da vontade do mercado.

Após a discussão apresentada, colhe-se que as necessidades fundamentais, mesmo sendo historicamente determinadas, podem ser consideradas comuns a todos, na medida em que a sua satisfação é relacionada à garantia de sobrevivência do homem. Além disso, as necessidades do conjunto do proletariado e sua satisfação por meio da oferta de políticas sociais pelo Estado variam conforme a forma deste. Nesses termos, a forma de Estado pós-moderno, que se caracteriza pelo culto ao mercado como *local* privilegiado de satisfação de necessidades humanas, não tem como principal interesse a satisfação das múltiplas necessidades do proletariado, mas, sim, a busca pelo atendimento dos interesses do mercado.

Conclusão da Parte 1

Ao realizar a discussão sobre o que seria o conceito de necessidade a partir da visão de autores como Marx e Mandel, percebe-se que a satisfação de necessidades está intimamente vinculada a continuação da vida e sua melhora ou piora de qualidade. Sendo assim, ao atuar como mediador entre os interesses contraditórios das classes, a figura do Estado se faz fundamental como aquele que implementa políticas sociais de satisfação do proletariado, além de atender os interesses das burguesias que personificam os capitais numerosos.

Conclui-se, por sua vez, após a discussão sobre a forma-Estado capitalista que este, por ser um Estado classista, não privilegia o atendimento das necessidades sociais, embora, dependendo da forma assumida, a função de mediar os interesses de classes, concedendo à classe trabalhadora melhores condições de vida, faz-se presente.

Sendo assim, constatou-se que a oferta de políticas sociais de satisfação de necessidades sociais se deu de maneira mais presente na forma de Estado de bem-estar social, impulsionado este pelo modelo fordista-keynesiano e pelo temor das ideias socialistas que avançavam dada a influência do modelo soviético realmente existente. Já a forma de Estado pós-moderno, marcado pela ideia do culto ao mercado

e do “Estado fraco”, no que diz respeito ao atendimento das necessidades dos trabalhadores e forte no que concerne aos interesses do Capital, caracteriza-se como aquele que privilegia o atendimento dos interesses do Capital em detrimento da plena satisfação de necessidades do proletariado, o que reflete na oferta de políticas sociais cada vez menos universais.

Além disso, conclui-se que, estando o Estado inserido em uma estrutura global, assim como o Capital, que também se globalizou, deve o proletariado apropriar-se e discutir formas coletivas de superação do estado de coisas presentes. A mudança na organização social, econômica e política se dá, portanto, não só como uma necessidade do proletariado, que busca melhorar suas condições de vida e trabalho, mas, inclusive, como uma condição para continuação da vida humana, visto que a sede e fome do Capital tem cada vez mais dilapidado a natureza em seu próprio benefício.

PARTE 2: DETERMINAÇÕES FORMAIS E FUNCIONAIS DA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES FUNDAMENTAIS DO PROLETARIADO DE 2003 A 2016

Introdução da Parte 2

Inicia-se nesta parte a discussão sobre a forma do Estado social-liberal brasileiro em sua singularidade a partir da análise da sua forma e de suas distintas funções, com destaque para a maneira como este se dispôs a satisfazer as necessidades fundamentais do proletariado por meio da implementação de políticas sociais.

Parte-se, assim, do entendimento de que, a depender da forma assumida, as funções do Estado variam, e a mudança da forma tem caráter preliminar em relação à mudança da função, sendo esta, portanto, entendida como a forma da forma. A forma de Estado passa, então, a se posicionar de maneira diferenciada a depender da conjuntura, mas para exercer diferentes funções é necessário mudar também a sua forma.

Tal parte é composta, assim, de três capítulos. O primeiro capítulo desta parte discute as determinações formais e funcionais da forma do Estado social-liberal

brasileiro e suas implicações na satisfação de necessidades fundamentais do proletariado.

Traz também a configuração do Estado social-liberal brasileiro e suas características a partir da influência do Neoliberalismo, discutindo como este disponibilizou o mínimo para a satisfação de necessidades sociais e o máximo para o atendimento dos interesses do mercado, além de discussões sobre como a dívida pública brasileira influenciou a provisão escassa de recursos para a área social. Discutem-se, assim, as formas e funções da forma do Estado social-liberal brasileiro e para tanto utilizam-se como autores de referência Antunes (2005), Boito Júnior (2003), Costa (2013), Farias (2001; 2001a; 2001b; 2013; 2016; 2017), Giddens (2001), dentre outros.

Já o segundo capítulo desta parte analisa a crise formal e funcional da forma do Estado social-liberal brasileiro, que culminou com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff num claro processo de golpe político-midiático endossado pelo Judiciário brasileiro, sendo o golpe discutido no terceiro e último capítulo dessa parte.

Partimos, então, da ideia motriz de que, durante o período que se estendeu de 2003 a 2016, o Estado brasileiro passou a implementar de maneira decisiva a estratégia social-liberal, que por ser uma vertente do Neoliberalismo não rompeu com o comprometimento econômico com o capital financeiro e com as diretrizes dos grandes organismos internacionais.

Assim, embora se tenha desenvolvido o espectro de algumas políticas sociais de satisfação de necessidades, o Estado brasileiro, inserido na lógica do “modo estatal global”, no qual ocupa uma posição periférica de país subdesenvolvido, e tendo sua natureza comprometida com a minimização paliativa das desigualdades sociais e de renda, não conseguiu atender às necessidades fundamentais ou básicas do proletariado durante o período analisado.

Entende-se, por sua vez, que, embora numa relação puramente mercantil, as necessidades nunca sejam atendidas (da ideia de “a cada um o mesmo”), o Estado sempre deve interferir e “desrespeitar relativamente” a lei do valor na medida em que cobra impostos, recolhe e repassa-os aos trabalhadores através de políticas sociais.

É exatamente essa relação entre o Estado e a implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades que é aqui explicitada ao analisar como o Estado social-liberal brasileiro implementou políticas sociais de satisfação de

necessidades e como essa forma do Estado entrou em crise.

5 AS DETERMINAÇÕES FORMAIS E FUNCIONAIS DA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO DE 2003 A 2016

Introdução do capítulo

Analisa-se nesse capítulo as formas da forma do Estado social-liberal brasileiro e como esta influencia os rumos das funções assumidas ao longo deste período específico, destacando-se dentre as funções do Estado a função de mediar a relação entre capitalistas e trabalhadores, o que envolve diretamente o processo de satisfação de necessidades do proletariado por meio da implementação de políticas sociais e da gestão dos salários diretos e indiretos.

Para tanto, elucida-se como se deu a configuração da forma do Estado social-liberal brasileiro, lembrando, por sua vez, que, a partir da década de 1990, a forma do Estado pós-moderno brasileiro passou a ser influenciado pelo Neoliberalismo e, embora tenha realizado avanços do ponto de vista legal, no que se refere aos direitos do proletariado com a promulgação da Constituição de 1988, por exemplo, tem se manifestado fortemente contra a operacionalização de tais direitos, realizando, inclusive, cortes de investimentos públicos nas áreas sociais e destinando um grande montante destes para o capital especulativo financeiro via pagamento da dívida pública.

O Estado social-liberal brasileiro, ocupando um papel periférico no âmbito do “modo estatal global”, não trouxe para o proletariado mudanças significativas no que se referia ao atendimento de suas múltiplas necessidades. Isso porque a forma do Estado social-liberal brasileiro, embora tenha características singulares, também expressa características universais de toda forma-Estado capitalista, cujo interesse não é satisfazer as necessidades do proletariado, mas contribuir para o cada vez maior enriquecimento do capital.

Coube, assim, a análise da forma do Estado social-liberal brasileiro, que se desenvolveu sob os governos de Lula de 2003 a 2010 e Dilma de 2011 a 2016, e

como se deu durante o desenvolvimento dessa forma singular do Estado, o desenvolvimento das suas funções, analisando principalmente as funções de mediar as relações entre as classes e de garantir via políticas sociais o atendimento das necessidades fundamentais ou básicas do proletariado.

5.1 As formas da forma do Estado social-liberal brasileiro

Em relação à natureza do Estado, Farias (2001a, p. 28) aponta que há de se considerar dentre outros aspectos o silogismo do Estado. Sendo o Estado, então, uma estrutura situada no tempo e no espaço, pode ser pensada também nos termos de “um silogismo que se compõe de três termos: a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade).”

Desta forma, temos que:

[...] o Estado, sob uma forma específica, só pode existir numa certa ligação que o conduz à forma-Estado. A forma-Estado, em geral, só existe no seio (ou por intermédio) da especificidade como forma de Estado e como forma do Estado. Toda forma-Estado é uma parcela ou um lado ou uma essência do Estado, sob uma forma específica. Como categoria, a forma-Estado só engloba aproximadamente todas as determinações específicas do ser social estatal. Todo Estado sob uma forma específica penetra de maneira incompleta na forma-Estado. (FARIAS, 2001a, p. 32).

Assim sendo, por não ser o Estado uma forma fixa e, portanto, variar no tempo e no espaço:

os termos do silogismo estatal têm por referência de base os três níveis seguintes de percepção do capitalismo: o modo de produção (no contexto de uma formação socioeconômica capitalista), o tipo de regime de acumulação (no centro ou na periferia, sob o taylorismo ou sob o fordismo) e o processo dado de acumulação (na França, no Brasil). (FARIAS, 2001a, p. 29).

Por sua vez, analisando-se o lugar que ocupa o Brasil nos termos teóricos desse silogismo, percebe-se que a forma do Estado social-liberal brasileiro em sua singularidade ocupa no âmbito do “imperialismo global”, especificamente da configuração do “modo estatal global”, um lugar periférico de país subdesenvolvido. (FARIAS, 2013).

Nessa lógica, temos então que o Brasil ocupa o lugar de país capitalista periférico, tendo, assim, características que são comuns ao modo de produção capitalista como um todo e algumas características peculiares, atribuídas em razão

de suas especificidades, como o fato de ter mantido a escravidão até próximo do século XX, atingindo tardiamente a industrialização a partir dos anos 1930³, “controlada pela modalidade de exportação do capital por intermédio de empresas multinacionais.” (FARIAS, 2001b, p. 233).

Dessa forma, Farias (2013, p. 96) destaca que a configuração de um “modo estatal global” traz uma regressão ou deterioração da categoria estatal, sobretudo nos países periféricos, e acarreta ainda, dentre outros aspectos:

[...] 1- uma redução de sua soberania sobre o espaço nacional e regional; 2- uma militarização reforçada e um déficit democrático que se exprime frequentemente pela falta de legitimidade normativa, jurídica e constitucional e de capacidade burocrática e administrativa para garantir a preservação dos direitos sociais, a melhoria dos serviços públicos, etc., mas cuja essência reside nos problemas estruturais originários da totalização entre o pseudoconcreto das formas de governança e a dinâmica da luta de classes, no contexto da divisão do trabalho do capitalismo cognitivo e patrimonial; 3- uma promiscuidade entre interesses públicos e privados, assim como uma perda importante de autonomia relativa do estatal relativamente ao capital; 4 - um enfraquecimento da democracia representativa burguesa formal e da razão estatal tecnicamente supostamente neutra em proveito da primazia fetichista do mercado livre e eterno, assim como daqueles que o personificam; 5- uma colocação em causa de subsistência em potência e em ato do estatal, por causa da crise das dívidas soberanas; 6- uma incapacidade estatal sistêmica para a garantia das condições prévias e mediadoras das contradições cada vez mais agudas em tempos de crise estrutural e, portanto, a reafirmação de uma resposta socialista ao desafio do novo imperialismo global, em cujo quadro a hegemonia dos Estados Unidos se realiza como três formas de existência: a hiperpotência universal, a superpotência regional e a potência nacional.

Isto posto, para entender o lugar que a forma do Estado social-liberal brasileiro ocupa dentro do quadro explicativo do “silogismo do modo estatal global”, faz-se necessária a discussão e o entendimento prévios do que definimos por social-liberalismo.

Sobre esse tópico, Antunes (2005) pontua que, em 1997, quando Tony Blair - então representante do *Labour Party*, denominado depois de *New Labour* - assumiu o poder no Reino Unido, vários segmentos de esquerda comemoraram o suposto fim do neoliberalismo inglês.

Ocorre que mesmo se desenhando como uma alternativa ao neoliberalismo puro de Thatcher, que tinha o sindicalismo como inimigo central, quando Tony Blair fora eleito, as classes dominantes inglesas já haviam concluído algumas mutações no interior do Partido Trabalhista, levando-o a “abandonar completamente seu passado

³ Preâmbulo ao Estado Novo da ditadura de Getúlio Vargas.

trabalhista-reformista, para converter-se numa espécie de Partido Democrático inglês, apoiado especialmente pelos novos extratos da burguesia.” (ANTUNES, 2005, p. 105)

Assim:

[...] era preciso buscar, no interior da esquerda, as condições de continuidade da política vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática do neoliberalismo fosse preservado. (ANTUNES, 2005, p. 105).

Colhe-se que as mudanças necessárias no interior do Partido Trabalhista foram feitas e “começava então a se desenhar o que foi designado por Tony Blair, respaldado em seu suporte intelectual mais sólido, dado por Anthony Giddens, como ‘terceira via’.” (ANTUNES, 2005, p. 106).

Vou supor que a terceira via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo. (GIDDENS, 2001, p. 36).

Assim, embora tenha sido planejado como um caminho alternativo entre a social-democracia clássica e o Neoliberalismo, o que se viu foi que a dita “terceira via” se configurar como uma continuidade da fase thatcherista na Inglaterra. Dessa maneira:

[...] o partido que emergiu vitorioso no processo eleitoral de 1997, despojado de seus vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se no New Labour pós-Thatcher, moderno, defensor vigoroso da economia de mercado, da flexibilização do trabalho, das desregulamentações, da economia globalizada e moderna, enfim, de tudo aquilo que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo. (ANTUNES, 2005, p. 107).

Ainda sobre este disfarce do Neoliberalismo, “no plano de sua política externa, é imprescindível acrescentar, sua ação tem oscilado entre a completa subserviência e a real adesão ativa à política externa imperialista dos Estados Unidos.” (ANTUNES, 2005, p. 109). Dessa forma, na visão de Antunes (2005), a terceira via nada mais é do que uma maneira de preservação do Neoliberalismo, “com um verniz social democrático cada vez mais descorado.” (ANTUNES, 2005, p. 109).

Portanto, como teórico idealizador da terceira via, destaca-se a figura de Giddens (2001) que pretendia contribuir para o debate sobre o futuro dos princípios políticos da social-democracia em meio à “dissolução do consenso do *welfare* que

dominou os países industrializados até o final da década de 1970, o descrédito final do marxismo e as mudanças muito profundas, econômicas e tecnológicas”, que contribuíram para que tudo isso ocorresse (GIDDENS, 2001, p. 07).

O que o autor propõe como alternativa é o que ele denomina como “terceira via” do Neoliberalismo, fazendo uso do termo para se referir “à renovação social-democrática” (GIDDENS, 2001, p. 07). Dessa forma, “na Grã-Bretanha, a terceira via passou a ser associada à política de Tony Blair” que em “1998 falou de sua ambição de criar um consenso internacional de centro-esquerda para o século XXI” (GIDDENS, 2001, p. 11).

A inspiração do modelo social-democrata foi então utilizada para fazer frente ao neoliberalismo que ascendia e aos problemas do socialismo. Assim, “os regimes sociais democráticos variaram substancialmente, assim como variaram os sistemas de welfare que eles alimentaram” (GIDDENS, 2001, p. 16).

Giddens (2001) ainda afirma que, no que se refere às nítidas diferenças entre o modelo da Social-democracia clássica (velha esquerda) e do Neoliberalismo (nova direita), pode-se considerar inicialmente o papel do Estado que no primeiro modelo deve envolver-se de maneira difusa na vida social e econômica, assim como ter um domínio da sociedade civil, e no segundo modelo deve exercer um governo mínimo e deixar a sociedade civil ser autônoma.

Outras diferenças pontuais são as de que, enquanto na social-democracia há a ideia do coletivismo, da administração keynesiana da demanda, com a economia mista ou social, com a proposta do pleno emprego e de um *welfare* abrangente, no Neoliberalismo há um fundamentalismo de mercado, com um autoritarismo moral e individualismo econômico, aceitando a ideia de desigualdade e com o *welfare* apenas como rede de segurança (GIDDENS, 2001).

Na visão neoliberal:

[...] políticas igualitárias criam uma sociedade de uniformidade enfadonha, e só podem ser implementadas mediante o uso do poder despótico. O welfare state é visto como a fonte de todos os males [...] e deveria ser entendido não como benefícios estatais, mas como maximização do progresso econômico, e, portanto, riqueza geral, permitindo-se aos mercados operar seus milagres. (GIDDENS, 2001, p. 23).

Ocorre que, a partir da década de 1980, mesmo os países que ainda viviam experiências de inspiração social-democrática tiveram reformas, passando a política partidária a se “preocupar com questões como a produtividade econômica, políticas

de participação, desenvolvimento comunitário e, particularmente, ecologia”. (GIDDENS, 2001, p. 27-28).

Foi assim então que surgiu a proposta de uma “terceira via”: nem Social-democracia, nem Neoliberalismo puro. O termo foi utilizado pela primeira vez, segundo Giddens (2001), a partir da década de 1920, sendo utilizado no pós-guerra para definir um caminho distinto do Capitalismo de mercado americano e do Comunismo soviético. O termo também foi utilizado no final da década de 1980 pelos socialdemocratas suecos como uma renovação pragmática.

Os críticos, por sua vez, veem a terceira via como “neoliberalismo requeentado” (GIDDENS, 2001, p. 35) ou ainda como um “neoliberalismo de esquerda” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 234).

Porém, para justificar sua posição, Giddens (2001, p. 39) realiza ainda discussões sobre temáticas diversas refletindo como estas passaram a ser vividas no momento de crise da social-democracia. O primeiro tema é a Globalização. Entendida como um fenômeno “econômico e, como suas raízes sugerem, envolve conexões que abrangem o mundo”.

Sobre a Globalização, por exemplo, segundo o autor:

[...] a mudança mais importante é o papel ampliado dos mercados financeiros, que operam cada vez mais em tempo real [...] sendo que a revolução das comunicações e a difusão da tecnologia da informação estão profundamente ligadas a processos de globalização (GIDDENS, 2001, p. 40-41).

Ao relacionar a Globalização com o modo de organização dos países, para Giddens (2001) o formato tradicional do Estado-nação tem sido alterado “no sentido de que alguns poderes que são subjacentes à administração econômica keynesiana foram enfraquecidos” (GIDDENS, 2001, p. 41). Contudo, ao admitir-se o pressuposto metodológico do “modo estatal global”, percebe-se que no contexto particular do “imperialismo global” apesar de termos formas distintas de Estado, algumas formas do Estado-nação guardam a sua importância (FARIAS, 2013).

Nesses termos:

[...] a globalização, em suma, é uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia a dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas e forças transnacionais. Ela é mais que um mero pano de fundo para políticas contemporâneas: tomada como um todo, a globalização está transformando as instituições das sociedades em que vivemos (GIDDENS, 2001, p. 43).

Segundo Giddens (2001, p. 74), “o objetivo geral da política da terceira via deveria ser ajudar os cidadãos a abrir caminho através das mais importantes revoluções de nosso tempo: globalização, transformação na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza”.

Dessa forma:

[...] a política da terceira via deveria adotar uma atitude positiva em relação à globalização – mas, decisivamente, somente como um fenômeno de espectro muito mais amplo que o mercado global. [...] A política da terceira via não deveria identificar a globalização com um endosso coletivo ao livre mercado. O livre mercado pode ser um motor de desenvolvimento econômico, mas, dado o poder social e culturalmente destrutivo dos mercados, suas consequências mais amplas precisam sempre ser examinadas com cuidado. (GIDDENS, 2001, p. 74).

Há, ainda, uma visão um tanto cínica de preocupação com a justiça social, devendo a terceira via ultrapassar a visão tradicional de esquerda e direita dos diferentes partidos políticos existentes (GIDDENS, 2001).

Já no que se refere à relação entre igualdades e liberdades individuais, Giddens (2001) entende que:

[...] igualdade e liberdade individual podem entrar em conflito, mas medidas igualitárias também aumentam muitas vezes o espectro das liberdades abertas aos indivíduos. Liberdade para os social-democratas deveria significar autonomia de ação, o que por sua vez exige o envolvimento da comunidade social mais ampla. Tendo abandonado o coletivismo, a política da terceira via busca um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade, uma redefinição de direitos e obrigações (GIDDENS, 2001, p. 74-75).

A ideia que sustenta a nova política é, portanto, a de que “não há direitos sem reponsabilidades”, sendo que “o governo tem todo um aglomerado de responsabilidades para com seus cidadãos e outros, incluindo a proteção aos vulneráveis” (GIDDENS, 2001, p. 75).

Além da ideia de que não há direitos sem reponsabilidades, sustenta-se a perspectiva de que “não há autoridade sem democracia”. Diferente da visão da direita, que considera símbolos tradicionais como a nação, o governo e a família como formas tradicionais de manter a autoridade, sendo que sem estes “as pessoas perdem a capacidade de diferenciar entre certo e o errado”, entende-se que “numa sociedade em que a tradição e o costume estão perdendo seu domínio, a única rota para o estabelecimento da autoridade é a via democrática”. (GIDDENS, 2001, p. 75-76).

Destarte, para Giddens (2001), os principais valores da “terceira via” são a igualdade, a proteção aos vulneráveis, a liberdade como autonomia, as ideias de que não há direitos sem responsabilidades e nem autoridade sem democracia, o pluralismo cosmopolita e o conservadorismo filosófico.

Outras questões relevantes para a política da terceira via “incluem reações à globalização, à mudança científica e tecnológica e nosso relacionamento com o mundo natural.” (GIDDENS, 2001, p. 76).

Como respostas às perguntas de como deveríamos viver após o declínio da tradição e do costume, como recriar a solidariedade social e reagir aos problemas ecológicos, Giddens (2001) aponta como alternativa o que ele chama de “conservadorismo filosófico” em que:

[...] sugere uma atitude pragmática no enfrentamento da mudança, uma visão nuançada da ciência e da tecnologia, em reconhecimento às suas consequências ambíguas para nós; um respeito pelo passado e pela história; e, na arena ambiental, uma adoção do princípio do acautelamento onde for possível (GIDDENS, 2001, p. 77).

Giddens (2001) propõe, então, um programa político integrado, “abrangendo cada um dos principais setores da sociedade”. Nesses termos, a “reforma do Estado e do governo deveria ser um princípio orientador básico da política da terceira via – um processo de aprofundamento e ampliação da democracia” (GIDDENS, 2001, p. 79).

A “terceira via” apresenta-se, assim, como um caminho que parece conter o melhor das duas tradições: da direita e da esquerda.

No Brasil, o modelo social-liberal passou a se exprimir a partir de 2003, com a eleição do então presidente Lula, sendo viabilizado até o final do governo Dilma em 2016, como se demonstra no item a seguir.

Entendendo, pois, que o Brasil ocupava um lugar periférico de país subdesenvolvido na perspectiva do grande silogismo do “modo estatal global”, possuindo, por sua vez, elementos comuns com a forma-Estado capitalista de maneira universal, que privilegia o atendimento dos interesses do Capital em detrimento do atendimento das necessidades do proletariado, e com a forma de Estado social-liberal em sua particularidade, que apresenta a natureza comprometida com o aumento da exuberância financeira e com a minimização paliativa das desigualdades de renda, era impossível conceber que a forma do Estado social-liberal brasileiro conseguiria atender plenamente as necessidades fundamentais do proletariado, visto que sua

própria posição no cenário mundial não permitia tal passo político-social.

Assim, o que se viu foi que a forma do Estado social-liberal brasileiro, por não atacar a essência do problema no que se refere à mais recente crise do Capitalismo e que reside no processo de “produção pela produção”, concedeu apenas o mínimo no que se referia ao atendimento das necessidades do conjunto heterogêneo do proletariado.

No caso concreto da forma do Estado social-liberal brasileiro, o que se viu, consideradas as totalizações e contradições próprias ao “modo estatal global”, portanto, foi uma interferência direta da “hiperpotência planetária”, representada pelos Estados Unidos, no sentido de diminuir os gastos estatais destinados à garantia de políticas sociais de operacionalização universalizante de direitos sociais, assim como no sentido de atuar junto aos Estados Unidos nos momentos de crise no subcontinente latino-americano, como aponta Coggiola (2018).

Na primeira crise latino-americana que se viu obrigado a enfrentar, o governo Lula atuou junto ao dos EUA e aos dos países latino-americanos vizinhos na “saída negociada” para a crise venezuelana de 2003. Lula convidou o governo estadunidense a integrar-se ao “grupo de países amigos” da Venezuela, defendendo sua participação em nome do “pluralismo”, e fez Chávez entender que não tinha outra alternativa a não ser aceitar essa participação. O papel da chancelaria de Lula nessa crise, imediatamente após seu apoio à resolução das Nações Unidas sobre o Iraque, foi de importância política internacional. Em finais de 2003, o mesmo papel foi repetido por Lula na crise boliviana, que levou à derrubada do governo neoliberal de Sánchez de Losada, fazendo respeitar a “saída institucional” que acabou levando Evo Morales ao governo. Cabe mencionar o envio de tropas brasileiras (encabeçando a Minustah, força militar multinacional) ao Haiti, depois dos sucessivos golpes no país, envio solicitado pelos próprios EUA, impossibilitados de fazê-lo diretamente por estarem militarmente embrenhados no Iraque e no Afeganistão. Na crise derivada da violação da soberania territorial do Equador pelas tropas colombianas (armadas pelos EUA) o Brasil organizou as reuniões internacionais do “Grupo do Rio” que evitaram toda condenação formal do governo de Uribe, ao contrário do que era solicitado pelo governo equatoriano. A “esquerda” do PT saudou essas políticas como manifestações de política externa independente, com algumas ressalvas na crise Colômbia-Ecuador. A Secretaria Internacional do PT, exercida pela esquerda do partido, só se diferenciou da política seguida pelo governo nos ataques de Israel contra Palestina e o Líbano, que a Secretaria condenou abertamente, tal como fez Chávez, provocando um início de crise no partido. Mas a ampliação do comércio brasileiro com diversos países e na consequente diminuição da dependência dos Estados Unidos e da União Europeia nas exportações brasileiras. Essa orientação fortemente comercial da política externa resultou num crescimento inédito das exportações brasileiras: em sete anos de governo Lula, as exportações totalizaram US\$ 937 bilhões. Ainda na política externa, o governo Lula expandiu e fortaleceu o Mercosul, obtendo alguns avanços, como o aumento de mais de 100% nas exportações para a América do Sul e o fortalecimento do comércio regional. (COGGIOLA, 2018, p.43)

Além disso, cabe destacar que as classes dominantes, conscientes de que a forma do Estado social-liberal brasileiro o Estado, na era de mundialização e financeirização do Capital, não lhe serviria mais como outrora, propôs uma redefinição de seus papéis. Assim:

[...] adotando o modelo neoliberal, a burguesia (sobretudo o setor financeiro, hoje predominante) propõe não só o fim do intervencionismo estatal, com a transferência para o mercado da regulação da economia, mas também a desconstrução do velho corporativismo de Estado, no qual, em troca de renúncias pelos trabalhadores à autonomia de suas organizações sindicais e políticas, lhes eram concedidos alguns direitos sociais. Trata-se agora não só de capitular plenamente ao “fetichismo do mercado” (fetichismo que se manifesta enfaticamente na recorrente afirmação de que o “mercado” não pode ser contrariado sob pena de “ficar nervoso”), mas também de atribuir à “livre negociação” (uma outra forma de dizer “mercado”) a definição dos direitos sociais dos trabalhadores, o que implicará certamente a desconstrução de muitos deles (COUTINHO, 2008, p. 143).

Em relação ao papel das potências nacionais na esfera do “modo estatal global” e da globalização do Capital, ou seja: no nível do “imperialismo global”, diferente do que pensam intelectuais orgânicos da classe burguesa nacional-associada, como Fernando Henrique Cardoso, que defendem a ideia de que os “países centrais e periféricos estariam mergulhados numa homogeneidade absoluta, sem qualquer espaço para interesses específicos emergentes”, Farias (2017, p. 24) afirma que:

as experiências recentes de diversos países, como a Grécia e o Brasil, mostram que as potências nacionais podem tanto tentar reformas para sair da dependência e construir blocos relativamente autônomos (Brics, Unasul), implementar programas nucleares e espaciais etc., como colaborar, no sentido fascista do termo, com o imperialismo global.

No caso do Brasil, por exemplo, em que o Social-liberalismo manteve o Estado fiel por 13 anos ao modelo de conciliação entre as classes, e desleal à classe proletária na forma de força de trabalho ativa, no que se referia ao fortalecimento de sua consciência sindical e política, o que se constata é que:

o sub-imperialismo brasileiro despenca cada vez mais, na hierarquia do imperialismo global que determina tanto a liberalização dos movimentos de capitais, dos investimentos diretos e do comércio, nos espaços de desenvolvimento desigual e cominado, quanto inúmeras medidas políticas do modo estatal global, em níveis nacional, continental e planetário, para liberalizar a atividade capitalista global de impedimentos históricos, ecológicos, morais, física e intelectuais à primazia da valorização, da subsunção do proletário ao capitalista e da grande estratégia da Pax Imperialis, abstraindo substancialmente o seu caráter destrutivo da natureza e da humanidade. (FARIAS, 2017, p. 13).

Percebe-se, assim, a intervenção estatal favorecendo o movimento do Capital no que se refere, por exemplo, à liberalização de espaços e recursos naturais, como a Amazônia, os recursos do Pré-Sal, as bases de lançamento de foguetes como em Alcântara. Nesses termos:

[...] com a política entreguista da riqueza nacional petrolífera e amazônica, para que deixe totalmente de ser nossa e, recentemente, com o risco de cooptação de antropólogos estadunidenses na Base Espacial de Alcântara, ficou claro e evidente que os gringos liderados pelo Tio Sam são os principais beneficiários do golpe de Estado, do temerário ano de 2016 (FARIAS, 2017, p. 25).

Assim, constatou-se uma postura do Estado brasileiro de estar cada vez mais vulnerável aos interesses do Capital financeiro e dos Estados Unidos, isto após o golpe de 2016. Isso porque a política internacional lulista foi de fortalecimento da relação Sul-Sul, não sendo, portanto, de total alinhamento aos EUA.

No que se refere à genealogia do Estado, outro elemento teórico para se pensar a natureza dessa forma de Estado, Farias (2001) aponta que a forma-Estado capitalista tal qual a conhecemos surge com o Renascimento que, para além de um movimento de revolução artística e científica, representa a “gênese da sociedade burguesa moderna, bem como o desdobramento desta em sociedade civil e Estado” (FARIAS, 2001, p. 32).

Já no que se refere à gênese da forma do Estado social-liberal brasileiro é importante analisar quando o modelo social-liberal passou a ser implementado no país e quais as principais características que este apresentou.

Por sua vez, não há como compreender a gênese da forma do Estado social-liberal brasileiro e seus mecanismos de satisfação de necessidades do proletariado se não for realizada a sua contextualização dentro da ordem mundial e, mais especificamente, seu protagonismo na América Latina. Sendo assim, faz-se necessária a discussão prévia do desenvolvimento da forma-Estado capitalista nos países latino-americanos no pós-guerra para compreender como esses países passaram a incorporar o neoliberalismo a partir da década de 1980.

Coggiola (2018, p. 03) afirma, por exemplo, que, durante as décadas do segundo pós-guerra, “a América Latina, de ‘quintal (político) do imperialismo ianque’ tinha passado a ser, também, a principal base de lucros extraordinários do grande capital norte-americano investido no exterior”. Nesse contexto, entende-se que:

as medidas de ajuste estrutural adotadas em todos os países da América Latina e do Caribe, implicaram em uma reestruturação do Estado e desregulamentação das relações econômicas e sociais em uma perspectiva neoliberal, que submete o Estado nacional aos ditames do capital internacional e dos organismos internacionais como ONU, Banco Mundial, FMI, OMC (BOSCHETTI, 2009, p. 181).

Além disso, é preciso considerar as inúmeras diferenças existentes entre as sociedades latino-americanas e as de capitalismo central, além das diferenças marcantes entre os países da América Latina, com destaque para a ideia de que há uma “estrutura de classes distinta da dos países desenvolvidos” (LAURELL, 2009, p. 158) uma vez que

embora o desenvolvimento capitalista latino-americano tenha gerado um proletariado industrial importante e setores médios assalariados, sobretudo vinculados ao setor público, o próprio processo originou também um acentuado empobrecimento urbano, com grandes contingentes de mão-de-obra à margem de relações trabalhistas estáveis.

Destarte, é importante lembrar que o advento da crise da forma de Estado de bem-estar social, ao fim da década de 1970 e durante os primeiros anos da década de 1980 nos países de capitalismo central, reflete de maneira particular sobre a realidade dos países latino-americanos. Assim, “quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de parceiros sólidos na periferia dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, 2005, p. 342).

Tal crise passou a ser sentida nos países centrais através do fenômeno da inflação, da estagnação e do desemprego, como na Grã-Bretanha e na Itália, além do déficit no comércio e em alguns setores da indústria, como nos Estados Unidos (SALINAS, 2009). Já na América Latina,

[...] com a contração de demanda que acompanha a crise, o capital não investido produtivamente desloca-se em direção à esfera da circulação sob a forma mais arcaica de acumulação: o empréstimo. [...] Por isso, não é casual que se produza o derrame de empréstimos às economias do nosso continente, com aumentos paulatinos das taxas de juros e a diminuição muito mais rápida das rendas líquidas de capital financeiro. A dívida, a cobrança de seus serviços e a própria amortização foram instrumentos com os quais a América Latina contribuiu para saldar o custo da crise que afetou as economias desenvolvidas (SALINAS, 2009, p. 131).

Percebe-se, assim, que a partir da década de 1980

[...] se expande o perfil compensatório e residual da América Latina, à medida que as políticas sociais são consideradas variante do crescimento econômico. Nesse momento também se inicia a chamada era dos programas

de transferência de renda em muitos países latino-americanos, inclusive no Brasil, cuja versão mais atualizada é o Bolsa Família (MIOTO, 2009, p. 141).

No que se refere ao desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a satisfação de necessidades do proletariado, observa-se um fenômeno de desresponsabilização do Estado e a consequente transferência da garantia desses direitos para os setores como a família, a comunidade e os serviços privados. Os cidadãos passam a ser vistos principalmente como consumidores ou clientes e o que antes era entendido como direito social da classe trabalhadora garantido pelo Estado, passa a ser disponibilizado no mercado como mercadoria. Nesse contexto, “incluído não é mais o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais; é o produtor/consumidor de mercadorias” (VIANNA, 2008, p. 149).

Constata-se, dessa forma, que os “os governos neoliberais implantaram a ferro e fogo sua agenda, com as chamadas reformas estruturais, desregulamentação da economia, privatizações e desmonte do Estado” (COSTA, 2013, p. 232).

Assiste-se, conseqüentemente, ao desmantelamento de políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais dos trabalhadores, como saúde, educação, segurança pública, alimentação, habitação e transporte baseado na ideia de que

o Estado só pode intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir, além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva. Propõem uma política de beneficência pública ou assistencialista com um forte grau de imposição governamental sobre que programas instrumentar e quem incluir, para evitar que se gerem 'direitos'. Rechaça-se o conceito dos direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal. Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais (LAURELL, 2009, p. 163).

Ipso facto, veem-se como estratégias neoliberais na elaboração de um Estado fraco no que concerne ao atendimento das necessidades do proletariado a “privatização do financiamento e da produção dos serviços, cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios, canalização dos gastos para os grupos carentes e a descentralização em nível local” (LAURELL, 2009, p. 163).

É importante destacar que, por se situar no tempo e no espaço, sendo socialmente determinado, o Estado brasileiro proporcionou todas as profundas modificações na sua economia a partir da década de 1990 sob a influência do neoliberalismo em sintonia com as mudanças que também aconteciam no plano internacional, uma vez que “a partir dos governos Reagan e Thatcher, consolidou-se

nos países centrais o poder das frações do capital mais ligadas ao capital especulativo” (COSTA, 2013, p 262).

Assim, constata-se que:

no Brasil, a década de 1990 foi marcada pelo início das políticas neoliberais com os governos Collor e Itamar, posteriormente aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso, período no qual a economia e a sociedade brasileira foram impactadas de maneira radical pelos ajustes predatórios e regressivos. Reformas constitucionais, da Previdência, da legislação trabalhista, abertura da economia, privatizações generalizadas e ofensiva contra salários, direitos e garantias dos trabalhadores marcaram a hegemonia neoliberal no país (COSTA, 2013, p. 195-196).

Nesses termos:

o período 1994-2002 corresponde à intensificação de um processo, iniciado em finais da década de 1980, de mudança do modelo de desenvolvimento da economia brasileira: do modelo de industrialização por substituição de importações baseado no Estado intervencionista passava-se a um modelo de abertura comercial, com Estado mínimo (COGGIOLA, 2018, p. 22).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o projeto neoliberal se firmou. O governo contava com o apoio das camadas médias e populares que, devido às “baixíssimas taxas de inflação, [...], a estabilidade econômica e a ampliação da abertura da economia” (COSTA, 2013, p. 207), puderam ter melhorias significativas de suas condições de vida.

A explosão da inflação no governo Itamar Franco (952% em 1992, 1.928% em 1993, 2.050% em 1994), que fez ruir as poupanças e a renda dos setores de rendimentos variáveis, decretou a falência dos “choques econômicos” precedentes, baseados no congelamento de preços e salários. Isso foi a base do Plano Real, lançado por FHC como ministro de Fazenda, que transformou o eleitorado de “classe média” em refém econômico de FHC (COGGIOLA, 2018, p. 22).

O que não se discutia, por sua vez, era que o governo de FHC implementaria

[...] praticamente todas as medidas do receituário neoliberal, desde a reforma da constituição para adaptá-la aos interesses do capital, passando pela desregulamentação da economia, ampliação da abertura da economia ao exterior, contenção dos salários, até a privatização de quase todo o setor público. (COSTA, 2013, p. 207)

Assim, embora o Plano Real tenha sido útil no sentido de conter a inflação e estabilizar a economia, deixou também um saldo negativo significativo na medida em que se assistiu, nesse período, à venda de estatais a preços irrisórios e o país tornou sua dívida interna impagável, praticou taxas de juros absurdas; produziu

milhões de desempregados e colocou mais uma vez organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial no monitoramento da economia brasileira (COSTA, 2013).

O Plano Real dependia da prosperidade econômica mundial, ou seja, da propensão do capital financeiro para investir no Brasil, para o qual se ofereceu uma remuneração extraordinária através da elevação dos juros, reforçando a tendência rentista do capital financeiro. Os planos de estabilização na América Latina se inseriram no contexto da batalha econômica mundial: o novo papel dos organismos econômicos e financeiros internacionais foi imposto *politicamente*. Os planos de estabilização apontaram para a recuperação do dólar como moeda de troca mundial, ou seja, para a recuperação do capital, principalmente norte-americano. O endividamento externo das nações periféricas foi o principal instrumento desse processo, ao mesmo tempo em que uma evidência do crescente parasitismo capitalista. Na “renegociação das dívidas” floresceram a “estabilização dolarizada” e a expropriação do excedente econômico nacional dos países latino-americanos pelo capital rentista internacional. A América Latina sofreu a drenagem do esforço nacional (pagamento da dívida externa e remessas de lucros), a entrega do patrimônio acumulado (mediante as privatizações) e a submissão ao Banco Central dos EUA através dos planos de conversibilidade e, em alguns casos, da dolarização da economia. O Plano Real foi a síntese de “planos de estabilização” semelhantes adotados na América Latina. O grande beneficiário do processo de estabilização monetária foi o capital financeiro internacional. (COGGIOLA, 2018, p. 20)

Portanto, o que se constata é que, sob a influência do Neoliberalismo no desenvolvimento de políticas econômicas e sociais, o que se verificou na prática foi o fato de que:

os dois mandatos de FHC representaram uma mudança radical na economia do país: o governo reformou a Constituição para ajustá-la à nova ordem neoliberal e favorecer o capital estrangeiro; aprofundou a abertura da economia ao exterior; impôs a Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual o governo só poderia gastar até 60% do orçamento com pagamento de pessoal; [...]; com aumento das taxas de juros e independência do Banco Central, com o objetivo de privilegiar o capital financeiro; retirou os entraves à mobilidade de capitais oriundos do exterior; realizou a reforma administrativa, que cortou direitos e garantias dos trabalhadores; a reforma da Previdência, que ampliou o tempo de trabalho para a aposentadoria e reduziu os benefícios; flexibilizou as leis trabalhistas e realizou uma cruzada contra os salários e direitos dos trabalhadores (COSTA, 2013, p. 264).

Então, praticando a “cartilha neoliberal”, passou-se a pregar o culto ao mercado, à competição e ao individualismo com o “postulado de que o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos” (LAURELL, 2009, p. 162); as duas vitórias eleitorais de “FHC (1994 e 1998) foram a expressão não só da virada econômica, mas também de um retrocesso dos movimentos operários e populares de luta” (COGGIOLA, 2018, p. 22).

Nesses termos, o que se viu foi a configuração de um Estado fraco, no que dizia respeito ao atendimento das necessidades dos trabalhadores, e forte no que

referia ao atendimento dos interesses do Capital. Segundo Coggiola (2018, p. 23):

o Plano Real foi diverso dos precedentes porque introduzia as políticas de ajuste do BIRD e do FMI, tendo como eixo as privatizações. Foram exigidas por esses organismos internacionais várias reformas: a do Estado, a da Previdência, a universitária, a quebra do monopólio estatal em setores estratégicos (petróleo), a flexibilização dos direitos trabalhistas. A questão monetária, ponto culminante do plano, privilegiou essa finalidade, não tocando em questões como a distribuição de renda e da propriedade (em primeiro lugar a reforma agrária), investimentos e geração de empregos.

Isto posto, passados, pois, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e apresentando o país as condições sociais, econômicas e políticas críticas descritas acima, “foi lançada, no meio da campanha eleitoral presidencial de 2002, a *Carta ao Povo Brasileiro*, peça central para viabilizar a chegada de Lula ao governo.” (COGGIOLA, 2018, p. 37).

Já nesse momento, Lula deixou clara a articulação com a burguesia como condição necessária para chegar e se manter no poder ao afirmar que “parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto.” (COGGIOLA, 2018, p. 37).

Expressa ainda no documento a necessidade de reformas internas ao afirmar que se deve percorrer “o caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002), apontando ainda a necessidade de reformas trabalhistas e na previdência, ou seja, reformas em direitos e políticas sociais que garantem a satisfação de necessidades do proletariado.

Além disso, o documento deixou claro que a postura do governo seria a de continuar seguindo o que preconizavam os grandes organismos internacionais no que se referia aos serviços da dívida ao afirmar que:

a premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. (COGGIOLA, 2018, p. 38)

A opção inicial de Lula foi, portanto, a de não se afastar do programa anterior, desenvolvido por FHC, comprometendo-se Lula a seguir a política de metas de inflação e a manter o superávit primário ao afirmar que “vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002) e como meio de afastar o “risco Lula”. (LOPREATO, 2014)

Não se mexeu nas características básicas do regime fiscal nem no modelo de gestão da dívida pública. A estreita vinculação entre o mercado monetário e o de títulos públicos, herança do período de alta inflação, continuou intacta. O tripé convencional de política econômica, aclamado como símbolo de racionalidade econômica, também não sofreu alterações. (LOPREATO, 2014, p. 237).

Lula assumiu, então, o controle do governo brasileiro com as eleições de 2002. Assim, a partir de 2003, passou o governo da forma do Estado brasileiro a implementar políticas compatíveis com o modelo social-liberal.

Foi, sem dúvida, uma vitória com base na rejeição do governo FHC. Entretanto, o governo Lula recebeu como herança não apenas a dura situação econômica, mas também consensos nacionais forjados por anos de neoliberalismo. Sua incorporação, com a “Carta aos Brasileiros”, foi herança desse consenso (SADER, 2010, p. 27).

Segundo Löwy (2016), desde o início do século XXI, a esquerda ganhou as eleições em grande parte dos países da América Latina. Houve, porém, dois tipos diferentes de governo de esquerda. O primeiro tipo se caracterizava por serem governos antioligárquicos e anti-imperialistas, e foram vividos nos países como Venezuela, Bolívia e Equador. Já o segundo tipo, caracterizados como social-liberais, não romperam com os fundamentos do Consenso de Washington, embora realizassem várias medidas progressistas. “O princípio básico desse tipo de governo é fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos...” (LÖWY, 2016, p. 62).

O que se verificou com o governo Lula, a partir de 2003 foi, portanto, uma típica postura de um Estado social-liberal, sendo que países como Uruguai e Chile também são exemplos desse modelo.

Nesses termos, segundo Branco (2009, p. 284), o discurso da busca pelo bem-estar social passou a ser bandeira de luta de todos, independentemente do

partido. Sendo assim, “a impressão, hoje, é que todos, da esquerda à direita, dos progressistas aos conservadores, elencam o combate à pobreza como uma das prioridades máximas da humanidade.”

Abriu-se, assim, espaço para uma política de resultados imediatos, “sendo os parâmetros do desemprego e da redução dos índices de pobreza, miséria e desigualdade os mais importantes no tocante à avaliação do sucesso ou do fracasso de determinado governo” (BRANCO, 2009, p. 284).

Nesse contexto é que o Brasil, já na década de 1990, seguindo determinações de organismos internacionais, passou a desenvolver, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso programas como o Bolsa Escola, o Vale Gás e o Auxílio Alimentação, qualificados como programas de transferência de renda. Em 2003, já no governo Lula, houve a unificação dos programas de transferência de renda existentes até então, no Programa Bolsa Família.

Há, assim, uma maneira cínica de ver a questão social (BRANCO, 2009), sendo esta visão justificada pelo que Jameson (2004 apud BRANCO, 2009, p. 285) aponta como “globalização midiática” em que:

[...] a agudização de diversas expressões da ‘questão social’ é noticiada, por meio dos diversos aparelhos privados da indústria cultural, pelos próprios agentes promotores das políticas neoliberais que estão na raiz do processo de regressão social, como, por exemplo, magnatas rentistas e agências multilaterais de desenvolvimento, como o FMI e o Bird.

Essa razão cínica seria fruto de um movimento contraditório que por um lado defende a “face humana para a globalização e a promoção do bem-estar universal” e por outro desenvolve “estratégias políticas dissimuladas que atentam contra os interesses daqueles que sofrem os piores efeitos da exploração e da dominação neoliberais” (BRANCO, 2009, p. 285).

Já confirmando o que diz Giddens (2001), Farias (2016) afirma que, na virada do século XX ao século XXI, visando conquistar o poder, muitos partidos e governos de esquerda passaram a adotar a terceira via social-liberal como alternativa entre o Neoliberalismo e a Socialdemocracia. No Brasil, o Social-liberalismo foi implementado a partir de 2003, com Lula assumindo o poder, colocando-se na “direção de uma nova economia” (FARIAS, 2003).

Tratou-se, portanto, de uma estratégia de manutenção do Capital em que o Estado se comporta como “um amante para as oligarquias, um pai para os pobres e uma mãe para os ricos” (FARIAS, 2016, p. 05), desenvolvendo algumas Políticas

sociais de satisfação de necessidades do proletariado como a oferta de programas sociais como o Bolsa Família, por exemplo, e a manutenção dos privilégios do Capital financeiro dadas as altas taxas de juros.

Segundo Coggiola (2018, p. 46), o desenvolvimento de programas e políticas sociais focalizadas e compensatórias:

[...] permitiram uma diminuição significativa da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com a histórica concentração de renda e, ao mesmo tempo, com uma diminuição da renda média das famílias, uma diminuição significativa da remuneração média do trabalho assalariado e um grande incremento das fontes de renda não vinculadas ao trabalho nas camadas mais pobres. Os programas sociais foram financiados, basicamente, com uma transferência de renda dos assalariados formais de renda média e alta para os setores mais pobres, o que, segundo Thomas Piketty, explicaria a revolta posterior destes setores contra os governos do PT.

Observou-se um arrocho da classe média, além de uma política econômica sem política industrial, e um conflito distributivo em essência. Assim, o que se viu foi que “a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo.” (COUTINHO, 2008, p. 141).

Nesses termos:

[...] o governo Lula, que gerara alguma expectativa positiva em parte da esquerda brasileira e internacional, revelou-se uma espécie de “terceira via” da periferia, disseminando a perplexidade, a decepção e a revolta entre trabalhadores e intelectuais. (BOITO JR., 2003, p.1).

O próprio nascimento da forma do Estado social-liberal brasileiro traz em si a impossibilidade do governo petista de tentar satisfazer de maneira satisfatória as necessidades do proletariado. O que poderia ser feito para atender às necessidades sociais em um país periférico subdesenvolvido inserido na lógica global?

Na “Carta ao povo brasileiro”, Lula já afirmava, assim, sua posição favorável ao Capital ao assumir que “vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002)

Nesses termos,

a adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais, ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – [...] abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre

nós. (COUTINHO, 2008, p. 141).

O que se verificou foi, portanto, que o governo Lula manteve alguns elementos das políticas anteriores ao seu governo e rejeitou outros. De maneira contraditória, então:

na sua primeira fase, primaram os elementos de continuidade, mantendo-se um rígido ajuste fiscal, que possibilitou os superávits primários e a independência de fato do Banco Central. O governo adotou políticas sociais e política externa claramente inovadoras e, ao mesmo tempo, manteve tanto a política econômico-financeira como a política agrícola tradicional. (SADER, 2010, p. 27).

Não há, por sua vez, como negar que o governo Lula teve pontos de descontinuidade com o governo anterior. A entrada do ministro Guido Mantega para o Ministério da Fazenda marcou uma mudança de postura do Estado, visto agora como instrumento para atingir o crescimento e “as políticas públicas direcionadas a apoiar o capital privado e a construir o ambiente favorável à retomada dos investimentos receberam crescente atenção.” (LOPREATO, 2014, p. 238).

Já no que se refere à estrutura do Estado, “a categoria Estado corresponde a um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente tanto no nível fenomênico quanto no essencial” (FARIAS, 2001, p. 30), tanto no nível da aparência quanto da essência (FARIAS, 2015)

No nível da aparência o Estado se apresenta como governo ou regime político e nesse nível os “aparelhos de Estado apresentam-se como um eixo material, em torno do qual gira um aspecto social, a saber a legitimação do Estado, ou a democracia burguesa formal” (FARIAS, 2001, p. 30).

Já no nível da essência percebe-se que a “forma-Estado resulta da luta entre as classes sociais, tendo por eixo a divisão capitalista do trabalho”. (FARIAS, 2001, p. 30).

Sendo assim, o Estado é capaz de exercer suas funções sobre determinado território porque se manifesta na “objetividade (sob a forma de máquina burocrática e administrativa) e na subjetividade (sob forma de democracia formal e ideologia burguesa correspondentes)”. (FARIAS, 2001, p. 31).

Para além de uma visão fetichista da forma do Estado social-liberal brasileiro, importa perceber as características deste durante os governos de Lula e Dilma e as distintas leis que os legitimaram, entendendo que “como gestor dos objetos sociais mediadores das contradições do capitalismo, o governo é resultado de um

longo processo que o constitui, ao mesmo tempo, nos aparelhos e na legitimação do Estado”. (FARIAS, 2001, p. 31). Outrossim, nesses termos, cabe a análise das principais características dos governos de Lula e Dilma, entendendo por que, apesar de possuírem um discurso socializante, realizaram na prática a vivência do social-liberalismo como uma experiência particular do neoliberalismo.

Antunes (2005, p. 133) relembra, que a partir dos anos 1990, sob a condução do Neoliberalismo como última razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), e sua influência no meio social, econômico e político, a reestruturação produtiva de fato se desenvolveu no Brasil “através da *lean production*, do sistema *just-in-time*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho etc.”

Além disso, as empresas tradicionais existentes passaram a se deslocar sob a alegação da concorrência internacional sendo que, ao adentrar a chamada fase da mundialização do Capital, o país passou a ampliar também sua dívida externa e sua dependência do capital estrangeiro (ANTUNES, 2005).

As eleições de Lula em 2002 representaram sem dúvidas uma vitória para as esquerdas do Brasil, sendo a primeira vez que uma candidatura de origem operária chegara ao poder. Contudo, para vencer, Lula e o PT tiveram de fazer muitas concessões sendo que seu maior desafio era conseguir fazer um programa alternativo e contraditório ao modelo que estava em vigor, capaz de responder às reivindicações próprias ao mundo do trabalho e visualizando um modelo social distinto e alternativo.

Por esse viés, constata-se que, ainda que as eleições de Lula representassem uma alternativa ao modelo neoliberal até então dominante, o que se viu, por sua vez, com sua eleição em 2002 e seu segundo mandato em 2006, foi a continuidade do modelo neoliberal na economia.

Lula transformou o seu governo no paraíso dos capitalistas- banqueiros, especuladores em geral, latifundiários e os oligopólios nacionais e internacionais. [...] Além disso, o grande capital nacional e internacional, beneficiado com a política de juros altos, amealhou ainda grande parte do orçamento nacional, enquanto faltam verbas para a educação, a saúde, a infraestrutura e para os programas sociais. Para a população pobre sobraram as esmolas do Bolsa Família, ou as bolsas universitárias do Prouni para socorrer os empresários do ensino privado (COSTA, 2013, p. 212).

A chegada do PT ao governo e de Lula à Presidência representaram um abandono da classe trabalhadora para a direita. Assim, embora as classes populares

encarassem com otimismo e esperança a ascensão de Lula ao poder, o que se viu na prática foi que:

para chegar ao governo, o PT comprometia-se com a lei de responsabilidade fiscal, o superávit primário e o pagamento da dívida externa, propondo substituir os métodos políticos falidos de FHC. O vice de Lula, o empresário têxtil evangelista José de Alencar, indicado pelas igrejas evangélicas, foi escolhido para completar essa estratégia. (COGGIOLA, 2018, p. 39).

Durante o governo Dilma, assim como nos governos de Lula, o Estado continuou sendo visto como ator central na estratégia de crescimento, garantindo os instrumentos necessários para incentivar o capital privado e defendendo a sua expansão. “O que há de novo no governo Dilma é o foco em recuperar a competitividade do setor industrial e superar os entraves ao crescimento sustentável”. (LOPREATO, 2014, p. 228).

Dilma teve, assim, que enfrentar problemas crônicos da economia brasileira, como a alta taxa de juros, a gestão da dívida pública e as condições de financiamento.

Teve ainda de criar as “condições institucionais necessárias para destravar os investimentos e elevar os gastos em infraestrutura, de modo a baixar os custos e eliminar os gargalos à expansão da indústria.” (LOPREATO, 2014, p. 229).

Entendendo, por sua vez, que o governo expressa a aparência objetiva do Estado, cabe analisar também como na sua essência ocorreu a evolução da “divisão capitalista do trabalho” e a “luta de classes” a esta correspondente nessa forma do Estado singular, percebendo a correlação de forças necessária entre as classes para que as necessidades do proletariado pudessem ser minimamente atendidas através da implementação de políticas sociais e da gestão estatal dos salários, assim como se deu a articulação entre os movimentos sociais nesse contexto.

Assim, ao chegar ao poder, a esquerda acreditou que o PT daria ânimo aos movimentos sociais de massas. O que se viu, por sua vez, foi uma integração cada vez maior dos dirigentes da CUT, por exemplo, ao partido. Nesses termos,

onze dos ministros de Lula tinham sua origem na CUT, além de outros 66 dirigentes cutistas com funções no primeiro escalão do governo. Outro mecanismo de integração foram a participação da CUT no Conselho Nacional do Trabalho (CNT); ao mesmo tempo foi adotada a “estrutura vertical” em Federações e Confederações cutistas. A CUT se transformou numa estrutura sindical cada vez mais integrada ao Estado. (COGGIOLA, 2018, p. 41).

O que se acompanhou como resultado dessa cada vez maior integração foi um enfraquecimento dos trabalhadores no que se refere à sua organização enquanto classe e sua força para reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Por exemplo, “no Fórum Nacional do Trabalho, a bancada dos empregadores e a bancada dos trabalhadores chegaram a um consenso em torno da questão do direito de greve nos chamados ‘serviços essenciais’”. (COGGIOLA, 2018, p. 41) Condicionou, assim, o direito de greve à natureza do serviço prestado, limitando, segundo o autor, o direito de greve dos servidores públicos.

O resultado dessa integração foi, portanto, desastroso para o proletariado e segundo Coggiola (2018, p. 41):

[...] uma CUT “integrada”, cada vez mais desconectada do movimento dos trabalhadores, em especial de seus setores mais explorados (“informais” e desempregados), foi o saldo do processo. O presidente da CUT, Luiz Marinho, foi nomeado Ministro do Trabalho. Em 2006, a direção da CUT pactuou com a patronal a demissão de 3.600 operários da fábrica da Volkswagen, mediante um “plano de demissão voluntária” (PDV), com forte resistência da base operária.

É importante destacar, portanto, que, embora o partido tenha tentado articular e integrar os movimentos sociais ao governo, muitas necessidades de diferentes parcelas do proletariado foram negligenciadas. Assim:

[...] em que pese a presença do MST no segundo escalão do governo, os sem-terra foram novamente vítimas da truculência e violência de latifundiários e governadores. Os servidores públicos em luta foram estigmatizados. A luta dos trabalhadores industriais e do setor privado foi sabotada dentro do movimento: os sindicatos dirigidos pela corrente majoritária da CUT reivindicaram, nas negociações salariais, menos que a reposição integral da inflação. (COGGIOLA, 2018, p. 41).

No que tange ao atendimento das necessidades do proletariado,

[...] o legado de FHC para Lula, no campo da seguridade social, portanto, foi o incremento da focalização, em detrimento da universalidade, da parceria público-privada, em detrimento da primazia do Estado, da obstaculização, dilapidação, corrosão e desconstrução do conceito constitucional, tratando as políticas de seguridade separadamente, extinguindo o Conselho Nacional de Seguridade Social, e implementando uma política de financiamento parco, sob o argumento da escassez de recursos, apesar da imensa transferência de riqueza para os ricos e o capital financeiro internacional, numa profunda irresponsabilidade tanto fiscal quanto social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 160).

Ou seja: verifica-se que, durante o governo Lula, assim como nos seus

antecessores, o atendimento das necessidades do proletariado foi relegado a segundo plano em vistas do atendimento dos interesses do Capital, embora como contraponto residual à governança para o capital,

Lula tenha desenvolvido políticas de retomada do crescimento econômico, o que incorporou ao emprego formal expressivo contingente de trabalhadores, aumentando o salário-mínimo e realizando um conjunto de políticas compensatórias, focadas na pobreza extrema (COSTA, 2013, p. 267).

Merece destaque, nesse contexto, a criação do Programa Bolsa Família, em 2003, a partir da unificação dos demais programas de transferência de renda existentes até então no país. Focado na redução da pobreza e no fim da miséria, o programa, que atende hoje mais de 14 milhões de famílias, funciona apenas como um paliativo do Estado brasileiro para atender às necessidades básicas de uma parte do proletariado. Sendo assim:

[...] enquanto o governo pagou R\$186 bilhões de juros aos detentores dos títulos da dívida interna, gastou com o Bolsa Família apenas cerca de R\$12 bilhões, um total de cerca de 15 vezes menor do que o pagamento somente de juros aos especuladores (COSTA, 2013, p. 215).

Antunes (2005) refere que um dos desafios do governo Lula era combater e eliminar a sub-remuneração (e superexploração) do trabalho já que, em 2003, o salário-mínimo era, no Brasil, de cerca de U\$70, o que era insuficiente para que o proletariado pudesse satisfazer suas necessidades básicas como se alimentar, ter sua moradia, saúde, educação, transporte e o mínimo de lazer.

“Vale lembrar que, desde sua criação, em plena ditadura getulista, nos anos de 1930, o salário-mínimo fora concebido como salário “biológico”, soma das despesas diárias de um trabalhador adulto” (ANTUNES, 2005, p. 146) Assim, desde sua criação o salário-mínimo representava o estritamente necessário para a reprodução da força de trabalho.

Além disso, um dos grandes desafios era diminuir o desemprego. O que se verificou foi, no entanto, o aumento do desemprego, as perdas salariais que corroeram mais ainda as condições de vida já degradadas dos obreiros, a política econômica atuando em benefício dos capitais financeiros, os cortes nas áreas sociais que correspondem às necessidades básicas do trabalhador, como educação e saúde, em paralelo à continuação do pagamento desmedido e servil dos juros da dívida externa. (ANTUNES, 2005)

Em apenas seis anos – de 1999 a 2005 – os governos brasileiros (FHC e Lula) pagaram R\$ 1,2 trilhão para custear as dívidas públicas, equivalente a uma mordida, no período, de 44 % do Orçamento da União. Apesar dessa sangria, o governo continuava devendo quase R\$ 1,5 trilhão. A “renúncia fiscal” do Estado cresceu 12% em 2005, alcançando o recorde histórico de 27 bilhões de reais. Em resumo, o governo Lula agradava tanto aos mais pobres, via Bolsa Família, quanto aos mais ricos. (COGGIOLA, 2018, p. 46)

Assim, embora o PT tenha registrado um grande sucesso eleitoral com a chegada de Lula à Presidência da República, além das medidas econômicas já apresentadas, é importante demarcar que Lula já iniciou seu mandato com a proposta conservadora da Reforma da Previdência Social em 2003, que atingia dentre outros aspectos a aposentadoria de servidores públicos que não mais se aposentariam com seus provimentos integrais.

Assim:

[...] apesar de algumas inegáveis realizações tangíveis em áreas limitadas, a ordem do capital, há muito estabelecida no Brasil, conseguiu se manter firmemente no controle do processo de reprodução social geral, marginalizando seus opositores na política, para grande desapontamento das forças populares de todo o país. (MÉSZÁROS, 2011, p. 104)

Já em 2003, no início do governo Lula, foi aprovada uma reforma da Previdência indo ao encontro dos anseios do Capital financeiro, ao associar sistema financeiro e os fundos privados de pensão. Além disso, a reforma propunha, na contramão do que defendia os trabalhadores, a ampliação do tempo de trabalho de modo que o desemprego aumentasse e os lucros decorrentes dos investimentos da previdência também. (ANTUNES, 2005)

O campo popular elegeu um governo diretamente vinculado a ele, porém refletindo suas contradições e a do período político no qual se vivia. Dois momentos foram traumáticos para as relações do governo com sua base popular de apoio. O primeiro deles ocorreu quando houve a reforma da Previdência, praticamente a primeira iniciativa política do governo que se chocou diretamente com as posições do movimento social organizado. Isso se deu no marco do ajuste fiscal, na primeira fase do governo, em que os contingenciamentos de recursos freavam a realização das políticas sociais em favor da estabilidade monetária, refletida nos superávits primários. O segundo momento foi a crise de 2005, em que, sob acusações de uso de recursos para a compra do apoio de aliados, o governo chegou ao risco de sofrer impeachment e assim terminar precocemente a primeira experiência de governo popular em mais de quatro décadas, isso sem sequer ter saído do modelo econômico herdado. (SADER, 2010, p. 27-28)

O que se presenciou durante o governo Lula foi, portanto, segundo Antunes (2005, p. 158), uma caminhada na direção do social-liberalismo, “que é tão neoliberal

quanto profundamente antissocial.”

O que se discute em relação ao fetichismo do Estado é a ideia de sua personificação e sua reificação, entendendo-se por personificação a ideia de confundir o Estado com os que são líderes dos seus governos. Já no que se refere à reificação entende-se como a tendência de achar a ordem irreversível, imutável, eterna.

Nesses termos, Farias (2001b, p 237) aponta que:

[...] o Estado não se reifica plenamente, pois não consegue se apresentar como uma instituição tecnicamente neutra em relação aos interesses das classes sociais, centrada na divisão capitalista do trabalho e buscando o atendimento das necessidades coletivas.

No caso concreto da forma do Estado social-liberal brasileiro, cabe a análise de como foi desenvolvido o fenômeno, que autores como Singer (2016) chamam de *lulismo* percebendo ainda a corrupção e a relação existente entre público e privado durante o período.

Nesses termos, Antunes (2005) afirma que a eleição de Lula, em 2002, representava à primeira vista uma possibilidade de derrota do Neoliberalismo no país.

O que se assistiu, por sua vez, foi que a eleição de Lula e a adoção do social-liberalismo pela forma do Estado brasileiro a partir de 2003 em pouco alterou a estratégia neoliberal já desenvolvida no país em governos anteriores. Praticando a cartilha do Neoliberalismo, o que ocorreu foi uma clara abertura do país ao Capital financeiro, com manutenção do pagamento da dívida externa, e o aumento do investimento em programas sociais compensatórios como o Bolsa Família. Servindo como uma “mãe para os ricos e um pai para os pobres” (FARIAS, 2016), o Estado social-liberal brasileiro tentou, portanto, servir a dois senhores, tendo o apoio tanto dos ricos, quanto dos mais pobres.

Destaque-se, por sua vez, que o PT enfrentou crises internas e externas desde que assumiu o poder em 2003. Coggiola (2018) refere, por exemplo, a crise que resultou na expulsão de membros do partido que eram então contrários à proposta de reforma da Previdência em 2003 e a adesão de vários outros membros ao recém-criado Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. “Legalizado o PSOL, este lançou, em 2006, a candidatura presidencial de Heloísa Helena, que obteria um significativo caudal eleitoral (7% dos votos presidenciais) nas eleições de outubro desse ano.” (COGGIOLA, 2018, p. 47)

No entanto, a mais grave crise enfrentada pelo PT ocorreu em 2005, com

as denúncias do então deputado Roberto Jefferson que deflagrou um esquema de corrupção envolvendo o governo e que ficou conhecido como “mensalão”.

Essa crise desdobrou-se em outras, que geraram paralisia no governo federal, inclusive com a queda de ministros e a cassação de deputados. Nesse período, compreendido entre abril e dezembro de 2005, o índice de aprovação do governo Lula atingiu o seu mais baixo percentual desde o começo de seu mandato. Também houve a demissão dos ministros José Dirceu, Benedita da Silva, Luiz Gushiken, por suspeitas de envolvimento em casos de corrupção ou prevaricação (afastado do governo e da Câmara, José Dirceu teria faturado, entre 2007 e 2012, por “serviços de consultoria”, 350 mil reais por mês). Em janeiro de 2006, com o desgaste do Poder Legislativo em meio a absolvições de congressistas envolvidos no mesmo esquema, julgados por seus pares por envolvimento em episódios de improbidade, Lula conseguiu reagir, voltando a ter altos índices de popularidade. (COGGIOLA, 2018, p. 47)

Mesmo tentando recuperar sua popularidade, Lula e o governo do PT ainda enfrentavam denúncias que envolviam o nome do seu filho, o “Lulinha”, e sofreram “cortes na carne” com a denúncia e prisão de nomes do alto escalão do partido como José Dirceu e José Genuíno. (COGGIOLA, 2018)

Repassados os custos políticos da crise para essas duas figuras centrais do partido, durante o primeiro governo Lula houve um arranjo político para recuperar seu governo dos escândalos da corrupção. A vitória de Ricardo Berzoini (candidato da direção partidária) nas eleições internas do PT; a eleição de Aldo Rebelo (PC do B) à presidência da Câmara dos Deputados; o enterro das CPIs (comissões parlamentares de inquérito) dedicadas a investigar os esquemas de corrupção; a confirmação da política econômica e de seu ministro, Antônio Palocci, também acusado de liderar diversos esquemas de corrupção na cidade da qual fora prefeito, Ribeirão Preto. (COGGIOLA, 2018, p. 47)

Destaque-se, porém, que a preocupação em frear as investigações e recuperar a estabilidade do governo não era somente do governo e de seus opositores, que também temiam ser descobertos nos escândalos de corrupção, mas também atendia aos interesses externos, visto que a atuação do governo brasileiro em prol do mercado financeiro em muito favorecia o Capitalismo financeiro. Nesses termos:

[...] os problemas enfrentados pelo presidente Lula trazem perspectivas negativas para o avanço do livre mercado na América Latina, e para os interesses dos EUA na região”, advertiu *The Wall Street Journal*. O representante do Tesouro ianque (John Snow) e o próprio George Bush visitaram Brasil e se pronunciaram em defesa do governo Lula no meio dessa crise. (COGGIOLA, 2018, p. 47)

Mesmo com todos os escândalos que envolviam o PT e o governo, Lula

conseguiu reeleger-se principalmente graças ao apoio dos mais pobres.

Os pobres, basicamente, o teriam reconduzido à presidência da República: só 11% de seus eleitores ganhavam mais de cinco salários-mínimos por mês (aproximadamente 800 dólares). Dos cidadãos que recebiam até dois salários-mínimos, 56 % votaram nele em 2006. Desse contingente, em 1989 apenas 37 % haviam dado seu voto ao candidato do PT. Em 2006, apenas 6% dos eleitores de Lula tinham curso superior; em 1989, eles somavam 11%, o mesmo índice dos que haviam atingido só a quarta série do ensino fundamental. Agora, estes somaram 35%. Diversas avaliações apontaram que a base eleitoral e política do PT se deslocara da classe operária sindicalizada para os “pobres” (desempregados ou trabalhadores “informais”), especialmente da região Norte-Nordeste. (COGGIOLA, 2018, p. 50)

Foi a partir de 2006 que, o que Singer (2016) chama de lulismo, surgiu, a partir de um realinhamento eleitoral decorrente da crise do Mensalão e em vista das mudanças já iniciadas no primeiro governo de Lula. Assim, o aparecimento de uma “base lulista proporcionou o presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo ‘diminuição da pobreza com manutenção da ordem’” já iniciado no primeiro mandato. (SINGER, 2016, Posição 62)

Por realinhamento eleitoral, entende-se “a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo.” (SINGER, 2016, Posição 62) No caso do Brasil, por exemplo, em 2002 se formou uma nova maioria, mas

em 2006, em pleito de continuidade, há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam o seu lugar. Isso quer dizer que, embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006. (SINGER, 2016, p. 81)

O lulismo é, assim, resultante do realinhamento eleitoral e tem como características o encontro de uma liderança, a de Lula, com as frações mais pobres do proletariado, sendo que “ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT.” (SINGER, 2016, p. 101)

Sobre esse prisma, enquanto a relação de Lula com os mais pobres, que finalmente eram beneficiados com políticas e programas sociais para melhorar suas condições de vida, foi o pivô do lulismo, rendendo-lhe apoio maciço nas eleições de 2006 em diante, o escândalo do mensalão ajudou a afastar mais ainda a classe média.

(SINGER, 2016)

Observando que Lula foi mais votado nos municípios menos desenvolvidos do Brasil, que “entre a posse de Lula em 2003, e as eleições ocorridas em 2006, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que considera as rendas das famílias até 40 salários-mínimos, aumentou 24%” e que no mesmo intervalo “o preço da cesta básica teve aumentos bem menores” (COGGIOLA, 2018, p. 51), o eleitor preferiu votar no candidato que mais parecia se comprometer com a continuação deste modelo que o beneficiava.

Não há como negar, assim, a relação direta que o eleitor mais pobre, que teve suas condições de vida alteradas durante o governo Lula, fez com a figura do presidente Lula, *caracterizando a personificação do Estado na então figura do presidente*.

Singer (2016) afirma, assim, que o lulismo obteve êxito em muitos âmbitos ao avançar no emprego, na renda e no Bolsa Família. Contudo, errou ao não apresentar a chamada Consolidação de Leis Sociais (CLS).

O lulismo garantiu pleno emprego e expressivo aumento da renda – e aqui é preciso lembrar a valorização real do salário mínimo, o principal elemento de distribuição de renda do Brasil –, dando um piso de seguridade social no país, além de medidas menos estruturais mas relevantes, como o programa Farmácia Popular, que garantia medicamentos de consumo popular a preços muito baixos, ou o Programa Universidade para Todos (ProUni), em aliança com o ensino privado, o que desgosta os que, como eu, prefeririam universalizar o ensino público e gratuito, mas que facultou o acesso de milhões de estudantes de baixa renda ao ensino universitário. Todas elas poderiam ser incorporadas à CLS. Na ausência da CLS, a transformação de bons programas em direitos não ocorreu. (SINGER, 2016, p 154)

Assistiu-se, assim, que embora diversas políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais tenham sido implementadas durante o período analisado, o que se constatou em muitos casos foi uma relação promíscua entre os interesses públicos e privados, com diversos episódios de corrupção.

Além disso, constata-se que a implementação de políticas e programas sociais foi muitas vezes associados aos interesses do Capital, como a oferta do PROUNI e FIES⁴ na Educação, do Minha Casa Minha Vida na moradia, de convênios na área da saúde, com privilégio do atendimento de interesses da indústria farmacêutica, por exemplo, com as farmácias populares e a privatização de hospitais

⁴ A realidade desse (s) programa (s) educativo (s) foi reforçar o crescimento das Universidades particulares, por exemplo.

e de serviços laboratoriais, e o atendimento dos interesses do setor de transportes, que foi o pivô das manifestações populares que tomaram o Brasil em junho de 2013.

Colhe-se, pois, que a visão fetichista considera somente a aparência do Estado e ao desconsiderar, por sua vez, a sua essência, marcada pela divisão capitalista do trabalho e pela luta de classes, os representantes do governo não conseguiram prever o descontentamento social que se instaurava e a iminente crise social, econômica e política que se instalaria no país e que teria como consequência final o impeachment da então presidente Dilma em 2016 e o fim da implementação do modelo social-liberal no Brasil.

Já no que se refere à reificação, no caso concreto da forma do Estado social-liberal brasileiro o que se viu, por exemplo, foi um acordo entre o PT e outros partidos, num claro processo de aliança com o modelo neoliberal e a falta de autocrítica.

Pelo exposto, o risco de consolidação da hegemonia neoliberal tornou-se também evidente na tendência de reduzir a disputa política somente a dois partidos, PT e PSDB, que:

[...] não só continuariam aplicando a mesma política econômica e social, mas também praticando métodos de governos semelhantes, que não recuam diante de formas mais ou menos graves de corrupção sistêmica. Estaríamos diante do triunfo entre nós da “pequena política”, isto é, da afirmação de uma agenda que não põe em discussão as questões substantivas da formação econômico-social brasileira (COUTINHO, 2008, p 142).

E nesse processo, quem menos se favoreceu foi o proletariado, que pouco teve suas necessidades fundamentais consideradas e atendidas.

Já no que se refere à dimensão fisco-financeira da forma do Estado social-liberal brasileiro, é importante considerar como esta forma singular do Estado buscou desempenhar suas funções, uma vez que, para desempenhá-las, o Estado precisa de recursos. Como lembra Farias (2001a, p 35):

[...] para que o Estado capitalista tenha uma forma que lhe permita assumir seu papel mediador de contradições nesta sociedade, é preciso que exista em si e para si. A permanência do Estado como forma particular e relativamente autônoma diante das classes sociais e, portanto, de sua existência para si depende da geração de fundos que lhe permitam representar seu papel simultaneamente material e social, espacial e histórico.

Deve-se compreender, então, como se deu a relação da forma do Estado

social-liberal brasileiro no que se refere tanto ao Capital, quanto também “nas mediações que possibilitam seus movimentos contraditórios”, entendendo-se dentre outros aspectos como se articulou nessa forma do Estado em sua singularidade a cobrança de impostos, a abertura econômica do país; como este lidou com a dívida pública e como investiu os recursos públicos em políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado, analisando, para isso não só questões puramente econômicas, como o PIB nacional, o seu crescimento econômico, mas, principalmente, o poder das finanças e do patronato na execução de planos de austeridade e redução de despesas socialmente úteis, isto é, na implementação de reformas sociais que afetaram diretamente as políticas sociais de satisfação de necessidades do proletariado.

Percebe-se que, a partir da década de 1990, houve uma clara influência de organismos internacionais no ditame de normas e regras que influenciaram diretamente no desenvolvimento de políticas econômicas e sociais no país. Tais organismos, como o FMI e o Banco Mundial, impuseram normas que deveriam ser seguidas para que o Brasil pudesse ser privilegiado com empréstimos, sendo uma de suas propostas

a cobrança de serviços públicos, com o que se pretende transformá-los em mais uma mercadoria, sendo atingidos três dos objetivos neoliberais: remercantilizar os bens sociais; reduzir o gasto social público, e suprimir a noção de direitos sociais (LAURELL, 2009, p 169).

Tais regras, que foram usadas como justificativas para combater a crise fiscal que assolava os países latino-americanos, delimitavam o papel mediador do Estado no corte dos gastos públicos nas áreas da seguridade social (saúde, previdência e assistência) e um maior apelo ao mercado, o que rebate diretamente no modo de satisfação de necessidades do proletariado. Desse modo, “a ‘crise fiscal’ é uma falsa aparência que corresponde aos interesses objetivos do capitalismo atual, na opressão e exploração do operário social.” (FARIAS, 2001a, p 56)

O que não é discutido, porém, é que a crise fiscal desses países se deu em grande medida devido à questão da dívida pública

provocada por mudanças nas relações econômicas nacionais e internacionais. Assim, técnicos da ONU calculam que a taxa de juros da dívida externa aumentou nos anos 80 de 4 para 17%, levando-se em conta a queda nos preços dos produtos de exportação dos países subdesenvolvidos. Somado à desregulamentação financeira, isso acabaria provocando o crescimento desmesurado do serviço da dívida pública. Para garantir o seu

pagamento, impuseram-se programas de ajuste que também tiveram por objetivo reduzir o déficit público. A única forma de solucionar essa equação foi cortar outros itens do gasto público, destacando-se o social, que caiu aceleradamente. Essa dinâmica representa uma inusitada transferência de recursos públicos para o capital especulativo, através do pagamento de juros às custas das já precárias condições de vida da maioria da população (LAURELL, 2009, p 168).

No caso brasileiro, em que a carga tributária é majoritariamente concentrada na União, assiste-se a uma concentração na alocação nos serviços da dívida pública, “rubrica com destinação sempre muito maior que todo o recurso da seguridade social, fora seu impacto para as demais políticas sociais que são financiadas pelo orçamento fiscal” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p 50) e não estão contempladas no conceito constitucional de seguridade social.

Quando o Estado brasileiro gasta sistematicamente mais com o pagamento dos juros da sua dívida pública do que com as políticas de saúde e educação, está claramente transferindo recursos dos que vivem do seu trabalho para o mundo da especulação, fortalecendo o capital financeiro às expensas do poder aquisitivo da massa da população e dos recursos para políticas sociais (SADER, 2004, p.9).

Assim, o principal problema estrutural da economia brasileira continuava sendo o financeiro. O que se constatou na prática é que entre o governo de FHC e o governo de Lula, o pagamento do serviço das dívidas públicas mais que dobrou.

Como porcentagem do Orçamento da União, esses gastos saltaram de 18,75% em 1995, primeiro ano do governo de FHC, para 42,45% em 2005, terceiro ano do governo Lula; 60% dos recursos do orçamento federal eram destinados ao refinanciamento, amortização ou pagamento de juros da dívida pública (COGGIOLA, 2018, p. 46).

Já os gastos com Previdência e Assistência social, por exemplo, que correspondiam em 1995 a 34,05% do orçamento, caíram para 31,06% em 2005. Os gastos com saneamento, transporte, saúde, Educação, cultura, que correspondem às necessidades fundamentais do proletariado e que correspondiam em 1995 a 47,20% do orçamento, caíram para 26,49% em 2005.

Coggiola (2018) aponta que, já nas eleições de Lula em 2002, ficou clara a predileção do governo em apoiar a burguesia nacional, mas não só essa. Segundo esse autor:

[...] a internacional também, se levada em conta a estratégica presidência do Banco Central. Lula indicou Henrique Meirelles (presidente do Boston Fleet) para a direção do Banco Central, e garantiu aos investidores que “o Brasil não seguirá a vizinha Argentina no default”. Um antigo executivo sênior do Citigroup, Cassio Casseb Lima, foi posto como responsável do Banco do

Brasil. O Banco Central tomou uma decisão sobre a taxa de interesse básica da economia brasileira, depois de uma miniguerra interna: uma taxa de juros real de 18% ao ano, a mais elevada do mundo, junto com a da Turquia (COGGIOLA, 2018, p. 40).

Já no primeiro mandato de Lula, Coggiola (2018, p. 42) afirma que as condições econômicas internacionais favoreceram o governo na medida em que, em meados de 2003, “os *hedge funds* destinados aos mercados emergentes já tinham uma captação líquida positiva de US\$ 1,93 bilhões.” Houve, então, a passagem de um fluxo negativo (retirada de capitais) para um fluxo positivo em matéria de investimentos externos.

O que é importante destacar é que, ao favorecer a entrada de capitais externos, o governo adotou medidas de austeridade e de redução de despesas úteis, atingindo claramente a satisfação de necessidades do proletariado. Assim,

o governo implementou cortes suplementares de R\$ 14 bilhões no orçamento de 2003, e elevou para 4,25% a meta do superávit primário (no orçamento real, dito nominal, houve déficit de 12% do PIB, já que os encargos financeiros equivalem a 23% do PIB), questionando os investimentos em saneamento, assentamentos rurais, manutenção das estradas, saúde, educação. O superávit primário da União, Estados e municípios e empresas estatais superou os R\$ 15,4 bilhões exigidos pelo FMI. As empresas no Brasil retomaram a captação de capitais externos, ainda que de curto prazo e com altas taxas de juros. A rentabilidade do sistema bancário chegou a 24,5%. O ingresso de capital de curto prazo aumentou em 1.300% em um breve período. (COGGIOLA, 2018, p. 42)

Farias (2001b, p. 237) aponta que, no que concerne ao aspecto fisco-financeiro do Estado há de se considerar ainda a “típica e descarada confusão entre os bolsos privados e os cofres públicos”.

Nesses termos, já no governo Lula, o Estado iniciou uma parceria com a iniciativa privada através das PPP- Parcerias Público-Privadas, um novo modelo de obras e serviços em que a “iniciativa privada poderia contar com uma parcela da arrecadação de tributos para garantir retorno a seus investimentos, para eliminar os gargalos em energia, transportes e saneamento.” (COGGIOLA, 2018, p. 42)

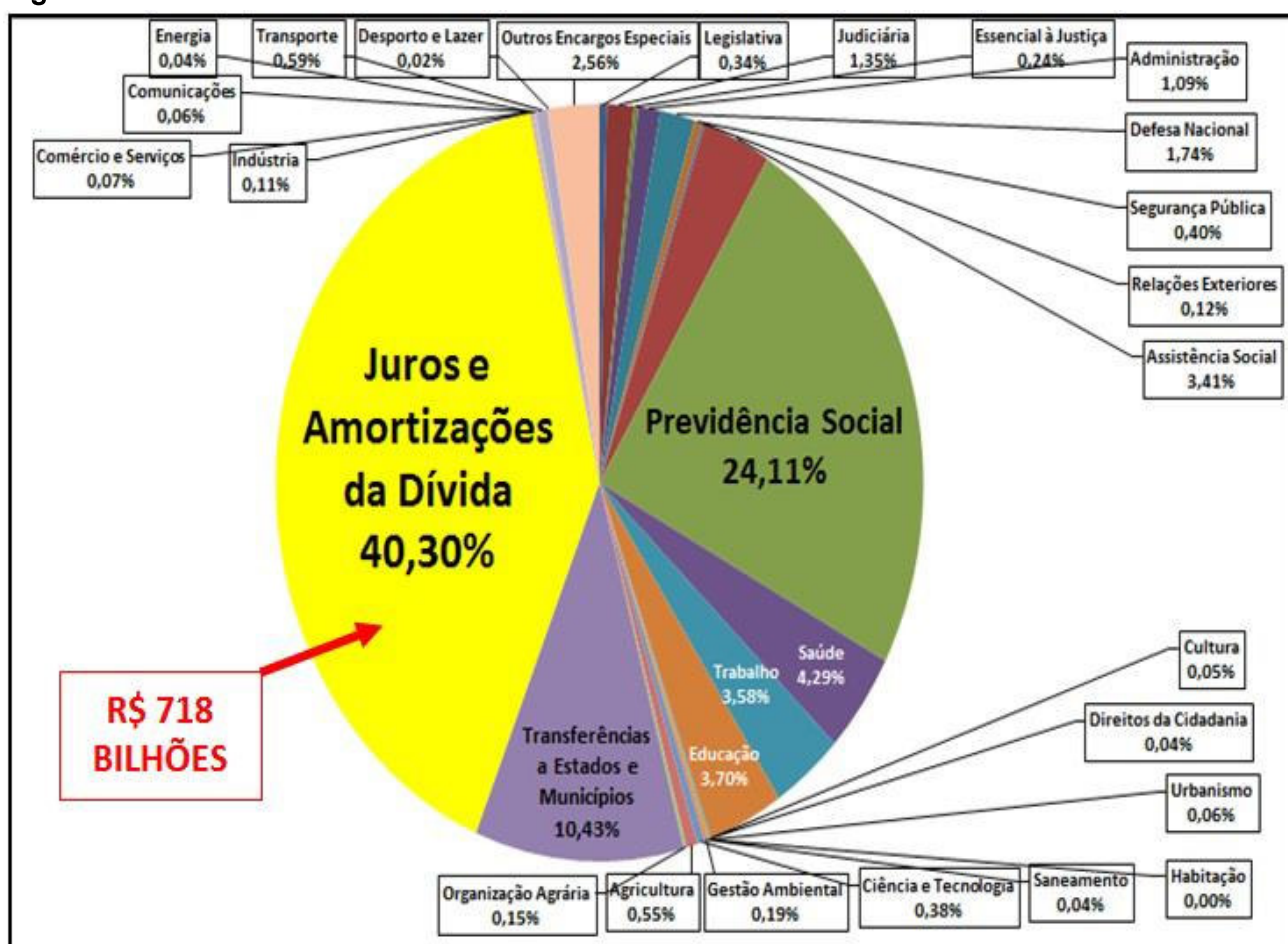
Através dessa modalidade de contrato as empresas poderiam “captar os recursos totais ou parciais necessários para a realização de uma obra, além de executar e administrar o empreendimento.” (COGGIOLA, 2018, p. 42)

Segundo ainda Coggiola (2018), a política fiscal realizada pelo governo Lula garantiu a obtenção de superávits primários ainda maiores que os observados no governo anterior (4,5% do PIB contra 4,25% no fim do governo FHC).

A minimalização dos riscos e o controle das metas de inflação de longo prazo impuseram ao Brasil uma limitação no crescimento econômico, realizado, no entanto, a taxas maiores daquelas do governo anterior, com um crescimento média anual do PIB de 3,35%, contra 2,12% médios do segundo mandato de FHC. Estes êxitos relativos foram realçados por uma revisão da metodologia de cálculo do PIB formulada pelo IBGE no início de 2007, que dava conta das mudanças recentes na composição da base produtiva, e que aumentou o valor estatisticamente reconhecido do PIB brasileiro em 10,9% (COGGIOLA, 2018, p. 42)

Nesses termos, conforme o demonstrado no gráfico abaixo, percebe-se que quase metade do PIB arrecadado em 2013, ainda no primeiro mandato de Dilma, por exemplo, foi destinado ao pagamento dos juros e amortização da dívida externa, ou seja, ao atendimento dos interesses do Capital, o equivalente a cerca de R\$ 718 bilhões.

Figura 7 – Gráfico demonstrativo do investimento do PIB em 2013



Fonte: www.auditoriacida.org.br

Trata-se, portanto, de um claro processo de explosão da dívida, em que se vivencia

[...] um círculo vicioso do estrangulamento: os empréstimos aumentam e as inversões se sucedem e, em consequência, crescem os pagamentos por amortizações, juros, dividendos e outros serviços; para cumprir com esses pagamentos se recorre a novas injeções de capital estrangeiro (GALEANO, 2009, p 305).

Logo, o que se verificou no Brasil foi a confirmação de uma sociedade extremamente desigual, com um nível crítico de concentração de renda. Nessa conjuntura, “os 10% mais ricos da população brasileira controlam cerca de 47% da renda nacional, enquanto o segmento representado por 1% melhor posicionado desse contingente possui uma renda maior que os 50% mais pobres do país” (COSTA, 2013, p 230).

Pelo exposto, colhe-se, que são incompatíveis os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores e que o modo de produção vigente na forma do Estado social-liberal brasileiro impedia que o atendimento das necessidades fundamentais do proletariado fosse plenamente realizado pelo Estado através da oferta de políticas sociais, uma vez que há uma destinação privilegiada de recursos para setores diretamente ligados ao capital.

O governo Lula “economizou” R\$ 40 bilhões do orçamento, em seis meses, para pagar juros; destinou R\$ 162 milhões para a reforma agrária, o que não dava para assentar 15 mil famílias sem-terra, renunciou a R\$ 342 milhões em impostos para as montadoras (Volks, GM), sem falar nas facilidades concedidas a essas indústrias por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que implicava diminuir ainda mais as verbas dos serviços públicos (COGGIOLA, 2018, p. 43).

A postura assumida pelo Estado social-liberal brasileiro não permitia, portanto, o pleno atendimento das necessidades fundamentais do proletariado, já que sua prioridade era atender aos interesses do mercado.

No que se refere à teleologia do Estado, Farias (2001a, p. 36) refere que:

[...] o Estado tem seus fins gerais estabelecidos desde a gênese do processo de desdobramento da sociedade burguesa. Porém, seus fins mediadores de contradições se desenvolvem, em profundidade e em extensão, com sua autonomia relativa e sua presença particular cada vez maior nessa sociedade.

Então, a teleologia supõe uma dialética de perpetuação e superação, visando, assim, a “superação do estado de coisas presentes”. (FARIAS, 2001b, p 238)

Por ter uma relação orgânica com o Capital, os fins do Estado se

desenvolvem e mudam segundo o espaço e o tempo, levando em última instância à extinção destas formas, à superação do estado de coisas presentes.

Trata-se de uma extinção que significa a superação irreversível tanto do valor e da mais-valia, como da divisão capitalista do trabalho sob todas as suas formas. Este contexto não é o da extinção da história, mas da extinção do Estado capitalista como forma historicamente determinada, após a superação das condições objetivas que fazem com que a luta de classe continue a existir (FARIAS, 2001, p. 37).

No caso concreto da forma do Estado social-liberal brasileiro, o que se deve discutir é como tal forma singular de Estado desenvolveu suas funções, entendendo nesse processo as tentativas de reformas implementadas, com uma dispersão dos movimentos sociais, que não conseguiram se unir, e a consequente crise nos elementos formais e funcionais dessa forma do Estado que teve rebatimentos a nível social, econômico e político. Crise esta que resultou em última instância no golpe que tirou a então presidente Dilma do poder em 2016 e que vai ser melhor detalhada no último capítulo dessa parte.

O que se acompanhou foi um claro processo de abertura do partido aos interesses do Capital, assumindo, assim, uma clara postura em defesa deste em detrimento do proletariado. Não se tratou, pois, de “preconceito frente ao capital”, mas o Estado claramente escolheu de que lado ficar “na luta entre os combatentes.” (FARIAS, 2001b, p. 239).

Nesses termos, segundo Coutinho (2008), o que faltou à esquerda foi uma proposta de reconstrução alternativa do Estado brasileiro. Contudo que se viu foi que “em face do transformismo que converteu o PT e seu governo em eficazes agentes do neoliberalismo, a esquerda se enfraqueceu.” (COUTINHO, 2008, p. 144)

Tal fato não significa, por sua vez, a inexistência de partidos políticos e movimentos sociais de esquerda que se contrapunham ao modelo proposto, sendo que sua principal tarefa era lutar por um modelo de Estado que colocasse o interesse público como principal norte de sua ação (COUTINHO, 2008).

5.2 As funções da forma do Estado social-liberal brasileiro

Uma vez apreendida a forma deve-se partir para a análise das funções do Estado, privilegiando-se neste trabalho a análise das funções que relacionam o Estado diretamente com o processo de satisfação de necessidades do proletariado

em algumas relações complexas como, por exemplo, no processo de produção mercantil simples (M-D-M), no processo de produção mercantil desenvolvida (Pi-S-Ft) e no processo de produção pela produção, desenvolvidos por Marx nos livros um, dois e três do Capital e explicitados nos estudos de Farias (2018), como veremos a seguir.

Sendo assim, no que se refere às funções desempenhadas pela forma-Estado, Farias (2001a, p. 39-40) afirma que:

[...] uma vez constituído o Estado para si (como forma) e em si (como função), no seio de uma sociedade capitalista, como um todo orgânico, complexo e contraditório, as razões de sua ação teleológica são muito intrincadas e variáveis no tempo e no espaço, bem como as formas de sua intervenção econômica.

Sobre esse prisma, entendendo-se que, a depender da forma assumida, o Estado desempenha suas funções, Farias (2001a, p. 40) aponta como uma das funções do Estado o seu papel mediador, “no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados (nos níveis do capital produtivo individual e do capital social)”.

O Estado atua, então, como pressuposto formal e mediação funcional na totalidade contraditória da produção mercantil simples garantindo liberdade, igualdade e propriedade, que são condições prévias da relação mercantil, além de realizar a gestão do dinheiro, do equivalente geral.

Observa-se nesse processo que há uma primazia do econômico sobre o estatal, sendo que na forma do Estado social-liberal brasileiro a mediação do Estado se deu determinada a partir da socialização das perdas e pela privatização dos ganhos. (FARIAS, 2018)

Houve, assim, por exemplo, durante os governos Lula e Dilma um incentivo ao agronegócio para exportação, atividade já anunciada como necessária na Carta aos Brasileiros escrita por Lula em 2002. Nesses termos, segundo Coggiola (2018, p. 43):

[...] consolidada a frente política externa, a vedete econômica do governo Lula foi o agronegócio. A produção de grãos no Brasil pulou de 96,8 milhões de toneladas (em 2001/2002) para 151 milhões de toneladas (em 2008/2009); o crescimento da produção de cana-de-açúcar entre 2003/2004 e 2010/2011 foi de 94,8%.

Farias (2017, p. 07) afirma, a esse propósito, que “nos últimos 20 anos o governo brasileiro implementou um conjunto de medidas de incentivo ao agronegócio,

voltado para a exportação” havendo um “incentivo estatal à reprimarização das atividades produtivas brasileiras” e perpetuando a dependência da ciência e da tecnologia estrangeira no setor industrial.

Atuando, pois, o Estado ao garantir as condições prévias para o desenvolvimento do Capital, garantindo liberdade, igualdade e propriedade, o que se viu durante o governo Lula foi a continuidade da lógica no campo que privilegia os latifundiários já existentes no governo anterior. Assim:

[...] a lógica das prisões de sem-terra seguiu a argumentação jurídica elaborada durante o governo precedente, a concentração agrária e a grilagem de terras indígenas continuaram. De 1º de janeiro a 30 de novembro de 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo. O número era 77,5% maior do que o registrado no mesmo período do ano precedente, e o mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em janeiro de 2003, os movimentos agrários exigiram do governo Lula o assentamento de 400 mil famílias sem-terra em 2003. O governo falou inicialmente que assentaria 140 mil no primeiro ano, depois baixou a promessa para 60 mil. Terminando o ano, balanço do Incra apontou para pouco mais de 20 mil famílias assentadas. Do orçamento destinado à reforma agrária, 65% foram cortado e desviado. A reforma agrária continuava frustrada (COGGIOLA, 2018, p. 44).

O governo Lula atingiu durante seu primeiro mandato cerca de 42% da meta proposta no que se referia ao assentamento de novas famílias e regularização de assentamentos antigos. Das 900 mil famílias que deveriam ter sido assentadas, houve de fato o assentamento de cerca de 250 mil famílias. Assim:

[...] a reclassificação desses dados permitiu chegar aos seguintes resultados: - reforma agrária – foram assentadas 79.298 famílias; - regularização fundiária e reconhecimento do direito das famílias - populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores posseiros já existentes nas áreas objeto da ação – foram assentadas 39.221 famílias; - reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens – foram assentadas 1.670 famílias; - reordenação fundiária (substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes) – assentamento de 124.872 famílias. (COGGIOLA, 2018, p. 44)

Já para o setor do agronegócio o investimento do Estado foi massivo, sendo que os valores dispensados pelo governo na tentativa de socorrer o agronegócio somam no ano de 2006 quase “R\$ 100 bilhões de transferências, equivalentes a US\$ 55 bilhões, aproximadamente 5% do PIB.” (COGGIOLA, 2018, p. 44)

Dilma, depois de reeleita em 2014, “seguiu também o caminho oposto àquele exigido pelos trabalhadores rurais.” (PERICÁS, 2016, p. 101) Um exemplo de tal fato foi que a então presidente colocou como ministra da Agricultura a senadora do

PMDB Kátia Abreu, emblemática empresária pecuarista ligada ao agronegócio, e que representava claramente os interesses dos latifundiários, instituições bancárias, empreiteiros e grupos empresariais. (PERICÁS, 2016)

Nesse contexto, em que o agronegócio avançava com seu extrativismo predatório e o cultivo de produtos para a exportação, a partir do uso de pesticidas, a agricultura brasileira se encontrava em nítida aliança entre o “capital financeiro e as grandes corporações, com o crédito e os insumos monopolizados nas mãos de bancos e empresas multinacionais.” (PERICÁS, 2016, p. 101)

Dessa forma, o que se viu foi que, apesar dos avanços em vários indicadores sociais, o Estado social-liberal brasileiro contribuiu também para o aumento da concentração de terras, sendo que “em 2010, 238 milhões de hectares eram considerados como ‘grande propriedade de terra’ no Brasil, já em 2014 esse número se elevou para 244,7 milhões de hectares.” (PERICÁS, 2016, p. 100)

Além disso, o balanço de 2015 realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostrou a situação frágil e instável em que se encontrava o meio rural do país naquele período.

Cortes significativos no orçamento para reforma agrária (o MDA sofreu uma redução de 49% do total previsto inicialmente pelo governo, enquanto o Incra teve de se conformar com metade do que lhe havia sido prometido) e o incremento na disseminação de pesticidas marcaram o período. O Brasil se manteve em 2015 como recordista mundial no uso de agrotóxicos, muitos deles, com alto potencial cancerígeno, permitindo a utilização de produtos banidos em outras partes do mundo (PERICÁS, 2016, p. 101).

Destaque-se ainda que, durante o governo Lula, houve um grande incentivo à reprimarização das atividades produtivas brasileiras e uma clara dependência tecnológica no setor industrial (FARIAS, 2018). Ocorreu então que:

[...] o Brasil “moderno” do agronegócio exportador tinha de importar arroz, feijão, milho, trigo e leite e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país (COGGIOLA, 2018, p. 44).

Percebe-se que nessa lógica o atendimento de necessidades do proletariado não é, pois, privilegiado, havendo, por exemplo, uma restrição dos meios de subsistência e uma baixa remuneração dos trabalhadores do campo, embora esses representem a maior parte dos trabalhadores empregados no setor.

Do total do pessoal empregado no campo (17,9 milhões de trabalhadores) as pequenas unidades empregavam 87,3% desse contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas 2,5%. Quanto a massa total dos salários

pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com 18,1%. Os latifúndios continuaram a "esconder" a terra improdutiva; o papel da grande propriedade continuou a ser de reserva patrimonial e especulativa. (COGGIOLA, 2018, p. 45).

Além do que já foi discorrido, no que tange à mediação do Estado social-liberal brasileiro e no que se refere à gestão estatal do dinheiro, o que se viu foi que o objetivo inicial do governo Lula foi estabelecer um “ajuste macroeconômico sólido para retomar o controle da situação monetária, fiscal e cambial do país.” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p 59)

Ele fez vários ajustes nos campos monetários, fiscais, e no campo externo, visando estabilizar a economia brasileira que começava a se destacar a partir de 2003, num contexto de crescimento da economia mundial e de impulso no aumento das exportações e de queda das importações. (BARBOSA; SOUZA, 2010)

No campo monetário, o governo revisou para cima as metas de inflação fixadas no governo anterior, de modo a acomodar parte do impacto inflacionário da depreciação cambial ocorrida em 2002 e não sacrificar demasiadamente o crescimento da economia. [...] No campo fiscal, o governo aumentou a meta de resultado primário do setor público de 3,75% do PIB para 4,25% do PIB. O principal objetivo de tal medida foi sinalizar para os agentes financeiros o grau de comprometimento do governo Lula com o equilíbrio fiscal e, portanto, dissipar as preocupações do mercado com um eventual aumento explosivo na dívida pública. [...] No campo externo, o governo Lula manteve a política de câmbio flutuante e, em razão do reduzido nível das reservas internacionais do país, o BC evitou combater a depreciação do real por meio da venda de moeda estrangeira no mercado doméstico (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 59-60).

No âmbito monetário, a proposta de ajuste fiscal expansionista foi complementada por outra de redução da inflação. Embora reconhecesse que tal proposta traria impactos negativos sobre o crescimento a curto prazo, elas gerariam a longo prazo uma redução permanente na taxa real de juros, graças ao ganho de credibilidade adquirido pela política monetária (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Para seus defensores, a estratégia de desinflação rápida também deveria ser acompanhada da independência formal do Banco Central e, para amenizar os custos sociais da transição, o governo Lula deveria concentrar suas ações em políticas sociais “focalizadas”, ou seja, voltadas a parcelas mais pobres da população (BARBOSA; SOUZA, 2010, p 69).

Já o desenvolvimento de políticas sociais universais de satisfação de necessidades como saúde e Educação, deveria adaptar-se ao rigor fiscal, devendo o governo “conter mais agressivamente o crescimento de tais despesas.” (BARBOSA;

SOUZA, 2010, p. 69).

Embora o atendimento das necessidades sociais não fosse privilegiado, ocorreu uma aceleração substancial do crescimento econômico do país, a partir do segundo governo de Lula.

Em números, o crescimento médio anual do PIB subiu de 3,2% em 2003-2005, para 5,1%, em 2006-2008. Com isso, a aceleração do crescimento foi obtida com controle da inflação e queda da taxa real de juros da economia, mesmo diante de uma elevação significativa dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais em 2008 (BARBOSA; SOUZA, 2010, p 74).

Isso porque, segundo Lopreato (2014), a partir de 2006, com a posse de Guido Mantega no Ministério da Fazenda houve uma alteração na atuação estatal, assumindo a gestão fiscal um novo rumo a partir de um novo entendimento do papel do Estado. Houve, assim, para além de uma resposta conjuntural à crise mundial de 2008, um “redirecionamento da ação estatal a favor do crescimento.” (LOPREATO, 2014, p 228).

A adoção de um programa de investimento, a expansão dos gastos públicos, o uso de incentivos fiscais no apoio a setores industriais, a definição de novas diretrizes de atuação de empresas e agentes financeiros estatais, as alterações no modo de articulação com o capital privado recolocaram o Estado como ator do projeto de crescimento e, apesar de embrionárias, deram lugar à construção de outro caminho de atuação do Estado.

É importante destacar que o governo de Dilma Rousseff manteve a equipe econômica e a estratégia já traçada durante os governos Lula. Assim, não houve uma alteração no modo de atuação do Estado, nem nas medidas de incentivo ao mercado interno, sendo clara, portanto, a reafirmação da defesa da ação do Estado em favor do crescimento (LOPREATO, 2014).

Nesses termos, a política monetária, mesmo não tendo abandonado o regime de meta de inflação, mudou o comportamento. Houve uma redução expressiva da Selic – que atingiu 7,25% a.a. em outubro de 2012 – e a menor rentabilidade dos títulos públicos levou os gestores da poupança financeira à busca de aplicações alternativas, com prazos e riscos maiores, como meio de recuperar a rentabilidade (LOPREATO, 2014).

Finalmente, o governo reforçou o uso da política fiscal como instrumento da política de desenvolvimento, sem abandonar a defesa da sustentabilidade da dívida pública. [...] O novo arranjo da política macroeconômica reforçou o mix de política fiscal e política monetária no controle da demanda agregada. Além disso, o manejo da política fiscal buscou atender a dois propósitos: manter o apoio ao crescimento e contribuir na defesa da estabilidade (LOPREATO, 2014, p 242).

Seguindo a análise das funções do Estado e como já fora evidenciado, no processo de produção mercantil desenvolvida o Estado também tem uma participação formal e funcional nas relações entre capital e trabalho, fazendo para isso a gestão salarial e da força de trabalho, seja através da gestão dos salários diretos seja da implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades.

É o Estado, portanto, quem regulamenta as relações de trabalho através das legislações trabalhistas, vistas como objetos sociais mediadores das explorações dos operários, e das legislações sociais.

Percebe-se que nessa lógica mercantil, inserida a forma do Estado social-liberal brasileiro no modo estatal global como um país periférico subdesenvolvido, a primazia de sua ação não foi o atendimento das necessidades fundamentais do proletariado, embora ele tentasse satisfazer minimamente as necessidades de parte do proletariado através do aumento das transferências de renda e de uma política de elevação do salário-mínimo. Assim:

o principal objetivo da política de elevação do salário-mínimo era recompor as perdas ocorridas no período de alta inflação e fortalecer o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais. Entretanto, além do seu impacto positivo no mercado de trabalho, o aumento do salário-mínimo também elevou o pagamento de benefícios previdenciários por parte do governo federal e aumentou a renda disponível para a maior parte dos aposentados e pensionistas do INSS. [...] O aumento nas transferências de renda foi resultado de uma postura ativa do governo federal no combate à pobreza. No seu primeiro ano, o governo Lula criou o programa Fome Zero para combater a pobreza extrema (BARBOSA; SOUZA, 2010, p 64-65).

Nesses termos, eleito em 2003 com o discurso do combate à fome e a miséria e tendo o Fome Zero como principal estratégia para atingir tal feito e o Programa Bolsa Família como principal programa de transferência condicionada de renda, o governo Lula conseguiu de fato diminuir a pobreza absoluta, que passou de “35,6%, em 2003, para 26,9%, em 2006. Os gastos sociais per capita apresentaram igualmente uma trajetória de crescimento em um breve período para as categorias mais pobres.” (COGGIOLA, 2018, p. 45).

Por sua vez, os gastos do governo com políticas sociais universais de satisfação de necessidades tiveram um retrocesso durante o governo do metalúrgico popular. Assim, já no primeiro governo de Lula, houve a manutenção do corte de investimentos públicos, a exemplo da gestão anterior.

Os gastos com saúde e educação, embora crescessem em termos absolutos, decresceram em termos percentuais, passando de 1,79% para 1,59% do PIB, e de 0,95% para 0,77% do PIB respectivamente (de 1995 até 2005) (COGGIOLA, 2018, p. 46).

Ocorreu, no entanto, um incremento na geração de empregos. Segundo o IBGE (2012), de 2003 a 2006 a taxa de desemprego caiu e o número de pessoas contratadas com carteira assinada (mais 985 mil) cresceu, enquanto o total de empregos sem carteira assinada diminuiu 3,1%. Já o total de pessoas ocupadas cresceu 8,6% no período situado entre 2003 a 2006. Dos dez milhões de novos empregos prometidos foram criados 4,8 milhões, levando para 8-9% a taxa de desemprego de 13-14% da era FHC (COGGIOLA, 2018).

Destaca-se, por sua vez, que:

[...] a maioria desses “novos empregos” eram a formalização (regularização) de empregos já existentes, devido à pressão exercida pela Receita Federal para que aumentasse a arrecadação fiscal, comprometida pelo festival de desregulamentações da era FHC, que questionava o pagamento da dívida pública e a obtenção dos superávits primários acordados com o FMI. O desemprego real não sofreu alterações importantes, o que explicava as 50 milhões de pessoas beneficiárias do Bolsa Família (PBF), ¼ da população brasileira (índice que chegou a 50% no Nordeste, onde o PBF repassou benefícios a mais de 5,7 milhões de famílias, ou 25 milhões de pessoas) (COGGIOLA, 2018, p. 45).

Além disso, destaque-se que a elevação do salário-mínimo, o aumento do investimento público e a reestruturação de carreiras e salários de servidores públicos marcaram a inflexão econômica ainda em 2006. (BARBOSA; SOUZA, 2010)

Assim, em 2006, o salário-mínimo subiu 16,7% passando de R\$300,00 para R\$350,00. Em virtude desse reajuste nominal e da redução da taxa de inflação observada naquele ano, o aumento real médio foi de 14,1% em 2006, o maior percentual de reajuste concedido no período 2003-2009. [...] Comparando os dois subperíodos do governo Lula, o aumento acumulado do salário-mínimo real foi de 11,7% em 2003-2005 e de 24,7% em 2006-2008 (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 75).

Viu-se, porém, que, embora o Estado tentasse satisfazer minimamente as necessidades sociais de parte do proletariado, os salários diretos recebidos pela parcela ativa do proletariado eram insuficientes para sua manutenção e de suas famílias. Assim como eram insuficientes para o atendimento das suas múltiplas necessidades e a implementação de políticas sociais de satisfação delas.

Com relação aos assalariados “formais”, o reajuste do salário-mínimo, em 2006, atingiu 13%, o que significou um gasto a mais de R\$ 5,6 bilhões, quase

o mesmo montante do PBF. Para assegurar o salário-mínimo de 1.536 reais definido pelo Dieese seriam necessários R\$ 132 bilhões anuais a mais. Em 2006, pesquisa do Dieese mostrou que crescia o número de trabalhadores que ganhava até 1,5 salário-mínimo: 68,7% dos pisos salariais pagos pelas empresas aos trabalhadores correspondiam até a 1,5 salário-mínimo. Também crescia o percentual de trabalhadores que ganhavam até 1,25 mínimo (de 23,4% para 43,6%) e até um mínimo (de 1,7% para 2,8%). Por outro lado, os pisos salariais acima de três salários caíram de 4,6% em 2005 para 3,8% em 2006. Na média, os pisos salariais pagos pelas empresas caíram de 1,69 salário-mínimo em média em 2005 para 1,52 salário-mínimo. Em 2005, o mínimo subiu de R\$ 260 para R\$ 300 e, em abril de 2006, a alta foi para R\$ 350. O reajuste real (descontada a inflação) do salário-mínimo, nesses dois anos, alcançou 22%, sem regredir a regressão tributária. As pessoas com renda de até dois salários-mínimos (R\$ 930, quase 33% da PEA) continuaram a levar dois meses a mais que os demais assalariados para quitar suas obrigações tributárias. (COGGIOLA, 2018, p. 46)

Frise-se ainda a realização de inúmeras reformas durante os governos Lula e Dilma, além da edição de leis e resoluções trabalhistas, que em nada privilegiavam o proletariado. Assim, em paralelo à busca pela estabilização da economia, o governo Lula realizou uma reforma da Previdência que visava estabilizar o “peso da Previdência dos servidores públicos no orçamento da União.” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p 61)

A reforma previdenciária do governo Lula consistiu em três pontos principais: a elevação do valor teto para a contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a introdução de idade mínima de aposentadoria para todos os funcionários públicos federais (55 anos para mulheres e 60 para homens) e a contribuição previdenciária de 11% sobre os servidores inativos, sendo a alíquota incidente sobre a parcela do rendimento que excedesse o teto de contribuição do INSS. O principal resultado da reforma previdenciária de 2003 era estabilizar o déficit do regime de previdência dos servidores públicos em relação ao PIB. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 63)

Segundo Coggiola (2018, p. 42), já no primeiro mandato de Lula e na chegada do PT ao governo, por exemplo,

[...] a reforma previdenciária foi declarada “prioridade nº 1 na agenda de reformas”, buscando abrir um mercado de aproximadamente US\$ 40 bilhões para os fundos de aposentadoria privados. A “reforma”, no entanto, provocou a primeira greve nacional de servidores públicos. A greve, isolada dos trabalhadores do setor privado, fracassou, mas provocou uma forte crise no PT, com a saída de uma senadora (Heloísa Helena) e três deputados federais, opositos à reforma previdenciária. A esmagadora maioria da Câmara votou a favor do projeto, que teve o voto de 442 dos 513 deputados. 35 deputados do PT votaram a favor do projeto, mas se declararam contrários a ele. O mesmo fizeram 21 deputados considerados “moderados” do PT. Ou seja, de 91 deputados, o PT só contou com 35 votos voluntários para um projeto do próprio Lula. Quem votou em peso em favor do projeto foram os partidos da velha aliança de governo de Fernando Henrique Cardoso, boa parte dos quais, com o PMDB à cabeça, agora integrantes da base parlamentar do governo Lula.

O Estado atua ainda no processo de produção mercantil desenvolvida na reprodução do Capital produtivo individual, sendo esta mais uma de suas funções. No Capitalismo industrial existem duas mercadorias distintas em essência: força de trabalho e meios de produção. Há uma homogeneidade e diferenciação entre as classes e entre os seus interesses. Ambos querem manter a empresa, mas o trabalhador só tem sua força de trabalho para subsistir e o capitalista tem os meios de produção para enriquecer, por exemplo.

O lucro é nesse processo a expressão da mais-valia e o Estado garante a infraestrutura, normas e leis necessárias para a produção e reprodução do capital produtivo individual, garantindo, assim, a continuidade do processo.

Atua, por exemplo, através da queda de salários e da troca de trabalhadores por máquinas e na forma do Estado social-liberal brasileiro isso ficou evidente, por exemplo, quando se verificou que “do ponto de vista fiscal, o período de 2003 – 2005 foi marcado por uma redução relativa no gasto da União com salários e encargos do funcionalismo.” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 65) “Em números, a folha de pagamento da União, incluindo ativos e inativos, caiu de 4,8% do PIB, em 2002, para 4,3% do PIB, em 2005. Tal contração foi consequência de reajustes salariais modestos e de contenção nas contratações”. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 65)

Entendendo ainda o Capital como um movimento cíclico e que se repete, portanto, o Estado regulamenta as diversas configurações que essa relação pode assumir. Nesses termos, o Capital pode ora produzir meios de produção, ora produzir meios de subsistência, configurando o grande silogismo do capital social total (D-P-M/P-M-D/M-D-P), em que D representa o capital-dinheiro, personificado nos bancos, P o capital produtivo, personificado nas indústrias e M o capital mercadoria, personificado no comércio.

Como mais uma de suas funções, o Estado regulamenta essas relações e pode, inclusive, favorecer um dos capitalistas a depender da disputa de forças intercapitalistas presente. Participa, assim, da reprodução do capital social total no sentido de buscar um crescimento equilibrado na sociedade capitalista e atua também como mediador “no sentido de que participa também na resolução da contradição entre capitalistas em concorrência (no nível dos capitais numerosos)”. (FARIAS, 2001a, p. 40)

No caso concreto da forma do Estado social-liberal brasileiro, o que se viu foi uma clara atuação do Estado no sentido de garantir as empresas, com uma clara

promiscuidade entre público e privado, tendo como exemplo os lobbies e as diversas bancadas presentes na câmara e no senado federal.

O período de 2004-2005 foi marcado pelo início de uma expansão mais acelerada na concessão de crédito tanto para empresas quanto para pessoas físicas. Em relação ao setor de pessoas jurídicas, a expansão do crédito decorreu da recuperação do crescimento da economia e da redução da taxa de juros. A reforma da Lei das Falências, em 2004, também ajudou na expansão do crédito, uma vez que simplificou e agilizou a recuperação do crédito concedido a empresas em dificuldades financeiras. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 65)

Já no governo Dilma, o governo ofereceu vantagens tributárias nos investimentos em parcerias público-privadas (PPPs). Para isso,

[...] excluiu da base de cálculo dos tributos federais o valor do aporte de recursos do setor público ao sócio privado no momento de sua efetivação. A medida adiou o pagamento dos tributos para os períodos de apuração de lucro ao longo do contrato, com reflexo positivo no custo tributário e no fluxo de caixa do empreendimento. (LOPREATO, 2014, p. 243)

Como outra função, o Estado interfere ainda na circulação do Capital através de medidas legais, normativas e de infraestrutura, como, por exemplo, através de políticas científico-tecnológicas, visando garantir a continuidade do processo.

Assim, a forma de Estado social-liberal brasileiro, visando acelerar o crescimento econômico do país, entendeu que era necessário um maior investimento em infraestrutura, sobretudo nas áreas de energia e transportes, que poderia ser realizado tanto pelo Estado quanto pelo setor privado, mediante concessões ou parcerias. (BARBOSA; SOUZA, 2010)

No entanto, em ambos os casos, o governo desempenharia papel crucial na coordenação de projetos, na garantia da demanda e no financiamento de longo prazo, além de atuar, evidentemente, na formatação das expectativas, naquilo que se convencionou chamar de “despertar o espírito animal” dos empresários. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 72)

Acreditava-se, assim, que o investimento em infraestrutura teria impacto positivo sobre a economia, que, aliada ao aumento das transferências de rendas e do salário-mínimo, e ao aumento do investimento por parte do governo federal, poderia elevar a demanda e a produtividade. (BARBOSA; SOUZA, 2010)

Já no governo Dilma, “o esforço de elevar o crescimento levou o governo a priorizar as concessões ao setor privado (portos, aeroportos, rodovias), como meio de atacar o atraso nas áreas de infraestrutura.” (LOPREATO, 2014, p 243)

Claro que o investimento em infraestrutura feito pelo Estado refletia a percepção do Estado social-liberal brasileiro de que este era um fator crucial à competitividade industrial. Além disso, tais ações seriam capazes de promover “a realização de grandes projetos, de largo horizonte temporal, em condições de gerar a demanda para outros setores e sustentar a trajetória de crescimento.” (LOPREATO, 2014, p 244).

Outro desafio era impulsionar a produção de ciência e tecnologia no país priorizando o “enfrentamento das carências mais profundas da nossa população trabalhadora, como alimentação, saúde, habitação e transporte coletivo” (ANTUNES, 2005, p 138), ou seja: desenvolver ciência e tecnologia como meios de satisfazer as necessidades básicas do proletariado.

Exemplo foi o investimento em drones, Informática, Internet, telecomunicações e satélites realizados pela forma do Estado social-liberal brasileiro.

Cabe ainda discutir como a forma do Estado social-liberal brasileiro, visando dirimir os efeitos da crise por que passava o mundo e que o atingiu principalmente, a partir de 2008, interferiu na aparência com o objetivo de diminuir as desigualdades de renda existentes no país através, por exemplo, de programas sociais como o Programa Bolsa Família e aumentando os salários, sem interferir diretamente na essência marcada pelo processo de produção pela produção.

Embora a aparência do sistema de produção só expresse de fato o quanto esse sistema baseado na produção pela produção gera desigualdades de renda por um lado e exuberância financeira por outro, não há como negligenciar, por exemplo, a ideia de “que a desigualdade entre países pobres e ricos cresceu dramaticamente no período da modernização e globalização capitalistas.” (MÉSZÁROS, 2011, p 140).

Há uma primazia do econômico sobre o estatal sendo que, no que se refere à forma do Estado social-liberal brasileiro em sua singularidade,

[...] o papel do Estado na mediação monetária é inteiramente determinado pela socialização das perdas e pela privatização dos ganhos para fortalecer a acumulação do capital como um todo. Especificamente, a forma do Estado capitalista brasileiro é requisito sine qua non para o desenvolvimento dos negócios burgueses (e das negociatas, reificadas em malas de dinheiro), que o temerário ultraliberalismo brasileiro, na conjuntura atual, torna um fim supremo acima de qualquer forma de respeito aos interesses nacionais e ao patrimônio público, bem como de solidariedade humana e de respeito à natureza”. (FARIAS, 2017, p.7).

O Estado social-liberal brasileiro adotou, então, uma postura baseada em três linhas de atuação para o governo federal. Assim, decidiram adotar medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário, visando acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia; acelerar o desenvolvimento social com o aumento das transferências de rendas e elevação do salário-mínimo e aumentar o investimento público a longo prazo. (BARBOSA; SOUZA, 2010)

Acreditava-se, assim, que o estímulo necessário para iniciar o “círculo virtuoso de desenvolvimento poderia ser combinado com uma postura mais ativa do governo federal na redução das desigualdades, na distribuição de renda e no aumento do investimento público.” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 71).

Pelo exposto, ainda que na aparência o Estado tentasse satisfazer minimamente as necessidades de parte do proletariado com a oferta de programas sociais compensatórios como o Bolsa Família, havendo de fato uma diminuição da pobreza absoluta do país, e investisse minimamente nas políticas sociais de satisfação de necessidades, o que se viu na essência foi a continuação do privilegiamento do setor financeiro e a não interferência no processo de produção pela produção.

Em 2007, o PBF atingiu suas metas, atendendo 11,1 milhões de famílias. O programa foi um fator determinante para os movimentos sem-terra durante o primeiro mandato de Lula. O número de famílias que invadiram terras caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006; uma queda de 32,3%. Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem-terra acampadas despencou de 59.082 para 10.259 – uma diminuição de 82,6%. As políticas sociais compensatórias criaram um modelo associado ao controle dos cadastros e à cooptação dos “movimentos sociais”, perpetuando a dependência dos beneficiados. O PBF custou ao governo, em 2005, R\$ 5,5 bilhões (aproximadamente US\$ 2,3 bilhões), que pagaram benefícios a 8,7 milhões de famílias, ou seja, aproximadamente 35 milhões de pessoas. Mas, em 2006, o setor financeiro recebeu R\$ 272 bilhões em conceito de pagamento dos juros das dívidas, quase 50 vezes o que se gastou com o PBF. (COGGIOLA, 2018, p. 45)

Segundo Coggiola (2018), em 2007 a dívida pública consumiu cerca de 42% do orçamento federal e:

em 2005, o governo federal aplicou 26,49% do orçamento em áreas sociais, frente a 42,45% em serviços da dívida pública. A verba restante, 31,06%, foi destinada para a Previdência Social. A carga tributária teria crescido, portanto, no Brasil, basicamente para cobrir o aumento dos encargos da dívida pública (COGGIOLA, 2018, p. 48)

Constata-se, assim, a nítida interferência do Estado no sentido de favorecer

o Capital especulativo financeiro e sua pouca preocupação com o proletariado e a satisfação de suas necessidades. Em 2005, ainda no primeiro mandato de Lula, “o governo federal aplicou 26,49% do orçamento em áreas sociais, frente a 42,45% em serviços da dívida pública.” (COGGIOLA, 2018, p. 49)

Outro exemplo foi que “só em 2006, a carga de juros que incidiu sobre os títulos públicos em circulação no mercado foi de R\$ 142 bilhões, 17 vezes mais do que o valor destinado, no mesmo período, ao Bolsa Família.” (COGGIOLA, 2018, p. 48)

Merece destaque ainda a ideia de que, embora o Programa Bolsa Família tenha sido decisivo para retirar milhares de pessoas das condições de miséria e pobreza no Brasil, melhorando-lhes as rendas, tal fato não refletiu melhora na qualidade de vida dos mais pobres. Isso porque, mesmo melhorando-lhes a renda e podendo entrar no mercado de consumo, continuaram sem ter acesso à habitação digna, ao saneamento básico, ao transporte, à saúde e à Educação de qualidade, ou seja: continuaram sem atender plenamente, a suas necessidades fundamentais.

O grande desafio era, portanto, que o programa não se tornasse uma ilha isolada, mas fosse complementado por investimentos na Educação, saúde e na infraestrutura, ajudando as famílias a saírem do programa. (COGGIOLA, 2018)

Por desempenhar, pois, um papel central na política do Estado de garantir o mínimo para o pobre, garantindo a redução das desigualdades de renda, e o máximo para o Capital, garantindo as farras de dinheiro público para o mercado financeiro, o Programa Bolsa Família

[...] foi recomendado pela ONU para adoção em outros países “em desenvolvimento”. Um relatório da OIT ressaltou a importância da manutenção e da ampliação do PBF no contexto da crise econômica internacional, pois era uma medida anticíclica que promoveria benefícios para a economia como um todo, ao fomentar a demanda de alimentos e produtos de primeira necessidade. (COGGIOLA, 2018, p. 53)

Sobre esse prisma, o traço marcante da estratégia oficial do Estado social-liberal foi a tentativa de diminuir as desigualdades de renda, levando à incorporação “da política de elevação do salário-mínimo e dos gastos sociais, com ênfase no Programa Bolsa Família” (LOPREATO, 2014, p 240) ao conjunto de ações de caráter social-liberal já desenvolvidas e que não alteraram de fato o problema em essência de produção pela produção.

Outra função desempenhada pelo Estado é a de atuar como agente de intervenção na economia. Isso porque abstraindo-se o Estado há uma tendência de formação de uma taxa média de lucro que não existe na prática graças à ação do Estado que atua no sentido de criar diferenciações nas taxas de lucros através de impostos e subsídios para favorecer um ou outro capitalista. Normalmente, o grande Capital é favorecido com taxas de lucro acima da média.

No que se refere à forma do Estado social-liberal brasileiro, seu principal desafio era, segundo Antunes (2005, p. 138), construir uma política econômica alternativa, indo de encontro ao predomínio do capital financeiro e incentivando as formas de produção “voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora, para a produção de bens socialmente úteis”.

Por sua vez, o que se assistiu na prática foi que a forma do Estado social-liberal brasileiro agiu no sentido de favorecer o Capital financeiro, o bancário e o industrial. Para Coggiola (2018), de 2000 a 2007, as empresas brasileiras cresceram cerca de 41% em seus faturamentos; já as empresas da Bolsa de Valores de São Paulo registraram um aumento de 100% nos seus lucros no decorrer do primeiro mandato de Lula, passando de R\$ 61,6 bilhões para R\$123,7 bilhões.

Do lado do capital financeiro, o Itaú anunciou, em meados de 2005, o maior benefício da história bancária nacional para um semestre: quase 2,5 bilhões de reais; na semana seguinte, o Bradesco bateu o recorde anunciando lucros superiores a 2,6 bilhões de reais. (COGGIOLA, 2018, p. 48)

Empresas como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás lucraram juntas, em 2005, cerca de R\$ 41,5 bilhões, sendo que o setor bancário foi líder em percentuais em todos os anos do governo Lula.

“O lucro total do setor passou de R\$ 12,7 bilhões em 2003 para R\$ 28,7 bilhões em 2006, um aumento de 225%. Em 2007, o setor bancário teve um lucro de R\$ 45,4 bilhões, batendo os recordes precedentes.” (COGGIOLA, 2018, p. 48)

Frise-se ainda que, a partir de 2006, o aumento do investimento público em infraestrutura se tornaria prioridade, sendo as políticas federais organizadas, centralizadas e ampliadas com a adoção do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC. (BARBOSA; SOUZA, 2010)

Com o PAC fica evidente o apoio do Estado à formação de capital da parte do setor privado, sendo que:

[...] de modo geral, o principal objetivo do PAC foi liberar recursos para o aumento do investimento público e estimular o investimento privado [...] ao incluir uma série de desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo de massa no Brasil. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 77)

Viu-se, assim, que:

o PAC retomou, mesmo que de forma embrionária, a ideia de planejamento, abandonada há tempos. O governo voltou a dar atenção à política industrial com o lançamento do documento Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que, no momento seguinte, se desdobrou num programa de defesa do setor industrial – Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)-, preocupado em impulsionar a competitividade da indústria brasileira. (LOPREATO, 2014, p. 238)

Além disso, o volume de financiamento à indústria cresceu continuamente, tendo o Estado um papel ativo no apoio às políticas de desenvolvimento do setor privado, garantindo, assim:

o financiamento de grupos econômicos – formados por consórcios de empresas privadas, estatais e fundos de pensão – interessados em investir em áreas de infraestrutura; fomentando a fusão e incorporação de empresas, visando elevar a concentração setorial e a competitividade de empresas líderes nacionais e apoiando o processo de internacionalização de grupos nacionais, de modo a elevar o número de empresas atuantes no mercado internacional. (LOPREATO, 2014, p. 239)

O governo Dilma teve, assim, como eixo de atuação o combate à retração do setor industrial. “A estratégia oficial passou a reconhecer a indústria como elemento basilar de crescimento e deu destaque à tarefa de recuperar a competitividade industrial.” (LOPREATO, 2014, p. 245)

A opção oficial foi a de chamar para si a tarefa de estimular o setor industrial com medidas fiscais, em partes pontuais, e outras de caráter sistêmico, direcionadas a reerguer a indústria e garantir a integração com outros setores da economia, pois, só assim, o país teria chance de crescer.

Assim, o Estado buscou facilitar a obtenção de ganhos sistêmicos na indústria a partir do Programa Brasil Maior, sendo que:

[...] as medidas de suporte à demanda corrente, em resposta ao baixo dinamismo, concentraram-se no desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em setores selecionados (automóveis, linha branca, móveis, laminados e luminárias, massas alimentícias), na manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e na definição de uma política comercial que inclui o benefício a fornecedores nacionais nas compras públicas, a melhor exploração das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o aumento do valor médio das alíquotas de importação e a adoção do Reintegra, programa que prevê a devolução de parte dos impostos sobre o ganho nas exportações de produtos

manufaturados caso as empresas cumpram o limite de importação de insumos utilizados no processo produtivo. (LOPREATO, 2014, p. 246)

Nesses termos, o que se viu foi um claro posicionamento do Estado em favor de atender os interesses do capital, principalmente do capital industrial. Assim, novas regras no setor ferroviário foram elaboradas, visando elevar a eficiência deste e baratear o frete.

A proposta contempla três medidas básicas. Primeiro, reformula o direito de passagem e adota o compartilhamento obrigatório da malha quando a transferência de carga entre concessionárias tiver elevado custo. Segundo estabelece metas de desempenho para cada trecho e não, como antes, para toda a malha administrada pela concessionária. Terceiro, regulamenta o direito de usuários dos serviços de carga de transitar pelas ferrovias de distintas concessionárias. (LOPREATO, 2014, p. 247)

Além disso, o governo anunciou medidas para reduzir a energia elétrica, primeiro, por meio da queda dos encargos fiscais sobre as tarifas e, segundo, alterando a metodologia de cálculo de remuneração das distribuidoras, “de modo a eliminar a indexação automática ao índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) e a remuneração de parte dos investimentos já amortizados.” (LOPREATO, 2014, p. 247)

A redução de impostos funcionou nesse contexto como segundo vetor da política de defesa da competitividade industrial. Nesses termos,

[...] a opção, na falta de condições de realizar ampla reforma tributária, foi adotar conjunto variado de medidas de apoio ao setor industrial. A desoneração da folha de pagamento, com a troca do repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – equivalente a 20% do total da folha de pagamento – por um imposto de 1% a 2% sobre o faturamento, lançando 41 setores, respondeu antiga demanda da indústria e rebaixou o custo industrial. (LOPREATO, 2014, p. 248)

Urge lembrar que a crise é gerada visto à queda tendencial da taxa média de lucro, o Estado, funcionando como agente de intervenção, pode tomar medidas para aumentar a taxa de lucro, seja, por exemplo, barateando equipamentos do capital constate ou aumentando a exploração do capital variável (classe trabalhadora), sendo esta mais uma de suas funções.

O Estado funciona, então, como contra Tendência à queda da taxa de lucros, sendo que o Capital especulativo financeiro corrói o Estado.

Na forma do Estado social-liberal brasileiro o que se viu foi um aumento das horas de trabalho, quedas de salários e aumento da exploração da mais-valia.

Assim, segundo dados do IBGE (2013), em termos da distribuição pessoal da renda, com base nos rendimentos individuais das pessoas de 15 anos ou mais de idade captados pela PNAD, considerando todas as fontes, observa-se que, em 2012, o primeiro décimo da distribuição (10% com menores rendimentos) se apropriava de 1,1% da renda total, enquanto o último décimo (10% com maiores rendimentos) correspondia a 41,9%.

Pelo exposto, ao relacionar o desenvolvimento econômico de um país com a redução do nível de desigualdades, percebe-se que o crescimento pode levar ao aumento ou diminuição das desigualdades, “a depender de seus próprios regimes” (SALAMA, 2012, p 26) e que hoje “o regime de crescimento dominante compreende uma grande parte de atividades financeiras e é acompanhado de forte política assistencialista” (SALAMA, 2012, p 27).

Vê-se, assim, que:

[...] por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2004, p 20).

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, trata-se, portanto:

[...] de uma economia de baixos salários e imensos bolsões de miséria e pobreza nas várias regiões do país, configurando um modelo socioeconômico bárbaro, cuja expressão são as legiões de miseráveis que vivem das migalhas oferecidas pelo capital, como o Bolsa Família, ou dos trabalhadores pobres, desempregados ou com trabalho precário nas grandes metrópoles (COSTA, 2013, p 280).

Nesse contexto, a proporção dos obreiros brasileiros que estão fora do mercado formal de trabalho cresce continuamente e, segundo dados da PNAD (2011), o crescimento da população ocupada foi inferior ao da população em idade ativa, o que acarretou queda no nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa), que reduziu de 62,9%, em 2009, para 61,7%, em 2011.

Vê-se, a partir de tal situação, que:

os meios de comunicação semeiam a confusão ideológica, incentivando abertamente o individualismo e a possibilidade quimérica de os trabalhadores terem no capitalismo a oportunidade de montar o seu próprio negócio e, para

disfarçar a exploração, os trabalhadores agora são tratados como 'colaboradores', com o objetivo de camuflar o assalariamento e as contradições de classe (COSTA, 2013, p 256).

Verifica-se que, nessa lógica, o atendimento das necessidades fundamentais do proletariado como saúde, Educação, transporte, habitação e lazer são negligenciados em favor do atendimento dos interesses do Capital. Tais áreas somadas representam apenas 8,59% do PIB, sendo a área do lazer e da habitação as que menos receberam investimentos no ano de 2013, somando apenas 0,02% do PIB na primeira e 0,00% na segunda. “As Nações Unidas calculam que pelo menos a quarta parte da população das cidades latino-americanas habita em 'assentamentos que escapam às normas modernas de construção urbana' [...] como favelas no Rio de Janeiro [...]” (GALEANO, 2009, p 321).

Merece destaque ainda a análise do equivalente destinado à política de Assistência Social que, sendo responsável pela oferta e operacionalização de programas e projetos sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família, recebeu, em 2013, apenas 3,41% do PIB. Nesse sentido,

a focalização tem sido retroalimentada por uma parca alocação de recursos para a seguridade e para a assistência social, se temos como horizonte uma política social universalizada de grande impacto, e se compararmos os recursos investidos em políticas social e os gastos com a dívida pública, compromisso com o mercado financeiro e sustentações para a política econômica- de FHC a Lula (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p 162).

Sendo assim,

[...] observa-se uma redução considerável nos gastos sociais, o que indica uma redução dos serviços sociais públicos, contribuindo para deteriorar as condições de vida da maioria absoluta da população, incluindo amplos setores das camadas médias (LAURELL, 2009, p 151).

A situação se torna ainda mais crítica ao se constatar que grande parte da população brasileira acaba sofrendo uma clivagem social na medida em que, ao se encontrarem no mercado informal de trabalho, não contribuem para a Previdência e não têm também acesso à Assistência Social, uma vez que esta é voltada para situações específicas ou para os pobres “incapacitados de exercer uma atividade laborativa: idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência” (BOSCHETTI; BOSCHETTI, 2009).

Trata-se, assim,

[...] substancialmente de um Estado privatista, que realiza permanentemente punções colossais na riqueza do setor público em proveito do setor privado. Por outro lado, são desmoralizados, desvalorizados e desmotivados os funcionários públicos que têm seu plano de cargos e salários sistematicamente atacados por medidas neoliberais; já os representantes eleitos ou indicados para cargos públicos, cuja incompetência no trato da coisa pública é patente estão cada vez mais envolvidos em escândalos de corrupção como nepotismo, propina, compra de voto, abuso de poder econômico e da mídia em todos os níveis eleitorais. [...] Aliás, o fenômeno da corrupção não é uma especificidade periférica, mas um traço geral da personificação do Estado na era pós-moderna (FARIAS, 2001b, p 238).

E, por fim, o Estado medeia as contradições existentes entre os capitais numerosos, atuando como mediador da concorrência da totalização contraditória dos capitalistas.

Constata-se, nesse processo, a razão última da crise, apresentada no livro 3 do Capital de Marx e discutida por Farias (2015). Emerge, assim, que mediante a concorrência entre banqueiros, industriais, comerciantes, agricultores e rentistas, que juntos formam o que estamos entendendo por capitais numerosos, e suas distintas produções e busca por lucro bruto, a satisfação de necessidades do proletariado é condição necessária, mas não suficiente para o Capital, que busca somente o lucro.

A crise evidencia, assim, o caráter destrutivo do Capital em relação à natureza e ao homem e sua total despreocupação em relação ao atendimento das necessidades do proletariado.

Cabe discutir como a forma do Estado social-liberal brasileiro mediante a crise favoreceu o Capital e não o proletariado em suas ações, e como os vieses dessa crise formal e funcional do Estado social-liberal brasileiro ensejou o golpe que tirou do poder a então presidente Dilma em 2016.

Conclusão do capítulo

Entendendo o Estado social-liberal brasileiro em sua singularidade, foram analisadas nesse capítulo os principais aspectos formais e funcionais desta forma do Estado singular vivenciada a partir de 2003, com a eleição de Lula, e que se estendeu até 2016, com o impeachment da então presidente Dilma.

As características dessa forma do Estado singular – forma do Estado social-liberal brasileiro - definem, assim, as funções desempenhadas por este durante o período analisado – de 2003 a 2016.

Viu-se, assim, que, embora ambos os governos tenham sido eleitos com um discurso socializante, na prática implementaram uma experiência particular do Neoliberalismo – o Social-liberalismo.

Pelo exposto, constatou-se a implementação de práticas adotadas em governos neoliberais anteriores, como a manutenção do poder das finanças e a imposição de planos de austeridade e de redução de despesas úteis, que refletiram diretamente na implementação de políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais do proletariado.

6 A CRISE DA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO - DIFICULDADES FORMAIS E FUNCIONAIS DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO

Introdução do Capítulo

A forma do Estado social-liberal brasileiro, implementada a partir de 2003, com as eleições de Lula, se caracterizou pela tentativa do governo de “servir a dois senhores”, sendo um pai para os pobres e uma mãe para os ricos. Tal postura contraditória frente ao atendimento dos interesses do Capital e das necessidades do proletariado levou a uma crise social e política que, aliada a um agravamento do quadro econômico, criou uma situação de vulnerabilidade propiciando uma onda de manifestações contra a forma do Estado social-liberal brasileiro e contra o governo, já em 2013, a qual culminou com o impeachment da então presidente Dilma, em 2016.

A crise aponta, assim, a inviabilidade da manutenção da “maré” de que vivia até o momento, afetando a correlação de forças entre as classes.

Serão analisados neste capítulo os elementos que levaram a esta crise e os fatores econômicos, políticos e sociais que a compõem, entendendo-se que, no caso singular da forma do Estado social-liberal brasileiro, cabe pensar quais os aspectos negligenciados durante os governos sociais-liberais que levaram, em última instância, à crise dessa forma do Estado e a adoção em seu lugar de um novo modelo – ultraliberal. Deve-se compreender como se deu nessa forma do Estado a articulação com os movimentos sociais e porque houve um investimento em reformas que, embora fossem necessárias, não foram suficientes para garantir a emancipação do homem da exploração econômica, da dominação política e da humilhação social

presentes na sociedade capitalista, levando-o a “ultrapassar todas as relações em que o ser humano assume a condição de um ser diminuído, oprimido e alienado”. (FARIAS, 2001a, p 39)

Analisa-se, assim, como que o Estado social-liberal brasileiro, apesar do avanço significativo que existiu na economia e da melhora na qualidade de vida de parte do proletariado, entrou em crise e como tentou resolvê-la, independentemente do aumento das desigualdades sociais.

6.1 Panorama geral da situação econômica da forma do Estado social-liberal brasileiro

Assumindo, pois, o poder, Lula manteve a ordem neoliberal já iniciada nos mandatos de Collor e FHC. Sem querer romper com o Capital, tomou desde o início de seu governo medidas que o favoreciam, adotando uma política econômica conservadora. Assim, por exemplo,

nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê da Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%; [...] o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75% em 2002, já considerada alta, para 4,25% do PIB e anunciou em fevereiro enorme corte, de 14,3 bilhões de reais no orçamento público, quase 1% do produto estimado para aquele ano. (SINGER, 2016, p. 14)

Há de se considerar, por sua vez, que durante a experiência do Social-liberalismo no Brasil, desenvolvida de 2003 a 2016, ocorrera “um processo de valorização do salário-mínimo e de combate à pobreza extrema no seio do proletariado”, acompanhada da reprimarização da economia e da “submissão do país ao grande capital industrial e financeiro nacional-associado.” (FARIAS, 2017, p 29)

As altas taxas de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas chamadas commodities (como petróleo, minérios e produtos agrícolas) tiveram impacto positivo e beneficiaram o conjunto das economias latino-americanas no alvorecer do século XXI. Essa sorte explica boa parte do que o economista Edmar Bacha denominou Milagrinho brasileiro: nossa economia saltou de uma taxa anual de crescimento média de 2,1% nos anos 1980 e 1990 para 3,7% na década de 2000. Na contramão do ocorrido na maior parte dos países ricos no mesmo período, esse crescimento no Brasil e em outros países da América Latina foi marcado pela redução em diversos indicadores de desigualdade e expansão do nível de emprego formal. (CARVALHO, 2018, p. 10)

“A conjuntura econômica mundial favorável entre 2003 e 2008, não só por apresentar um ciclo de expansão capitalista como por envolver um boom de

commodities” ajudou o governo Lula na tarefa de se manter no poder com a estratégia de “ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem.” (SINGER, 2016, p.179)

A relativa autonomia brasileira observada entre 2003 e 2010 foi possibilitada pela expansão internacional do mercado de commodities, que gerou saldos expressivos na balança comercial, e pelas prioridades estabelecidas pelos Estados Unidos na chamada ‘guerra ao terror’. Caiam para segundo plano as intervenções latino-americanas da superpotência [...] e no Brasil, tal quadro deu margem a uma política monetária expansiva, com a adoção de políticas sociais focadas, elevação real do salário-mínimo e taxas ligeiramente mais altas de crescimento do PIB em relação ao observado nos anos 1990. (MARINGONI, 2016, p 78)

Assim, apesar do arrocho inicial do início do seu governo, o que se viu nos anos que se sucederam foi uma drástica mudança nos números inicialmente apresentados.

Em dezembro de 2010, passados oito anos, os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, descontando efeitos contábeis, para 1,2%. O salário-mínimo, aumentado em 6% acima da inflação daquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família. O crédito havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado. (SINGER, 2016, p. 39)

Como consequências dessas medidas o que se viu na prática foi o crescimento do PIB, a queda do desemprego e da desigualdade de renda.

É verdade que o crescimento econômico, que foi em média de 2% ao ano entre 1995 e 2003, já tinha subido para 5,8% em 2004 e 3,2% em 2005. Mas, como vimos, essa expansão inicial foi liderada pelo boom de exportações, criado pela maior demanda mundial por nossos produtos. (CARVALHO, 2018, p. 13)

Assim, as decisões tomadas no primeiro mandato e intensificadas no segundo “canalizaram o vento a favor da economia internacional para a redução da pobreza e ativação do mercado interno.” (SINGER, 2016, p.179)

“Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002.” (SINGER, 2016, p.179)

O que se viu então foi que a reorientação da política econômica aconteceu de maneira gradual. Assim, entre em 2003 e 2005, no primeiro mandato de Lula, a principal novidade se deu no âmbito dos programas de transferência de renda, que

foram expandidos e unificados no programa Bolsa Família (CARVALHO, 2018).

Contando, pois, com a mudança na conjuntura econômica internacional, adotou medidas para diminuir a pobreza, com destaque para o combate à miséria, e para ativar o mercado interno, sem, por sua vez, confrontar o Capital. (SINGER, 2016). Assim, além das políticas de distribuição de renda, a política econômica petista também teve dois outros pilares que alimentaram esse processo de crescimento mais inclusivo: o maior acesso ao crédito e maiores investimentos público em infraestrutura física e social (CARVALHO, 2018).

Não foi então somente pela renda que se deu a redução das desigualdades e o aumento do consumo nos anos do governo Lula, mas também por um processo de inclusão financeira a partir do aumento da carteira de crédito às famílias, inicialmente pelas operações com recursos livres, que reúnem todas as linhas de financiamento ao consumo, e depois pela expansão do chamado crédito direcionado – concedido pelos bancos públicos para financiamento habitacional e rural (CARVALHO, 2018).

O saldo acumulado de operações de crédito, que representava 25,5% do PIB em janeiro de 2002, alcançou 49,2% do PIB em dezembro de 2012. Dentro desse total, o saldo da carteira de crédito de pessoas físicas aumentou dez pontos percentuais em relação ao PIB nos últimos dez anos, passando de 14% em março de 2007 para mais de 24,9% em dezembro de 2016 (CARVALHO, 2018, p. 17).

Durante esse período houve, então, um dinamismo do consumo das famílias e do mercado interno como resultado direto do maior acesso ao crédito, combinado à redução das desigualdades e ao crescimento do emprego (CARVALHO, 2018).

Já no que se refere ao investimento público, considera-se que este foi o “principal motor de crescimento do nosso mercado interno” (CARVALHO, 2018, p. 19) durante os anos do governo Lula sendo que a forte expansão dos investimentos do governo federal deveu-se em boa parte ao PAC- Programa de Aceleração do Crescimento-, lançado em 2007, após a reeleição de Lula.

O PAC, ainda sob o trauma do apagão de 2001, priorizava a área da energia (54,5% do total). Em segundo lugar, vinha a infraestrutura social e urbana, que inclui habitação e saneamento, com 33,9% do total. Já os investimentos em infraestrutura logística (rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos) representavam 11,6% do total (CARVALHO, 2018, p. 19).

Além disso, o salário-mínimo se valorizou mais rápido a partir de 2005 e ainda que a lei para valorização do salário-mínimo, que estabeleceu reajustes anuais para repor a inflação do ano anterior e a média do crescimento do PIB dos dois anos anteriores, só tenha sido aprovada em 2011, o governo passou a aplicá-la na prática a partir de 2008 por meio de medidas provisórias. (CARVALHO, 2018)

O crescimento econômico trouxe consigo uma redução de desigualdades sustentada pelas transferências de renda via Bolsa Família, pela valorização acelerada do salário-mínimo e pela expansão do consumo de uma parte significativa da população brasileira que passou a consumir não somente itens de sobrevivência como comida, mas também movimentou o setor dos serviços. (CARVALHO, 2018)

Assim, viu-se que as altas dos preços das commodities somadas aos investimentos públicos à expansão do crédito e à distribuição de renda explicam a melhora no desempenho da economia brasileira durante os anos do governo Lula. (CARVALHO, 2018)

Ocorre que, balizando seu governo, em uma política que era mãe dos ricos e pai dos pobres (FARIAS, 2016), o que se viu durante o governo Lula, foi a adoção de uma política que, sem confrontar os interesses do Capital, conseguiu combater a pobreza, “sobretudo onde ela é mais excruciente tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo de metade mais pobre da sociedade, que se encontra no Norte e Nordeste do país.” (SINGER, 2016, p. 101)

Com efeito, enquanto pôde, antes da queda da taxa de lucro industrial e dos preços das commodities, especialmente do petróleo, usou a mão esquerda para alimentar com migalhas distributivas a parte do proletariado empobrecida pelo neoliberalismo, que o próprio governo petista passou a implementar [...] ao mesmo tempo que estendeu a mão direita ao capital-propriedade rentista, à ‘lumpen-burguesia’ industrial das empreiteiras nacionais, às oligarquias regionais e à corrupção. (FARIAS, 2016, p 05)

Isso só foi possível graças à adoção de um modelo de crescimento econômico que possibilitou a distribuição de renda sem afetar os lucros das grandes empresas. Nesse contexto:

os de baixo ganharam, os de cima ganharam muito – e a classe média ficou ressentida por se sentir estacionada no meio do caminho. Acontece que crescimento econômico não dura pra sempre. Quando ele diminuiu, escolhas começaram a ser feitas. Escolhas em favor do poder econômico e do poder colonizador. (ALLI, 2016, p 166)

Nesses termos:

o PBF foi apontado como o principal responsável pela redução do índice de miséria no Brasil, que caiu 27,7% entre 2002 e 2006. Medido pelo nível de renda, a classe C passou de 33% para 54% da população, entre 2003 e 2008, enquanto as classes D/E, as mais baixas, passaram de 48% para 23%, no mesmo período. Mas os programas sociais foram vistos, sobretudo, pelos seus efeitos *políticos*, pela sua potencialidade para definir um novo “modelo de governança”. A estabilidade do governo, porém, em que pesem as repetidas crises políticas, deveu-se a razões econômicas de ordem mais geral. O crescimento do PIB fora maior do que informado inicialmente. Pelos dados revistos do IBGE, no primeiro governo Lula, ele foi de 3,3% ao ano (ao invés dos 2,6% ao ano da série de dados original), um ponto superior ao governo anterior, de FHC. Em 2006, o PIB cresceu 3,7%. Parte desse desempenho foi devido ao crescimento das exportações, que quase duplicaram no período, passando de US\$ 73 bilhões para US\$ 137,5 bilhões. Motivado pelo aquecimento da demanda mundial, esse *boom* exportador teve efeitos eleitorais (além de alimentar o caixa destinado a financiar os programas sociais). (COGGIOLA, 2018, p. 50)

Houve, assim, um retorno à reprimarização com certo benefício aos pobres, como se viu nos diversos programas sociais implementados, como o PROUNI, o FIES, o Minha Casa Minha Vida, dentre outros⁵.

A estabilidade econômica de conjunto, depois dos percalços iniciais, foi garantida por uma fase expansiva do comércio mundial, em especial dos preços das matérias primas, beneficiando as exportações primárias dos países periféricos, levando o país para um sistema econômico de agroexportação, esperneando contra o “protecionismo dos ricos” em favor de um acesso maior no mercado mundial de soja, de carne, de açúcar, de frutas. A estratégia econômica se situou a serviço da agroindústria, dos exportadores de matérias-primas e de gêneros agrícolas. Apesar do crescimento do superávit comercial, no entanto, o déficit em transações correntes aumentou para US\$ 20 bilhões anuais. (COGGIOLA, 2018, p. 43)

Nesse contexto, a crise de 2008- 2009 chega ao Brasil não como uma simples marolinha, como definiu o então presidente Lula, mas com “contração do crédito, queda no preço das commodities e, com a forte saída de capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar.” (CARVALHO, 2018, p. 25) O resultado foi, segundo Carvalho (2018), uma contração da demanda doméstica e dois trimestres consecutivos de queda do PIB.

Por sua vez, a economia voltou a crescer a partir do segundo semestre de 2009, graças às políticas que já vinham sendo implementadas antes da crise. Assim, “ao honrar o aumento planejado nas transferências sociais, no salário-mínimo e nos investimentos do PAC e da Petrobras, o governo evitou uma queda ainda maior da

⁵ Esclareça-se que as empresas educativas particulares tiveram seu “boom” econômico-financeiro.

demanda doméstica.” (CARVALHO, 2018, p. 25)

Além disso, o Brasil adotou outras medidas para evitar uma contração maior do crédito. Nesse sentido, os bancos públicos expandiram suas linhas de crédito com juros subsidiados; no âmbito fiscal houve uma política de desonerações tributárias que começou com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis em 2008 e se expandiu em 2009 para outros bens de consumo duráveis (linha branca), móveis, materiais de construção e alguns alimentos. (CARVALHO, 2018)

Duas outras medidas merecem destaque durante o período. Foram elas: a criação de duas novas faixas de tributação no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com alíquotas menores para a chamada classe média baixa e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida 2009. (CARVALHO, 2018). Outrossim, ancorado no crescimento acelerado com redução da desigualdade no seu segundo mandato e o “círculo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010” (CARVALHO, 2018, p. 15), Lula conseguiu emplacar a candidatura de Dilma e garantir a vitória desta em 2010 e a continuidade do projeto até 2014. (SINGER, 2016)

Como vimos, o crescimento só passou a ser liderado pelo mercado interno a partir de 2006. Em 2004 e 2005, o crescimento foi liderado por um boom de exportações que dificilmente pode ser atribuído à política econômica interna. Já entre 2006 e 2010, não se pode ignorar o efeito da valorização mais acelerada do salário-mínimo, da universalização de programas de transferência de renda, da expansão do acesso a crédito e dos investimentos públicos sobre o crescimento econômico e o dinamismo do mercado de trabalho. (CARVALHO, 2018, p. 28)

Dilma tentou, depois de eleita, encontrar uma saída para continuar avançando mesmo com a conjuntura econômica internacional negativa que se abriu em 2011. Para isso, era preciso desenvolver políticas que ajudassem a superar alguns obstáculos como a baixa competitividade e a consequente fragilidade do setor industrial brasileiro. (CARVALHO, 2018)

Nesse contexto, buscou, então, uma aliança com a burguesia industrial para continuar o projeto de diminuir as desigualdades e ao mesmo tempo alavancar a reindustrialização do país. (SINGER, 2016)

Para isso era necessário, na visão do governo, alterar o modelo econômico do Brasil e, em vez de estimular o mercado interno, o país passou a adotar um modelo de crescimento centrado nas exportações. (CARVALHO, 2018)

A estratégia para um crescimento dessa natureza deveria ser baseada, então, na redução de juros e na desvalorização da real associada “à defesa de um ajuste fiscal que ajudasse a controlar a demanda doméstica e os preços.” (CARVALHO, 2018, p. 38)

Supostamente, com o real mais desvalorizado relativamente ao dólar, os produtos nacionais custariam menos que os concorrentes estrangeiros, o que estimularia exportações, desestimularia importações e, conseqüentemente, aumentaria os investimentos privados. Ao invés do mercado interno e do consumo, o centro do modelo seria o melhor aproveitamento do mercado externo e os investimentos. (CARVALHO, 2018, p. 39)

Nesse contexto, o governo atendeu também às demandas dos industriais que exigiam redução de juros e desoneração da folha de pagamento, dentre outras medidas que, em tese, compensariam o real sobrevalorizado. (CARVALHO, 2018)

Embora todas essas demandas tenham sido atendidas, o maior dinamismo da indústria não veio e a tentativa do governo de fazer aliança com a burguesia industrial para continuar o projeto de diminuir as desigualdades e ao mesmo tempo alavancar a reindustrialização do país foi, por sua vez, frustrada porque a burguesia nacional não teve interesse em entrar em um projeto de soberania nacional que implicasse um “confronto mais sério com outras frações do capital, inclusive o estrangeiro”. (SINGER, 2016, p. 155)

Assim, a política econômica desenvolvida no primeiro governo de Dilma

[...] envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão de crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia. Pode-se dizer com segurança que os resultados de sua adoção foram desastrosos. A desaceleração da economia e a deterioração fiscal que se seguiram acabaram criando as condições para uma segunda mudança de modelo a partir de 2015. (CARVALHO, 2018, p. 40)

Além disso, cabe destacar que, entre 2011 e 2014, o fim do ciclo de expansão dos “investimentos públicos em infraestrutura e sua substituição por uma política de redução de impostos, concessões e outros estímulos ao setor privado retiraram da economia brasileira um de seus principais motores”. (CARVALHO, 2018, p. 21)

Dilma tinha ainda o desafio de lidar com um limite importante que marcou o modelo de crescimento com distribuição de renda do governo anterior: o seu caráter inflacionário. Nesse período, os preços dos serviços cresceram acima dos demais

preços que compõem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o índice utilizado para fixar as metas de inflação. (CARVALHO, 2018)

Esse tipo de inflação, causado por ganhos salariais de certas categorias de trabalhadores, foi sentido sobretudo pelos trabalhadores cujos salários cresciam menos – aqueles que se encontravam no meio da pirâmide. Não à toa, são essas as classes sociais que começam a queixar-se do encarecimento do trabalho doméstico, dos cabeleireiros, da construção civil. Nesse sentido, o descontentamento dessas classes e a participação delas nos protestos de junho de 2013 e nas manifestações em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2015 e 2016 têm bases materiais. Ainda que todas as classes tenham se beneficiado do processo de crescimento dos anos 2000, sua posição relativa mudou. Em alguma medida, o que era inflação para uns, foi ganho de renda para outros. (CARVALHO, 2018, p. 32)

Carvalho (2018) destaca que o governo Dilma poderia nesse contexto ter optado por garantir o alívio do conflito distributivo e das pressões inflacionárias por meio das melhorias dos serviços públicos, ou seja, investindo em políticas sociais de satisfação de necessidades.

O transporte público melhor e mais barato ou a saúde pública de qualidade, por exemplo, elevam o poder de compra dos trabalhadores sem a necessidade de aumentar tanto os salários nominais. O mesmo vale para a oferta de moradia. Nem toda inclusão precisa se dar via renda: as desigualdades também são combatidas quando a população tem acesso a melhores serviços públicos. (CARVALHO, 2018, p. 34)

Segundo ela, essas não foram, no entanto, as vias escolhidas. O controle da inflação quando o cenário externo mudou baseou-se, por exemplo, no represamento de tarifas de energia elétrica e em outros preços administrados, o que acabou gerando prejuízos para diversos setores da economia. (CARVALHO, 2018)

Além disso, merece destaque ainda um outro desafio que deveria ser enfrentado por Dilma: diminuir a alta concentração de renda que existia no país. Isso porque, apesar das desigualdades salariais terem diminuído graças à política de valorização do salário-mínimo e ao crescimento do setor dos serviços, não houve de fato durante os governos Lula e Dilma uma redistribuição de renda do topo da pirâmide para o meio e para a base. (CARVALHO, 2018)

Nesse período, a renda do capital cresceu ainda mais e se tornou cada vez mais concentrada nas mãos dos mais ricos. Assim: “enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos subiram a sua parcela de 25% para 28%.” (CARVALHO, 2018, p. 35)

Nesses termos, afirma Antunes (2011, p. 16) que:

[...] qualquer tentativa de superar esse sistema socioeconômico que siga a linha de menor resistência do capital, que se restrinja à esfera institucional e parlamentar está fadada à derrota. Em contrapartida apenas uma política radical e extraparlamentar reorientando radicalmente a estrutura econômica poderá ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e sua lógica destrutiva.

O que se constata ainda é que mais uma vez a classe média, que corresponde ao meio da pirâmide, perdeu com o processo de crescimento desenvolvido durante os governos Lula e Dilma: “os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34 para 32% naqueles anos.” (CARVALHO, 2018, p. 35)

E é essa classe média, que, em termos comparados, é na verdade pobre, já que, por exemplo, “a renda média dos 90% mais pobres no Brasil equivale à dos 20% mais pobres na França” (CARVALHO, 2018, p. 36), que se vai unir aos protestos de junho de 2013 e se manifestar a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016. As elites, por sua vez, tinham poucos motivos para reclamar.

Ao iniciar seu segundo governo em 2015, Dilma nomeou como ministro da Fazenda o economista do Banco Bradesco Joaquim Levy, que anunciou fazer um ajuste fiscal rápido. As medidas incluíam uma redução de 58 bilhões de reais com gastos do PAC, uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento do seguro-desemprego, abono-salarial e auxílio-doença, dentre outras. Além dessas medidas, passou a reajustar os preços administrados que vinham sendo represados, sendo que os maiores aumentos ocorreram nas tarifas de energia elétrica (51%) e nos preços do gás de bujão (22,6%) e da gasolina (20,1%). Diante da aceleração da inflação, o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia, a taxa Selic. (CARVALHO, 2018, p. 70)

Ao contrário do que havia sido prometido, as medidas fiscais recessivas e o baixo crescimento projetado só contribuíram para fazer despencar a confiança dos investidores, que, depois de uma pequena recuperação no fim de 2014, caiu mais de 20% no primeiro semestre de 2015. Os investimentos privados também caíram 11,6% só no primeiro semestre e 13,9% no acumulado do ano.

Como consequência direta das medidas adotadas houve um aumento do

desemprego no país acompanhado de uma queda dos salários dos trabalhadores pouco qualificados, revertendo a redução das desigualdades conquistadas nos anos 2000. (CARVALHO, 2018)

“Diante do fracasso da estratégia, que prometeu ajuste rápido e retomada da confiança, mas entregou um forte incremento na dívida pública, uma inflação de 10,67%, uma queda de 3,5% no PIB” (CARVALHO, 2018, p. 71) a presidente Dilma substituiu Joaquim Levy por Nelson Barbosa.

Barbosa defendeu, então, um maior realismo fiscal e enviou ao Congresso uma proposta de redução da meta de resultado primário em março de 2016. (CARVALHO, 2018)

Antes disso, em fevereiro, o governo já havia antecipado o desenho de um pacote fiscal que garantiria o reequilíbrio das contas públicas no médio e no longo prazo, além da intenção de reformar a Previdência. A proposta estabelecia uma regra para limitar o crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB e uma série de ajustes automáticos para o caso de descumprimento da regra. (CARVALHO, 2018, p. 72)

A proposta previa a interrupção do aumento real de despesas de diversos tipos, incluindo salários dos servidores, novos concursos e até a suspensão do aumento do salário-mínimo, entre outras medidas impopulares. (CARVALHO, 2018)

Ocorre que tais medidas foram duramente criticadas não só pela oposição, mas também pela base do governo “que a essa altura já protestava contra o ajuste fiscal de Dilma e clamava por uma reforma tributária progressiva e outras formas de reequilibrar as contas.” (CARVALHO, 2018, p. 72)

Um dos caminhos apontados por Dilma após se reunir com empresários, banqueiros e outros representantes da sociedade civil seria o estímulo ao crédito para consumo e investimento, via bancos públicos. Por sua vez, “tais medidas poderiam gerar algum resultado em setores específicos, mas certamente não teriam a capacidade de induzir uma retomada do consumo e do investimento no conjunto da economia.” (CARVALHO, 2018, p. 73)

Em meio à crise política que marcou os meses antes do impeachment, a fragilidade da base de sustentação do governo ficou evidente e Dilma optou por fazer acordos e formular uma política econômica que atendesse às pressões dos setores com maior influência. (CARVALHO, 2018)

O problema foi que, ao atender a grupos de pressão diversos, Dilma não atentou para o fato de que as políticas desenhadas apresentavam inconsistências que

serviram para aprofundar o domínio da Política sobre a Economia, “na medida em que a falta de crescimento e a inflação mais alta acirravam os conflitos distributivos e fragilizavam ainda mais uma eventual base de sustentação.” (CARVALHO, 2018, p. 73)

Antes de seu afastamento definitivo pelo Senado, Dilma anunciou um reajuste médio de 9% nos benefícios do Bolsa Família e uma série de outras medidas logo rotuladas, no conjunto, de “caixinha de bondades” da presidente. Na ocasião, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, afirmou ao jornal O Globo que “não são bondades. São maldades com a população, porque o déficit tem consequências e quem paga são todos os contribuintes”. Cunha escondeu que a Câmara dos Deputados também foi responsável por não ter fechado a caixa de bondades aberta para os grandes empresários durante o primeiro mandato de Dilma. A caixinha de maldades aberta pela presidente em 2015, por sua vez, não serviu nem para salvar a economia, nem para minimizar sua falta de sustentação política. (CARVALHO, 2018, p. 74)

Estava assim desenhada a crise da forma do Estado social-liberal brasileiro, em seus aspectos formais e funcionais, que levaria ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff, em 2016.

6.2 Crise formal do Estado social-liberal brasileiro

Parte-se nesse item para a discussão dos elementos que ensejaram a crise formal do Estado social-liberal brasileiro, entendendo-se que este ocupava um lugar de país periférico subdesenvolvido no modo estatal global e que sofria, portanto, influência direta dos Estados Unidos não só no que se referia aos ditames das suas políticas econômicas e sociais, mas, principalmente, na sua organização política.

Assim, ao discorrer sobre o imperialismo global, Tanenbaum (2015, p. 35 apud FARIAS, 2016) aponta que:

[...] além da barbárie nua e crua, em que a população civil é a principal vítima das atrocidades, como nas guerras desencadeadas no Iraque, na Líbia, na Síria, etc., a grande estratégia do imperialismo global, sob a hegemonia dos EUA, também fomenta o desgoverno em várias regiões do mundo.

Nesses termos, vê-se que a crise política brasileira que teve como resultado o impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016:

[...] foi originária desse tipo de intromissão estadunidense, articulada obviamente com seus colaboradores locais, situados em níveis de superestrutura (jurídica, política, midiática e religiosa) e da base econômica (grande capital nacional-associado, burguesias compradore e latifundiária). (FARIAS, 2016, p. 01)

A crise do social-liberalismo no Brasil representa também a

descredibilidade do governo que conduziu o país durante cerca de 13 anos, de 2003 a 2016.

As origens da crise mostram, entretanto, um quadro muito mais complexo, que começou quando o governo – assim que fechadas as urnas da reeleição, em 27 de outubro de 2014 – abandonou suas promessas de campanha e adotou o programa de seu oponente, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Aos poucos, a base social tradicional do Partido dos Trabalhadores (PT) que garantiria a vitória da candidata Dilma Rousseff se afastou do governo, abrindo caminho para uma ofensiva crescente da direita. O agravamento repentino do quadro econômico e uma recessão planejada, que derrubou o PIB, criou uma situação de extrema vulnerabilidade. (JINKINGS, 2016, p. 12)

Nos anos em que o PT ficou no poder houve, por sua vez, dois fenômenos paralelos: o PSDB assumiu o papel de liderar a direita, e a direita entendeu que poderia radicalizar seu discurso.

A mobilização da direita rompeu, assim, com um discurso em torno dos direitos presente no cenário político desde a Constituição de 1988.

Denúncias de incompetência, ignorância ou venalidade do eleitorado mais pobre, que se tornaram correntes após a reeleição de Lula, desaguarão na defesa aberta do desrespeito aos resultados eleitorais quando eles desafiam uma suposta racionalidade exterior. O discurso de que os direitos humanos ‘protegem bandidos’ deixaram de ser exclusividade das margens do campo político, em particular graças à campanha pela redução da maioria penal. E as críticas pontuais aos programas sociais, que estimulariam a preguiça e desencorajariam o esforço próprio, ganharam corpo com um discurso meritocrático que apresentava a desigualdade como a retribuição justa às diferenças entre os indivíduos. (MIGUEL, 2018, p. 23)

Nesse contexto, os setores mais extremos da direita incluíram três vertentes principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. (MIGUEL, 2018)

A ideologia libertariana prega o menor Estado possível e que qualquer situação que nasça do mercado é justa por definição. É muito influente nos Estados Unidos, mas é pouco comum no Brasil. (MIGUEL, 2018)

Já o fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990 com o investimento de igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores.

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas de entidade familiar e políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso,

numa ação conjunta que fortalece a todos. Fora do Congresso, pastores com atuação política e forte presença nas redes sociais, como Silas Malafaia, dão voz à pauta. (MIGUEL, 2018, p. 21)

E a terceira vertente da direita radical recicla o anticomunismo, sendo que o PT foi apresentado como a encarnação do comunismo no Brasil, gerando uma “notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo.” (MIGUEL, 2018, p. 22) Além disso, “mais do que simplesmente anticomunista, a nova direita flerta com ideias do nazifascismo e, consciente ou inconscientemente, contribui para normalizá-las.” (CARAPANÃ, 2018, p. 39)

A nova direita brasileira não possui uma homogeneidade ideológica, comportando, portanto, distintas orientações que vão desde a influência do libertarianismo ao Neoliberalismo. “Apesar de expressar contradições e conflitos intraburgueses, a nova direita assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação do capital.” (CASIMIRO, 2018, p. 45)

Nesse contexto, entende-se que o processo político é concebido como “resultado de conflitos entre classes e frações de classe, e a crise aparece como resultado do aguçamento desses conflitos.” (BOITO JR., 2016, p. 25)

Por conflito de classes entende-se um conflito distributivo pela apropriação da riqueza que envolve, portanto, diversas classes e frações. São, assim, variados e complexos, não excluindo o surgimento de alianças e configurando várias mutações no quadro político. Dessa forma, os conflitos entre os partidos, embora possuam suas especificidades, devem ser reportados aos conflitos de classes. (BOITO JR., 2016)

Os conflitos de classe nem sempre se apresentam como tal: eles aparecem mascarados. Assim, da mesma forma que os banqueiros dizem que são a favor do aumento da taxa de juros não para aumentar seus lucros, mas para combater a inflação, os partidos políticos também mascaram seus discursos e passam a apresentar-se como defensores dos interesses do “cidadão”. (BOITO JR., 2016)

Na crise política do Estado social-liberal brasileiro, essa dissimulação do discurso aparece de modo claro na luta contra a corrupção. “De um lado, teríamos um governo e um partido corruptos e, de outro, um grande arco oposicionista interessado em instaurar a moralidade pública.” (BOITO JR., 2016, p. 25)

“Contudo, entendemos que a causa principal da crise foi o conflito distributivo de classe.” (BOITO JR., 2016, p. 27) Assim:

[...] ao subordinar a razão de Estado aos imperativos do grande capital, o governo petista ficou sujeito à desestabilização assim que sua estria funcionalidade ao mercado ficou comprometida. Ao vincular sua base de sustentação parlamentar ao que há de mais corrupto e fisiológico na política brasileira, ficou sujeito à fuga das ratazanas assim que o barco começou a fazer água. Ao manter intacto o monopólio dos grandes meios de comunicação, na ingênua suposição de que a docilidade com os maganos da mídia teria como contrapartida sua relativa neutralidade na guerra pelo poder, ficou completamente desarmado para impedir sua execução pública. Por fim, e, sobretudo, ao negar a organização independente dos trabalhadores como força motriz das transformações sociais, o PT fomentou a fragmentação e o desalento das massas, comprometendo a mobilização da única força social potencialmente capaz de enfrentar uma conspiração urdida nas altas esferas do poder. (SAMPAIO JR, 2016, p. 01)

Não houve, assim, uma verdadeira articulação, organização e mobilização com os movimentos desde baixo, o que ficou claro no momento da crise.

Note-se que a reação das camadas médias às inflexões em curso, mesmo que o espírito que as preside seja moderado e conciliador, reflete a brisa da mudança. A polarização que ocorre na sociedade é sintoma de movimento nas estruturas. O subproletariado se firma no suporte a Lula e ao PT, na expectativa de que se cumpra o programa de inclusão, enquanto a classe média se unifica em torno do PSDB, na procura de restaurar o status quo ante, mesmo que isso não possa ser dito com todas as letras. (SINGER, 2016, p. 523)

Assim, o que se viu foi que o PT não conseguiu consolidar-se como um partido de fato interessado nas demandas do proletariado e se tornar duplamente livre de seus elementos libertários e socialistas

[...] foi se distanciando das tarefas transformadoras que competem a um partido do proletariado, cedendo muito terreno, ao longo de mais de duas décadas, às iniciativas contra reformistas suscitadas pelo grande capital nacional- associado e pelas oligarquias regionais. (FARIAS, 2016, p. 09)

Assim, abandonados à própria sorte, os movimentos sociais e de minorias minaram e

[...] na falta de força política desse movimento revolucionário no Brasil, no desdobramento da crise política recente simplesmente ocorreu uma renovação da dominação imperialista global e uma reconfiguração dos partidos de direita, sob uma direção política de progresso para uma ordem capitalista ultraliberal e anti-proletária. (FARIAS, 2016, p. 09)

Farias (2016, p. 07) avalia, assim, que a postura do governo social-liberal petista de amenizar a “luta contra a opressão de classes para chegar e permanecer no poder” permitiu que grupos “reacionários e corruptos aliados de direita – em

detrimento dos interesses do proletariado” articulassem suas alianças com uma “justiça seletiva”, com a “mídia marrom”, “viabilizando a recomposição mais inclinada para a extrema direita, ou melhor, assumidamente ultraliberal e anti-proletária, que implementou fácil e tranquilamente o golpe de Estado”.

Não causou surpresa que parcela dos meios de comunicação de massa procurasse construir, então, a representação do “bom juiz” personificado na figura do então juiz Sérgio Moro.

Não se pode esquecer que a mídia tem a capacidade de fixar sentidos e reforçar ideologias, o que interfere na formação da opinião pública e na construção do imaginário social. Assim, o “bom juiz”, construído por essas empresas como herói, passa a ser aquele que considera os direitos fundamentais como óbices à eficiência do Estado ou do mercado. (CASARA, 2018, p. 75)

O que se viu no final dos governos do PT foi uma perseguição aos social-liberais petistas que resultou no golpe de Estado, sendo também

[...] uma experiência rica de lições atinentes ao mito da reforma de cima para baixo (articulando alianças políticas com famigerados corruptos, usando autoritárias medidas provisórias e adquirindo governabilidade com compra de votos dos parlamentares), supostamente em favor dos trabalhadores domados na sua consciência política e sindical (FARIAS, 2016, p. 06).

Cabe destacar, no entanto, que sob os governos do PT a política brasileira esteve dividida em dois campos. De um lado, havia uma frente política heterogênea que agrupava a grande burguesia interna, parte da baixa classe média, grande parte da classe operária e dos camponeses. Essa frente em tese estimulava o crescimento econômico com forte participação das empresas nacionais e contemplava, ainda que perifericamente, a distribuição de renda e a melhoria das condições de vida da população. (BOITO JR., 2016)

De outro lado, havia um campo político mais neoliberal, composto pela fração da burguesia brasileira integrada ao Capital internacional e que contava com o apoio eleitoral da alta classe média, além de uma parte das classes populares e dos trabalhadores que foram atraídos pelo discurso neoliberal. (BOITO JR., 2016)

Cabe destacar ainda que o discurso neoliberal alterou também as expectativas acerca do próprio Poder Judiciário no Brasil. Nesse contexto, desaparece a crença em um poder comprometido com a realização de direitos e garantias

fundamentais.

O Poder Judiciário, à luz da razão neoliberal, passa a ser procurado como um mero homologador das expectativas do mercado ou como um instrumento de controle tanto dos pobres, que não dispõem de poder de consumo, quanto das pessoas identificadas como inimigos políticos do projeto neoliberal. (CASARA, 2018, p. 77)

Assim, entre 2003 e 2014 os dois campos apresentados eram bem nítidos na política brasileira e a partir de 2011, “com o prolongamento da crise do capitalismo internacional e também em decorrência das medidas políticas internas, o crescimento econômico brasileiro entrou em declínio.” (BOITO JR., 2016, p. 28)

O que se viu, portanto, a partir de 2013, foi uma ofensiva política clara contra o governo Dilma iniciada pela fração da burguesia integrada ao Capital internacional e apoiada pela alta classe média, além de setores da baixa classe média que, embora contemplada pelas políticas do Estado social-liberal brasileiro, começavam a retirar seu apoio a essa política. Assim, o Estado social-liberal brasileiro entrou em crise e com ele o governo que o representava. (BOITO JR., 2016)

É importante destacar que a organização das novas direitas no Brasil se deu bem antes da reeleição de Dilma Rousseff. Já no final do primeiro governo de Lula surgiram na Internet fóruns de discussão, blogs e sites em que se discutiam temas relacionados “ao livre-mercado, à defesa de valores cristãos e à conjuntura política nacional e internacional”. (ROCHA, 2018, p. 48)

Olavo de Carvalho foi um dos pioneiros nesse movimento, mas ao mesmo tempo grupos de profissionais liberais e estudantes universitários de classe média ultraliberais também passaram a se organizar dentro e fora da Internet, com destaque para o Movimento Brasil Livre – MBL- um dos grupos responsáveis por organizar protestos de rua, como os de Junho de 2013. (ROCHA, 2018)

Existiam também grupos de direita da sociedade civil que não tinham sua origem na Internet, como o Vem pra Rua, e quando ocorreram as manifestações de junho de 2013 e a popularidade de Dilma despencou, as direitas começaram a conquistar mais adeptos. (ROCHA, 2018)

Com o acirramento da crise por aqui em 2013-2014 e com o advento das grandes mobilizações de rua e aumento das greves, a “paz social” deu lugar a uma intensa polarização. Deste modo, a perda da eleição para presidente da Câmara, “apesar da maioria parlamentar formal, foi o ápice da crise do modelo de

governabilidade preservado pelo PT, a troco de manter as estruturas políticas intocadas. Encerrava-se o ganha-ganha na economia, nas ruas e no parlamento.” (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p. 141)

Quem decide romper com o pacto é, então, a burguesia e a direita parlamentar e o curioso é perceber que, embora o PT não tenha feito um governo preocupado em satisfazer plenamente as necessidades do proletariado e tenha mediado ganhos assombrosos ao Capital durante seu governo, ainda assim fez “o suficiente para a direita não tragar e simbolicamente reagir contra os ‘vermelhos comunistas’.” (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p. 141)

Destarte, apenas seis dias após a reeleição de Dilma, a direita começou a reorganizar-se, só que agora em torno de protestos pró-impeachment da presidente. “Até que em 15 de março de 2015, o MBL e o Vem para Rua convocaram uma manifestação que reuniu centenas de milhares de pessoas na Avenida Paulista.” (ROCHA, 2018, p. 52)

Nesse contexto,

[...] ganhou força o tipo de gente que defende a recepção à bala para o MST, o choque cotidianamente nas ocupações urbanas do MTST, a extinção da CUT, a abertura da CPI da UNE. Para eles é intolerável ver negros e negras entrando na universidade e dividindo aeroportos e os mesmos bens de consumo. Que história é essa de direito para empregada doméstica? Publicar periodicamente a lista de empresas com trabalho escravo? O sentimento de ódio contra o PT fomentado de forma irresponsável e criminosa é um sentimento de ódio a tudo que o PT representa simbolicamente para a mentalidade elitista. O antipetismo é síntese de antiesquerda, antigay, antifeminista, antinegro, antimovimento social. (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p 141)

O que se viu foi que nesse contexto o discurso renovado da meritocracia veio a calhar, sobretudo para as classes médias, sempre assombradas com medo de perder a diferença em relação aos mais pobres.

A redução da vulnerabilidade dos mais pobres teve impacto inegável no mercado de trabalho, fazendo escassear a mão de obra que estava disponível a preço vil e que beneficiava esta classe média nos serviços domésticos e pessoais. Uma renda, mesmo que pequena, como a que o Programa Bolsa Família representa, permite uma negociação mais favorável para a negociação de contratos de trabalho. [...] A democratização do acesso ao ensino superior, que os governos do PT promoveram por meio de expansão da rede de universidades federais, da implantação de cotas raciais e sociais para o ingresso nelas e também por uma enorme ampliação do crédito para estudantes de faculdades privadas, impactou negativamente a classe média. (MIGUEL, 2018, p 24)

Portanto, a crise formal da forma do Estado social-liberal brasileiro gerou um impacto nas funções exercidas por essa forma do Estado, acarretando uma verdadeira crise social que será analisada no item a seguir.

6.3 Crise funcional do Estado social-liberal brasileiro

No que se refere ao Estado brasileiro e sua função e quanto à gestão da força de trabalho, observa-se, a partir de 1930, um claro direcionamento no sentido de regular as relações trabalhistas a partir da CLT em 1943, “com a primazia da produção capitalista industrial nesse país periférico”. (FARIAS, 2017, p. 12).

Essa primazia se manteve, segundo Farias (2017, p. 12), desde o “consenso nacional-desenvolvimentista, com seu modelo de substituição de importações, passando pela Nova República e sua Constituição de 1988, até ser abandonada na progressiva adoção do consenso de Washington” com seu modelo neoliberal.

Da década de 1990 para cá, durante quase trinta anos de contrarreforma neoliberal, o arcabouço construído em torno dos direitos trabalhistas e sociais foi minado e alterado profundamente e o que se percebeu com o golpe de Estado de 2016 foi, segundo Farias (2017, p. 12):

[...] um retorno à ordem escravagista nacional-associada, numa regressão marcada pela herança escravista e oligárquica agroexportadora, em que a questão trabalhista será resolvida, escancaradamente, aos trancos e barrancos, com os meios brutais e catastróficos tradicionais do patrimonialismo e do fascismo periféricos.

Nesse contexto, o atendimento de necessidades do proletariado não foi privilegiado, sendo presente um claro processo de regressão social que, segundo Farias (2017), foi iniciado no Plano Real em 1994, consolidado durante os governos de FHC e continuado nos 13 anos do Social-liberalismo.

Sob o credo do crescimento econômico em benefício de gregos e troianos, mas só foi completado no temerário governo que resultou do golpe de Estado em 2016, sob o credo do progresso ultraliberal, abertamente entreguista das riquezas nacionais, posto que passa às mãos privadas estrangeiras, pedaços importantes da Amazônia, da Base de Alcântara e do Pré-Sal. (FARIAS, 2017, p.8)

Assim, o que se viu foi que:

na pós-modernidade, a forma do Estado capitalista brasileiro implementa tanto as privatizações de grandes empresas estatais, as liberalizações em favor da abertura do mercado de mobilidade de capitais, as desregulações financeiras, etc., quanto a expulsão do trabalho vivo da própria constituição através de ataques contundentes aos direitos previdenciários e trabalhistas. (FARIAS, 2017, p. 29)

Não houve, portanto, uma preocupação da forma do Estado social-liberal brasileiro em satisfazer plenamente as necessidades do proletariado, embora seja necessário reconhecer que graças aos programas de transferência de renda, inclusão social e diminuição da pobreza, assim como à política econômica de emprego e elevação do salário-mínimo, houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira nos anos que corresponderam ao Estado social-liberal brasileiro. (CHAUI, 2016)

Então, utilizando os critérios que o IPEA costuma utilizar para organizar a sociedade, que leva em conta a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão exercida, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente no país, passando de 96,2 milhões de pessoas para 63,5 milhões. (CHAUI, 2016)

Nesses termos, embora se tenha observado um crescimento no topo da pirâmide, ou seja, nas classes A e B, a expansão que realmente chamou atenção foi a da classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões. Com isso, conclui-se que houve uma expansão da classe média no país.

Falar da classe média no Brasil não é, por sua vez, discurso simples. Isso porque, segundo Chaui (2016), os programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais e econômicos indicam um crescimento na classe trabalhadora, cuja composição é complexa e heterogênea.

É exatamente essa massa de trabalhadores que forma o contingente mais numeroso da população brasileira e que apoiou Lula em suas eleições e segue acompanhando-o mesmo após o golpe de 2016, isso porque

[...] o trabalhador que revela a intenção de votar em Lula o faz por aspirar a distribuição de renda, respondendo positivamente aos programas sociais do PT. Fazem-no, contudo sem superar o estado de desorganização política e de acefalia programática na qual se encontram, pois entretêm uma relação de tipo personalista com Lula. (BOITO JR, 2018, p. 30)

Além disso, no que se refere à dificuldade em definir o que seria a classe média no Brasil hoje, o critério da profissão liberal também se tornou problemático, já

que o Capital levou à formação e ampliação de empresas de saúde, Educação, comunicação e seus componentes também fazem parte da classe trabalhadora.

Segundo a autora, restaram, portanto, como espaços para alocar a classe média:

[...] as burocracias estatal e empresarial, os serviços públicos, a pequena propriedade fundiária, o pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólios transnacionais e os profissionais liberais ainda não assalariados. No Brasil, essa classe se beneficiou com as políticas econômicas dos últimos dez anos, cresceu e prosperou, mas não no mesmo grau nem na mesma intensidade que a classe trabalhadora. (CHAUI, 2016, p. 18)

Analisar o papel dessa classe média no apoio às manifestações, que ensejaram a crise do Estado social-liberal brasileiro e ao golpe de Estado em 2016, é fundamental, visto que:

[...] estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado (que pertence a classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-política, mas também e sobretudo por seu lugar ideológico – e este tende a ser contraditório. (CHAUI, 2016, p. 19)

Essa contradição foi claramente percebida nas manifestações de junho de 2013 e nas manifestações pró-impeachment em 2016. Nas duas ocasiões o que se viu foi uma parte de setores dessa classe média, formada por estudantes, professores, setores do funcionalismo público, tendendo a se opor à classe dominante em nome da justiça social e a favor dos interesses dos excluídos.

No entanto, essa configuração era contrabalançada por outra, exatamente oposta e

[...] fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontinuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial. Desejo de ordem e segurança também porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante. (CHAUI, 2016, p. 19-20)

Nesse contexto, passou a classe média a ser esquecida e o atendimento de suas necessidades preterido em relação ao atendimento dos interesses do Capital ou de parte das necessidades dos mais pobres. O resultado dessa configuração foi

um descontentamento de grande parte dessa classe percebido claramente nas manifestações de junho de 2013, quando milhares de estudantes, trabalhadores, cidadãos foram às ruas manifestar sua reprovação em relação à conjuntura social, econômica e política do país que não priorizava o atendimento de suas necessidades fundamentais como transporte público, saúde e educação, por exemplo.

As manifestações de Junho de 2013 foram, assim, majoritariamente de classe média porque, de fato, essa classe, ao ter sido menos favorecida do que a classe trabalhadora pelos programas sociais do governo Lula, se sente descontente, uma vez que deseja manter padrões tradicionais de vida e de consumo (a educação privada, os planos de saúde, o uso de empréstimos bancários para a aquisição de imóveis em condomínios e de veículos, etc.), sentindo-se ameaçada com o surgimento da nova classe trabalhadora. Isso explicaria por que houve conflitos e disputas entre os manifestantes, uma parte com posições à esquerda e outra, à direita. (CHAUI, 2016, p. 20)

Nesse contexto, mais delicado do que perceber o papel ocupado pela classe média neoliberal na difusão do que seria uma individualidade bem-sucedida sustentada na teologia da prosperidade e na ideologia do empreendedorismo é verificar que houve uma absorção dessa ideologia pela classe trabalhadora.

Em outras palavras, visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constitui no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao modo de aparecer social como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira. (CHAUI, 2016, p. 20)

Nesses termos, essa crença é reforçada por sua entrada no consumo de massas e assim como a classe média busca no consumo uma forma de ascensão social em direção à classe dominante, a classe trabalhadora, tendo acesso ao consumo de massas, tende a tomar esse imaginário por realidade e aderir a ele. (CHAUI, 2016)

É importante destacar ainda que, segundo Braga (2016, p. 56), “os trabalhadores brasileiros protagonizaram em 2013 uma onda grevista inédita na história do país, somando 2050 greves.”

As greves atingiram tanto o setor público, como as greves bancárias que foram rotineiras entre 2013 e 2015, quanto o setor privado, representando estas 54% do total de greves ocorridas no período.

Vale destacar a verdadeira explosão de greves ocorrida no domínio que acantona com mais frequência os grupos de trabalhadores não qualificados ou semiquilificados, terceirizados, sub-remunerados, submetidos a contratos

precários de trabalho e, portanto, mais distantes de certos direitos trabalhistas – isto é, o setor de serviços privados. (BRAGA, 2016, p. 56)

São todos esses grupos que, descontentes com o cenário econômico, social e político do país, foram às ruas em 2013. Assim, destaca-se que no movimento já iniciado em 2013, além da classe média, estiveram presentes três outros tipos de manifestante vindos da classe trabalhadora: estudantes vindos do ProUni e das cotas universitárias, jovens trabalhadores vindo de favelas e periferias e um grupo de anônimos formados por estudantes das periferias, jovens trabalhadores de favelas e estudantes de classe média. “Esses três tipos de manifestantes não pareciam aderir às duas modalidades ideológicas propostas pela classe média [...], tampouco parecem movidos pelas miragens do consumo e da competição.” (CHAUI, 2016, p. 22)

Além disso, segundo Amaral (2016), em junho de 2013, uma juventude que não costumava manifestar-se nas ruas começou a aparecer nos jornais. Alguns grupos foram fáceis de rastrear, como o Vem pra Rua, ligado ao PSDB, e o Revoltados Online, que pedia a volta da ditadura militar.

O grupo que mais chamou atenção foi o Movimento Brasil Livre (MBL), que defendia velhas propostas neoliberais como a liberdade para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim de políticas redistributivas e que seguiu na ofensiva contra o governo até o impeachment, tendo, inclusive, seus panfletos, caravanas e lanches financiados em manifestações por partidos como o PMDB, PSDB, DEM e Solidariedade. (AMARAL, 2016)

Divulgando vídeos de seus membros com narrativas revisionistas e ataques aos movimentos sociais proferindo discursos de ódio de classes e sobre minorias, criando e reproduzindo fake news, promovendo manifestações reacionárias e viabilizando a candidatura política de seus integrantes alinhados a tradicionais partidos de direita, o MBL configura-se como uma marca dessa nova direita. (CASIMIRO, 2018, p. 45)

Curioso observar que o movimento era patrocinado pelos irmãos Koch e havia, assim, sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, “a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch”, vendo-se, assim, claramente a intromissão americana no cenário político brasileiro. (AMARAL, 2016, p. 50)

Já em 2016, o que se viu foi que as divisões políticas que atravessavam a classe trabalhadora fizeram com que parte dessa acompanhasse a classe média, que, encorajada e empurrada pelos meios de comunicação de massa e “partidos políticos

de oposição, ergueu sua tradicional bandeira de luta contra a corrupção política e em favor de um golpe de Estado para restaurar a ordem e o progresso.” (CHAUI, 2016, p. 22)

Nesse contexto, é importante lembrar que o apoio do proletariado foi fundamental para a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014. Esse apoio estava, por sua vez, condicionado em grande parte à promessa de manutenção das condições de emprego e sociais já garantidas nos mandatos anteriores. (BRAGA, 2016)

Ocorre que, em um contexto de agravamento da crise internacional, os grupos empresariais brasileiros passaram a exigir do governo federal um aprofundamento das medidas de austeridade, buscando, assim, por meio de um ajuste fiscal, preferencialmente por cortes sociais, ajustar a economia e promover o crescimento. (ROSSI; DWECK, 2018)

Constata-se, pois, que as medidas de austeridade adotadas pelo Estado social-liberal brasileiro após a crise internacional de 2008 e que afetaram principalmente o proletariado, no que se refere às políticas sociais de satisfação de suas necessidades, foram, na verdade, “políticas de classe ou uma resposta do governo às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos.” (ROSSI; DWECK, 2018, p. 83)

Isso porque ao “gerar recessão e desemprego, reduzem-se pressões salariais e aumenta-se lucratividade.” (ROSSI; DWECK, 2018, p. 83) Além disso,

[...] o corte dos gastos e a redução das obrigações sociais abrem espaço para futuros corte de impostos das empresas e das elites econômicas, e a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos aumenta a demanda de parte da população por serviços privados em setores como educação e saúde, o que aumenta os espaços de acumulação do lucro privado.

“Em suma, era necessário aprofundar o ajuste recessivo, aumentar o desemprego e conter o atual ciclo grevista, a fim de impor uma série de reformas antipopulares.” (BRAGA, 2016, p 60)

Dessa forma, o ajuste fiscal aplicado no segundo mandato de Dilma soou como uma traição aos eleitores que contavam com o “pagamento das promessas” da campanha. Assim, “à crise de popularidade de seu segundo governo somou-se o descontentamento dos setores médios tradicionais insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais.” (BRAGA, 2016, p. 60)

Destarte, o que assistiu foi que a contração cíclica impulsionada pelos

cortes dos gastos federais elevou o desemprego, atingindo em cheio a classe que até então apoiava o governo. As medidas de austeridade são, portanto, seletivas, "pois impõem sacrifícios sobretudo para a parcela mais vulnerável da população, que é a que mais sofre com o desemprego e com os cortes de gastos e transferências sociais." (ROSSI; DWECK, 2018, p. 80)

Além disso, como já apontado, os setores médios tradicionais evoluíram rumo a uma agenda econômica e política marcadamente de direita. Isso se deu em grande medida porque

[...] o progresso da formalização do emprego encareceu o trabalho doméstico. O mercado de trabalho aquecido impulsionou a inflação dos serviços. O aumento do consumo de massas fez com que os trabalhadores 'invadissem' espaços antes reservados às classes médias tradicionais, como shopping centers e aeroportos, por exemplo. Finalmente, o aumento da oferta de vagas em universidades privadas e de baixa qualidade para filhos de trabalhadores aumentou a concorrência por empregos que pagam mais do que 1,5 salário-mínimo. Quando o escândalo do 'Petrolão' passou a mobilizar o noticiário, a insatisfação das classes médias tradicionais explodiu em uma gigantesca onda de protesto, monopolizada por uma pauta política reacionária. (BRAGA, 2016, p. 59)

E mais: o que se acompanhou foi a mobilização de uma multidão "patriótica" que, influenciada pela imprensa, se mobilizou para exigir a destituição de Dilma. "Formadas essencialmente por brancos de classe média, essas multidões foram convencidas pela mídia de que, nesse caso, o que está em jogo é o 'combate à corrupção'." (LÖWY, 2016, p. 66)

E foi exatamente a classe média, principalmente a sua camada mais abastada, que entrou no cenário político a partir de 2013, e que se configurou a "base social de apoio, mobilizada e ativa, do golpe de 2016". (BOITO JR., 2018, p. 31)

As grandes manifestações pelo impeachment, em 2015 e 2016, tiveram entre seus eixos discursivos a defesa da 'meritocracia', a denúncia dos 'vagabundos' e o saudosismo manifestado em frases como 'eu quero meu país de vota' – todas formas de expressão de repulsa pelos programas sociais. (MIGUEL, 2018, p. 26)

Embora o PSDB seja historicamente um partido representante dos interesses do capital internacional e da fração da burguesia a ele integrada, boa parte da classe média passou a ser seu eleitorado fiel. Cabe destacar, no entanto, que essa classe encontrou o seu "representante na burocracia do ministério público, do Judiciário e da Polícia Federal". (BOITO JR., 2018, p. 32)

Cabe destacar que a então famosa "luta contra corrupção" desses ramos da burocracia de Estado foi, por sua vez, estimulada e apoiada não só pela classe

média e, particularmente, pela sua fração superior, mas também pelo governo dos Estados Unidos e pelo Capital internacional

[...] a fim de acuar o governo petista, cujas políticas econômica e externa destoavam do alinhamento subordinado e passivo dos governos do PSDB aos Estados Unidos, e de golpear segmentos inteiros das empresas brasileiras públicas e privadas. (BOITO JR., 2018, p. 32)

Portanto, o que se viu claramente foi um apoio massivo da alta classe média que reconhecia a política social até então implementada pelo Estado social-liberal brasileiro como uma ameaça. “O antipetismo daí decorrente encontrou seu representante em agentes do Estado que eram, eles próprios, além de membros da burocracia de Estado, integrantes dessa fração de classe.” (BOITO JR., 2018, p. 32)

Os juristas Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, além de outros “heróis” da operação Lava-Jato, interpelaram a alta classe média e essa, por sua vez, respondeu e reconheceu neles seus representantes políticos. Essa sintonia fina da Lava-Jato com as manifestações de rua pelo impeachment foi muito importante para o golpe parlamentar. Vale a pena destacar que a prisão do marqueteiro João Santana em 23 de fevereiro de 2016 e, principalmente, a condução coercitiva de Lula em 4 de março garantiram, nas próprias palavras de Rogério Chequer, principal dirigente do movimento Vem pra Rua, o sucesso daquela que foi a maior manifestação do movimento, ocorrida em 13 de março daquele ano e que, antes desses fatos, prenunciava um fracasso. (BOITO JR., 2018, p. 32)

Destaque-se, por sua vez, que, embora a classe média tenha sido a maior apoiadora do golpe, principalmente a sua fração mais alta, após o golpe grande parte dessa mesma classe passou a ver com desprezo deputados, senadores e o próprio governo golpista. O sentimento de desprezo não é sentido, porém, pelo Capital internacional e pela grande burguesia brasileira. “Basta lembrarmos que o governo Temer aprovou juntamente com o Congresso Nacional a reforma trabalhista, conforme pedia toda a burguesia, e abriu a exploração do petróleo do pré-sal, conforme pretendia o capital internacional.” (BOITO JR., 2018, p. 33)

6.4 O golpe

Após apresentar os elementos sociais, econômicos e políticos que levaram à crise da forma do Estado social-liberal brasileiro, apresenta-se nesse item o golpe que culminou no afastamento e retirada do poder da então presidente Dilma Rousseff.

Segundo Jinkings (2016), o que o Brasil viveu foi um golpe, contudo, diferente dos golpes que ocorreram nos países sul-americanos entre os anos 1960 –

1980 em que as forças armadas se dividiam e se aliavam ao grande capital e aos Estados Unidos, o que ocorreu em 2016 foi a derrubada de uma presidenta legitimamente eleita do poder por

[...] um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (JINKINGS, 2016, p. 12)

“Em um golpe sem armas, sem tanques ou baionetas, Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação.” (SEMER, 2016, p. 109) Houve, assim, segundo Löwy (2016, p 62), “um golpe pseudolegal, supostamente dentro do Estado de direito, mas com uma restrição cada vez maior dos direitos”.

O que chamamos de golpe remonta a 29 de outubro de 2015, quando foi lançado pelo PMDB o plano “Uma ponte para o futuro”, documento programático produzido pelo PMDB que tratava essencialmente do resgate da agenda neoliberal, retomando o processo de privatizações (PAULANI, 2016); em 02 de dezembro o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha abriu processo de impeachment contra a presidente, alegando crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa; no dia 17 de abril o plenário da Câmara aprovou o relatório favorável ao impedimento da presidente e, em 12 de maio, o Senado Federal também aprovou a abertura do processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência, até que este fosse concluído. (JINKINGS, 2016)

Vamos dar nomes aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! (LÖWY, 2016, p 64)

Nesses termos, Semer (2016, p. 108) afirma que:

[...] o caráter político do processo de impeachment claramente se sobrepôs à exigência jurídica de um crime de responsabilidade, tratado como pretexto para pôr a máquina legislativa em andamento. Máquina dirigida capciosamente por um desafeto da presidenta, afastado pelo STF por desvios de poder contemporâneos ao impeachment, mas só reconhecidos após o encerramento do processo. E a substituição leva ao poder uma plêiade de investigados do escândalo de que se nutriu, a começar pelo próprio interino.

No que se refere ao apoio da mídia ao golpe, Lopes (2016, p. 120) afirma que foram quatro famílias as que decidiram pelo apoio incondicional ao golpe e “colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de ‘imprensa’, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo Dilma Rousseff”.

Foram elas os Marinhos (Organizações Globo), os Civitas (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquitas (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugarays (Editora Três/Istoé) e os Saads (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsys (RBS, influente no sul do país). (LOPES, 2016)

O que se viu foi que a máquina de mídia dessas famílias deixou de fazer jornalismo para tornar-se uma máquina de propaganda partidária.

“Na televisão, foram sucessivas edições do Jornal Nacional voltadas a destruir Lula – com objetivo de criminalizá-lo a ponto de impedir sua candidatura nas eleições de 2018, o PT e, finalmente, Dilma.” (LOPES, 2016, p. 121). Assim, o Jornal Nacional se tornou o principal instrumento da campanha, em articulação com o Judiciário e assim o foi, meses e meses a fio

[...] manchetes convocando manifestações contra o governo; vazamentos de investigações em articulação com a operação Lava Jato; editoriais, artigos, entrevistas, pesquisas. As quatro famílias, seguidas pelas demais, operaram como nunca numa rede nacional oficial do golpe, numa articulação inédita na história do jornalismo no país – a competição, ícone maior do capitalismo e do discurso de todos esses meios, foi deixada de lado em prol de uma colaboração aberta para derrubar o governo. (LOPES, 2016, p. 121)

Destaque-se ainda que enquanto no Brasil a imprensa alardeava um processo constitucional de impeachment, mandando às favas as regras básicas do jornalismo como a noção básica de ouvir o outro lado, a imprensa internacional denunciava o claro ataque à democracia vivenciado no país. (LOPES, 2016)

Além da imprensa internacional, a Internet e as redes sociais fizeram nascer uma vigorosa imprensa independente que também denunciou o golpe e a narrativa das quatro famílias através de uma teia de sites, blogs, páginas do Facebook e perfis no Twitter. (LOPES, 2016)

Já no que se refere à população, reuniram-se contra a presidente basicamente três grupos: os que já tinham votado contra a presidente por não entender seu programa como aliado dos seus próprios interesses; os que se sentiram enganados pela propaganda de sua eleição, já que, após a vitória, Dilma elevou

tarifas, como as de luz elétrica e gasolina, e desenvolveu uma política econômica mais favorável aos bancos do que ao povo; e os que foram afetados pela “novelização moralista dos escândalos de corrupção, que foram originados também pela contemporização da presidenta com a ala mais suja da política nacional.” (GOMES, 2016, p. 41)

Desse modo, o golpe foi orquestrado por diferentes grupos, mas que tinham como objetivo final reter os recursos destinados aos direitos sociais para “colocá-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública e [...] destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro.” (GOMES, 2016, p. 40)

Houve, assim, uma clara articulação entre os partidos de direita num bloco parlamentar conhecido como “bancada BBB”: [...] da Bala (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do Boi (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da Bíblia (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos). (LÖWY, 2016, p. 65)

No que se refere, por exemplo, aos interesses dos grandes proprietários de terra e sua articulação com o governo golpista, pôde-se ver que o governo de Temer implementou muitas medidas defendidas pelos ruralistas que afetavam em cheio a vida do proletariado. Viu-se, assim, uma clara perseguição aos movimentos sociais, cortes no subsídio de energia, retirada de investimentos no programa Minha Casa Minha Vida, aumento de juros para financiamento agrícola, fim das desapropriações para a reforma agrária e esvaziamento estrutural e político do Incra. (PERICÁS, 2016)

Já os interesses dos conservadores ligados às igrejas neopentecostais, homofóbicos e misóginos (LOWY, 2016) foram claramente percebidos nas justificativas dos votos dados pelos deputados durante o processo de impeachment.

Em vez de mencionarem as acusações de desrespeito à lei orçamentária, cerne do pedido de impeachment, os deputados deram seus votos baseados apenas em convicções pessoais, geralmente pouco republicanas e sem quaisquer fundamentos legais: ‘pela esposa Paula’, ‘pela família e pelo meu Estado’, ‘pelos evangélicos’ foram algumas das justificativas utilizadas pelos deputados para aprovar o procedimento. (QUINALHA, 2016, p. 131-132)

Pelo exposto, o governo interino de Temer respondeu prontamente aos “apelos” deixando claro em suas ações o peso que o conservadorismo moral teria nas políticas do governo. Ao assumir, Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, dissolveu a Secretaria de Direitos Humanos na

estrutura do Ministério da Justiça, nomeou para a Secretaria de Mulheres, que passou a ser subordinada ao Ministério da Justiça, uma deputada que já presidiu à Frente Parlamentar Evangélica e era abertamente contra o aborto; e extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no âmbito do Ministério da Educação. (QUINALHA, 2016)

Importa destacar, assim, que as forças golpistas que derrubaram o governo não o fizeram simplesmente pelo que foi feito pelos setores populares, mas, principalmente, por aquilo que o governo não fez aos empresários: “um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.” (BRAGA, 2016, p. 60)

Isso não significa que Dilma não tenha feito durante seu governo concessões a banqueiros, industriais e latifundiários, mas essa elite financeira, industrial e agrícola não se contentava mais com concessões: “ela queria o poder todo. Não queria mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos”. (LÖWY, 2016, p 64)

Destarte, mesmo que Dilma tenha realizado ajustes fiscais, sinalizado quanto às reformas da previdência e fiscal, recuado no projeto do Pré-Sal, por exemplo, o programa de governo desejado pelas elites e pela burguesia jamais poderia ser posto em prática por ela, pois era um programa que “jamais passaria pelo crivo das urnas e, por isso, só poderia tornar-se viável por um atalho golpista.” (BOULOS; GUIMARÃES, 2016, p. 140)

Percebe-se, assim, que:

[...] ainda que o esforço de privatizações, concessões e parcerias público-privadas não tenha sido estancado sob os governos Lula e Dilma, cuja anuência com o neoliberalismo dividiu prateleiras com bem-sucedidos instrumentos compensatórios de transferências de renda e integração social, o projeto reformista encontrou limites que não conseguiu ultrapassar naquele momento, como o esgarçamento da legislação trabalhista. O prosseguimento e a expansão das reformas neoliberais são o objetivo central que os move, considerando que as seguidas derrotas eleitorais colocaram em risco a continuação do projeto pela via democrática. (SEMER, 2016, p 109)

Nesse contexto, “todas as pontes para o desenvolvimento econômico e social foram destruídas em benefício exclusivo do poder das finanças” (FAGNANI, 2016, p 86). Chesnais (2016 apud FARIAS, 2016, p. 12) afirma que após o golpe do Estado em 2016, a subjetividade burguesa tupiniquim disse a que veio clara e evidentemente, a saber: [...] empreender a adequação e a utilização das

contrarreformas ao gosto e à voracidade dos capitalistas por ganância bruta, rentista, patrimonial, etc., e fortalecer os laços do país com o imperialismo global, sob a hegemonia estadunidense.

Temer, então vice-presidente, foi quem assumiu a presidência após o golpe. Interino, fez questão de repetir que não tinha intenção de concorrer às eleições de 2018, e que seu objetivo era ajudara tirar o país da crise em que se encontrava. (CLETO, 2016) Nesse contexto,

[...] Temer usa a rejeição dos brasileiros à política para implementar uma agenda que jamais passaria pelo crivo das urnas e que nem o PSDB teve coragem de expor em seu programa de governo. É como se as medidas de austeridade, que envolvem cortes em programas sociais e a desvinculação constitucional de gastos mínimos com saúde e educação, estivessem acima da política, como o mal necessário de tal 'ponte para o futuro', como o PMDB batizou o documento decisivo para que o empresariado decidisse subsidiar a deposição de Dilma, que nos leva, na melhor das hipóteses, para os anos 1990. (CLETO, 2016, p. 45)

“Em suma, a sua tarefa reacionária é a de promover o progresso numa ordem ultraliberal e anti-proletária”. (FARIAS, 2016, p. 12) Assim, a “Ponte” construída pelo golpista Temer visava não somente desarticular os programas sociais e políticas públicas desenvolvidas durante o Estado social-liberal brasileiro. Seu objetivo maior era destruir a Constituição de 1988 e os direitos sociais que ela garante.

Sob o pretexto de que um novo regime fiscal requer um novo regime orçamentário, o programa Temer fala claramente em acabar com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde, o que significa menos escolas e creches e menos verbas para as universidades públicas e para a valorização dos professores em todos os níveis. Significa também a impossibilidade de terminar e aprimorar a construção do SUS, o fundamental e civilizatório Sistema Único de Saúde do Brasil (o ministro de Temer disse, aliás, num arroubo de sinceridade, que o SUS não pode ser pra todos). (PAULANI, 2016, p. 74)

Nesse caminho, já em maio de 2016, o novo “governo” anunciava o primeiro pacote de medidas econômicas. Dentre os absurdos propostos estava o de estabelecer um teto para o crescimento das despesas dado pela taxa de inflação do ano anterior, ou seja: propunha um congelamento das despesas em termos reais, sendo que o gasto efetivo, por exemplo, na rubrica de Educação e saúde, pode ficar abaixo do que era constitucionalmente exigido, caso essa trava seja alcançada antes que se atinja esse percentual. (PAULANI, 2016)

Os demais elementos dessa “Ponte” fazem coro com a agenda puro-sangue do neoliberalismo: a promoção do que se chama ali de uma “verdadeira

abertura comercial”, o que implicará a busca de acordos comerciais de todos os tipos “com ou sem Mercosul” (leia-se, participação do país mesmo naqueles acordos tipo Alca, até agora rechaçados, e redução da importância de espaços regionais e geopolíticos alternativos, como o ensejado pelos Brics), o aumento da participação da iniciativa privada em todas as áreas, por meio da transferência de ativos (leia-se, retomada forte do processo de privatização, mesmo que isso envolva um patrimônio estratégico como o da Petrobrás), a redução da interferência do Banco Central sobre o câmbio (leia-se, permissão para o câmbio flutuar livremente, mesmo que isso implique enorme aumento da volatilidade e novos movimentos de valorização do real lesivos à economia e à indústria nacionais) e, finalmente, na chave do “desregulamentar de modo geral a economia”, a concessão de maior liberdade às negociações trabalhistas (leia-se, a possibilidade de passar por cima dos direitos trabalhistas consignados na CLT, como férias e 13º salário, desde que as convenções coletivas assim o acordem). (PAULANI, 2016, p 75)

Como era de se esperar, o documento não mencionava, por sua vez, nada sobre a reforma tributária e/ou tributação de grandes fortunas e/ou término de isenção tributária sobre ganhos financeiros e lucros enviados ao exterior, fazendo-nos concluir que a ponte construída em nenhum momento nos levaria para um futuro próspero, mas, sim, para um abismo no qual se precipitaria o país

[...] refém de interesses específicos e de uma riqueza privada tirânica que busca o alcance dos próprios objetivos a qualquer custo, mesmo que isso implique lançar 200 milhões de brasileiros no perigoso vazio da anomia social, da qual o modelo conciliatório anterior tentava escapar. (PAULANI, 2016, p. 75)

Frise-se, assim, que Temer manteve algumas pautas já postas em prática na gestão anterior, como a manutenção da taxa de juros elevada, o tripé macroeconômico – “metas de inflação, câmbio flutuante e superávits primários -, a reforma da previdência como centro dos cortes orçamentários e as privatizações de ativos e do Pré-Sal como formas de ganhar a confiança do mercado.” (MARINGONI, 2016, p. 77)

No entanto, com Temer assumindo o poder aumentaram a velocidade e intensidade da implantação dessas medidas e o que se viu, por exemplo, nas áreas da Educação e da saúde foram cortes no orçamento propostos por 20 anos a partir da Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, congelando, “por tempo amplo, as possibilidades de diminuir a desigualdade via políticas sociais.” (SINGER, 2016, p. 152)

Portanto, o que se viu foi que, ao optar por aprofundar as políticas econômicas de austeridade, o governo decidiu também pelo radical corte de gastos sociais. (FAGNANI, 2016)

O que se propagou desde então foi a visão de que o Estado brasileiro não caberia no PIB sendo necessário, então, implementar reformas profundas, “com destaque para a reforma da previdência e a desvinculação dos ajustes em relação ao salário-mínimo e das fontes de financiamento das políticas sociais.” (FAGNANI, 2016, p. 87)

Pretendiam ainda implantar o chamado orçamento de base zero, que significa que “deixam de existir recursos vinculados para educação, saúde, previdência social, assistência social e seguro-desemprego.” (FAGNANI, 2016, p. 87)

Nada se discutia, por sua vez, em relação aos verdadeiros vilões do orçamento brasileiro, já que nada se ouvia em relação à ideia de reduzir “gastos com juros (R\$500 bilhões em 2015, 9% do PIB); tributar os ricos; revisar os incentivos fiscais (R\$300 bilhões em 2016, 25% das receitas federais); e, combater a sonegação (14% do PIB).” (FAGNANI, 2016, p. 87)

Além das medidas internas adotadas, o que se viu, em relação à política externa, foi uma clara orientação no sentido de desenvolver uma política comercial tradicional, com preferência para os países centrais, havendo uma retomada de uma diplomacia e de acordos comerciais condizentes com um papel subordinado e passivo do ponto de vista de sua inserção internacional. (MARINGONI, 2016, p. 86)

O enfraquecimento do Mercosul, a perda de protagonismo do país junto aos Brics – em especial no que toca ao seu banco – e a destinação do Brasil a um papel cada vez mais irrelevante na cena mundial não foram surpresas diante da nova orientação da política externa brasileira. Tais marcas acontecem em um mundo de agudas disputas comerciais e de turbulências políticas e sociais agravadas pelas opções ultraliberais adotadas no centro do sistema – Estados Unidos e União Europeia – e pela desaceleração chinesa.

É importante destacar ainda que se assistiu, após o golpe, foi a vitória municipal nas urnas de uma direita autoproclamada pura, apolítica e empreendedora, porém implicada até o pescoço na corrupção e na crise atual. “Com fins fascistas, os reacionários usam em seu favor o ódio e a frustração pequeno-burguesa e proletária, que decorrem da crise global”. (FARIAS, 2016, p 08)

Desenvolveu-se a partir de então uma desconstrução do modelo democrático construído em 1988, quando se desenhou, a partir da Constituição, um Estado de direito com um conjunto de garantias sociais, centrado na Democracia, no pluralismo e na dignidade humana. (SEMER, 2016)

Viu-se ainda um “esgarçamento da cidadania, com leis de mordada em

diferentes níveis” sendo apresentadas como, por exemplo, as propostas de expulsar a crítica das salas de aula. (SEMER, 2016)

Além disso, “o caminho da secularização nunca encontrou panorama tão hostil, sobretudo nas questões que interferem na identidade de gênero e de orientação sexual, baluartes do fundamentalismo cada vez mais prestigiado.” (SEMER, 2016, p. 112)

O governo interino veio ainda com um discurso de enxugamento da máquina pública. Com essa justificativa, atingiu em cheio mais uma necessidade do proletariado: a cultura. Tentou extinguir o Ministério da Cultura e ainda retirou a autonomia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão com mais de oitenta anos de existência que atua em áreas estratégicas, como:

[...] a proteção e a fiscalização do patrimônio histórico edificado e a promoção e a preservação do patrimônio imaterial arqueológico. [...] O Iphan contribui decisivamente para a proteção de áreas de preservação ambiental. Sua atuação reguladora e fiscalizatória é imprescindível para que zonas costeiras, áreas naturais protegidas, parques e unidades de conservação sejam efetivamente blindadas da especulação imobiliária e da construção predatória. (FERREIRA, 2016, p. 115-116)

O interesse do governo em diminuir a atuação do Iphan era excluí-lo de decisões estratégicas em que patrimônio, interesse imobiliário e projetos de infraestrutura conflitassem, demonstrando mais uma vez a predileção do governo em atender aos interesses do Capital.

O golpe que levou ao afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, apresentou assim três facetas distintas e complementares de um projeto que foi negociado entre as forças políticas conservadoras, com o apoio de parte da sociedade que foi para as ruas e com o suporte dos maiores canais de comunicação do país. (QUINALHA, 2016)

A primeira e mais visível delas foi o impulso de autopreservação de grande parte dos políticos que buscava escapar das investigações criminais. Viu-se, assim, de acordo com as gravações de Sérgio Machado que foram reveladas, que “Dilma sofreu esse impeachment porque era a única sem disposição para negociar um pacto capaz de travar a operação Lava Jato, como a classe política esperava e exigia de uma presidenta.” (QUINALHA, 2016, p. 133)

A segunda faceta dizia respeito ao desmonte da proteção social que o governo Temer pretendia executar, sendo que o que se viu foi que ganhou forças

nesse governo uma direção nitidamente neoliberal de redução de atuação do Estado nas áreas sociais, cujas manifestações mais evidentes foram visíveis

[...] nas propostas de desvalorização do salário-mínimo, na tentativa de sobrepor o negociado ao legislado no campo trabalhista, na elevação da idade mínima para aposentadoria e um ajuste fiscal conservador baseado em cortes orçamentários na assistência social, na saúde e na educação. (QUINALHA, 2016, p. 133)

Já a terceira dimensão desse golpe se referia à restrição de direitos civis e políticos dos setores mais vulneráveis da sociedade, “minando os poucos mecanismos de proteção dos direitos humanos e aumentando o poder de agenda e de veto dos setores religiosos fundamentalistas no governo.” (QUINALHA, 2016, p. 133)

Tratou-se, assim, da construção de uma agenda moral desse golpe, podendo-se dizer que chegou à Presidência, por um atalho,

[...] uma moral sexual retrógrada, centrada em modelo único de família como célula elementar da sociedade, contra o que chamam de ideologia de gênero, prestigiando o matrimônio exclusivo entre pessoas de sexos opostos e com papéis de gênero complementares, cabendo às mulheres serem ‘belas, recatadas e do lar’. (QUINALHA, 2016, p. 137)

Apresentadas as três dimensões do golpe, seguir-se-á na próxima parte para a análise da forma do Estado social-liberal brasileiro e como esse se dispôs a atender às necessidades do proletariado via a implementação de políticas sociais, com destaque para a política de saúde.

Conclusão do capítulo

Foram expressos nesse capítulo os elementos que ensejaram uma crise formal e funcional da forma do Estado social-liberal brasileiro. É importante ressaltar, nesse sentido, que com a crise do Social-liberalismo iniciada em 2012 e finalizada em 2016, foi instaurada no Brasil a estratégia ultraliberal, oligarca e escravagista, que prioriza a “manipulação direta, a violência explícita, veste ostensivamente a camisa da colônia do imperialismo global e menospreza qualquer iniciativa de melhoria dos aparelhos estatais de prestação de serviços públicos e de legitimação estatal junto ao proletariado”, por exemplo, garantindo seus direitos sociais e trabalhistas. (FARIAS, 2017, p. 29)

Apresentou-se ainda nesse capítulo os detalhes do golpe que resultou no afastamento da então presidente Dilma em 2016 e no fim do Estado social-liberal brasileiro. Apoiado pelo Judiciário, pela mídia e por parte da população, o golpe sem armas colocou no poder o presidente interino Temer, que assumiu uma postura nitidamente ultraliberal na condução das políticas econômicas e sociais no país.

Como solução para sair da situação emergencial que o país ficou após o golpe de 2016 seria necessária a articulação da esquerda e a desvinculação, de imediato “da paz, das aspirações e das esperanças dos oprimidos brasileiros dos tenebrosos destinos guerreiros do imperialismo global”. (FARIAS, 2016, p. 10)

Como meio de conquistar reformas sociais efetivas nessa conjuntura adversa Farias (2016, p. 12) aponta a necessidade de “lutar com unidade de ação no campo da esquerda, em torno de um programa comum, contra a dívida pública ilegítima, por verdadeiras reformas estruturais (constitucional, agrária, urbana, etc.), pelos direitos sociais, pela greve geral [...]”

Afirma, por sua vez, que atitudes reformistas embora necessárias não sejam suficientes para mudar o estado de coisas presentes e superar o capitalismo como um todo, devendo-se apostar, assim:

[...] na solidariedade internacional da classe oprimida, na sua luta decidida e constante pelo socialismo – uma tarefa que compete, sobretudo, ao proletariado, como sujeito revolucionário do processo de democratização emancipatório de si mesmo e do gênero humano, ao ambicionar a utopia concreta de um mundo melhor, sem opressão de classes nas formas econômica, social e política. (FARIAS, 2016, p. 13)

Conclusão da Parte 2

A forma do Estado social-liberal brasileiro apresentou características particulares mediante a sua formação social, econômica e política. Viu-se que a partir da década de 80, em pleno momento de efervescência social e política que culminou na promulgação da Constituição de 1988, o país passou a sofrer influência direta dos ideais neoliberais no que dizia respeito ao modo de organização social, econômico e político.

Nesse contexto, o país passou a assumir características apregoadas pelo Neoliberalismo, realizando cortes substanciais nos investimentos nas áreas sociais e privilegiando a alocação de recursos no capital especulativo financeiro. Assim, assiste-se a cada vez maior implementação de políticas sociais focalizadas e seletivas

em detrimento de políticas universais de satisfação de necessidades sociais.

Conclui-se que as características assumidas pela forma do Estado social-liberal brasileiro impossibilitaram que este cumprisse plenamente o papel de satisfazer as necessidades do proletariado. A escolha do governo brasileiro em atender às exigências do Capital especulativo financeiro ficou evidente ao se constatar que grande parte do PIB nacional, que poderia ser investido em Políticas sociais de atendimento de necessidades sociais, foi direcionado para o pagamento dos juros da dívida pública.

Assim, no que se refere ao modelo social-liberal desenvolvido no Brasil como uma terceira via entre o Neoliberalismo e a Social-democracia, viu-se que a tentativa de agradar a dois senhores não se fez a contento. Tratava-se, como afirma Mészáros (2011, p. 28), de mais “fantasia renovada periodicamente de regular o capitalismo de um modo estruturalmente significativo” e que só poderia “resultar numa tentativa de dar nós nos ventos”, uma vez que “o capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radialmente incompatíveis.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 58)

Ainda que se tenha mantido no poder por cerca de 13 anos, o Estado social-liberal brasileiro não conseguiu articular-se com os movimentos sociais, tampouco conseguiu priorizar o atendimento das necessidades do proletariado. O que se viu foi, então, a eclosão de uma grande crise nos elementos formais e funcionais dessa forma do Estado em sua singularidade que resultou no golpe que arquitetou o impeachment da então presidente Dilma, em 2016, e no fim do Estado social-liberal brasileiro.

Em seu lugar passou a ser desenvolvido o modelo ultraliberal e:

[...] de imediato, encheram-se de júbilo os associados e fanáticos nacionais tanto dos guerreiros desembestados da era Trump, que personificam o complexo militar-industrial dominante, quanto dos felizardos empresários gananciosos e rentistas que personificam, por sua vez, a produção pela produção destrutiva da natureza e da humanidade, sedenta de lucro bruto globalizado, apropriado por grandes capitalistas industriais, comerciais e financeiros, em que não tem sentido separar o joio do trigo. Para todos eles foram ofertados, pelo Estado nacional brasileiro, a expulsão do trabalho vivo da Constituição de 1988, implicando os ataques violentos aos direitos sociais e trabalhistas, assim como a tentativa de transformar o proletariado inteiro em superpopulação relativa. (FARIAS, 2017, p. 34)

Além disso, observa-se que no governo ultraliberal brasileiro há constantes ataques aos direitos trabalhistas, evidenciando, segundo Farias (2017), a opressão

sobre o proletariado.

A gestão estatal das condições prévias das trocas de mercadorias e da mediação monetária na experiência ultraliberal brasileira, no seu todo, revela-se cada vez mais dependente e submetida à estratégia do imperialismo global, que busca a mercantilização planetária de todas as necessidades sociais (de água, de energia, de saúde, de educação etc.) enquanto, especificamente, a função de dinheiro universal do real resta sob o controle e a dominação direta do sistema do dólar. (FARIAS, 2017, p.08)

Nesses termos, Mészáros (2011) pontua que, embora o período histórico de profunda crise estrutural seja um bom momento para abrir “uma brecha significativa na ordem estabelecida”, a organização social e política do proletariado deve ser feita para vislumbrar de fato uma mudança na ordem social e econômica vigente.

Aponta ainda o autor que a estratégia de alguns Estados em promover paliativos neokeynesianos de esquerda “podem somente preencher a brecha, revitalizando temporariamente o capital em direção a sua sobrevivência, tal como aconteceu no período de expansão capitalista neokeynesiana do segundo pós-guerra”, mas tais estratégias “nunca atingiram e nunca puderam atingir as engrenagens mais estruturais e profundas do sistema do capital.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 139)

PARTE 3: A FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES FUNDAMENTAIS DE 2003 A 2016 COM DESTAQUE PARA A POLÍTICA DE SAÚDE

Introdução da Parte 3

Analisa-se nessa parte como as características formais e funcionais do Estado social-liberal brasileiro influenciaram diretamente no processo de satisfação de necessidades do proletariado via garantia de políticas sociais implementadas pelo Estado de 2003 a 2016.

Tal parte é composta, então, por dois capítulos. No primeiro capítulo dessa parte, discute-se, então, como a necessidade de saúde foi contemplada pela forma do Estado social-liberal. No segundo capítulo dessa parte, faz-se, então, um balanço das políticas sociais de satisfação de necessidades desenvolvidas pela forma do

Estado social-liberal brasileiro.

7 DISCUSSÃO SOBRE O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE FUNDAMENTAL DE SAÚDE NA FORMA DO ESTADO SOCIAL-LIBERAL BRASILEIRO

Parte-se neste capítulo da análise e discussão do atendimento da necessidade fundamental de saúde na forma do Estado social-liberal brasileiro. A escolha pela análise dessa necessidade em especial se deu devido ao entendimento de que, ao analisar-se a política de saúde, parte-se não só das ações exclusivas voltadas para o funcionamento dos serviços de saúde, mas também dos passos e traços do governo que repercutem diretamente na saúde do proletariado e na organização do sistema de serviços.

O entendimento de saúde que temos é, portanto, um entendimento amplo baseado, inclusive, no que determina o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, na qual o direito à saúde é entendido como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Além disso, a escolha da análise da necessidade de saúde se deu devido ao entendimento de que o atendimento dessa necessidade engloba em si o atendimento das demais necessidades fundamentais, uma vez que, segundo o Art. 3 da Lei 8080/90, a conhecida Lei do SUS, a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a Educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais.

Segundo o referido artigo, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. Nesse sentido, realizou-se a análise de como a necessidade de saúde foi contemplada durante os anos do Estado social-liberal brasileiro e como o Estado se organizou para intervir não só sobre os condicionantes da saúde, mas sobre os aspectos endógenos da política.

7.1 Balanços e perspectivas das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado social-liberal brasileiro

Para analisar a implementação de Políticas sociais pela forma do Estado social-liberal brasileiro e em que medida estas foram capazes de satisfazer as necessidades fundamentais do proletariado, parte-se da discussão do que se entende por Políticas sociais, como estas se relacionam com a política econômica desenvolvida pelo Estado social-liberal brasileiro e em que medida estas foram implementadas visando tão somente reduzir as desigualdades sociais gritantes existentes, mas sem alterar substancialmente a organização macroeconômica, social e política do país.

Por esse viés, discute-se como as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais foram, portanto, implementadas pelo Estado social-liberal brasileiro e em que medida estas de fato conseguiram satisfazer as necessidades do proletariado.

Viana e Silva (2012) apontam o Estado social-liberal brasileiro como um caso de sucesso no bloco das chamadas democracias emergentes de mercado, caracterizadas por suas transformações em sua forma de inserção no cenário internacional graças à interação entre a economia e o processo de democratização.

Há, por sua vez, que se considerar que a relação entre economia e políticas sociais variou no decorrer do tempo no Brasil, sendo que, a partir dos anos 1930⁶ há o início de uma agenda desenvolvimentista no país centrada na figura do Estado; nos anos 1990, com a desenvolvimento da agenda neoliberal, houve maior apelo ao mercado e à participação social, além de um maior envolvimento dos usuários com o financiamento e a provisão de serviços; e, no Estado social-liberal brasileiro, desenvolvido a partir de 2003, o Estado voltou a ser visto como protagonista, junto com a participação da sociedade e a reafirmação do direito e da justiça com a ideia de solidariedade. (DRAIBE, 2011 apud VIANA; SILVA, 2018)

Dessa forma, Viana e Silva (2012) identificam três institucionalidades de política social nas últimas duas décadas no Brasil. Uma seria a institucionalidade neoliberal, durante os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; uma institucionalidade de transição, durante o primeiro governo de Lula e a institucionalidade neodesenvolvimentista, aqui entendida como social-liberal, vivenciada a partir do segundo governo de Lula.

Durante o período de institucionalidade neoliberal há um claro

direcionamento no sentido de privilegiar o mercado, tendo esse primazia sobre o Estado. Além disso, destaca-se no período o predomínio das liberdades individuais sobre os direitos coletivos, a redução do papel do Estado e um aparato limitado de proteção social. (VIANA; SILVA, 2018)

Seguindo as determinações previstas no Consenso de Washington e de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, o Brasil passou a orientar sua política econômica para alcançar o equilíbrio fiscal e a estabilidade monetária. Já no campo da política social, a agenda neoliberal de reformas enfatizava a formulação e implementação de programas de renda mínima focalizados nos segmentos mais pobres da população.

Tinha-se, por conseguinte, uma concepção residual do papel do Estado na área social, devendo este complementar aquilo que os indivíduos não fossem capazes de solucionar através do mercado ou da ajuda de familiares e da comunidade. (DRAIBE, 1990 apud VIANA; SILVA, 2018)

Ocorre que as políticas e reformas neoliberais não foram suficientes para promover a estabilização macroeconômica e o desenvolvimento. Nesses termos, foram formuladas novas políticas públicas que tentavam integrar o econômico ao social. Há, assim, uma mudança na relação entre Estado e mercado e a redução da desigualdade social ganha um lugar central. A ideia que passou a ser defendida então foi a de que era necessário fortalecer Estado e mercado como condição necessária para que a economia voltasse a crescer. (VIANA; SILVA, 2018)

Mesmo assim, o que se viu foi que a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, com a eleição de Lula em 2002, não mudou de maneira decisiva a agenda neoliberal já posta em prática no país desde o governo de FHC, vivendo Lula em seu primeiro governo uma institucionalidade de transição, como afirmam Viana e Silva (2012).

Em seu início, Paulani (2016) destaca, inclusive, que os parâmetros macroeconômicos vigentes foram aprofundados, havendo uma elevação maior das taxas de juros, um enorme arrocho monetário e uma adoção de uma meta de superávit primário maior do que a exigida pelo FMI.

Além dessas medidas, o governo tomou medidas adicionais para completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos internacionais de valorização financeira executando, assim: [...] uma reforma da lei das falências (para aumentar a segurança dos credores do setor privado), extensão da reforma da

previdência aos servidores públicos e aprofundamento do processo de abertura financeira. (PAULANI, 2016, p. 71)

Não há como negar, por sua vez, que ao longo do tempo, a forma do Estado social-liberal brasileiro passa a ter uma postura diferenciada em relação aos seus antecessores. Isso se deu porque, combinadas com a continuidade da agenda neoliberal no que se referia à economia, foram sendo adotadas políticas sociais de alto impacto.

Destarte, a partir do início do governo Lula, em 2003, nota-se uma maior atuação do Estado na implementação de Políticas Públicas, observando-se um movimento de recomposição do quadro de servidores federais através da realização de concursos públicos e o reconhecimento da importância da prestação federal direta de serviços estratégicos. (MACHADO, 2012)

Nessa fase inicial de seu governo, apesar de manter a política macroeconômica de controle da inflação, combinada ao regime de juros elevados e geração de superávit primário, a política industrial do país foi retomada. E no que diz respeito às interligações entre as políticas econômicas e sociais, destaca-se a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em 2003, com o objetivo de assessorar o Estado na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de Políticas Públicas e de desenvolvimento econômico e social. (VIANA; SILVA, 2018)

Nesse período de transição, a Política social foi marcada pela centralidade que um programa em especial passou a ter na agenda governamental: o Programa Bolsa Família, que foi um importante programa desenvolvido a partir de 2003 e que em muito contribuiu para a redução da pobreza absoluta e relativa no país, além da redução nos indicadores de desigualdade social.

É importante lembrar que o Bolsa Família foi resultado da unificação dos demais programas de transferências que existiam até então, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, porém as inovações gerenciais, como o aperfeiçoamento do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e o estímulo com os traços de complementaridade às políticas de educação e saúde, serviram para expandir o programa que quadruplicou o número de beneficiários de 2003 a 2009. (VIANA; SILVA, 2018)

Em 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que passou a coordenar as ações de assistência social do governo Lula,

inclusive o gerenciamento do Programa Bolsa Família. Além disso, dentre os avanços obtidos na política de Assistência Social destacam-se a elaboração de novas versões da Política Nacional de Assistência Social e a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. (VIANA; SILVA, 2018)

No segundo governo de Lula, o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento e da Política de Desenvolvimento Produtivo sinalizou inflexões mais substantivas no sentido de um novo desenvolvimentismo. (MACHADO, 2012)

Assim, vivendo já uma institucionalidade neodesenvolvimentista no que se referia às Políticas Sociais, constatou-se maior protagonismo do Estado na implementação de Políticas Sociais, com maiores investimentos em áreas como saúde, habitação e saneamento, embora mantivesse o estímulo às parcerias público-privadas e à seletividade de programas direcionados para o combate à pobreza. (VIANA; SILVA, 2018)

Destaque-se, por sua vez, que, em termos de redução de desigualdade, o Estado social-liberal brasileiro desenvolveu uma política de elevação do salário-mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014. (PAULANI, 2016)

“Como o salário-mínimo atinge, via regime geral de previdência (INSS), mais de 20 milhões de beneficiários, essa substantiva elevação de seu valor real afetou muito rapidamente o perfil da distribuição de renda no país.” (PAULANI, 2016, p. 72)

Nesses termos, a geração de níveis mais elevados de crescimento foi tanto produto das exportações como do mercado interno, principalmente via aumento do poder de compra das classes de menor renda, assim como ampliação do acesso ao crédito e melhores condições de financiamento. (VIANA; SILVA, 2018)

Houve, assim, uma nítida interligação entre a política econômica e a social na medida que a expansão das indústrias vinculadas ao fornecimento de insumos, materiais e itens essenciais à oferta de serviços foi incorporada às agendas de políticas da área social. (VIANA; SILVA, 2018)

Por exemplo, as políticas de saúde e educação tiveram programas específicos nesse sentido, com o lançamento do Mais Saúde, por exemplo.

Além das medidas que interferiam diretamente na renda e na sua distribuição, o Estado social-liberal brasileiro realizou em paralelo medidas que contribuíram para a “constituição de um tecido social menos desigual” como, por exemplo, “aquelas relacionadas à facilidade de acesso ao ensino superior por parte

das classes de renda mais baixa”, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a criação de dezoito novas universidades públicas e a “extensão, aumento da carência e redução do custo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).” (PAULANI, 2016, p. 72)

Destacam-se ainda os demais programas sociais administrados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), como o Programa de Cisternas, que entregou entre 2011 e 2014 mais de 750 mil desses equipamentos de captação de água no Nordeste, minimizando, assim, os efeitos da “maior seca enfrentada pela região em 50 anos”; assim como o Minha Casa Minha Vida, que se constituiu um “significativo programa de produção subsidiada de moradias populares” e o Luz para Todos, que “criado em 2003, levou energia elétrica a mais de 3 milhões de famílias do meio rural em todo o país.” (PAULANI, 2016, p. 72)

E foi exatamente a combinação desses dois elementos contraditórios, ou seja: a adoção de uma agenda econômica neoliberal e de políticas sociais de alto impacto, que permitiram que o Estado social-liberal se mantivesse por tanto tempo (2003 - 2016). Então, “enquanto prevaleceu o crescimento econômico puxado pelas exportações e pelo efeito multiplicador dessas mesmas políticas, essa contradição foi acomodada”. (PAULANI, 2016, p. 73)

O que se viu, por sua vez, foi que o advento da crise financeira internacional ao final de 2008 e suas consequências para os países periféricos como o Brasil fez com que essa conciliação começasse a se desmanchar. Como já discorrida na parte anterior do trabalho,

[...] de início driblada pelos expedientes de subsídios aos setores de maior efeito multiplicador (automóveis e eletrodomésticos) e por uma agressiva expansão do crédito ao consumidor, a crise, no entanto, veio a se agravar no início da primeira gestão da presidente Dilma. (PAULANI, 2016, p. 73)

É exatamente esse cenário que levou à conturbação do cenário político e social que já estava agravado desde as jornadas de junho de 2013. E mesmo vencidas as eleições com o apoio do proletariado que ainda apostava no crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, e iniciado seu segundo mandato, Dilma, desenvolvendo uma política de austeridade que resultou numa queda na economia e piora dos índices sociais do país, foi deposta de seu cargo em 2016 num golpe que levou ao fim o modelo social-liberal implementado desde 2003 no Brasil.

Fazer esse breve revival do cenário econômico, social e político do país

durante os anos de 2003 a 2016 é importante, pois, para entender como as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais foram, portanto, implementadas e em que medida estas de fato conseguiram satisfazer as necessidades do proletariado.

No que se refere, por exemplo, à necessidade de educação, é importante salientar que a Educação pública no Brasil, direito social garantido constitucionalmente, tem sido cada dia mais dilapidada e depreciada. Os indicadores⁷ não são dos mais motivadores e nos fazem refletir sobre como o Estado tem garantido a satisfação dessa necessidade, vista como primordial na garantia da emancipação humana já que esta só é conseguida através do pensamento crítico e da ação dos homens. (SILVA; OLIVEIRA, 2018)

Por exemplo: a média brasileira de crianças de 04 e 05 anos matriculadas na pré-escola é de 91%, mas em Estados como Acre, Amapá e Amazonas o índice fica entre 71% e 75% (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2017) demonstrando uma disparidade histórica do acesso aos direitos sociais entre as regiões do país, dentre eles a Educação; são analfabetos funcionais 75% da população brasileira entre 15 e 64 anos, o que se traduz em grande preocupação visto que sem conhecimento as pessoas tendem a aceitar como verdade o que é imposto; 38% dos universitários são analfabetos funcionais (IPM, 2016).

Assim, entendemos que o cenário não é fácil, sobretudo porque se já questionávamos a escola brasileira pela ausência de universalização, oportunidades escassas para o acesso e permanência do estudante na educação básica e superior, dificuldade do aluno que não consegue usar a escrita e a leitura para interpretar o seu cotidiano, o nosso desafio na atualidade em direção a práticas educativas emancipatórias é maior. (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 153)

É importante refletir que a crise na Educação na verdade demonstra uma crise “da formação social capitalista como um todo” (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 153) e que uma das principais estratégias do capital para manter o controle sobre os indivíduos é a cooptação dos mundos internos e externos do trabalhador.

Assim:

[...] para cooptação da subjetividade, o capital se apossa da racionalidade social, escondendo o que constitui a essência das relações sociais e propagando uma orientação da sociabilidade com base na produção e circulação de mercadorias de modo fetichizado, impossibilitando o conhecimento e uma ação apoiada numa práxis autônoma e emancipada.

⁷ Assim o atestam as pesquisas do SAEB, do PISA, do IDH, do IDEB e da Folha de São Paulo.

Com esse fundamento o capitalismo domina interna e externamente o trabalhador, ou seja, a um só tempo, explora e se apropria privadamente do trabalho coletivo – como consequência dos determinantes econômicos, e também domina as relações sociais, pelas formas abstratas de mercantilização e instrumentalidade da razão, dotando o trabalhador apenas de condições objetivas e subjetivas para sua sobrevivência, tornando-o mero objeto de produção de riqueza. (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 155)

Na mesma medida em que a Educação pode assumir um lugar privilegiado para a reprodução do socialmente expresso, se constituindo além de “espaço fecundo para disseminação de ideias e interesses dominantes, de formação e ajustamento das pessoas para produzirem conforme as necessidades do mercado e do lucro” (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 156), pode também ser um campo “estratégico importante de luta e resistência.”

Desse modo:

[...] a educação assume papel de destaque por constituir processo de desenvolvimento humano, subsidiando o indivíduo não apenas para que se norteie no mundo, mas também para a reflexão e esclarecimento das formas que a sociedade capitalista imprime para perpetuar seu domínio a fim de resistir ao estado de coisas vigente. A educação, ao subsidiar o desenvolvimento da subjetividade e da individualidade, contribui para formar sujeitos não tutelados, mas sim autônomos capazes de pensar, falar e agir por si mesmos na realidade assumindo os desafios para uma vivência plena de sentido. (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 159)

Nesses termos, percebe-se que a Educação seria um instrumento importante de superação da dominação a que é submetido o proletariado, visto que só se liberta da dominação quem a reconhece. Assim sendo, é pelo “esclarecimento que os homens podem refletir e se reconhecerem como engrenagens de um mecanismo cego e impessoal, e voltar a serem sujeitos autônomos.” (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 157)

A Educação teria ainda o papel de levar o proletariado a resistir e negar as condições de dominação a que são submetidos, sinalizando ainda para a construção de ações que ensejem uma ordem democrática e justa. (SILVA; OLIVEIRA, 2018)

Nesse sentido, é preciso fortalecer o indivíduo, preparando-o para resistir e questionar o que a realidade lhe apresenta como verdade eterna e absoluta. Portanto, cumpre fortalecer as subjetividades ao fortalecer a crítica social, comprometendo-se com a transformação. (SILVA; OLIVEIRA, 2018)

Destarte, a condição essencial para a transformação está diretamente ligada à “formação de uma consciência crítica, construída não só com a informação,

mas também com a vivência baseada em experiências formativas para identificação das contradições sociais da produção efetiva da sociedade.” (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 159)

A Educação exerce um papel fundamental contra a barbárie, sendo através do pensamento crítico-reflexivo que “os homens podem conhecer, criticar e se posicionar ante a submissão da razão totalitária vigente, visualizando perspectivas de mudanças.” (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 162)

Assim, embora tenha um papel decisivo na construção de um país menos desigual, sendo entendida, portanto, como “um bem público necessário para a ampliação de uma esfera de direitos historicamente negada ao povo brasileiro” (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 254), verifica-se ainda hoje a permanência de problemas estruturais como má qualidade na oferta do serviço, repetência e evasão escolar⁸, evidenciando a ausência de uma política social de educação que priorize a qualidade do ensino, assim como a alocação privilegiada de recursos nessa área.

Constata-se, por exemplo, que no último ano apenas 3,49% do PIB nacional foi investido na área educacional, refletindo o que preconiza o ideário neoliberal no país. E amparado, pois, na política de redução dos gastos públicos no setor da Educação, assim como nas demais áreas sociais, é que o setor privado tem galgado voos cada vez mais altos e abocanhado verbas que deveriam ser destinadas ao setor público. Isso se dá na medida em que:

[...] a dinâmica da mundialização do capital, que desencadeou significativas alterações no processo de reestruturação produtiva, impôs ao cenário político dos países periféricos uma série de modificações na condução da política educacional, sobretudo no que diz respeito à expansão do ensino superior privado (SANTOS, 2010, p. 187).

Assiste-se, no Brasil, a essa expansão, assim como a expansão das pós-graduações no setor, o que não representa, por sua vez, um aumento da qualidade dos serviços prestados, “dada a tendência mercenária da institucionalização e do funcionamento de grande parte desses cursos” (SANTOS, 2010, p. 245).

O desmonte da política educacional do ensino superior público ocorre, sobremaneira, a partir do governo FHC que teve como características:

[...] 1) a redução progressiva do montante de recursos para a universidade; 2) as aposentadorias forçadas de docentes devido às perdas de direitos oriundas da Reforma Previdenciária de 1998; 3) a não realização de concurso

⁸ Lugar- comum no ensino em todo o país.

público durante os dois mandatos de FHC, forçando a realização de inúmeros contratos de professores substitutos; 4) congelamento salarial durante oito anos do governo FHC e institucionalização da Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente; 5) privatização interna das universidades por meio das fundações; e 6) limitação da autonomia universitária, entre outros (SILVA, 2010, p. 189).

Constata-se que, a partir do governo Lula, o rumo dado à Educação pública do ensino superior não diferiu do governo anterior. Um exemplo foi a inclusão na agenda governamental de programas como o PROUNI em que são distribuídas bolsas para estudantes em universidades privadas⁹, o que não contribui para a melhoria da qualidade da Educação pública nem para o problema do reduzido número de vagas nas Universidades públicas, uma vez que:

[...] a crise das universidades públicas, como tema destacado nas pautas de discussões acadêmicas e políticas, expressa as precárias condições que, na prática, elas se encontram. Sem condições objetivas de reajuste salarial de seus docentes e técnicos-administrativos, de ampliação e reajuste de bolsas de seus estudantes, bem como da conservação e melhoria de sua infraestrutura, as universidades se deparam também com uma limitação de ofertas de vagas em relação à faixa etária da população e, proporcionalmente, às conclusões do ensino médio. Como o ensino fundamental tende à universalização de acesso, e o ensino médio, por sua vez, vive um promissor processo de expansão de matrículas e conclusões, há uma barreira concreta de inserção, no ensino superior públicos, das camadas mais desfavorecidas da população, já que, nesse nível de ensino, o setor privado predomina (CASTRO, 2009, p. 247).

Em síntese, tudo indica que, no caso brasileiro:

[...] as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão nesse quadro de regressão de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. Processo marcado pela exigência de contrapartidas e pela busca da lealdade dos subalternos (YAZBEK, 2004, p. 38).

7.2 Breve resgate da relação entre saúde e neoliberalismo no Brasil

Como já fora discutido, os processos de reforma dos Estados vivenciados em vários países, a partir da crise da forma de Estado de bem-estar social, foram marcados pela forte crítica ao que era considerado como excessiva intervenção estatal.

A instituição do Neoliberalismo como modo de organização social,

⁹ Várias universidades particulares “cresceram” pela posse de recursos federais.

econômico e político no Brasil a partir da década de 1990 estabeleceu-se como conceito-chave para a política social a focalização associada à seletividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Vê-se nesse contexto:

[...] uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas - de abrangência universal, - no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

Nesses termos, em relação à necessidade de saúde, colhe-se que não é de interesse do capital zelar pela saúde do proletariado, embora no Brasil o direito à saúde seja um direito universal garantido constitucionalmente, incluído no tripé da Seguridade Social, junto com os direitos de Assistência Social e Previdência. (BRASIL, 1988)

O conceito de saúde reconhecido legalmente é, pois, fruto de uma luta histórica do proletariado através do movimento de Reforma Sanitária que, contraditoriamente, conseguiu sair vitorioso apesar do avanço do Neoliberalismo no Brasil na década de 1990.

Cabe destacar ainda que a implantação do projeto da reforma sanitária exigia o enfrentamento não só de distorções estruturais do sistema de saúde brasileiro, mas também principalmente a superação do grave quadro de desigualdade em saúde e social no país. O modelo proposto pela reforma sanitária exigia, portanto, uma transformação ampla do modelo de sociedade brasileira, devendo ser aliado crescimento econômico, fortalecimento dos valores democráticos e avanços sociais. (MACHADO, BAPTISTA, LIMA, 2012)

Nesses termos, a Constituição brasileira afirma em seu artigo 196 que o direito à saúde seria “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos.” Assim, foi criado também o Sistema Único de Saúde - SUS – através da lei 8080/90, para “atendimento das necessidades e demandas assistenciais e sanitárias da população, regido pelos princípios de universalidade, integralidade e participação da comunidade.” (COSTA, 2013, p. 240)

Na Constituição de 1988, a saúde foi reconhecida como direito de cidadania e inserida em uma concepção ampla de seguridade social, a ser garantida mediante políticas econômicas e sociais abrangentes e pela instituição do Sistema Único de Saúde (SUS). (MACHADO, BAPTISTA, LIMA, 2012, posição 191)

O conceito de saúde então defendido pelo SUS é um conceito ampliado de saúde sendo, portanto, “resultado da acumulação social de direitos e qualidade de vida”. (COSTA, 2013, p. 240)

O processo de determinação social da saúde é fartamente evidenciado por estudos de vulnerabilidade e risco de adoecimento e morte, que demonstram que as condições de saúde de determinados grupos sociais estão correlacionadas às desigualdades e iniquidades presentes na sociedade, associadas à classe social, raça, etnia, gênero, moradia, entre outras variáveis. (COSTA, 2013, p. 240)

Essa relação entre os níveis de saúde e as condições de vida já estão reconhecidas no Capital por Marx (1975) quando este aponta a relação direta entre o ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador. Segundo ele, já em 1864 os órgãos de controle já afirmavam que “a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras é hoje atormentada e encurtada inutilmente por sofrimentos físicos sem fim, produzidos pelo simples fato de trabalharem.” (MARX, 1975, p. 533)

Marx já discutia a ideia de que, embora existisse uma Lei Fabril sancionada pelo Estado através do parlamento inglês, as necessidades dos trabalhadores de saúde, higiene, moradia e condições dignas de trabalho em nada coincidiam com os reais interesses dos capitalistas, já que “numa sociedade de interesses antagônicos, cada um concorre para o bem comum procurando obter seu próprio proveito pessoal.” (MARX, 1975, p. 551)

Há, dessa forma, limites de concessões realizados pelos capitalistas demonstrando como “o sistema de produção capitalista, de acordo com sua natureza, exclui qualquer melhoria racional que ultrapasse determinado ponto.” (MARX, 1975, p. 552)

E é exatamente por esse motivo que a intervenção do Estado é necessária. Nesse sentido, viu-se que, a partir da influência das disposições neoliberais no Brasil nos anos 1990, passou-se a tentar desconstruir a ideia assegurada na Constituição de 1988 de que direitos como saúde e Educação deveriam ser garantidos como universais e enquanto dever do Estado.

Contraditoriamente há, porém, um esforço enorme para tentar colocar em prática os princípios e diretrizes definidos, assim como o de construir o SUS. Nesse processo, destacam-se como dificuldades não só o subfinanciamento do setor, mas também as inúmeras resistências à efetivação dos princípios universalistas e públicos da política de saúde no Brasil.

Machado (2012) afirma, assim, que já nos anos 1990 havia no plano internacional uma retomada mínima da valorização do Estado e da necessidade de fortalecer sua capacidade para exercer suas funções. Passou-se a valorizar, segundo a autora, um Estado regulador, ainda que tais mudanças tenham sido diferentes nos países e áreas da política.

Na área da saúde, há em muitos países europeus o fortalecimento da regulação dos sistemas, feito através da criação dos ministérios da saúde. (MACHADO, 2012)

No Brasil, essas tendências foram marcantes nos anos 1990, sendo que a década foi marcada pela forte liberalização na economia e alguns avanços no campo democrático.

Na área da saúde, mesmo em um contexto adverso, existiram progressos como a criação do Ministério da Saúde, que unificou o comando da política nacional de saúde, e a construção de um arcabouço institucional para o SUS que respeitasse a organização dos entes federativos e a participação social. Além disso, as ações e serviços públicos de saúde se expandiram pelo território nacional (MACHADO, BAPTISTA, LIMA, 2012).

Porém, a implementação do SUS foi prejudicada pelo processo de reforma do Estado vigente naquela década, sendo este adverso a uma ideia de proteção social mais abrangente. Isso porque a atuação estatal defendida nos anos 1990 orientou-se, segundo Machado (2012), para o mercado, com a tentativa de transformar cidadãos portadores de direitos em consumidores.

Algumas evidências de como essa mentalidade interferiu diretamente na área da saúde foram:

[...] as dificuldades na consolidação do modelo de seguridade social, tais como a evolução fragmentada das políticas sociais com baixa integração e as restrições ao financiamento das políticas sociais, incluindo a saúde; as condições adversas em que ocorreu o processo de descentralização em saúde, relacionadas ao ajuste fiscal, às restrições à contratação de pessoal e à heterogeneidade dos municípios brasileiros; os problemas no campo da gestão do trabalho e da formação de profissionais de saúde; as deficiências na produção e na distribuição nacional de insumos relevantes para a saúde – medicamentos, vacinas e equipamentos –, com agravamento da dependência tecnológica que ameaça a sustentabilidade do SUS a médio e longo prazos; a persistência de problemas nas relações público-privadas em saúde, como a dependência do SUS em relação aos prestadores privados e o peso do segmento de planos e seguros de saúde. (MACHADO, BAPTISTA, LIMA, 2012, p. 80).

Iniciou-se já nesse período um processo de privatização de tais serviços através do repasse de responsabilidade e recursos para o mercado e para a população organizados na forma das ONG's.

A governança, ou seja, o dimensionamento do Estado, o fortalecimento de seu papel regulador e de sua capacidade de implementar, de forma adequada, as políticas públicas, aliada ao conceito de governabilidade como capacidade política do estado para governar, conforma o norte daquele modelo de reforma do Estado. Ao serem adotadas, essas referências constrangeram ainda mais o processo de implementação do SUS e orientaram a criação das agências reguladoras do setor a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Além da criação dessa modalidade organizacional, na mesma época foram introduzidos os novos formatos das Organizações Sociais (OS) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), tanto para o exercício das funções executivas como para contribuir na transformação do Estado intervencionista em Estado regulador. (COSTA, 2013, p. 244)

O modelo de Estado caracterizado pela criação de agências reguladoras, privatizações de empresas estatais, terceirização de funções do Estado e regulação da economia em uma lógica de defesa da concorrência e correção das falhas do mercado se afirmaram nos anos 1990 do governo de Fernando Henrique Cardoso. (MACHADO, 2012)

Assim, já durante o primeiro governo de FHC foi apresentada a proposta das Organizações Sociais (OS) concebidas como instrumentos que implementariam as Políticas Públicas, podendo, para isso, realizar a contratação de funcionários sem a realização de concurso público, assim como adquirir bens e serviços sem licitações, sem prestar contas à administração pública, ou seja: sem controle social. Posteriormente, foram instituídas na esfera federal as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que “propõem a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, e institui o termo parceria” (BRAVO, 2010, p. 13).

Constatou-se, ainda, uma clara transferência de responsabilidades do Estado para a população no que concerne ao atendimento das necessidades do proletariado, na tentativa de omitir ao máximo o papel provedor do Estado. O que fica claro com tal medida é a ideia de que:

[...] recursos aplicados de forma clientelista em ações filantrópicas geram repercussões positivas a curto prazo, que, devidamente enfatizadas, obscurecem as ações de enfrentamento das desigualdades sociais planejadas coerentemente em algumas iniciativas governamentais. O resultado é geralmente um descrédito nas intervenções governamentais e uma ausência de sujeitos reivindicadores, o que produz um esvaziamento da esfera pública (LOPES, 1998, p. 104).

É reforçado, assim, a figura do terceiro setor que:

[...] na interpretação governamental é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). E considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, daria origem a uma esfera pública não estatal, constituída por organizações da sociedade civil de interesse público. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas; o voluntariado e organizações não governamentais [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 25).

As ações de tais instituições só reforçam a implementação de ações focalizadas e seletivas de atendimento das necessidades do proletariado, visto que:

[...] a universalidade no acesso nos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores (IAMAMOTO, 2004, p.25).

Desta forma, apresentam-se no quadro abaixo as diferenças entre a gestão operacionalizada pelo SUS e o modelo apresentado pelas OS's e Oscip's no atendimento da necessidade de saúde na atual realidade brasileira.

Tabela 2 – Síntese do modelo de gestão do SUS, das OS's e das Oscip's

Sistema Único de Saúde (SUS)	Organização Social (OS)	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)
Gestão única do sistema de saúde em cada esfera do governo (Gestão do sistema e da rede de ações e serviços).	Autonomia administrativa e financeira de cada OS.	Autonomia administrativa e financeira de cada Oscip.
Descentralização da gestão entre as três esferas de governo.	Descentralização das ações e serviços de saúde para a iniciativa privada e não para os municípios.	Descentralização das ações e serviços de saúde para a iniciativa privada e não para os municípios.
Hierarquização dos serviços, conforme a complexidade da atenção à saúde, sob comando único.	Autonomia gerencial dos serviços de cada OS.	Autonomia gerencial dos serviços de cada Oscip.
Financiamento solidário entre as três esferas do governo, conforme o tamanho da população, suas necessidades epidemiológicas e a organização	Financiamento definido no orçamento público, para cada OS, conforme a influência política de seus dirigentes, com "contrapartida da entidade" por	Financiamento definido no orçamento público, para cada Oscip, conforme a influência política de seus dirigentes, com "contrapartida da entidade" por

das ações e serviços.	meio da venda de serviços e doações da comunidade e com reserva de vagas para o setor privado, lucrativo.	meio da venda de serviços e doações da comunidade e com reserva de vagas para o setor privado, lucrativo.
Regionalização.	Inexistente, porque a entidade possui autonomia para aceitar ou não a oferta regional de serviços, já que seu orçamento é estabelecido por uma das esferas do governo.	Inexistente, porque a entidade possui autonomia para aceitar ou não a oferta regional de serviços, já que seu orçamento é estabelecido por uma das esferas do governo.
Universalidade e integralidade da atenção à saúde.	Focalização do Estado no atendimento das demandas sociais básicas, conforme o interesse da OS.	Focalização do Estado no atendimento das demandas sociais básicas, conforme o interesse da Oscip.
Participação da comunidade, com a política de saúde definida em conferências de saúde.	Inexistente.	Inexistente.
Controle social, com conselhos e saúde que acompanham e fiscalizam a implementação da política de saúde e a utilização de seus recursos.	Inexistente. O controle social tal como previsto na Lei nº 8142/90 é substituído pelos tradicionais conselhos de administração internos da entidade, com paridade diferente daquela estabelecida pela Lei nº 8142/90, e não é deliberativo.	Inexistente. Somente a celebração do termo de parceria é precedida de consulta (?) aos conselhos de políticas públicas existentes, das áreas correspondentes de atuação.

Fonte: Rezende (2008 apud BRAVO, 2010)

No que se refere à universalização, o que se percebe, então, é que há uma focalização do Estado no atendimento das demandas sociais básicas, incluindo a demanda por saúde, conforme o interesse da OS e da OSCIP. Nesses termos:

[...] a universalização de políticas sociais é entendida como um processo de extensão de bens e serviços considerados essenciais, principalmente nos campos de educação e da saúde, ao conjunto da população de uma localidade, cidade, Estado ou país. No sentido neoliberal, a universalização contrapõe-se à focalização que direciona bens e serviços a determinados segmentos da sociedade, previamente definidos, com maior destaque para a população pobre e extremamente pobre, o que significa, sobretudo, a desestruturação de grandes políticas universais (SILVA, 2014, p. 78).

Pelo exposto, no lugar de políticas universais de satisfação de necessidades, observa-se a implementação cada vez maior de políticas sociais focalizadas e seletivas amparadas na defesa neoliberal de princípios e critérios de “gestão social que reintroduzem na pauta das prioridades sociais programas e atividades voluntaristas, incertos, seletivos e focalizados na pobreza extrema” (PEREIRA, 2004, p. 56). Isso porque:

[...] a economia capitalista neoliberal está impregnada do caráter especulativo, no qual os bens de produção não estão voltados a suprir as

necessidades coletivas, mas marcados pelo aprofundamento das desigualdades. A hegemonia neoliberal baseia sua expansão na manutenção da ordem econômica e política regional, nacional e transnacional que a favoreça, interessada em globalizar uma visão de desenvolvimento que lhe permita uma progressiva e acelerada concentração de capital. Na saúde pública, esse poder hegemônico se traduz na comercialização da vida, numa propriedade intelectual que beneficia a indústria médica, no controle da mídia e dos meios de comunicação – que se encarregam de criar necessidades baseadas na insegurança – e no desprestígio dos sistemas públicos de saúde, ou seja, na manipulação da sociedade civil em suas múltiplas formas de violência e outras sórdidas estratégias de colonização do pensamento coletivo. (COSTA, 2013, p. 242)

Tem-se, assim, um rebatimento direto no modo como o proletariado tem tido suas necessidades fundamentais atendidas. Logo, assiste-se a um

[...] deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado em detrimento das lutas e das conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

7.3 Saúde no Estado social-liberal brasileiro

Como já foi discutido na seção dois da presente tese, a implementação das políticas sociais de satisfação de necessidades pelo Estado social-liberal brasileiro em pouco diferiu do modelo de gestão anterior, estritamente neoliberal. Isso porque a característica central de “responder a um grupo de problemas da oferta de serviços e, ao mesmo tempo, alimentar as necessidades do mercado” prevaleceu. (COSTA, 2013, p. 245)

A criação do SUS foi, sem dúvidas, um projeto ambicioso que representou uma mudança no rumo da saúde pública brasileira, se tornando referência em todo o mundo. Sua implantação ocorreu de forma paulatina a partir de mecanismos que destacam especificidades locais a partir de comissões bipartites e tripartites, em que participam Estados, Municípios e União. (MENICUCCI, 2009; SANTOS, 2007). Em adição, a participação democrática da comunidade é garantida por meio das Conferências de Saúde, espaço destinado ao amplo debate relacionado aos rumos tomados pela Saúde Pública brasileira (SANTOS, 2007).

É importante ressaltar também que a Constituição define que, se o setor público for insuficiente para atender a demanda de serviços, pode ocorrer a contratação de serviços privados. No entanto, essa contratação poderá se dar apenas se a instituição privada estiver de acordo com os princípios básicos e normas técnicas

do SUS.

Desde o início da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde sempre enfrentou um grande desafio: o de garantir, através da formulação e implementação de estratégias de mudanças na gestão, organização e financiamento do sistema, que se consolidem o processo de transformação do modelo assistencial, processo esse que vem se desenvolvendo, principalmente, a partir de 1993, quando se desencadearam a municipalização e a implementação do Programa Estratégia Saúde da Família (GIL, 2006).

No entanto, a implementação do SUS encontra, até os dias de hoje, inúmeros desafios, não apenas técnicos, mas também ideológicos (MENICUCCI, 2009; SANTOS, 2007). As questões se balizam nos princípios e diretrizes constitucionais, de um lado, e em interesses comandados pela área econômica de outro. O fortalecimento do modelo neoliberal e de defensores do estado mínimo ampliam a pressão em favor da privatização da saúde colocando em risco a saúde como direito, e a gratuidade, a universalidade, a integralidade e a equidade da assistência social (SANTOS, 2007).

A luta das últimas três décadas pós redemocratização para melhorar a saúde e a qualidade de vida dos brasileiros passa ainda por inúmeras políticas, programas e ações governamentais em diversos setores. Muito embora por vezes não haja a palavra “Promoção da Saúde” em seus nomes ou escopos, e/ou não sejam protagonizados pelo setor Saúde, podemos classificá-los como promotores de saúde a partir dos princípios e diretrizes presentes na Carta de Ottawa. Como exemplos de políticas públicas podemos citar a Política Nacional de Humanização em Saúde (BRASIL, 2004), o Plano Nacional de Educação em direitos humanos (BRASIL, 2007), a Política Nacional de Práticas Integrativas em Saúde (BRASIL, 2006), e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1992).

Além disso, para Machado, Baptista e Lima (2012) a área da saúde não mereceu destaque nos dois governos de Lula, uma vez que a agenda governamental enfatizou principalmente as políticas de redução de pobreza – com destaque para os programas de transferência de renda com condicionalidades.

Entende-se, por sua vez, que tais políticas associadas às medidas de geração de emprego e valorização do salário-mínimo interferiram nos níveis de saúde do proletariado, mesmo que indiretamente, ao contribuírem para a redução da pobreza e diminuição da desigualdade no país durante o período em análise.

Isso se deu em grande medida porque, entendendo que o atendimento da necessidade de saúde está intimamente associado ao atendimento de outras necessidades fundamentais como moradia, saneamento básico, segurança alimentar e Educação, “de fato, as mudanças ocorridas no padrão de distribuição de renda da sociedade brasileira ocasionaram impactos reais sobre a saúde”. (COSTA, 2013, p. 241)

Pelo exposto, a oferta de programas sociais gerou um efeito multiplicador sobre o crescimento econômico do país. Segundo dados do IPEA de 2014, por exemplo, o gasto social gera um efeito multiplicador de 1,85 na renda dos beneficiários, sendo o “efeito das políticas sociais evidente na mudança observada e reafirma o poder da contribuição positiva do gasto social para a redução das desigualdades.” (COSTA, 2013, p. 242)

Assim, entende-se que:

[...] considerar a saúde como resultante da qualidade de vida implica pensar em sua conexão com o desenvolvimento econômico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política da sociedade. Significa torná-la parte endógena, e não periférica, da discussão de um modelo social e econômico de desenvolvimento, de forma que uma agenda para a saúde avance também para além do debate setorial e insulado e adentre efetivamente como orientação do padrão de desenvolvimento brasileiro. (COSTA, 2013, p. 243)

Dessa forma, mesmo que o Estado social-liberal brasileiro não tenha realizado avanços mais concretos no que se refere à política de saúde em si, as ações do Estado em outras áreas são relevantes no seu impacto potencial sobre as condições de saúde do proletariado. (MENICUCCI, 2011)

Pensando dessa forma, já no início do seu primeiro mandato, Lula reconheceu a importância de inserir na agenda a discussão de problemas sociais graves como:

[...] o combate à fome e à miséria; o combate ao racismo e às desigualdades raciais; aprofundamento dos avanços na área de saúde e de assistência social; o crescimento da taxa de cobertura da previdência social; a promoção do desenvolvimento nacional; a implementação de uma política de desenvolvimento urbano; e contínua melhoria da qualidade do ensino. (MENICUCCI, 2011, p. 528)

Para enfrentar esse desafio, o Estado desenvolveu, então, uma série de políticas a exemplo das que tratavam da questão da segurança alimentar e nutricional, tendo como principal objetivo o combate à fome, que passou a ser coordenada pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e as estratégias de desenvolvimento

urbano, que buscavam assegurar “oportunidades de acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade sustentável com segurança no trânsito – coordenada pelo Ministério das Cidades.” (MENICUCCI, 2011, p. 528)

Um campo que merece destaque no que se refere aos impactos diretos trazidos para a saúde é a Segurança Alimentar, cujo principal programa foi o Fome Zero, que tinha a proposta audaciosa de erradicar a fome no Brasil por meio de medidas estruturais e do estímulo a políticas locais por meio de um “conjunto de ações que interferiam nas diversas etapas do fluxo de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos, inclusive o apoio à agricultura familiar.” (MENICUCCI, 2011, p. 529)

A aprovação da Emenda Constitucional nº 64, em 4/2/2010, que introduziu a alimentação como direito social foi a prova da ênfase que a segurança alimentar recebeu durante o período.

O Fome Zero articulava em si diversos outros programas de inclusão social, atuando em parceria com vários ministérios, sociedade civil e empresas públicas.

Entre as iniciativas apoiadas pelo Fome Zero, destacam--se o Banco de alimentos, a Cozinha Comunitária, Hortas/Lavouras Comunitárias; Compra Direta Local da Agricultura Familiar para a aquisição de produtos perecíveis e semiperecíveis; Compra Antecipada da Agricultura Familiar e Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar para a aquisição de produtos não perecíveis; Implantação e modernização de Restaurantes Públicos e Populares. (MENICUCCI, 2011, p. 529)

Há de se destacar também que integra o Fome Zero o Programa Bolsa Família, um programa de transferência de renda com condicionalidades que têm como objetivo combater a fome e a miséria no país e promover uma emancipação das famílias mais pobres do país. Apesar de todas as críticas, o Programa Bolsa Família contempla hoje, segundo dados do governo federal (2021), mais de 14 milhões de famílias e tem um efeito positivo na diminuição das desigualdades sociais no país.

Ainda exemplificando políticas que impactaram a saúde e que foram implementadas pelo Estado social-liberal brasileiro, destacam-se as políticas de habitação e de saneamento desenvolvidas no período.

A política de saneamento adquiriu centralidade política no governo Lula, o que se traduz em crescentes aportes de recursos, formalização de uma base político-administrativa e institucional de referência, inclusive com a

formalização do novo marco regulatório do setor (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007). Essa era uma reivindicação histórica dos agentes públicos e privados que atuam no setor de saneamento de forma a resolver não só os problemas relativos à política tarifária e às relações entre os agentes governamentais, mas também que estabelecesse as regras de convivência entre titulares dos serviços, a sociedade e os operadores. O volume de investimentos que a política vem recebendo nos últimos quatro anos indica que o saneamento conseguiu inserir-se no campo das políticas públicas tratadas como de caráter permanente e que não podem sofrer solução de continuidade. (MENICUCCI, 2011, p. 529)

Já no que se refere à habitação, em 2004 foi lançada a Política Nacional de Habitação e o Plano Plurianual 2008-2011 continha vários programas habitacionais que seriam desenvolvidos pelo Ministério das Cidades.

No que se refere aos programas que teriam impacto direto nas condições de saúde da população, destacam-se o Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – carro-chefe da atuação governamental no setor de habitação popular e que teve “impacto positivo em relação a serviços de acesso a água, esgotamento sanitário, banheiro no interior da moradia e adensamento excessivo” (MENICUCCI, 2011, p.529), e poucos avanços em relação à regularização fundiária; e o Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em março de 2009.

Ou seja: o Estado social-liberal brasileiro implementou ações que asseguravam os condicionantes da saúde ao investir nas demais políticas de satisfação de necessidades como alimentação, moradia, transporte e Educação. O foco maior foi nas políticas de inclusão social, nas suas diversas dimensões, “o que sugere uma busca da garantia do direito à saúde pela via de outras políticas públicas, que não apenas a garantia do acesso a ações e serviços de saúde, tal como preconizado na Constituição de 1988.” (MENICUCCI, 2011, p. 529)

Destaque-se, portanto, o impacto da melhoria dos determinantes sociais da saúde a partir do reconhecimento de que as condições de saúde dependem de fatores muito mais gerais, como os que envolvem a distribuição de renda, a diminuição da pobreza, a melhoria das condições de trabalho e a satisfação das demais necessidades fundamentais como a alimentação, a moradia e as condições a ela associadas como o saneamento básico, a educação e o lazer, por exemplo.

O papel da saúde como fator essencial para as condições de cidadania da população foi, então, reconhecido, assim como o seu papel no que se referia ao desenvolvimento nacional. Houve, assim, uma melhora expressiva dos indicadores de

pobreza, crescimento e alimentação, por exemplo. (GADELHA; COSTA, 2012)

Outro dado relevante foi a diminuição da taxa de mortalidade infantil e de crianças de menores de 05 anos em 21% entre 2003 e 2008 (BRASIL, 2009), sendo que os coeficientes de sobrevivência da infância são indicadores- síntese das condições gerais de saúde da população e refletem melhoria nas condições gerais de um país e a expansão das ações em saúde. (GADELHA; COSTA, 2012)

Outro indicador relevante é a esperança de vida ao nascer que em 2008 era de 78 anos, representando um aumento de 1,6 ano de vida no período entre 2003 e 2008, segundo dados do Ministério da Saúde, em 2009.

Esse indicador representa o somatório de todos os anos de vida perdidos em qualquer idade, sendo fortemente influenciado pela mortalidade na infância e de jovens e perceber sua melhora principalmente na região Nordeste no período analisado pode ser entendido, em parte, como resultante das políticas sociais e de saúde desenvolvidas. (GADELHA; COSTA, 2012)

Diante do exposto, as ações diretamente implementadas em relação à saúde, durante o primeiro mandato de Lula, de 2003 a 2007, destacam-se como principais propostas as relativas a uma política de saúde bucal, à questão das urgências/emergências e ao acesso a medicamentos com a proposta de criação da farmácia popular. (MENICUCCI, 2011)

O plano do governo incluía ainda algumas propostas com caráter de continuidade do governo anterior como:

[...] a ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF), o reforço da atenção básica, o aprimoramento das relações intergovernamentais, a ampliação do acesso e a garantia da integralidade da assistência – esses dois últimos, embora integrem os princípios do SUS expressos na CF-1988, continuam sendo os grandes desafios da política de assistência à saúde no longo e difícil processo de sua construção. (MENICUCCI, 2011, p.524)

Nesses termos, durante o primeiro governo Lula o que se viu em relação à política de saúde foi uma continuação da implementação do modelo de atenção primária em todo o país, sendo que as ações de saúde bucal passaram a ser incluídas através do Programa Brasil Sorridente, considerado como a primeira política de saúde bucal mais abrangente do país com o intuito de expandir o cuidado odontológico de forma mais universal e em níveis mais complexos (MENICUCCI, 2011, p.525).

O Brasil Sorridente, Política Nacional de Saúde Bucal, tem o intuito de que ela se consolide verdadeiramente como a política do governo brasileiro para essa área, combatendo a exclusão social, edificando-se na universalização

do acesso, na integralidade da assistência e no controle social. Ela vem resgatar o direito do cidadão brasileiro à atenção odontológica por meio de ações governamentais, superando o histórico abandono e a falta de compromisso com a saúde bucal da população (GONÇALVES; RAMOS, 2010, p. 301).

Vale destacar que historicamente antes desse programa Brasil Sorridente, nos anos 50, o cuidado em saúde bucal nos serviços públicos brasileiros seguia o formato pelo Sistema Incremental, importado dos EUA pela Fundação SESP, que focaliza o tratamento das necessidades de uma população definida até o completo tratamento, ou seja, o atendimento único público, como os para escolares, tendo em vista o atendimento clínico e aplicação de flúor, enquanto ofertava a adultos e idosos os procedimentos odontológicos, somente em caso de urgência. Pretendendo romper esse modelo, o SUS tentou algumas ações, porém elas não obtiveram retorno (NICKEL; LIMA; SILVA, 2008).

Nos anos 70, a assistência odontológica no país, não foi muito modificada, segundo Vieira (2012) somente trabalhadores que contribuía com previdência social estavam contemplados com esse atendimento. O mesmo autor cita como o exemplo o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), na qual os trabalhadores filiados ao seguro social e seus dependentes tinham acesso à assistência médica, odontológica e farmacêutica. Nesse contexto, observa-se que ainda no mesmo período a falta de “políticas públicas normalizadoras no nível central, baixa continuidade e resolutividade dos programas e a escassez de recursos para as ações de saúde bucal” (VIEIRA, 2012, p. 25).

Somente a partir da portaria MS nº 1.444, foi introduzido à saúde bucal na Estratégia de Saúde da Família (ESF) através dos incentivos financeiros para as Equipes de Saúde Bucal (ESB) no programa, sendo que somente no primeiro trimestre de 2001 começaram a serem implantadas as primeiras ESB (BRASIL, 2013). A Portaria GM/MS 673, de 3 de junho de 2003, estabeleceu-se que poderiam ser implantadas tantas Equipes de Saúde Bucal quantas forem as Equipes de Saúde da Família em funcionamento nos municípios.

Nesse contexto, visando melhoria o setor público, onde as ações ainda eram de prevenção eram voltadas para epidemias, a assistência individual e com características emergenciais nos atendimentos, como já foi relato anteriormente, em 2004, com o Programa Brasil Sorridente, essa ação não buscava uma promoção de

saúde bucal eficaz, ou seja, visando a prevenção e educação em saúde. Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Bucal contribuiu para uma implantação mais eficaz, de caráter integral e humanizado objetivando, principalmente, a prevenção e educação em saúde bucal (CARAÇA; SARTI, 2013).

Esse programa desenvolve suas ações na perspectiva do cuidado em saúde bucal, onde sua implantação produz efeitos na garantia da integralidade com a oferta adequada dos procedimentos e a redução de obstáculos dos serviços de saúde bucal, com boa taxa de utilização pelos usuários (CHAVES et al., 2010).

Com relação aos avanços da política, segundo Narvai (2011) que as instalações dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), conforme a Portaria MS/GM-1.570, visando a ampliação e qualificação da promoção de saúde bucal, foi uma das maiores conquistas para programa Brasil Sorridente, pois cada CEO, analisará a realidade epidemiológica de cada região e município, para incluir os procedimentos clínicos odontológicos complementares conforme a realidade da atenção básica local.

Além da assistência odontológica, as políticas de saúde brasileira, buscou melhorias na assistência terapêutica integral, incluindo a assistência farmacêutica, também é área de atuação do SUS. De acordo com Vieira (2010) referente a assistência farmacêutica no setor público de saúde no Brasil, deve-se considerar dois modelos de gestões, a primeira trata-se da assistência farmacêutica ambulatorial (com dispensação de medicamentos diretamente aos pacientes para utilizar em suas residências) e a segunda, hospitalar (com dispensação de medicamentos para administração aos pacientes nos serviços de saúde). A assistência farmacêutica em âmbito ambulatorial é propriamente realizada por instituições públicas estatais, ou seja, administradas por secretarias de saúde estaduais e municipais. Já a assistência farmacêutica em âmbito hospitalar é desempenhada por instituições privadas prestadoras de serviços ao SUS.

Portanto, como foi falado anteriormente, destaca-se ainda nesse período a ampliação da assistência farmacêutica através de uma “política robusta de ampliação da oferta de medicamentos para a rede do SUS, com acesso universalizado pelo programa Farmácia Popular.” (COSTA, 2013, p. 247)

Diferentemente de outros programas como a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica à Saúde, criado em 1997, que tinha a finalidade de proporcionar o acesso de populações menos assistidas dos municípios mais pobres do país a uma

lista de 40 medicamentos essenciais; Programas do Componente Estratégico criado em 2008, considerava estratégicos os medicamentos empregados no tratamento de doenças endêmicas, como tuberculose, hanseníase, meningite e entre outros; e em 2009, Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional, que visa um grupo de medicamentos destinados ao tratamento de patologias específicas que atingem um número limitado de pacientes (VIEIRA, 2010).

Os medicamentos da Farmácia Popular são dispensados a preço de custo, em uma rede própria de farmácias ou em farmácias e drogarias parceiras da rede privada. Logo, existe duas formas de distribuição, sendo a primeira referente os fármacos são adquiridos em laboratórios públicos ou privados e distribuídos às farmácias através de uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (VIEIRA, 2010).

O segundo seria constituído por uma rede de drogarias privadas credenciada para vender produtos com até 90% por uma rede de drogarias privadas credenciada para vender produtos com até 90% de desconto em relação ao preço de mercado, mediante subsídio governamental, se tratou, pois, de uma grande inovação na área da saúde, possibilitando que o proletariado tivesse acesso a medicamentos com preços bem mais acessíveis.

Na área de medicamentos, Entre 2002 e 2006 as equipes de saúde bucal passaram de 4.260 para 14.244, atendendo a 69.700.000 pessoas, além de serem instalados cerca de 500 Centros de Especialidades e laboratórios regionais de próteses dentárias. destaca-se a criação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CAMED) e a fixação de normas para o controle de preços desses produtos; o apoio aos laboratórios oficiais; a isenção de ICMS para medicamentos de alto custo; o reforço aos medicamentos genéricos; além da convocação da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica – expressão da prioridade dada ao tema na agenda governamental. (MENICUCCI, 2011, p.525)

Além disso, o atendimento de urgências foi expandido através da Política Nacional de Atendimento de Urgências, com o início da operação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) - e a criação das Centrais de Regulação Médica das Urgências, “garantindo o socorro pronto e imediato e a internação requerida em casos de urgência.” (COSTA, 2013, p. 247)

Já no que se refere ao controle social, preconizado na Constituição e tido como fundamental para a operacionalização, controle e fiscalização das Políticas Sociais de satisfação de necessidades básicas, a participação social e política na saúde é um dos princípios do SUS e está institucionalizada sob a forma dos conselhos

de saúde e das conferências.

Mesmo que o SUS assista a uma parte considerável parte da população, ainda há um quantitativo populacional considerável que fica à margem desse atendimento. De qualquer modo, percebem-se avanços em sua atuação: no período de 2002-2008 a população atendida era cerca de 99 milhões. Esse quantitativo, no período de 2008-2012 elevou-se para uma média de 134 milhões de pessoas, com possibilidades de aumento devido à forte tendência de utilização do SUS por camadas com alta escolaridade (SILVA; SILVA, 2013). Todavia, Silva (2021) em sua pesquisa no banco de dados da Agência Nacional de Saúde (ANS), verificou-se que nos últimos 5 anos (2015 a 2019), foram mais de 3 bilhões de valores ressarcidos pelo SUS, com um ganho recorde no ano de 2019. No início do ressarcimento ao SUS, a ANS cobrou das Organizações Prestadoras de Serviços de Saúde (OPSs) R\$6,32 bilhões, que equivalem a mais de 4,09 milhões de atendimentos realizados.

Merece destaque durante o governo Lula a ampliação em suas representações do Conselho Nacional de Saúde, passando a presidência do colegiado a ser instituída por meio de eleição e não mais a critério do gestor federal. Além disso, a frequência das conferências nacionais aumentou sendo que nos dois governos Lula foram convocadas e realizadas 62 conferências. (COSTA, 2013)

Reconhece-se, por sua vez, a existência de inúmeros problemas e dificuldades relacionados às atribuições e funcionamento dos conselhos de saúde no que se refere ao acompanhamento e gestão do SUS. Assim, no que se refere ao SUS e à política de saúde, entende-se que as instâncias de pactuação e de deliberação devem ser repensadas para aprofundar a gestão democrática, incorporando novas lógicas e novos atores no direcionamento estratégico e no controle social. (GADELHA; COSTA, 2012)

Contudo, é preciso admitir que “na vigência dos governos Lula houve um incentivo à participação popular em todas as políticas públicas, com predomínio da inserção da sociedade no aparelho do Estado para garantir as demandas sociais.” (COSTA, 2013, p. 249)

Entre as ações incrementais desenvolvidas destaque-se a ampliação da atenção básica através do Programa de Saúde da Família (PSF) - com um aumento de 57% no número de equipes; aumento dos recursos do Piso de Atenção Básica, que passou de R\$10,00, congelado desde 2008, para R\$15,00 per capita e a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - dando impulso à Reforma

Psiquiátrica com a intenção de “desospitalização” através do Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS. (MENICUCCI, 2011)

Há, assim, uma clara tentativa de mudança do modelo de atenção à saúde, a partir de projetos que priorizam o acolhimento e a humanização. A questão da humanização na assistência à saúde no Brasil atual é muito mais que atender tecnicamente com o fito de amenizar dores; envolve a comunicação, fator imprescindível para o estabelecimento da humanização, e, claro, assim como as condições técnicas e materiais. Torna-se imperioso que se dê lugar tanto aos diálogos dos usuários quanto aos profissionais de saúde, construindo uma rede de diálogo que pense e promova ações especiais de humanização.

Cumprе ressaltar que a humanização já tinha a percepção de política de integração, onde se entrelaçaram todas as práticas de saúde, conjuntamente ao aspecto subjetivo das ações, nos quais devem estar presente em qualquer ação humana voltada para a saúde. Nesse contexto, a Política Nacional de Humanização enfocou a definição da humanização nos processos de trabalho e nos modelos de gestão e planejamento.

Menicucci (2011) afirma, então, que é possível fazer uma análise positiva do primeiro mandato de Lula no que se refere à política de saúde, mesmo que os recursos tenham sido poucos e tenha existido pouca ousadia para realizar intervenções mais amplas na área.

Isso porque houve um esforço para integrar a atenção básica com a assistência especializada e hospitalar, com um destaque para os recursos humanos e atenção para os “insumos estratégicos e desenvolvimento científico e tecnológico, além de prioridade para gestão democrática” (MENICUCCI, 2011, p.525)

Por sua vez, embora a saúde seja reconhecida como um direito universal, e uma necessidade básica e fundamental, o que se pôde constatar durante o primeiro governo Lula foi uma tendência à focalização na medida em que a focalização na saúde no Brasil não tem como cerne os mais pobres, segundo Cohn (2005), mas refere-se a focos específicos a serem atingidos para a solução de um determinado problema e envolve grupos sociais a partir de determinadas características particulares.

Assim, houve muita ênfase em ações voltadas para grupos específicos, como:

[...] a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004-2007); ações voltadas para a saúde da criança e do adolescente, entre essas a tentativa de articular o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas ao Programa Nacional de DST/AIDS, além da educação sexual nas escolas, tentando prevenir DST e gravidez na adolescência; ações para a Saúde do trabalhador, buscando implantar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST); ações relativas à saúde da população negra, dos quilombolas, dos indígenas e dos assentados. (MENICUCCI, 2011, p.525)

Merece destaque ainda, no que se refere às ações voltadas para grupos específicos, a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003, com um capítulo específico voltado para a saúde e com uma sinalização no sentido de suprimir o processo asilar e atuar na promoção e recuperação da saúde do idoso. (MENICUCCI, 2011)

Além dessas ações incrementais, uma ação considerada relevante durante o primeiro mandato de Lula deu-se no âmbito da gestão com a aprovação do Pacto pela Saúde. O Pacto foi um conjunto de reformas institucionais realizado entre as três esferas do governo, com o objetivo de promover inovações nos processos de gestão e que tinha três componentes: o Pacto pela Vida; o Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão do SUS.

Assim:

[...] o Pacto pela Vida, tinha a ideia de reforçar no SUS o movimento da gestão pública por resultados, ao estabelecer um conjunto de compromissos e metas sanitários considerados prioritários, a ser implementado pelos entes federados; o Pacto em Defesa do SUS, expressava um movimento de repolitização da saúde, com uma clara estratégia de mobilização social para buscar um financiamento compatível com as necessidades de saúde, o que inclui a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 pelo Congresso Nacional e o Pacto de Gestão do SUS valorizava a relação solidária entre gestores, definindo as diretrizes e responsabilidades de cada esfera de governo, contribuindo para o fortalecimento da gestão – entre outras coisas, cria colegiados de gestão regionais, importantes arenas federativas de articulação entre gestores com vista ao estabelecimento de relações cooperativas, fundamentais para a garantia do acesso e da integralidade da atenção.(MENICUCCI, 2011, p. 526)

Além disso, as transferências de recursos federais para os demais entes federativos também foram modificadas, passando a ser divididas em grandes blocos de financiamento - Atenção Básica, Média e Alta Complexidade da Assistência, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Gestão do SUS e Investimentos em Saúde-, “reduzindo drasticamente a fragmentação dos recursos e buscando consolidar maior autonomia dos entes federados na gestão dos recursos”. (MENICUCCI, 2011, p. 526)

Já no seu segundo governo, de 2007 a 2010, no que se refere à saúde, o

que se viu foi que Lula reafirmou a continuidade dos programas já criados e tentou aprofundar e aperfeiçoar os aspectos básicos do SUS. A exceção à política de continuidade e uma inovação do período foi a ênfase no “fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a produção de hemoderivados, vacinas, medicamentos e equipamentos.” (MENICUCCI, 2011, p. 526)

Nesses termos, Lula tentou enfrentar um dos maiores empecilhos para a consolidação do sistema universal de saúde, que é a dependência externa do Brasil e sua frágil capacidade de produção de equipamentos, insumos e medicamentos para a saúde.

Além disso:

[...] ao destacar o lugar dessas indústrias na composição do PIB e na geração de empregos, passa-se a destacar a competitividade e o potencial de inovação nas indústrias da saúde propondo-se que elas devam se constituir núcleos centrais da estratégia nacional de desenvolvimento do governo. (MENICUCCI, 2011, p. 527)

Tal fragilidade foi reconhecida durante o governo do metalúrgico popular, que criou em seu segundo governo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde, conhecido também como “Mais Saúde”, visando fortalecer a produção e inovação tecnológica na saúde e desenvolver ações para a saúde que aliassem a proposta de desenvolvimento com crescimento econômico e equidade social. (COSTA, 2013)

A saúde assume papel importante no desenvolvimento socioeconômico nacional, mediante a relação sistêmica dos serviços em saúde com segmentos industriais portadores de futuro, de base biotecnológica e química (indústria farmacêutica, vacinas, hemoderivados e reagentes para diagnóstico), de base mecânica, eletrônica e de materiais (indústria de equipamentos e materiais médico-hospitalares e odontológicos). (GADELHA; COSTA, 2012, p. 103)

O programa apresenta um plano detalhado de investimentos que seriam feitos na área da saúde, com destaque para:

[...] a reiteração do elo entre saúde e desenvolvimento socioeconômico, a necessidade de articulação da saúde com outras políticas públicas, tendo a intersetorialidade no centro da estratégia, e a percepção da importância do setor sob o ponto de vista da geração de emprego, renda e produção. (MENICUCCI, 2011, p. 527)

Diante da aproximação entre as políticas de desenvolvimento produtivo e as sociais, há o reconhecimento do caráter estratégico do Complexo Econômico-

Industrial da Saúde para a política de saúde, envolvendo este todas as atividades produtivas em saúde e abarcando desde as indústrias até os serviços. (GADELHA; COSTA, 2012)

Além disso, buscou-se aumentar a competitividade em inovações das empresas e produtores públicos e privados, de maneira articulada com as instituições de ciência e tecnologia, intervindo o Estado social-liberal brasileiro na área da saúde ao desenvolver e apoiar políticas de fomento ao desenvolvimento industrial e ao implementar políticas tributárias e de regulação sanitária que garantissem a competitividade da produção local frente aos produtos importados, em termos de preço e qualidade dos produtos e insumos em saúde. (GADELHA; COSTA, 2012)

Assim, pela primeira vez, foi inserida na agenda da política social a questão do desenvolvimento da base produtiva e da inovação, considerando a alta intensidade científica e tecnológica do CEIS e seu potencial de disseminação de conhecimento e inovação para a matriz produtiva. Por sua vez, foi lançada pelo presidente da República, em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que situou o CIS como uma das seis áreas estratégicas portadoras de futuro. Por fim, com a designação de 'Insumos em Saúde', o Plano de Ação 2007-2010 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o PAC da Inovação (Brasil/MCTI, 2007), também situa a saúde como uma das áreas estratégicas, orientando o financiamento e a atuação do Sistema Nacional de CT&I. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 120)

Houve, por conseguinte uma retomada das ações de política industrial para a área expressa, emblematicamente, nas ações do governo para internalizar a produção de fármacos no Brasil, mediante a parceria entre o Estado e as empresas nacionais visando ao desenvolvimento tecnológico em saúde. O marco desse processo foi a produção nacional do Efavirenz, que fez parte do coquetel para o tratamento da Aids, a partir da parceria entre laboratórios oficiais e empresas privadas produtoras de fármacos no país. (GADELHA; COSTA, 2012)

Destaque-se ainda que, entre 2003 e 2009, houve um crescimento expressivo da participação dos genéricos nas vendas da indústria, indo de 5,5% em janeiro de 2003, para 15% do mercado, em dezembro de 2009; além da evolução dos gastos do Ministério da Saúde com a compra direta de medicamentos e a expansão do programa Farmácia Popular. (GADELHA; COSTA, 2012)

Houve ainda um aprofundamento do apoio à inovação em produtores públicos de vacinas, reagentes para diagnósticos e biofármacos, associando a estratégia de imunização ao desenvolvimento tecnológico local. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 130)

Como marcos dessa estratégia, vale enfatizar negociações importantes envolvendo a atração de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em vacinas, cuja viabilidade é oriunda de um acordo entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a GlaxoSmithKline (GSK), e iniciativas importantes para o desenvolvimento futuro de uma vacina contra a dengue. Além disso, houve acordos de transferência de tecnologia no período, a exemplo do estabelecido entre Fiocruz e GSK, para produção de vacina contra pneumococo; entre Sanofi e Butantan, contra a gripe; e Novartis e Funed, contra meningite C, além das vacinas contra rotavírus, gripe, tríplice viral, quádrupla bacteriana (DTP + Hib), pneumocócica 10-valente e meningocócica C conjugada. Para os anos de 2011/2012, prevê-se ainda o desenvolvimento de uma vacina pentavalente (DTP, Hib, Hep B).

A ideia de melhorar a distribuição de renda e as condições de exclusão social e pobreza aliada ao desenvolvimento econômico e a geração de emprego, riqueza e renda, pôde ser observada nos planos de governo desenvolvidos por Lula em seus dois mandatos, sendo que esta perspectiva se desdobrou no campo da saúde, incorporada na Política Nacional de Saúde como sua marca mais expressiva e inovadora. (GADELHA; COSTA, 2012)

A saúde passou a ser reconhecida como uma área que alia ao mesmo tempo as dimensões econômica, tecnológica e social, havendo ainda um compromisso por parte do Estado social-liberal brasileiro em garantir os direitos definidos na Constituição Federal (BRASIL; 1988) e na Lei Orgânica de Saúde (BRASIL, 1990), relacionados à universalização do acesso, à equidade e integralidade e tendo ainda como diretrizes organizativas a descentralização e a gestão participativa. (GADELHA; COSTA, 2012)

As ideias centrais do movimento sanitário que se mobilizou com sucesso para a incorporação da saúde como um direito universal na Constituição de 1988 encontraram terreno fértil para seu cumprimento efetivo, uma vez que a própria composição das equipes ministeriais contava com presença de sanitaristas reconhecidos. (GADELHA; COSTA, 2012)

“Por essa via, a perspectiva de melhoria das condições e qualidade de vida não se limita à construção do SUS, mas ao aumento da capacidade para interferir na determinação social da doença.” (MENICUCCI, 2011, p. 526)

Merece destaque, assim, a postura assumida em relação à saúde a partir do momento em que o Ministro Temporão assumiu a pasta no início de 2007. A partir de então, observa-se mais ainda o enfoque nas articulações entre os determinantes sociais da saúde e a política de saúde, cabendo elencar algumas diretrizes decorrentes desse posicionamento estratégico ao longo dos governos Lula como, por

exemplo:

[...] 1) consolidação da atenção à saúde em seus diversos níveis de complexidade; 2) constituição de uma rede nacional de serviços de saúde descentralizada no território; 3) consolidação das ações de prevenção e de vigilância em saúde; 4) reforço da regulação sanitária mediante a consolidação do papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); 5) melhoria na regulação do segmento de saúde suplementar; 6) garantia de um financiamento estável; 7) introdução de mecanismos de gestão; 8) compromisso com o acesso a produtos e insumos estratégicos em saúde; 9) desenvolvimento de ações de promoção à saúde, fruto do reconhecimento de que a saúde depende de um conjunto de políticas econômicas e sociais que extrapolam a governabilidade específica do setor. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 135)

Nesse sentido, o Ministro também ousou ao abordar assuntos importantes como a insegurança dos abortos, o número alarmante de acidentes de trânsito, considerados uma epidemia, e o consumo de bebidas alcoólicas, promovendo, inclusive, uma Campanha de Prevenção dos Riscos de Consumo de Bebida Alcoólica. (MENICUCCI, 2011)

Frise-se ainda como importante investimento nos determinantes gerais da melhoria das condições de vida e saúde da população, a ênfase dada às ações de promoção à saúde. Nesse sentido, há uma tentativa de se perceber a saúde como um fator associado à qualidade de vida, por exemplo, no avanço das ações de controle do uso do tabaco no Brasil, assim como nas ações voltadas para o planejamento familiar, nas ações regulatórias como a política contra o uso de bebidas alcoólicas ao dirigir e na imposição da redução de sódio e a restrição à gordura trans nos alimentos. (GADELHA; COSTA, 2012)

Então, além do programa Mais Saúde, houve todo um investimento na atenção básica durante esse período. Entre 2007 e 2008, por exemplo, foram criadas 2500 novas equipes de Saúde da Família e em 2008 foram criados os NASFs – Núcleos de Apoio à Saúde da Família – como estratégia para ampliar e diversificar o atendimento das Equipes de Saúde da Família. (MENICUCCI, 2011)

Com os NASFs as equipes agora poderiam contar com a presença de profissionais de diversas áreas da saúde como os profissionais de educação física, nutricionistas, acupunturistas, homeopatas, farmacêuticos, assistentes sociais; fisioterapeutas fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. (MENICUCCI, 2011)

Na área de saúde bucal, houve ainda uma expansão do Brasil Sorridente e foram acrescentadas 2.569 equipes de Saúde Bucal para atenção básica e instalados

176 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), que oferecem ações especializadas. (MENICUCCI, 2011)

Além disso, destaca-se ainda:

[...] o programa Saúde na Escola; o tratamento da hipertensão e do diabetes; o planejamento familiar; a ampliação do acesso a serviços especializados; ações de investimento em infraestrutura, duplicação da cobertura do Samu; implantação de complexos reguladores, com finalidade de melhorar o acesso a internações; implantação de novas formas de compra de serviços, com contratualização com hospitais filantrópicos. (MENICUCCI, 2011, p. 527)

Observou-se, portanto, uma clara expansão das ações em saúde, compreendendo ações inovadoras não só na promoção da saúde, mas também na expansão da cobertura em diversas áreas de atenção, nas ações voltadas pra vigilância em saúde, na área de imunização e de regulação sanitária. (GADELHA; COSTA, 2012)

Apesar do avanço observado durante os governos Lula no que diz respeito à expansão dos três níveis de complexidade da atenção, com ênfase para a cobertura da atenção básica por meio da Estratégia Saúde da Família e do Programa Brasil Sorridente, por exemplo, cabe destacar que, do ponto de vista regional, ainda existia uma grande rigidez na oferta do SUS. (GADELHA; COSTA, 2012)

Assim:

[...] a realidade sobre as internações, a distribuição de médicos, de equipamentos, da infraestrutura para o tratamento de doenças de alta complexidade, por exemplo, mostra que os fortes limites financeiros ao investimento no sistema e sua direção fragmentada (fruto da dinâmica proveniente das emendas parlamentares, das pressões políticas locais etc.) impedem uma reestruturação da rede segundo uma lógica nacional regionalizada. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 140)

Nesses termos, um ponto negativo que merece destaque durante o segundo governo Lula e que diz respeito diretamente à gestão da saúde foi a proposta de criar um novo modelo jurídico institucional legal para os hospitais e institutos federais. Foi, assim, encaminhado para o Congresso um Projeto de Lei que regulamentava a criação da fundação pública de direito privado. (MENICUCCI, 2011)

Passou-se, assim, a desenvolver uma nova forma de parceria entre público e privado por meio da criação das fundações estatais que são regidas pelo direito privado, tendo a contratação de pessoal pela CLT, não enfatizando o controle social e fragilizando os trabalhadores por meio da criação de planos de cargo, salário e carreira por fundação (BRAVO, 2010).

As iniciativas de mudanças nas modalidades de gestão do sistema ou de suas instituições no período foram barradas por interesses corporativos, como no caso da criação das fundações de direito público, propostas para solucionar graves situações da gestão pública que dificultavam melhorias na oferta de serviços à população. (COSTA, 2013, p. 248)

Observa-se, nesse contexto, uma ofensiva ideológica do Capital no sentido de deslocar o problema da saúde para a forma de gestão. Deste modo, o Estado e a administração pública passaram a ser vistos como ineficientes e se desconsidera a “questão da alocação insuficiente de recursos. [...] Repõe-se o fetiche da iniciativa privada” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 170).

Logo:

[...] a política de saúde, que no Brasil integra a seguridade social e se materializa no Sistema Único de Saúde, apesar de suas diretrizes de universalidade, uniformidade, integralidade e gestão democrática e participativa, também vem sofrendo fortes investidas de políticas neoliberais (BOSCHETTI; BOSCHETTI, 2009, p. 193).

Nesse contexto, consolidou-se o projeto de saúde vinculado ao mercado ou privatista pautado na política de ajuste, que propõe a contenção dos gastos do Estado, cabendo a este:

[...] garantir o mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos cidadãos consumidores. Como principais características destacam-se: o caráter focalizado para atender às populações vulneráveis, a privatização dos serviços e o questionamento da universalidade de acesso (BRAVO, 2010, p. 13).

Merece destaque a ofensiva sofrida pelos Hospitais Universitários, desde 2011, com a criação da EBSERH através da Lei 12.550/2011, empresa que passa a ser responsável pela gestão dos recursos materiais e humanos dos Hospitais Universitários de todo o país, em um claro processo de privatização da saúde, tendo como finalidade:

a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária (BRASIL, 2011).

Acompanha-se, assim:

[...] a venda de outros serviços que não os prestados exclusivamente ao setor público de acordo com o contrato de gestão, numa concepção de que saúde

é setor concorrencial com o setor privado, o que rompe com a orientação do marco legal da saúde como direito de todos e dever do Estado; a possibilidade de captação de recursos com aplicações no mercado financeiro; a quebra da estabilidade dos trabalhadores e de sua unidade política e organizativa – aos trabalhadores, o dever do concurso sem direito da estabilidade – e a destruição do seu potencial crítico e de resistência por meio da fragmentação; a renúncia fiscal: imunidade tributária, mesmo vendendo serviços, excetuando a aplicação no mercado financeiro, o que implica em transferência de recursos públicos ao setor privado; e a fragilidade do controle social desses novos entes jurídicos e sua vulnerabilidade à dinâmica do mercado, à fraude e malversação das verbas do SUS (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 170-171).

Verifica-se, ao mesmo tempo, a expansão da compra e da venda de bens e serviços que passam a ser objeto de investimentos privados, que avançam no campo das políticas sociais. O papel de cidadão tem sido paulatinamente substituído pelo de consumidor e o mercado passa a ser o local em que os indivíduos devem satisfazer suas necessidades em um processo de:

[...] crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais [...]. Nesse processo os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfoseando-se em atividades de outra natureza, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias, em detrimento dos direitos sociais de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado (IAMAMOTO, 2004, p. 25-26).

Nesse contexto, Afonso e Benevides (2020) afirmam que a criação do EBSEH, no início da década de 70, está interligada com a Reforma do Estado, com a finalidade de uma maior gestão do Estado para suprir as demandas da população, especialmente, no que se refere a saúde com parecerias do setor público e privado. Todavia, essa intervenção acontece por meio de um Estado interligado ao mercado de financiamento privado.

Diante disso, existe o risco de perder a gratuidade dos serviços públicos, visto que a estratégia do Estado juntamente com o setor privado é de adquirir recursos financeiros. Os mesmos autores afirmam ainda que o Estado já tinha procurado parcerias do setor público com o privado, contudo não tinha adquirido êxito. Ressalta-se que o financiamento do EBSEH acontece pela União, MEC e convênios com o SUS, acrescentado a inclusão de qualquer espécie de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro como a venda de cursos e aluguel de instalações, aplicações financeiras e dividendos, a EBSEH poderá ser sócia de empresas lucrativas, como laboratórios farmacêuticos (AFONSO; BENEVIDES, 2020). Há, dessa forma:

[...] um deliberado desfinanciamento das instituições públicas; tal

desfinanciamento causa sequelas de deterioração e de crescente desprestígio das instituições públicas, as mesmas que ajudaram a criar a demanda ao setor privado e a tornar o processo de privatização socialmente aceitável (LAURELL, 2009, p. 168).

Tal desfinanciamento é percebido claramente na política de saúde. Assim, muito se fala do caos da saúde pública brasileira e inúmeras são as reportagens veiculadas na mídia sobre a carência de recursos humanos e materiais na área. “A população sabe que o SUS, tal como hoje está configurado, não atende às suas necessidades.” (COSTA, 2013, p. 246)

Nesse sentido, o Estado é sempre apontado como ineficiente e a discussão sobre a corrupção e a má gestão de recursos, colocadas na aparência, esconde a essência da questão: a de que os recursos destinados à saúde pública do país são muito reduzidos e insuficientes perante a demanda.

Apesar da expansão em curso e do mencionado compromisso com a universalidade em todos os níveis de atenção, não se observaram condições políticas e institucionais reais para o enfrentamento de lacunas estruturais relacionadas ao financiamento e à gestão do sistema de saúde – o que sugere que, a despeito de a área ter tido sua importância reconhecida, ela não teve centralidade na política nacional de desenvolvimento. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 138)

As características do setor saúde, como a tendência de aumento de custos no que se refere à assistência médica, a dependência de tecnologias e de mão-de-obra qualificada, por exemplo, tornam a política de saúde particularmente vulnerável quanto a restrições econômicas que possam limitar o crescimento dos gastos públicos e do funcionalismo. (MACHADO, 2012)

Tais restrições foram recorrentes ao longo dos anos de implantação do SUS, o que repercute diretamente na atuação do Estado no que se refere ao planejamento, financiamento, regulação e prestação dos serviços de saúde, que são, segundo Machado (2012), as quatro macrofunções executivas do Estado na saúde.

No que diz respeito ao planejamento, vê-se que esse é fundamental na medida que estabelece o direcionamento da política de saúde ao envolver a tomada de decisões e as propostas de intervenção na área e ao abranger a identificação de necessidades e de prioridades, a elaboração de estratégias de intervenção e a articulação entre atores e a mobilização de recursos necessários para a operacionalização da política de saúde. (MACHADO, 2012)

Durante o governo Lula, observou-se uma tentativa de dar direcionalidade à política de saúde através das ações do Ministério da Saúde e do fortalecimento do

planejamento, entendido como um processo técnico-político e social que envolve vários atores. (MACHADO, 2012)

Assim, buscou-se articulação entre planejamento e orçamento, por meio dos PPAs, sendo que enquanto o de 2004 – 2007 enfatizava a redução da desigualdade e uma maior inclusão social, o de 2008 – 2011 apresentava uma orientação com viés fortemente econômico, visando a aceleração do crescimento. (MACHADO, 2012, p. 50)

Tais diferenças refletiram-se na saúde, visto que os PPAs influenciaram, em cada mandato, as estratégias e os instrumentos de planejamento de iniciativa do Ministério da Saúde. O fortalecimento da função planejadora federal, em uma perspectiva mais integrada e debatida entre áreas, foi buscado por meio da construção do Plano Nacional de Saúde 2004-2007 (BRASIL, 2004). A valorização da coordenação intergovernamental para o alcance de prioridades da política se traduziu na elaboração do Pacto pela Saúde (Brasil, 2006). Por fim, o esforço de inserção da saúde em um projeto de desenvolvimento em transformação se expressou na construção do Plano Mais Saúde 2008-2011. (BRASIL, 2009).

Dessa forma, o planejamento em saúde no primeiro governo foi marcado por uma orientação mais democrática e por um intenso processo de debate interno ao ministério e outros atores. Já no segundo governo, o planejamento não adotou tão fortemente mecanismos participativos como no governo anterior, e houve uma tentativa de atrelar a política de saúde ao debate maior do modelo de desenvolvimento do país. (MACHADO, 2012)

Já no que se refere à macrofunção do financiamento, que diz respeito ao papel do Estado de prover recursos que viabilizem a oferta de serviços sociais, a saúde sempre foi vista como uma área que mobiliza um importante e crescente volume de recursos. (MACHADO, 2012)

Assim, desde a crise da forma de Estado de bem-estar social, os sistemas de saúde passaram a ser cada vez mais pressionados a reduzir seus gastos.

No que se refere ao Estado social-liberal brasileiro, assim como nos anos anteriores, o gasto público com saúde continuou sendo muito baixo e mesmo tendo havido uma melhora de alguns indicadores entre 2000 e 2007, o Brasil continuou apresentando um baixo gasto público per capita em saúde. (MACHADO, 2012)

É, portanto, contraditório com o modelo público e universal de saúde defendido no SUS o grande peso dos gastos privados em saúde no país. No ano de 2008, segundo governo de Lula, por exemplo, na composição do gasto total com saúde, o gasto público contribuiu apenas com 44%, sendo um gasto considerado ínfimo se considerarmos a proposta de saúde universal defendida no país. (COSTA,

2013)

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2008, o gasto público com saúde foi de 73,1% do gasto total em saúde. Em relação ao gasto total do governo com o conjunto das ações e políticas, na OCDE em 2008, o investimento para a saúde foi de 15,7%, enquanto no Brasil não ultrapassou 6%. (COSTA, 2013, p. 246)

Nesses termos, merece destaque que o lançamento do Programa Mais Saúde ocorreu no mesmo período em que o governo federal enfrentava no Congresso Nacional uma verdadeira batalha para renovar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), na tentativa de equacionar a histórica situação de subfinanciamento do SUS. (MENICUCCI, 2011)

A batalha foi perdida e os recursos necessários, então, para expansão das ações previstas pelo programa inviabilizaram-se, “uma vez que das 168 ações previstas no Mais Saúde, 74 seriam financiadas pela CPMF.” (MENICUCCI, 2011, p.530)

O governo tentou, então, obter mais recursos para a saúde através da regulamentação da EC nº 29/00, que fixa os percentuais mínimos que União, estados e municípios devem investir em saúde anualmente. Sua tramitação começou em 2004, no primeiro governo Lula, e foi aprovada em 2007, vinculando o aumento de recursos da União para o financiamento do SUS à prorrogação da CPMF. Com a derrubada da CPMF no Senado, o projeto nem chegou a ser votado e “virou letra morta.” (MENICUCCI, 2011, p. 530)

A partir de 2006 ocorre, por sua vez, um aumento progressivo dos gastos do Estado com ações e serviços de saúde, mesmo com a não aprovação no Senado da prorrogação da CPMF. Esse movimento se deu, em grande parte, ao crescimento econômico do país e ao tipo de vinculação estabelecida pela EC nº 29/00 para os gastos do Estado. (MACHADO, 2012)

No começo de 2008, foi aprovado no Senado o Projeto de Lei nº 121/2007, de autoria do Senador Tião Viana, encaminhado à Câmara dos Deputados, onde foi apresentado um substitutivo. (SENADO FEDERAL, 2007) O projeto teve vários itens vetados, dentre eles o dispositivo que obrigava a União a obedecer às revisões periódicas do Produto Interno Bruto (PIB).

Com a crise financeira de 2008, houve mais restrições à execução orçamentária da União, no entanto, o governo manteve o orçamento da saúde nos

termos definidos na EC nº 29. Cabe destacar, por sua vez, que embora o gasto federal per capita praticamente tenha dobrado entre 2001 e 2008, passando de R\$ 130,37 para R\$ 256,68, não existiu um aumento relevante no percentual do PIB investido em saúde no período. (MENICUCCI, 2011)

Machado (2012) ressalta, no entanto, que em 2009 o gasto do Estado com saúde apresentou caráter anticíclico, ou seja, a execução orçamentária com ações na área da saúde cresceu em termos absolutos e como proporção do PIB, apesar da queda do PIB nacional.

Mas, somente em 13 de janeiro de 2012 foi aprovada a Lei Complementar nº141, resultante da sanção presidencial da Emenda Constitucional 29. (MENICUCCI, 2011)

Por essa lei, municípios de Distrito Federal devem aplicar anualmente, no mínimo, 15% de arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, cabendo aos estados 12% e a União aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior apurado nos termos da Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação do PIB ocorrida no ano anterior ao da Lei Orçamentária Anual. (BRASIL, 2012)

Assim, analisa-se que nos anos 2000 prossegue a expansão das transferências federais diretas fundo a fundo para estados e municípios e diante do peso ainda relevante dos recursos federais e das influências do ministério sobre a sua aplicação, Machado (2012) afirma que é importante analisar a distribuição desses recursos no que se refere aos grupos de despesa, aos campos/programas de saúde e à distribuição territorial.

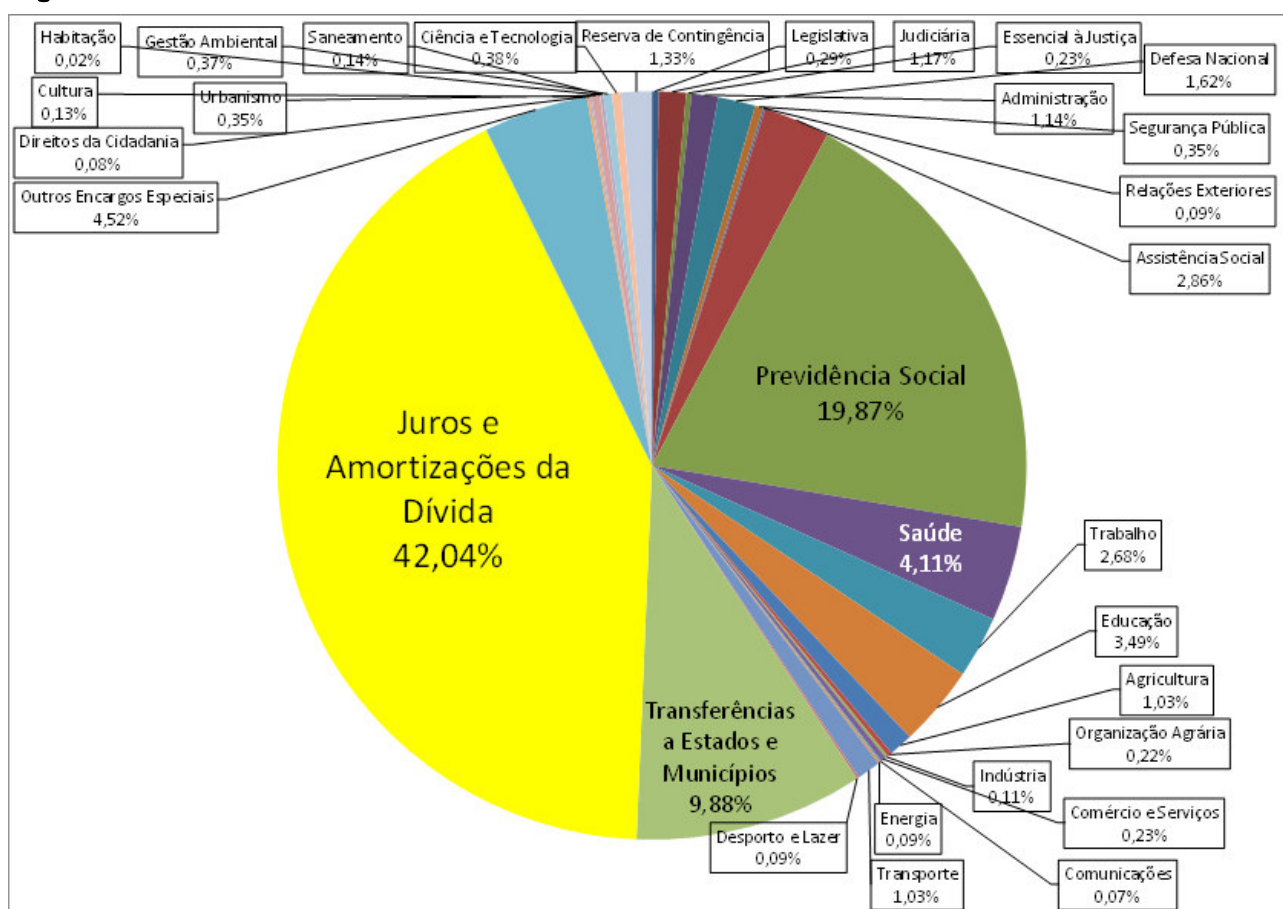
No que diz respeito aos grupos de despesa, por exemplo, Machado (2012) diz que houve nos anos 2000 uma baixa participação dos investimentos no orçamento do Ministério da Saúde, que, entre 2002 e 2009, oscilou entre 3,4% e 6,3%, em termos do orçamento empenhado com ações e serviços de saúde.

Os baixos valores dos investimentos federais representam uma limitação importante para a redução das desigualdades em saúde, que seria uma das principais finalidades de atuação federal, dada a heterogeneidade da oferta e do acesso aos serviços no território nacional. Acrescente-se a isso, conforme evidenciado em estudo anterior (Gadelha et al., 2011), que grande parte dos recursos de investimento depende de emendas parlamentares, de origem instável e não atrelada a um planejamento nacional de investimentos. (MACHADO, 2012, p. 60)

Já no que se refere à evolução das despesas segundo o campo de atuação, no período de 2004 a 2009, o maior volume de recursos foi destinado para a atenção à saúde, que diz respeito à assistência de média e alta complexidade (cerca de 50% do orçamento) e a atenção básica (que variou entre 14% e 16,5%). (MACHADO, 2012)

E, por fim, numa última perspectiva de análise quanto ao financiamento, Machado (2012) analisa a distribuição dos recursos federais entre as regiões e unidades da federação. Assim, verifica que embora tenha existido um aumento na execução orçamentária do Ministério da Saúde para as regiões Norte (59,6%), Centro-Oeste (55,4%) e Nordeste (49,2%), entre 2002 e 2009, a análise em termos de recursos federais per capita mostra que em 2009 ainda persistiam desigualdades expressivas entre as distintas regiões do país.

Ainda como exemplo do parco investimento em saúde no país, no ano de 2014, no primeiro mandato de Dilma, a parcela do PIB destinada à saúde foi de apenas 4,11%, o que equivale a cerca de 10% do valor destinado ao pagamento dos juros e amortização da dívida pública, como aponta o gráfico abaixo:

Figura 8 – Gráfico demonstrativo do investimento do PIB em 2014

Fonte: www.auditoriacidada.org.br

Como “saída” para a premente crise, aponta-se a privatização de tais serviços, amparados no credo de que a iniciativa privada seria mais eficiente e eficaz no desenvolvimento das ações. Nota-se, assim, que:

[...] a persistência do subfinanciamento do sistema público de saúde provoca uma interrogação sobre o compromisso dos governos pós-constitucionais, incluindo os mais recentes, em implementar a saúde e o sistema assistencial universal nos moldes preconizados na Constituição - ou seja, um SUS capaz de promover maior equidade de acesso a serviços qualificados. As decisões relacionadas, adotadas pelos sucessivos governos, parecem orientadas a inibir a real universalização do direito à saúde. (COSTA, 2013, p. 246)

Assiste-se, assim, ao repasse de verbas públicas ao setor privado através da compra dos serviços - benefícios com recursos públicos através do credenciamento desses serviços.

O Estado premido pela necessidade de favorecer as finanças [...] tem estreitado seu espaço para realizar investimentos públicos e oferecer políticas sociais públicas essenciais ao desenvolvimento, em favor de sua privatização. São instituídos critérios de seletividade para o atendimento aos direitos sociais universais, constitucionalmente garantidos, expressando um

efetivo desmonte do legado de direitos conquistados (IAMAMOTO, 2009, p. 39).

No caso dos serviços de saúde, por exemplo:

[...] são estabelecidos mecanismos que permitem estratificar a população em função da sua capacidade de pagamento e probabilidade de adoecer. Dessa forma, constituem-se dois sistemas paralelos de administração de fundos e prestação de serviços- o privado e o público-, com livre adesão dos segurados a um ou a outro sistema. O ponto-chave deste modelo é o direito do sistema privado de não aceitar os segurados de 'baixo pagamento-alto risco', porque a sua cota não consegue cobrir o prêmio, enquanto o setor público é obrigado a aceitar a todos. Nas atuais condições de deterioração das instituições públicas, os segurados com alta cotização tendem a escolher o sistema privado. Assim, são absorvidos pela iniciativa privada justamente aqueles com alta capacidade de pagamento e baixo risco de adoecer- que contribuem mais do que consomem-, e sistematicamente segregam-se para o setor público aqueles de baixa renda ou alto consumo- os pobres, doentes e os velhos, que consomem mais do que cotizam. Essa situação leva o sistema público a um círculo vicioso de deterioração, ao assistir, com seus recursos limitados, tanto os pobres como os velhos e os mais doentes, enquanto o sistema privado floresce e obtém lucros elevados (LAURELL, 2009, p. 170 e 171).

Apesar dos avanços, o Estado social-liberal brasileiro não conseguiu instituir uma base de financiamento compatível com a ideia de saúde universal, sendo que o subfinanciamento do SUS continuou sendo uma grave ameaça para a implementação e a garantia dos princípios e diretrizes desse sistema. (GADELHA; COSTA, 2012)

Nesses termos, o gasto federal praticamente não sofreu alteração em relação ao PIB, sendo que somando o aporte federal ao dos estados e municípios, os gastos públicos chegaram em 2007 a 3,6% do PIB. Comparações internacionais permitem inferir que a proporção do gasto governamental sobre o PIB em relação ao gasto total do governo é incompatível com um sistema universal. (GADELHA; COSTA, 2012)

Enquanto nos países desenvolvidos o gasto público representa mais de 70% do gasto em saúde, no Brasil, a participação pública no gasto em saúde situava-se em 2009 em torno de 45%. Tal situação se mostra ainda mais grave se considerarmos que na mesma época cerca de 78% da população dependia exclusivamente do SUS. (GADELHA; COSTA, 2012)

Isto posto, é importante refletir que:

[...] sem a devida intervenção estatal – via qualificação de seu aparato regulatório, acentuação do uso de seu poder de compra, adequação de seu modelo de gestão e fortalecimento da institucionalização do complexo da saúde em todas as suas dimensões (superando, portanto, uma agenda

restrita e setorial) – a relação entre os interesses públicos e privados tenderá a se manter desequilibrada, com custos insustentáveis para a saúde pública e para o sistema de Bem-Estar Social. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 70)

Assim, o que se viu é que no Estado social-liberal brasileiro, a ideia de garantir um sistema de saúde universal conviveu com a estrutura de dispêndio de um sistema de saúde mercantil, em que o peso do gasto privado é incompatível com a universalização do acesso.

Nessa análise, o Estado se configura como ator central, e é relevante avaliar se o modelo de financiamento da saúde brasileira traz em seu bojo características capazes de promover relações de equidade de acesso ou se, na prática, vem inibindo a real universalização do sistema. (GADELHA; COSTA, 2012, p.72)

Nesses termos, cabe destaque a análise de Bahia (2012) sobre a existência de um ambiente político e institucional propício à privatização e à financeirização do setor da saúde durante os anos do governo Lula.

A autora analisa que embora o número de brasileiros vinculados aos planos e seguros de saúde tenha aumentado de 43 milhões para 49,2 milhões de pessoas em 2008, as alterações na configuração do setor parecem decorrentes, antes, de movimentos de capitalização, fusões e aquisições do que do incremento da demanda.

Parece ter sido a ‘segunda alma’ do governo petista – isto é, a continuidade do pacto envolvendo juros altos, liberdade de movimento dos capitais e corte dos gastos públicos – a principal propulsora das mudanças no setor suplementar. (BAHIA, 2012, p. 60)

Assim, da oferta de serviços e da simples comercialização de planos de saúde, passa-se a priorizar a expansão via aquisições de estabelecimentos e empresas de planos de saúde em cidades nas quais se concentram populações com rendas maiores. (BAHIA, 2012)

“Trata-se, portanto, de um movimento duplo, que conjuga a expansão de capitais, desterritorialização das empresas e redesenho da disputa de mercados já consolidados.” (BAHIA, 2012, p.65)

Bahia (2011) afirma que as estratégias adotadas pelas empresas se apoiam na lógica de priorização de resultados de curto prazo ao decidir pela compra da capacidade instalada já existente ao invés de optar pela pesquisa, formação e capacitação da força de trabalho.

Essas estratégias conformam – para além dos efeitos mais do que decantados sobre a distribuição de renda – uma política de aumento dos ativos financeiros, em detrimento do investimento na expansão real da oferta de ações e serviços de saúde. (BAHIA, 2012, p. 66)

Gadelha e Costa (2012) apontam ainda que somente o enfrentamento do desafio da inovação em saúde e de redução das assimetrias internacionais poderia garantir ao cidadão um acesso integral ao sistema de saúde, independentemente do grau de complexidade tecnológica dos bens e serviços.

Nesse sentido, pontuam que há necessidade de construir uma capacidade estratégica no nível federal do sistema de saúde, visando garantir o predomínio de uma visão nacional em sua orientação e regulação.

A esfera federal precisa ter uma alta capacidade de formulação e de indução das políticas nacionais e de regulação do sistema, estabelecendo formas democráticas e coerentes de organização federativa. Sem isso, a probabilidade de uma ineficiência sistêmica, acompanhada de uma fragmentação das ações em saúde, parece incontornável. O SUS, como um sistema nacional de saúde, também requer a organização de uma nova estrutura no nível federal, com a incorporação de um corpo estratégico de profissionais capazes de elaborar, induzir e avaliar as políticas nacionais. (GADELHA; COSTA, 2012, p. 130)

Conclusão do Capítulo

O direito a saúde deve ser compreendido a partir da garantia pelo Estado da implementação de políticas que não só evitem o risco de agravamento à saúde, como também garantam ações e serviços que promovam, protejam e recuperem os níveis de saúde individual e coletiva.

Nesse sentido, deve-se considerar todas as condicionantes da saúde como o meio ambiente saudável, renda, trabalho, moradia, alimentação, educação, ou seja, para que a necessidade de saúde seja satisfeita devemos necessariamente considerar o atendimento das demais necessidades fundamentais.

Diante do exposto, o conceito de saúde firmado pela Reforma Sanitária vincula-se à qualidade de vida, ou seja, aos mecanismos que possibilitam os padrões da dignidade humana, como moradia, trabalho, transporte, lazer e propiciem o acesso às ações integrais de saúde, a uma educação de qualidade e a mecanismos de resolução equânime e pacífica dos conflitos. Assim, a consolidação do SUS, como um sistema de atenção e cuidados em saúde, não é suficiente para a efetivação do direito da população à saúde. São claras as evidências que apontam para os limites da atuação de um sistema de assistência. A conquista da saúde precisa estar articulada à ação sistemática e intersetorial do Estado sobre os determinantes sociais de saúde,

ou seja, sobre o conjunto dos fatores de ordem econômico-social e cultural que exercem influência direta ou indireta sobre as condições de saúde da população.

Nesses termos, embora se conclua que o atendimento da necessidade fundamental de saúde não se deu de maneira satisfatória pelo Estado social-liberal brasileiro, já que no âmbito setorial não se verificaram mudanças ou ações de maior envergadura, não há como negar que o saldo em relação aos determinantes da saúde foi extremamente positivo. (MENICUCCI, 2011)

Destaca-se, assim, que embora as ações do Estado social-liberal brasileiro não tenham tido um avanço concreto no que se refere especificamente à política de saúde, as demais ações implementadas pelo Estado em outras áreas setoriais foram relevantes no seu impacto potencial sobre as condições e estado de saúde da população. (MENICUCCI, 2011)

Nesses termos, é importante destacar que embora o Estado social-liberal brasileiro tenha passado por um elevado crescimento econômico, marcado em partes pela forte substituição de importações, “ele resultou no acirramento das desigualdades sociais e regionais, agravadas pela ausência de capacitação tecnológica endógena ao longo desse período.” (COSTA, 2013, p. 252)

Nesse contexto, é desafiador avançar em um projeto político democrático para a saúde. Esse projeto é incompatível com o capitalismo brasileiro, que não consegue se sustentar: excludente do ponto de vista social e dependente no que tange ao conhecimento e à capacidade de inovação. (COSTA, 2013, p. 252)

Assim, a despeito do muito que foi feito nos quase 30 anos de existência do SUS, o modelo de saúde ainda sobrevive de maneira contraditório. Isso porque mesmo tendo sido criado pra ser um direito de todos, universal, dever do Estado, ele é usado essencialmente pela parte do proletariado cuja renda ou inserção no mercado de trabalho não permite acesso aos planos privados de saúde.

Para os 73% da população que dependem exclusivamente do SUS, o modelo de saúde tem priorizado a oferta de tecnologias de baixo custo, com foco na atenção primária e implementado sob a responsabilidade do contexto local municipal. Como resultado, o SUS oferecido é desfalcado da integralidade conferida pela oferta dos diversos tipos de cuidados assistenciais e caracterizado pela baixa qualidade, sem riscos de competição com o mercado privado de saúde. Não se trata aqui de rejeitar os benefícios da atenção primária, desde que devidamente assegurada sua articulação e acesso aos demais serviços e níveis de complexidade para atender às necessidades de cuidado à saúde da população. (COSTA, 2013, p. 245)

Pensar em um sistema de saúde público e universal é necessário e se

impõe como um grande desafio no contexto em que o foco do processo de desenvolvimento deve se deslocar dos interesses do mercado e do consumo para os objetivos das políticas sociais de satisfação de necessidades básicas.

De modo geral, as políticas sociais e econômicas implementadas pelo Estado social-liberal brasileiro contribuíram para que o Brasil se tornasse um pouco mais saudável, mas problemas antigos permaneceram como:

[...] as desigualdades nas condições de saúde e no acesso à atenção à saúde, decorrente da variação na oferta de serviços no território nacional associada à disponibilidade de recursos, e tendo como ponto de partida a desigualdade em relação ao tipo de cobertura (pública ou privada). (MENICUCCI, 2011, p.531)

Assim, reafirma-se que houve importantes avanços para a conformação do SUS, mas estes se mostraram incompatíveis tanto com a expansão da demanda quanto com a centralidade da saúde na agenda de desenvolvimento nacional e com os reais interesses do mercado financeiro internacional.

Passadas três décadas de criação do SUS, estrangulamentos impedem que a universalidade e equidade não sejam ainda realidade. Entende-se, por sua vez, que para avançar é necessário um esforço político de toda a sociedade na luta pela construção de uma agenda política que inclua a política de saúde como direito de todos e dever do Estado, e como uma necessidade fundamental que deve necessariamente ser atendida para que o proletariado tenha uma vida minimamente digna.

Conclusão da Parte 3

Observa-se que mesmo depois de toda a injeção das políticas distributivas ofertadas pelo Estado social-liberal brasileiro, as reais condições de vida do proletariado ainda são precárias, apresentando a sociedade brasileira elevados níveis de pobreza, crônicas desigualdades, desemprego e dificuldades no acesso à educação.

No caso da necessidade de saúde, por exemplo, há, assim, que se considerar a ideia consensual de que a população brasileira está envelhecendo e haverá uma “explosão do consumo de serviços de saúde para as próximas décadas.” (COSTA, 2013, p. 249) E embora se reconheça que o modelo de saúde implementado

pelo Estado social-liberal brasileiro, com foco na atenção primária, pôde gerar impactos sobre o conjunto de doenças infecciosas em geral, não foi suficiente “para conter a demanda por atenção especializada para doenças crônico-degenerativas.” (COSTA, 2013, p. 249):

Nessa perspectiva, é preciso que o país se prepare, fortalecendo sua base produtiva com mecanismos de gestão moderna, com alta capacidade de produção de conhecimento e incorporação de tecnologias, tanto no que diz respeito às alternativas terapêuticas como no caso das diagnósticas, ou mesmo em relação aos serviços assistenciais. (COSTA, 2013, p. 249)

8 CONCLUSÃO

Após a apresentação e discussão do que seriam políticas sociais e de como estas foram implementadas pela forma do Estado social-liberal brasileiro, conclui-se que as características formais dessa forma do Estado singular refletiram diretamente na maneira como este executou suas funções.

Assim, ocupando o Brasil um lugar de país subdesenvolvido periférico, era de se esperar que sua função de realizar a gestão salarial e da força de trabalho, através de reformas, salários diretos e oferta de políticas sociais, seria exercida com dificuldades.

Embora se reconheça, por sua vez, que nenhuma forma Estado capitalista tem como objetivo atender plenamente as necessidades do proletariado, visto que seu compromisso é com os mecanismos que garantem a perpetuação do sistema capitalista, observou-se que o comprometimento do Estado social-liberal brasileiro com a satisfação dos interesses do capital em detrimento da satisfação do proletariado, afetou diretamente essa classe, que não teve suas necessidades plenamente satisfeitas nessa forma de Estado.

Após a análise realizada conclui-se que no modo de produção capitalista, marcado não só pela exploração, mas, inclusive, pela dominação e humilhação de classes, nunca serão compatíveis as necessidades do proletariado e os interesses dos capitalistas. Sendo assim, a satisfação das necessidades humanas sempre ficará em segundo plano em vista do atendimento dos interesses do mercado.

A figura do Estado se faz de fundamental importância no processo de mediação dos interesses divergentes das classes e, sendo a função do Estado

desempenhada conforme a forma assumida por este, a forma de Estado de Bem-Estar Social mostrou-se como a que melhor atendeu aos anseios da classe trabalhadora ao ofertar políticas sociais universais, além da possibilidade da situação de pleno emprego.

Viu-se, porém, que a forma de Estado de Bem-Estar Social, delimitada no tempo e no espaço, correspondeu apenas aos Trinta Anos Gloriosos do capitalismo, estendendo-se, portanto, até a década de 70 e sendo vivenciada apenas nos países de capitalismo central.

Porém, a partir da década de 70, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção e do padrão keynesiano, os ideais liberais voltam com extrema força. Batizado de neoliberalismo, passa a influenciar não só o modo de organização da economia, sendo agora regida pelos princípios da acumulação flexível e da financeirização, mas, inclusive, a organização social, política e cultural dos países. Entendido como a última razão do mundo, o neoliberalismo passa a afetar a vida de maneira geral.

Nesse novo contexto, a forma de Estado pós-moderno é assumida e apresenta como características um fraco investimento nas áreas que correspondem às necessidades do proletariado e um massivo investimento nas áreas de interesse do capital, sendo privilegiado nessa conjuntura o capital especulativo financeiro. Sob essa forma de Estado, as políticas sociais desenvolvidas passam a ser cada vez menos universais e cada vez mais focalizadas e seletivas.

Portanto, tal alteração de orientação se explica, no plano econômico, em uma série de medidas que destacam a estabilização monetária e o equilíbrio orçamentário, em detrimento da elevação do nível de emprego, demonstradas, dentre outros, na privatização de empresas estatais e na diminuição dos gastos públicos, principalmente na área social. Por outro lado, no plano social, o novo padrão de regulação estatal suprimir as políticas de integração de aspecto universalista e distributivo pelas denominadas políticas de inserção, de caráter residual, voltada somente para os segmentos sociais mais vulneráveis.

No que se refere às características assumidas pela forma do Estado pós-moderno brasileiro influenciado pelos ideais neoliberais, compreende-se que este teve particularidades em sua formação social, econômica e política, sendo tardiamente inserido no processo produtivo capitalista. Sendo assim, observou-se que o país viveu seu momento de efervescência social a partir de fins da década de 80, tendo seu ápice

com a promulgação da Constituição de 1988, em um momento em que os ideais neoliberais já se encontravam fortemente arraigados nos países de capitalismo central e se difundiam pelos países periféricos.

Assim, viu-se já no governo de Collor, seguido pelo de Itamar e de FHC, a forte presença dos princípios neoliberais, refletindo em cortes de recursos na área social, além de fenômenos como a privatização de estatais, o desmantelamento dos direitos trabalhistas, o aumento da dívida pública e o desenvolvimento de políticas sociais focalizadas e seletivas em detrimento de políticas universais de satisfação de necessidades dos trabalhadores. Nesse contexto, constata-se no país, a partir da década de 90, o início da implementação de políticas de inserção anteriormente referidas, com destaque para os programas de transferência de renda focalizados em situação de extrema pobreza.

Já no que se refere ao Estado social-liberal brasileiro, que se personalizou nos governos de Lula e Dilma, observou-se uma continuação das políticas econômicas voltadas para o atendimento dos interesses do mercado iniciados no governo anterior com um claro privilegiamento do mercado financeiro.

Não há como negar, no entanto, uma clara orientação do Estado social-liberal brasileiro no sentido de diminuir os índices de desigualdades de renda no país, merecendo destaque a prevalência dos programas de transferência de renda, dando ênfase ao Programa Bolsa Família, e o desenvolvimento de medidas como o aumento do salário-mínimo.

As políticas dos governos petistas representaram muitos avanços sociais, mas com muitos limites já que não tocaram nos privilégios e nas desigualdades estruturais de nossa sociedade. Diante do exposto, é indiscutível que a implantação da Política Nacional de Saúde do governo Lula tem um significado considerável e relevância social para milhares de brasileiros que, desde então, passam a ter a possibilidade de utilizar serviços de saúde. No entanto, uma série de obstáculos e dificuldades, ainda é presente no acesso aos cuidados de saúde, demonstrando uma lacuna entre a premissa básica da universalidade e aos serviços oferecidos.

Junto com os avanços muitas foram as concessões realizadas para o capital e a fração da burguesia a ele associado. Assim, houve um retrocesso na política fundiária, trazendo para dentro do governo a elite especulativa urbana; houve a defesa do mecanismo da dívida como se dele dependesse a estabilidade do país e não houve a regulamentação dos meios de comunicação.

As forças políticas que se encontram dentro do governo constituíram um programa pelo qual, os que estão no andar de baixo passou a ganhar e os que estão no andar de cima ampliou os seus ganhos. Mais crédito para as famílias, com lucros exagerados para as instituições financeiras. Ampliação do quantitativo histórico de vagas em universidades desenvolvidas pelas nas instituições públicas e privadas. Criação e regulamentação da Lei Maria da Penha, entretanto fortalecimento da composição de políticos, que se denominam como Bancada da Bíblia. Ganhava-se em todos os lados da luta de classes, contudo, esse ganho sujeita-se diretamente de do conjunto econômica favorável, que não demorou a findar.

Com os efeitos da crise sendo sentidos com mais força a partir de 2013-2014 e a impossibilidade fiscal de manter a política do ganha-ganha por manejos orçamentários, anuncia-se o esgotamento desse modelo. Assim, a partir de 2013 registra-se uma verdadeira polarização social e política que atingiu as ruas do país, encerrando o ganha-ganha na economia, nas ruas e no parlamento.

Executando, assim, uma política que tentava servir a dois senhores, o Estado social-liberal brasileiro conseguiu se manter até 2016, data em que a então presidente Dilma Rousseff é afastada da presidência em um golpe sustentado pela mídia, pelo Congresso e pelo Judiciário, apoiado pela alta classe média brasileira, pelo capital internacional e por frações da burguesia a ele associado.

Assumindo o poder em seu lugar Temer, até então vice-presidente, executou medidas conservadoras e totalmente condizentes com os interesses das classes que ali o colocaram: aumentou o número de privatizações, realizou cortes nas áreas sociais, desmontou setores importantes como a cultura.

Sendo assim, a hipótese estratégica de que mesmo desenvolvendo algumas políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais, a forma do Estado social-liberal brasileiro, por ter sua natureza comprometida com a manutenção do domínio financeiro e a minimização paliativa das desigualdades de renda, não intervindo, portanto, na essência do processo de totalização contraditório que tem como cerne a produção pela produção, não conseguiu satisfazer plenamente as necessidades fundamentais do proletariado no período de 2003 a 2016, foi confirmada.

Em vista disso, pensar em uma sociedade em que as necessidades dos trabalhadores são satisfeitas plenamente é pensar em uma sociedade diferente da

capitalista, o que implica a rejeição da 'sociedade de consumo', mas não a rejeição do aumento e da diferenciação das necessidades como um todo; seu alvo é, basicamente, o desenvolvimento de uma 'individualidade rica' para a sociedade no geral, sem distinção de classe. Portanto, na perspectiva marxista racional, a rejeição da 'sociedade de consumo' capitalista só pode constituir rejeição de todas as formas de consumo e de produção que permaneçam reduzindo o desenvolvimento do homem, transformando-o em um ser cobiçoso e parcial.

Essa repulsa procura o inverso da relação entre a produção de mercadorias e o trabalho humano, que no capitalismo é representada pela mercadoria, portanto a finalidade da atividade econômica passou a não ser a maior número de produção e o maior lucro privado possível de mercadoria consumida individualmente, mas sim o nível ótimo da atividade própria de cada pessoa.

A produção de bens deve sujeitar-se a essa finalidade, ou seja, a supressão de formas de produção e de trabalho que prejudicam a saúde laboral e natural do indivíduo, mesmo sendo considerada 'lucrativas'. Ressalta-se ainda que o homem, enquanto ser material com necessidades materiais, não pode alcançar a plena expressão de uma 'individualidade rica' através de ascetismo, da autopunição e da autolimitação artificial, porém, por meio do desenvolvimento racional de seu consumo, conscientemente controlado e subordinado a interesses coletivos.

No caso singular da realidade brasileira, temos como desafio tentar reconstruir uma esquerda que seja radical, retomando, pois, os princípios históricos de um projeto popular e anticapitalista que converse com os movimentos sociais.

Deve-se ainda retomar e ressignificar temas estratégicos como a reforma tributária e a auditoria cidadã da dívida pública, assim como a questão da reforma agrária e urbana.

O debate realizado, portanto, sobre o atendimento das necessidades fundamentais pelo Estado social-liberal brasileiro, com destaque para a necessidade de saúde, adquire maior importância no momento histórico que vive o Brasil e o mundo hoje.

Em tempos de pandemia, entende-se, portanto, que o Estado social-liberal brasileiro realizou avanços nas ações de saúde para a conformação do SUS, mas estes não foram suficientes para atender aos desafios agora escancarados no que toca ao acesso universal, à capacidade tecnológica endógena para a inovação em saúde e à capacidade de resposta, em termos de qualidade e eficiência da rede

nacional e das unidades produtoras.

Nesse sentido, cabe ainda destacar que a pandemia do Covid-19 no Brasil escancarou não só as péssimas condições de saúde do proletariado, mas principalmente as enormes desigualdades sociais e raciais que existem no Brasil, desigualdades essas que afetam diretamente as condições de saúde de uma população sendo dela, portanto, determinante.

Mediante o exposto, conclui-se que o trabalho apresentado contribui para fomentar a discussão sobre a natureza e o papel do Estado social-liberal brasileiro, principalmente no que se refere ao seu papel de satisfazer necessidades sociais do proletariado. Discussão esta que não se encerra aqui visto a grandeza do tema e as inúmeras questões que o acompanham.

Contribui ainda para que olhando o presente possamos repensar o passado e construir o futuro, aliados na ideia de que embora o Estado tenha uma natureza capitalista em essência, o papel da luta e do movimento de classes organizado é fundamental na busca por melhores condições de vida e trabalho do proletariado.

Lutemos, portanto, para que um dia possamos ter nossas necessidades fundamentais atendidas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Érica Maria de Azevedo Silveira; BENEVIDES, Marinina Gruska. A EBSEH como nova opção para os Hospitais Universitários. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 2, n. 3, p. 96-105, 2020.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: SINGER, André et. al. **Por que gritamos**

golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A substância da crise. In: **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ARAÚJO, Cleonice C. **Pobreza e programas de transferência de renda**: concepções e significados. São Luís: EDUFMA, 2009.

BAHIA, Lígia. Financeirização da assistência médico-hospitalar no governo Lula. In: MACHADO, Cristiane V.; BAPTISTA, Tatiana W. de F.; LIMA, Luciana D. (orgs.) **Políticas de saúde no Brasil**: continuidades e mudanças. (online) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. ISBN: 978-85-7541-583-2. Disponível em: <http://www.amazon.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARBOSA, Nelson. SOUZA, José A. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir. GARCIA, Marco A. (orgs.) **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria Helena T. **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR., Armando. A assim chamada “crise de representação”. In: **Revista da Boitempo**, n. 31, São Paulo, p. 29-34, 2º semestre, 2018.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: **Revista Crítica Marxista**, Campinas, São Paulo, v. 17, p. 10-36, 2003.

BONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 92, São Paulo: Cortez: 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. A seguridade social na América Latina. In: **Política social no**

capitalismo: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOULOS, Guilherme. GUIMARÃES, Vitor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRANCO, Rodrigo C. O social-liberalismo e a “questão social” global. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 98, São Paulo, p. 283-307, abr./jun. 2009

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 141. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. LOAS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRAVO, Maria I. S. A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 102, São Paulo: Cortez: 2010.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e capital:** uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BRUNHOFF, Suzanne de. Valeur de la force de travail, salaire et intervention de l’Etat. In: DRUGMAN, Bernard., BRUNHOFF, Suzane de. et al. **Réexamens de la théorie du salariat:** de la force du travail individuelle à la reproduction sociale. Lyon: Press universitaires de Lyon, 1981.

BRUNHOFF, Suzane de. **L'heure du marché**: critique du libéralisme. Paris: Press Universitaires de France, 1986.

CARAÇA, Beatriz Gaspar; SARTI, Flávia Mori. Avaliação da política nacional de saúde bucal: uma análise de indicadores relativos ao eixo. Promoção e proteção da saúde oral no Brasil. **Estudos sobre gestão e políticas públicas**, 2013.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, Laura B. de. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASARA, Rubens. Precisamos falar da “direita jurídica”. In: GALLEGO, Esther S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASIMIRO, Flávio H. C. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTRO, Alba T. B. de. Tendências e controvérsias da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CENÁRIO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL. Disponível em: <http://https://www.fadc.org.br/publicacoes>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAVES, Sônia Cristina Lima et al. Política Nacional de Saúde Bucal: fatores associados à integralidade do cuidado. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 6, p. 1005-1013, dez. 2010.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. **De Lula a Bolsonaro**: trajetórias políticas do Brasil contemporâneo. São Paulo: ed. Universitária da USP, 2018. Disponível em: <http://www.academia.edu>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

COHN, A. O SUS e o direito à saúde: universalização e focalização nas políticas de saúde: In: LIMA, N. T. et al. (Orgs.) **Saúde e democracia: história e democracia do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil**. São Paulo: ICP, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **A Theory of human need**. Londres, Macmillan, 1991.

DRUGMAN, Bernard. Travail, force de travail et salariat: au-dela de l'économie politique du capital. In: DRUGMAN, Bernard.; BRUNHOFF, Suzane de. et al. **Réexamens de la théorie du salariat**: de la force du travail individuelle à la reproduction sociale. Lyon: Press Universitaires de Lyon, 1981.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

EUZÉBY, Alain. Proteção social, pilar da justiça social. In: SPOSATI, Aldaíza (org.) **Proteção social de cidadania**: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

FAGNANI, Eduardo. Previdência social: reformar ou destruir? In: SINGER, André et. al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social no estado capitalista**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2001a.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A Descoberta do Estado Brasileiro. In: LIMA, Marcos Costa (org.) **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001b.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O modo estatal global**: crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã, 2013.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise global**: ampolheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A crise do social-liberalismo brasileiro: o que fazer, na perspectiva do movimento proletário? **V Seminário do núcleo de pesquisa do**

PPGPP, 2016.

FARIAS, Flávio Bezerra de. O Estado, o Capital e o Trabalho na Crise Global: a experiência brasileira recente. In: SOUSA, Antônia de A.; SALES, Francisco J. L.; FEIJÓ, Jerciano P. **Canto do Assum Preto**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

FARIAS, Flávio Bezerra de. O Estado, o Capital e o Trabalho na Crise Global: a experiência brasileira recente. **V Encontro Internacional Trabalho Perspectivas de Formação dos Trabalhadores**, Universidade Federal do Ceará, 2017.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura do consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Juca. Cultura e resistência. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, **Consejo Latino americano de Ciências Sociales**, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Carta ao povo brasileiro**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GADELHA, Carlos A. G.; COSTA, Laís S. Saúde e desenvolvimento nacional: a gestão federal entre 2003 e 2010. In: MACHADO, Cristiane V.; BAPTISTA, Tatiana W. de F.; LIMA, Luciana D. (orgs.) **Políticas de saúde no Brasil**: continuidades e mudanças. (online) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. ISBN: 978-85-7541-583-2. Disponível em: <http://www.amazon.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GENTILI, Pablo. OLIVEIRA, Dalila A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.
GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, C. R. R. Atenção primária, atenção básica e saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1171-1181, jun, 2006.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece? In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONCALVES, Evelise Ribeiro; RAMOS, Flávia Regina Souza. O trabalho do cirurgião-dentista na estratégia de saúde da família: potenciais e limites na luta por um novo modelo de assistência. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 33, p. 301-314, June 2010.

JAMESON, Fredric. **Pós - Modernismo**: a lógica cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JAMESON, Fredric. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HELLER, Ágnes. **Teoría de las necesidades em Marx**. Barcelona: Gráficas Hurope, 1986.

IAMAMOTO, Marilda V.; A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**. Ano II, n. 3, CIDADE, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JINKING, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAURELL, Asa C.; Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa C. (Org.); **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Valéria F. S. de A. L.; REIS, Carlos N. dos; ARREGUI, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina. In: SILVA, Maria de O. da S. (coord.) **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, Josefa B. **Políticas sociales para un nuevo siglo**: la nueva cuestión social. Chile: Universidad Del Bio-Bio Fundacion Andes, 2000.

LOPES, José R. Mínimos sociais, cidadania e assistência social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 58, São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático.

In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPREATO, Francisco L. C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marcos A. M. (editores) **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MACHADO, Cristiane V. O modelo de intervenção do Estado na saúde: notas sobre a atuação federal. In: MACHADO, Cristiane V.; BAPTISTA, Tatiana W. de F.; LIMA, Luciana D. (orgs.) **Políticas de saúde no Brasil:** continuidades e mudanças. (online) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. ISBN: 978-85-7541-583-2. Disponível em: <http://www.amazon.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MACHADO, Cristiane V.; BAPTISTA, Tatiana W. de F.; LIMA, Luciana D. (orgs.) **Políticas de saúde no Brasil:** continuidades e mudanças. (online) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. ISBN: 978-85-7541-583-2. Disponível em: <http://www.amazon.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MANDEL, Ernest. **Socialismo x mercado**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MANDEL, Ernest. **Power and money**. New York: Verso, 1992.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINGONI, Gilberto. Rumo à direita na política externa. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. (Livro I, II e III) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. ed. Nova Cultural, v. III, Capítulo XV. 1867, p.189.

MASCARO, Alysson L. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. In: **Margem esquerda**. Revista da Boitempo. Número 32, 1º Semestre de 2019.

MENICUCCI, Telma M. G. **A política de saúde no governo Lula**. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço

e perspectivas. **Cadernos de saúde pública**, v. 25, p. 1620-1625, 2009.

MÉSZAROS, Isteván. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZAROS, Isteván. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZAROS, Isteván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MIGUEL, Luis F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther S. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIOTO, Regina C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAURELL, Asa C. (Org.); **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NARVAI, Paulo Capel. Avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Bucal no Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 3, p. 21-34, 2011.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado de bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, Asa C. (Org.); **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lucia; RAIZER, Eugênia Célia (orgs.) **A questão social e as políticas sociais no contexto latino- americano**. Vitória: EDUFES, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Temporalis**. Ano II, n. 3, Cidade, 2004.

NICKEL, Daniela Alba; LIMA, Fábio Garcia; SILVA, Beatriz Bidigaray da. Modelos assistenciais em saúde bucal no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 241-246, Feb. 2008.

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2020. Disponível em: <http://www.Auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PAULANI, Leda M. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PAULANI, Leda M. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. In: **Margem Esquerda**. Revista da Boitempo. n. 32, 1º Semestre de 2019.

PEREIRA, Potyara A. P. Abordagem de pesquisa em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 21, m São Paulo: Cortez, 1986.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In:

Temporalis. Ano II, n. 3, Cidade, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. Utopias Desenvolvimentistas e Políticas Sociais no Brasil. **Revista serviço social e sociedade**, n. 12, São Paulo: Cortez: 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 77, São Paulo: Cortez: 2004.

PERICÁS, Luiz B. Os semeadores da discórdia: a questão agrária na encruzilhada. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.) **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

RAMOS, Maria Helena R.; BARBOSA, Maria José de S. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: RAMOS, Maria Helena R. (org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REICH, Robert B. **O futuro do sucesso**: o equilíbrio entre o trabalho e a qualidade de vida. São Paulo: Editora Manole, 2002.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo**: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGO, Esther S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. O discurso econômico da austeridade e os interesses velados. In: GALLEGO, Esther S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. São Paulo: Martin Claret, 2010 [1755].

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. [s.l.;s.d]. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SADER, Emir. Direitos e Esfera Pública. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 77, São Paulo: Cortez: 2004.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio. **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SALAMA, Pierre. Pobreza: luz no fim do túnel? In: GARCIA, Maria Lucia; RAIZER, Eugênia Célia (orgs.) **A questão social e as políticas sociais no contexto latino - americano**. Vitória: EDUFES, 2012.

SALINAS, Dario. O Estado latino-americano: notas para a análise de suas recentes transformações. In: LAURELL, Asa C. (Org.); **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 104, São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JR. Plínio de A. *Interpretações sobre o Brasil contemporâneo*. 2016. Disponível em: <https://www.adufrj.org.br/>. Acesso em: 19 de fev. de 2021.

SANTOS, Francine H. C. Dos. Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 102, São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 429-435, 2007.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria de O. da S.; LIMA, Valéria F. S. de A. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ademir A. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Francine H. C. Dos. Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 102, São Paulo: Cortez: 2010.

SILVA, Adriana A. de; OLIVEIRA, Elenice G. Práticas educativas emancipatórias à luz da teoria crítica de Theodor Adorno. In: SOUSA, Antônia de A.; SALES, Francisco J. L.; FEIJÓ, Jerciano P. **Canto do Assum Preto**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

SILVA, Adam Carlos Cruz. Ressarcimento ao SUS: aspectos teóricos e práticos na assistência à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 3, p. e6628-e6628, 2021.

SILVA, T.S.; SILVA, C.A.B. **A atuação do assistente social em âmbito hospitalar**. Ago, n. 10, v. 2, p. 36-40, 2013.

SINGER, André. **O Lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016) São Paulo: Companhia das Letras, 2016. E-book. ISBN: 9788535931150 Disponível em: <http://www.amazon.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SHONS, Selma M. Assistência Social entre a Ordem e a Des- ordem: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 2008.

SODRÉ, F. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 453-475, jul./set. 2010.

SPOSATI, Aldaiza de O. et al. **a assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em debate. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 77, São Paulo: Cortez: 2004.

TOLEDO, Enrique de la G.; Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa C. (Org.); **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRISTÃO, Ellen L.; LUPATINI, Márcio; LARA, Ricardo. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 98, São Paulo: Cortez, 2009.

VIANA, Ana L. D.; SILVA, Hudson P. Desenvolvimento e institucionalidade da Política Social no Brasil. In: MACHADO, Cristiane V.; BAPTISTA, Tatiana W. de F.; LIMA, Luciana D. (orgs.) Políticas de saúde no Brasil: continuidades e mudanças. (online) Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. ISBN: 978-85-7541-583-2. Disponível em: <http://www.amazon.com.br>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

VIANNA, Maria L. T. W. Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema. In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria Helena T. **Trabalho e Seguridade Social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. **Revista Pan americana de Salud Pública**, v. 27, p. 149-156, 2010.

VIEIRA, C. **Políticas governamentais e planos privados de assistência odontológica no Brasil**. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2012.

VINCENT, Jean-Marie. O Estado em crise. In: POULANTZAS, Nicos (org.) **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema- mundo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

SWILLIAMS, Ava Renata; HERKENHOFF, Maria Beatriz L.; LEITE, Izildo C. Uma breve viagem pela história da pobreza: condições de vida, representações e formas de intervenção. In: GARCIA, Maria Lucia; RAIZER, Eugênia Célia (orgs.) **A questão social e as políticas sociais no contexto latino - americano**. Vitória: EDUFES, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In: **Temporalis**. Ano II, n. 03, Ed. 2004

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 77, São Paulo: Cortez: 2004